



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

ARTEMISA FERREIRA PIMENTA

O que é meu ninguém tasca! Estudo antropológico com moradores do Carmelândia / Belém-PA e a regularização da casa própria



BELÉM-PA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

ARTEMISA FERREIRA PIMENTA

O que é meu ninguém tasca! Estudo antropológico com moradores do Carmelândia / Belém-PA e a regularização da casa própria

BELÉM-PA
2025

ARTEMISA FERREIRA PIMENTA

O que é meu ninguém tasca! Estudo antropológico com moradores do Carmelândia / Belém-PA e a regularização da casa própria

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará como requisito final para a obtenção de título de mestre em Antropologia Social, sob orientação da Profa. Dra. Luísa Maria Silva Dantas.

BELÉM-PA
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

P644q Pimenta, Artemisa Ferreira.
O que é meu ninguém tasca! Estudo antropológico com moradores do Carmelândia / Belém-PA e a regularização da casa própria / Artemisa Ferreira Pimenta. — 2025.
197 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Luísa Maria Silva Dantas
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2025.

1. Regularização Fundiária. 2. Casa própria. 3.
Carmelândia. 4. Belém. 5. Etnografia. I. Título.

CDD 301.54

O que é meu ninguém tasca! Estudo antropológico com moradores do Carmelândia / Belém-PA e a regularização da casa própria

Artemisa Ferreira Pimenta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, com ênfase em antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará como requisito final para a obtenção de título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Luísa Maria Silva Dantas

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Luísa Maria Silva Dantas (PPGSA/UFPA)
Orientadora

Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira (PPGSA/UFPA)
Examinador interno

Prof^ª. Dra. Fernanda Valli Nummer (PPGCP/UFPA)
Examinadora Externa

Prof. Dr. Juliano Pamplona Ximenes Ponte (PPGAU/UFPA)
Examinador Externo

Prof. Dr. Carlos Freire da Silva (PPGSA/UFPA)
Examinador Suplente

A terra¹
Artemisa Pimenta

*Não quero o céu, não quero o mar
Quero o meu pedaço de terra, quero meu lugar pra morar.
Não quero esmola nem quero briga, todo conflito eu quero evitar
Mas o meu direito à cidade, esse, não vão me tirar.*

*O direito à moradia é um direito de todos
Mas o acesso à cidade tem sido alcançado por poucos
Essa infelizmente é uma triste realidade,
Da maioria das famílias que moram nas grandes cidades.*

*A regularização fundiária urbana é um grande desafio,
Imagine na Amazônia, rodeada por conflitos
É conflito econômico, ambiental, urbanístico e cultural,
Tudo isso tem gerado um grande problema social.*

*Mas não se engane com essa terra tão gigante
Que carrega interesses tão distantes,
E que deixa de lado a sua função social
Para priorizar os proprietários do grande capital.*

*Nesse cenário só tem uma alternativa
É a regularização fundiária ser a grande avenida
Para realizar sonhos e melhorar muitas vidas
Com a concretização do acesso à cidade e, enfim, da moradia.*

*Com um território equilibrado fica mais fácil viver
É a chamada sustentabilidade que tanto queremos ver
Eu tô falando da terra e da sua função social
Como seria bonito viver num ambiente com equilíbrio ambiental.*

¹ Texto apresentado pela autora na disciplina: Introdução à Regularização Fundiária Urbana, da Especialização em Tecnologias Aplicadas à Regularização Fundiária e Prevenção de Conflitos Socioambientais, Habitacionais e Sanitários, realizada pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará e Programa Morar, Conviver e Preservar: Rede Amazônia, em 2021.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Dr^a. Luísa Dantas, pela acolhida e receptividade com que me recebeu no mestrado, pela paciência em me ensinar os caminhos da antropologia e por tantos outros ensinamentos e contribuições acadêmicas e pessoais, gratidão por ser essa pessoa maravilhosa na vida e um ser humano incrível.

Aos meu pais, Artemis Pimenta e Sueli Pimenta, que são minha inspiração todos os dias e que mesmo com todas as dificuldades, criaram quatro mulheres fortes, ensinando-as a serem determinadas e fazerem suas próprias escolhas na vida.

Às minhas irmãs Adriene, segura e perseverante, que me mostrou que fazer mestrado era uma possibilidade acessível, à Adrielle, decidida e convicta, que me fez ver que nada é impossível, basta acreditar e planejar, à Adriellen, corajosa e ousada, me ensina todos os dias que precisamos correr atrás dos nossos sonhos e daquilo que acreditamos, e meu irmão, Welington, que é fonte de superação e que mesmo com motivos para ser diferente, optou por cativar o amor. Agradeço pela amizade e companheirismo e por poder compartilhar minhas alegrias e frustrações.

À minha sobrinha Maria Cecilia e meu sobrinho Joaquim que são a alegria em pessoa e nos ensinam sobre inocência e amor incondicional.

Ao meu companheiro de vida, Thyago Vasconcelos, que sempre me apoia nas minhas escolhas e decisões e me ajuda mesmo quando não pode, a alcançar meus objetivos.

Ao meu primo Edson Lucas que colaborou comigo no momento que eu mais precisava e mesmo na correria, tirou um tempo para me auxiliar, agradeço imensamente.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA e do Grupo de Estudos e Pesquisas de Antropologias do Trabalho, Memórias, Cidades e Interseccionalidades - GATI pelo conhecimento compartilhado, pelas sugestões e por muitas contribuições a essa pesquisa.

Às minhas amigas Andrea, Elisa, Manu, Victoria e Layse pela amizade construída ao longo desse caminhar, pelas conversas, apoio, risadas e viagens compartilhadas, vocês tornaram essa jornada mais leve.

Ao meu querido amigo e “chefe” Enivaldo Brito pela gentileza em se dispor a elaborar os mapas apresentados nesta dissertação e pelo apoio incondicional no percurso do mestrado e mais ainda na vida profissional.

A todos os trabalhadores da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM que contribuíram na construção deste trabalho e que se esforçam diariamente para a construção de uma cidade melhor, mesmo em meio a várias dificuldades, vocês têm todo o meu respeito e reconhecimento.

Aos moradores do Conjunto Carmelândia que sempre me receberam muito bem, em especial aos interlocutores desta pesquisa, sem os quais esse trabalho não seria possível.

Obrigada!

Dedico esta dissertação a todas as pessoas que esperam por Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social na Amazônia e que sonham em receber seu “título”.

RESUMO

Nesta dissertação partilho reflexões sobre a política pública de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social - REURB-S, baseada em pesquisa realizada com beneficiários do Conjunto Carmelândia, em Belém, no Pará. O trabalho possui abordagem etnográfica, estabelecendo diálogo com autores das áreas da antropologia urbana e da antropologia da política e com a realização de uma etnografia de documentos e de rua. O trabalho de campo foi realizado em março de 2023, quando frequentei o conjunto Carmelândia, a pesquisa foi construída com a participação de vários interlocutores, os principais optei por apresentar com nomes fictícios, os outros decidi não nomear, como forma de preservá-los. O interesse pela temática surgiu a partir da minha experiência profissional na Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - Codem e atuação na regularização dos imóveis do Conjunto Carmelândia. Neste estudo, pretendo compreender os significados da regularização na vida dos moradores, a partir da perspectiva de pessoas que foram beneficiadas por este processo, apresentar um banco de dados com a sistematização das informações socioeconômicas dos residentes da área, bem como refletir sobre as contradições do processo de implementação da política urbana de habitação. Os resultados da pesquisa indicam que os moradores do Carmelândia têm memórias associadas ao local e ao tempo de habitação com suas vivências conectadas ao lugar onde moram. A regularização dos imóveis proporcionou-lhes segurança jurídica e simbólica, garantindo que não serão forçados a sair de suas casas. Além disso, ao traçar o perfil socioeconômico das famílias, constatei que a população desta área apresenta baixos níveis de escolaridade, rendimentos familiares parcos e muitos dependem de programas sociais. Vários imóveis têm utilização mista, com uso residencial e econômico, sendo utilizados para complemento de rendimento. O conjunto foi a primeira área em Belém, de propriedade de um particular, a ter os imóveis regularizados, através do instrumento de legitimação fundiária. Os moradores atualmente e com a regularização de suas casas possuem estabilidade habitacional, além disso, por residirem há muitos anos no local, possuem um forte vínculo com a área.

Palavras-chave: Regularização Fundiária; Casa própria; Carmelândia; Belém; Etnografia;

ABSTRACT

In this dissertation I share reflections on the public policy of Urban Land Regularization of Social Interest - REURB-S, based on research carried out with beneficiaries of the Carmelândia Complex in Belém, Pará. The work takes an ethnographic approach, establishing a dialog with authors from the fields of urban anthropology and the anthropology of politics, and carrying out an ethnography of documents and the street. The fieldwork was carried out in March 2023, when I visited the Carmelândia complex. The research was built with the participation of several interlocutors, the main ones I chose to present with fictitious names, the others I decided not to name, as a way of preserving them. My interest in the subject arose from my professional experience at the Belém Metropolitan Area Development and Administration Company (Codem) and my work in regularizing the properties in Conjunto Carmelândia. In this study, I intend to understand the meanings of regularization in the lives of residents, from the perspective of people who have benefited from this process, to present a database with the systematization of socio-economic information of residents in the area, as well as to reflect on the contradictions of the process of implementing urban housing policy. The results of the research indicate that the residents of Carmelândia have memories associated with the place and the time they lived there, with their experiences connected to the place where they live. The regularization of the properties has given them legal and symbolic security, guaranteeing that they won't be forced to leave their homes. In addition, when tracing the socio-economic profile of the families, I found that the population in this area has low levels of education, meager family incomes and many depend on social programs. Several of the properties have a mixed use, with residential and economic use, and are used to supplement income. The complex was the first area in Belém, owned by a private individual, to have its properties regularized through the land legitimation instrument. The residents currently live in the area, and with the regularization of their homes, they have housing stability, and because they have lived there for many years, they have a strong bond with the area.

Keywords: Land Regularization; Own home; Carmelândia; Belém; Ethnography;

LISTA DE SIGLAS

BIS	Boletim de Informações Socioeconômicas
BRT	Bus Rapid Transit
CIC	Companhia Industrial de Construções
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CRF	Certificado de Regularização Fundiária
CRF	Coordenação de Regularização Fundiária
CRP	Coordenação de Regularização Patrimonial
CS	Coordenação de Serviços
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
COHAB	Companhia de Habitação do Pará
CUEM	Concessão de Uso Especial para fins de Moradia
DABEN	Distrito Administrativo do Bengui
DAENT	Distrito Administrativo do Entroncamento
DETRAN	Departamento de Trânsito do Estado do Pará
DGF	Diretoria de Gestão Fundiária
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ESF	Estratégia Saúde da Família
FMAE	Fundação Municipal de Assistência aos Estudantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPASEP	Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PPLS	Programa de Pós-Graduação Lato Sensu
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
REURB	Regularização Fundiária Urbana
REURB-E	Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico
REURB-S	Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social
REURB-I	Regularização Fundiária Inominada
SEURB	Secretaria de Urbanismo
UCS	Unidade de Cadastro Social
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

UMS Unidade Municipal de Saúde
UPA Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma da CODEM	42
Figura 2 - Organograma dos procedimentos a partir da visão da autora.....	43
Figura 3 - Fases do processo de Regularização Fundiária Urbana do conjunto Carmelândia.....	45
Figura 4 - Poligonal de regularização Fundiária com a delimitação por setores.....	46
Figura 5 - Composição da Diretoria de Gestão Fundiária	48
Figura 6 - Mapa da cidade de Belém com a localização do conjunto Carmelândia e a definição da área de incidência do Projeto de REURB.....	53
Figura 7 - Certidão de Registro da área denominada Carmelândia.....	54
Figura 8 - Continuação da Certidão de Registro da área. denominada Carmelândia.....	55
Figura 9 - Escritura Pública de compra e venda da área denominada Carmelândia	56
Figura 10 - Localização do conjunto Carmelândia no Bairro do Mangueirão	58
Figura 11 - Planta da cidade de Belém elaborada pelo engenheiro municipal Manoel Odorico Nina Ribeiro no período de 1883-1886, contendo o plano de expansão da cidade.....	62
Figura 12 - Evolução da ocupação na área do Conjunto Carmelândia, da década de 1970 aos anos 2000 que fica em frente ao estádio do Mangueirão	66
Figura 13 - Área demarcada para regularização fundiária do Conjunto Carmelândia	67
Figura 14 - Área demarcada para regularização fundiária do Conjunto Carmelândia com suas respectivas Ruas	71
Figura 15 - Compromisso de intenções assinado entre a Codem e a Construtora e Incorporadora CASA S.A	73
Figura 16 – Continuação do compromisso de intenções assinado entre a Codem e a Construtora e Incorporadora CASA S.A, continuação.....	74
Figura 17 – Trecho retirado do Decreto do Governo do Estado Pará nº 398, de 25 de outubro de 1991, de desapropriação da área para fins de regularização fundiária, publicado em diário oficial no dia 31 de outubro de 1991, caderno 2, página 10.....	77
Figura 18 - Autorização de ocupação de lote urbano emitido pelo Governo do Estado do Pará em 1992	78
Figura 19 - Mapa com a demarcação da primeira e segunda légua patrimonial de Belém.....	80
Figura 20 - Mapa com os equipamentos localizados próximo ao Conjunto Carmelândia	83
Figura 21 - Área demarcada para regularização fundiária do Conjunto Carmelândia, segundo a autora	102
Figura 22 – lista de documentos solicitados.....	106

Figura 23 - Frente da Certidão de Registro de Imóveis emitido pelo cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Município de Belém para os moradores do conjunto Carmelândia.....	108
Figura 24 - Verso da Certidão de Registro de Imóveis emitido pelo cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Município de Belém para os moradores do conjunto Carmelândia.....	109
Figura 25 e 26: Frente e verso do Título de Propriedade por Legitimação Fundiária emitido pela CODEM a ser entregue aos moradores do conjunto Carmelândia.....	110
Figura 27 - Convite entregue aos moradores do bairro para recebimento dos títulos.....	112
Figura 28 - Boletim de Informações Socioeconômicas (Cadastro Social).....	127
Figura 29 - Requerimento para regularização fundiária Urbana utilizado antes de 2021	128
Figura 30 - Requerimento para regularização fundiária Urbana utilizado após 2021	129

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Mangueirinho às margens da Rodovia Augusto Montenegro _____	81
Imagem 2 - Mangueirão às margens da Rodovia Augusto Montenegro _____	82
Imagem 3 - Rua com pouco ou sem espaço de calçadas _____	85
Imagem 4 - Rua com entulhos e casas com compartimentos em cima e embaixo _____	87
Imagem 5 - Rua Roberto Regateiro no fim da tarde _____	88
Imagem 6 - Pix coffee Cafeteria e Tabacaria _____	89
Imagem 7 e 8 - Crianças empinando pipa na rua e pintura das cores do Brasil no asfalto ____	90
Imagem 9 - Roupas secando na rua em varais improvisados _____	90
Imagem 10 - Roupas secando na rua em varais improvisados _____	91
Imagem 11 - Conjunto Carmelândia visto do outro lado da Augusto Montenegro _____	93
Imagem 12 - Casa Saúde da Família do Carmelândia _____	94
Imagem 13 - Associação de moradores do Conjunto Carmelândia _____	97
Imagem 14 - Registro da entrada do local mostrando todo o espaço _____	113
Imagem 15 - Moradores aguardando a abertura do espaço para a entrega de título _____	114
Imagem 16 - Espaço já montado antes do início do evento _____	114
Imagem 17 - Espaço identificado com o nome do programa _____	115
Imagem 18 - Registro da entrada do local mostrando todo o espaço _____	115
Imagem 19 - Equipe da CODEM recepcionando e coletando assinaturas dos moradores que receberam os títulos _____	116
Imagem 20 - Espaço já ocupado pelos participantes do evento _____	117
Imagem 21 - Moradores durante a cerimônia de abertura do evento _____	117
Imagem 22 - Início da entrega dos títulos _____	119
Imagem 23 - Equipe realizando a entrega dos demais títulos _____	119
Imagem 24 - Moradores da área após receberem seu título _____	120
Imagem 25 - Terreno sem uso, aparentemente abandonado _____	124
Imagem 26 - Imóvel com placa de kit nets para alugar _____	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual por faixa etária de mulheres residentes na área _____	132
Gráfico 2: Percentual por moradores residentes na área, conforme a escolaridade _____	132
Gráfico 3: Percentual de mulheres residentes na área conforme a escolaridade _____	133
Gráfico 4: Percentual de famílias conforme a renda mensal _____	134
Gráfico 5: Percentual de pessoas conforme situação em relação trabalho e renda _____	135
Gráfico 6: Percentual de Famílias que recebem Benefícios _____	136
Gráfico 7: Percentual de proprietário conforme o tempo de ocupação do imóvel _____	136
Gráfico 8: Percentual de proprietários conforme a condição de ocupação _____	137
Gráfico 9: Percentual de proprietários conforme o tipo de uso do imóvel _____	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Informações sistematizadas dos interlocutores	143
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - DA NORMA À REALIDADE: A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM BELÉM SOB A LENTE DO DIREITO À CIDADE	31
1.1 Direito à moradia: o espaço urbano como mercadoria	32
1.2 Direito à cidade e o território como palco	35
1.3 A regularização fundiária: desvendando o processo	39
1.4 De empregada à pesquisadora: notas sobre o campo de pesquisa	47
CAPÍTULO 2 - A CIDADE DE BELÉM E O CONJUNTO CARMELÂNDIA	50
2.1 A fundação de Belém e o conjunto Carmelândia	59
2.2 A Formação do conjunto Carmelândia	72
2.3 Carmelândia: o campo de pesquisa	81
2.4 A execução da Política Municipal de Regularização Fundiária Urbana no Conjunto Carmelândia	103
2.4.1 Os documentos entregues aos moradores	107
2.4.2 Descrevendo uma entrega de títulos	110
2.5 Perfil socioeconômico dos moradores e domicílios do conjunto Carmelândia em Belém-Pa.	121
CAPÍTULO 3 - O QUE É MEU NINGUÉM TASCA: TRAJETÓRIAS DE VIDA E O SONHO DE REGUALRIZAR SUA CASA	140
3.1 "Agora não sofro mais com o risco de sair e nem ameaça" Rosa de Saron	144
3.2 "Quem casa, faz casa" Roberto Regateiro	156
3.3 "Será que essa terra tem dono?" José Monteiro	166
3.4 "Quando eu vim para cá não tinha asfalto nenhum, era só lama aqui" Deolinda	169
3.5 Legado simbólico	175
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
REFERÊNCIAS	185
Anexo I Questionário orientador das entrevistas	195

INTRODUÇÃO

Em 2020, período em que o Brasil e o mundo estavam vivenciando a pandemia da Covid-19² e ano em que foi decretado o primeiro *lockdown*³ em Belém, comecei a pensar em uma temática para estudar no mestrado. O projeto de regularização fundiária do Conjunto Carmelândia estava em andamento, sendo executado pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM, com a equipe fazendo trabalho na área desde 2019, realizando visitas domiciliares nos imóveis e aplicando os cadastros sociais para famílias que seriam possíveis beneficiárias da regularização fundiária. Em paralelo a isso, estava em andamento a elaboração do projeto de Regularização Fundiária Urbana deste local. No início da pandemia, a equipe da CODEM que realizava esse trabalho se adaptou à utilização dos equipamentos de proteção e prevenção à Covid-19, como utilização de máscaras cirúrgicas, máscaras de proteção facial feitas em poliestireno transparente, álcool em gel, entre outros, mas logo esse trabalho precisou ser completamente paralisado.

Diante disso, durante o primeiro período de *lockdown*, em que ficamos de *home office*⁴, comecei a me questionar sobre as pessoas que viviam naquele lugar, as histórias, quem, de fato, eram, e o impacto que a regularização, ou não, poderia causar em suas vidas; pensei na quantidade de documentos e informações das famílias que poderiam ser traduzidos em um mapa social da área, comecei a acreditar que era possível sistematizar e quantificar essas informações, e que elas poderiam nos dar uma noção das pessoas que residem em áreas não regularizadas e, assim, comecei a construção da minha proposta de projeto de pesquisa de mestrado. Então, no retorno ao trabalho presencial, após esse *lockdown*, começamos, na CODEM, a colocar em prática a sistematização das informações, com a inserção dos dados principais em uma planilha, com a finalidade de organizar e sistematizar as informações para a empresa, e elaborar a partir desses dados, o diagnóstico social da área para compor o Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social, e posteriormente foram objeto deste trabalho.

O diagnóstico social é uma análise social, com a demonstração da situação socioeconômica das famílias, caracterização da população e da ocupação do território, é um elemento base para classificação do tipo de regularização. A priori, não seriam sistematizados

² Disseminação de forma global de uma doença infecciosa causada por um vírus denominado de Coronavírus, sendo classificada pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em 2020, como pandemia.

³ O primeiro *lockdown* foi instituído através do Decreto Municipal Nº 96.253, de 6 de maio de 2020, com vigência de 07 de maio de 2020 até 24 de maio de 2020 e o segundo pelo Decreto Estadual 800/2020, que vigorou de 16 de março de 2021 a 29 de março de 2021. O *lockdown* se refere a um conjunto de medidas que restringem atividades e a circulação de pessoas, no caso da covid-19 foi para conter a propagação do vírus.

⁴ Realizando trabalho em casa, por meio de computador e internet.

todos os dados do formulário, apenas aqueles que seriam utilizados, mas percebendo a importância das demais informações, e com autonomia sobre a tomada de decisão relacionada ao trabalho social, estendi a sistematização a outros elementos presentes no formulário.

A entrada da CODEM para iniciar os trabalhos nesta comunidade não foi fácil, pois várias tinham sido as tentativas anteriores a essa, de regularização, mas que nunca foram concretizadas. As famílias estavam resistentes em confiar no trabalho, participar das reuniões e entregar as documentações, desconfiavam que poderiam estar sendo enganadas. Mas o trabalho continuou e, aos poucos, fomos conseguindo a participação dos moradores na execução das atividades que eram pertinentes, como, reuniões, visitas domiciliares, entrega de documentos pelos moradores, entre outros.

A Regularização Fundiária Urbana – REURB é um conjunto de normas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais utilizadas para regularização de núcleos urbanos informais. A lei Ordinária Municipal nº 9.733, de 11 de janeiro de 2022, em consonância com a lei Nº 13.465/17 estabelecem duas modalidades. A REURB de Interesse Social - REURB-S e a de Interesse Específico - REURB-E. A primeira é aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, considerando como baixa renda famílias com até 05 (cinco) salários mínimos, a segunda é a regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não compreendida na REURB-S, que são aqueles que possuem renda superior a cinco salários mínimos e, portanto, não são considerados de baixa renda. Nesse caso a regularização fundiária não é gratuita e fica condicionada ao pagamento do valor da unidade imobiliária a ser regularizada. Ressalto que em um núcleo urbano poderá haver unidades imobiliárias classificadas como REURB-S e REURB-E, independente da classificação do núcleo, caso em que se procede a regularização das unidades que são classificadas como REURB-S de forma gratuita e a depender da situação do núcleo e do interessado, procede-se a regularização daquelas que são classificadas como REURB-E, de forma onerosa.

A Lei nº 13.465/17 estabelece que “os núcleos urbanos são assentamentos humanos, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural” (Brasil, 2017). Para esta mesma Lei, núcleo urbano informal é “aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização” (Brasil, 2017), o que significa que mesmo que o núcleo urbano tenha seguido as normas previstas na sua criação ou regularização, ele ainda pode ser considerado informal se a titulação dos ocupantes não tiver sido efetivada, situação que ocorre

quando há processo anterior na tentativa de formalização, o que nem sempre resulta na titulação formal dos ocupantes.

De acordo com Ferreira, Marques e Fusaro⁵ (2016), são poucas as informações oficiais sobre núcleos urbanos informais, com dificuldades de estimativas dessas áreas para a produção de políticas públicas. Para eles:

As dificuldades conceituais que cercam o tema, assim como a inexistência de dados nacionais comparáveis que apontem diretamente para esse fenômeno, estão entre os desafios que têm se apresentado para estudiosos, técnicos e gestores públicos. A questão apresenta-se centralmente para as políticas federais, que têm operado em um ambiente marcado por razoável desconhecimento do tamanho do problema, assim como a sua variabilidade ao longo das diversas situações urbanas brasileiras. O problema, entretanto, também é fortemente considerado para os governos locais, visto que a grande maioria dos municípios brasileiros não dispõe de estimativas e cartografias intramunicipais de assentamentos precários. (Ferreira, Marques e Fusaro, 2016, p. 53)

Os desafios, atualmente, ainda são enormes em torno do tema, em se tratando de assentamentos precários, para Denaldi⁶ (2022): “em que pesem os avanços relacionados com o reconhecimento e o tratamento dos assentamentos precários e irregulares no campo da regulação e do planejamento urbano, a informação disponível, de forma geral, ainda é muito limitada” (2022, p.41). Assentamentos precários, para Marques (2007)⁷, se referem a áreas urbanas com carência de infraestrutura, pobreza, vulnerabilidade social e irregularidade urbanística e/ou fundiária.

A Política Municipal de Regularização Fundiária de Interesse Social está inserida na Política urbana e em Belém/PA, é executada pela Codem, a qual é uma empresa pública que atua em áreas públicas, que são aquelas de domínio do município ou que fazem parte de seu patrimônio, atuando ainda em áreas estaduais, federais ou particulares, desde que sejam celebrados acordos, convênios ou termos de cooperação técnica. Uma das áreas em que tal regularização fundiária ocorreu foi no conjunto Carmelândia, localizada no Município de Belém, no Bairro do Mangueirão, onde pude acompanhar a execução do projeto de regularização fundiária da área.

Essa política é executada através de um programa municipal denominado de “Terra da Gente”, lançado em fevereiro de 2021; não possui lei ou documento que verse sobre sua instituição, no entanto possui como marco a Lei Municipal N° 9733 de janeiro de 2022, que

⁵ Maria Paula Ferreira é Doutora em Medicina Preventiva pela Universidade de São Paulo; Eduardo César Leão Marques é Professor titular da USP, possui doutorado em Ciências Sociais (Unicamp), e Edgar Rodrigues Fusaro, Graduado em Estatística pela Universidade de São Paulo é técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos).

⁶ Rosana Denaldi é Arquiteta e Urbanista e professora da Universidade Federal do ABC.

⁷ Eduardo César Leão Marques é Professor titular da USP.

embora não o mencione, regulamenta a regularização fundiária atualmente em execução pela CODEM.

Este programa substituiu o anterior, conhecido como “Chão Legal”, criado pela Lei Municipal nº 8.739 de maio de 2010, embora eu também não tenha encontrado os mecanismos de sua revogação. De todo modo, o programa é de interesse social por visar a gratuidade na entrega do título, não incidindo em custos para a população beneficiária. Não posso deixar de mencionar que embora esse seja o principal objetivo do programa municipal na prática, na teoria, ele visa uma série de melhorias habitacionais que visam a concretização do direito à cidade, não se limitando à entrega do título de propriedade.

A minha entrada na Codem foi em 2018, através de concurso público para o cargo de Analista Fundiário – Assistente Social, pois essa é a minha formação originária, e, dessa forma, me deparei com um campo de trabalho totalmente novo e diferente, com o qual eu não havia tido nenhum contato anterior. Comecei a ter contato com a execução dessa política pública, ao ser integrada à equipe multidisciplinar da regularização fundiária de interesse social.

Por ser algo novo para mim, precisei estudar sobre o assunto, entender mais das legislações, à priori a necessidade era entender o serviço social dentro desse contexto, as dificuldades, alternativas, respostas para as limitações, mas, aos poucos, o que era uma necessidade somente da minha área de formação, se transformou em algo maior, pois a integração com a equipe interdisciplinar me fez perceber que era necessário entender melhor o processo como um todo, focar somente na minha área de formação não seria o suficiente para aprender de que forma a política pública dessa área seria melhor executada e seus principais entraves, percebi que o debate era mais amplo, composto pelas mais diversas profissões, e que era possível eu me inserir nesta discussão e conseguir dialogar com outros setores, mesmo que pelo olhar do serviço social.

Na execução do meu trabalho enquanto assistente social era necessário identificar as famílias que atendiam aos critérios para a gratuidade dentro do programa, dessa forma, realizamos visitas domiciliares, aplicando um formulário para coleta das diversas informações daqueles “núcleos familiares”, ou seja, as pessoas que vivem em cada moradia; de posse dessas informações era possível realizar uma análise documental com emissão de parecer social⁸ versando sobre a inserção ou não daquelas famílias no projeto. As famílias que não possuíam o perfil eram enquadradas na Reurb-E e precisavam custear os procedimentos relativos à

⁸ Trata-se de um instrumento profissional do assistente social, utilizado quando este profissional precisa se manifestar de forma técnica com base em conhecimento específico do serviço social e para o qual realizou prévio estudo social, está relacionado à tomada de decisões e possui caráter conclusivo ou indicativo (Favero, 2014)

regularização fundiária, tais como, custas cartorárias e o valor referente ao imóvel, conforme determinado pela Construtora e Incorporadora Casa S.A – CIC, pois tal procedimento em relação ao Carmelândia é de responsabilidade deles, e esses procedimentos são por eles determinados e executados, conforme consta do termo de intenções assinado entre esta empresa e a Codem, o qual será demonstrado mais à frente.

Um dos critérios para a gratuidade era e ainda é a renda familiar não superior a cinco salários mínimos, o que pode variar conforme o salário vigente à época do projeto e da fase de cadastro, em 2020 o valor era de R\$ 5.195 (cinco mil cento e noventa e cinco reais) considerando o salário à época de R\$ 1.039 (mil e trinta e nove reais). Essa situação me levou a questionar e me inquietar, principalmente ao me deparar com famílias que possuíam renda superior a esse limite, mas eram compostas por um número grande de pessoas, em sua maioria idosos, pessoas com deficiência, possuindo gastos com remédios, cuidadores, entre outros, que por uma situação particular ficavam à margem desse processo gratuito. Além do mais, por se tratar de regularização fundiária, as melhorias habitacionais deveriam ser priorizadas e o território, na minha concepção, deveria ser mais explorado e valorizado, com a implantação de melhorias urbanísticas, sociais e ambientais.

Paralelo a isso, outras demandas me foram conferidas no trabalho na CODEM, como a construção do diagnóstico social para compor o projeto urbanístico, uma das fases do processo de regularização fundiária, presente em figura a ser demonstrada ao longo do texto. Diante desta situação, eu comecei a questionar sobre quem, de fato, eram essas pessoas que atendíamos? O que elas pensam sobre isso? Qual a visão que elas têm sobre seu próprio território?

Existe uma gama de documentos relevantes para a política municipal que possuem potencial de análise e que podem contribuir para a produção de conhecimento, principalmente no que tange ao quantitativo de informações que podem elucidar o cenário e o contexto em que as famílias estão inseridas, bem como um panorama dos beneficiados pela Regularização Fundiária Urbana de interesse social no Município de Belém.

Afinal, se os protagonistas deste trabalho são os destinatários de uma política municipal tão importante e tão demandada pela população, eu deveria, no mínimo, saber e entender mais sobre eles, mas, ao contrário, eu não os conhecia, eu não sabia quais eram as principais características dessas comunidades; então, formulei algumas perguntas que carrego comigo até hoje: Quem são, afinal, os destinatários da regularização fundiária urbana de interesse social? De onde vieram? Como chegaram e há quanto tempo residem nesta área? Quanto tempo esperaram por esse título? O que significa para eles a Certidão de Registro de Imóveis (regularização do imóvel) e quais os impactos que regularizar seus imóveis causa em

suas vidas? Quais histórias carregam consigo e que possuem como pano de fundo a luta por regularização da sua casa?

Entre os vários projetos que estavam em andamento na CODEM, o que mais me chamou atenção foi o da Comunidade Carmelândia, justamente por que nesse lugar eu estava acompanhando o processo desde o início e eu me sentia parte do projeto, pois ajudei a construí-lo de alguma forma, além do mais, o conjunto Carmelândia foi a primeira área de trabalho que tive contato e que acompanhei várias das etapas, provocando em mim inquietações e indagações acerca da execução dessa política no município de Belém. O projeto continuou em execução embora eu não tenha conseguido acompanhar de perto por ter sido transferida do setor que executa a Política de Regularização Fundiária em 2021, retornando em meados de 2023.

A Regularização Fundiária acontece levando em consideração um determinado espaço, território, uma comunidade, um bairro, inserido geograficamente no espaço urbano. Esses locais, segundo Souza⁹ (2009), são definidos por identidades e intersubjetividades compartilhadas, sendo para seus moradores “lugares”, espaços vividos e percebidos.

O território é recheado de atores e dinâmicas territoriais que presenciam transformações oriundas de ações externas e internas, inclusive pela ação pública. A regularização fundiária de interesse social pode ser entendida como um fator externo, uma ação pública que suscita a participação da comunidade, se insere num espaço que possui diversas contradições, tendo em vista a própria dinâmica territorial e de seus atores sociais e políticos.

Exemplo disso são os interlocutores dessa pesquisa que são pessoas da área, alguns conhecidos e antagonicos, que buscam por espaço e consolidação diante da sociedade local; além de moradores que só querem a conquista do espaço de moradia e seguir o curso de suas vidas.

Pretendo considerar neste trabalho a regularização fundiária de interesse social a partir de um olhar da antropologia, de modo que seja possível traçar um debate sobre a construção desses espaços, que são territórios inseridos na cidade e que já foram apropriados pela comunidade como um local seu, próprio, e que possuem diversos significados na dinâmica social do mundo globalizado; podem ser considerados espaços de resistência, onde a regularização fundiária é fruto de uma luta coletiva, a qual pode ser consolidada com o recebimento do título, o qual passa a reconhecer publicamente que aquele espaço é, de fato, dos seus ocupantes, como um direito assegurado pela Constituição Brasileira através de um

⁹ Marcelo Lopes de Souza é Professor Titular do Departamento de Geografia da UFRJ.

processo de transformação que foi do informal para o formal, por meio da consolidação do direito de propriedade¹⁰.

O “embrião” da pesquisa começou quando percebi que era o momento de refletir sobre os dados que eram produzidos em campo profissional através da aplicação de um instrumento do serviço social denominado de Boletim de Informações Socioeconômicas - BIS e que tinha como finalidade a apreensão de informações para emissão de parecer social. Com ele, poderíamos produzir, um banco de dados para expressar minimamente quem eram os destinatários dessa política pública e, com isso, os dados não se perderiam entre tantos documentos. Inicialmente esta era uma demanda profissional que se transformou em um objetivo acadêmico. Conforme Onto¹¹ (2020, p. 55) “os documentos podem ser considerados não apenas meros instrumentos de racionalização e simplificação de realidades, mas principalmente artefatos performadores das mais variadas relações ou objetos governamentais”.

Então, à frente da Gestão do Setor responsável pelos cadastros sociais identifiquei a importância de quantificar o material proveniente das visitas domiciliares e com o apoio da equipe administrativa esse procedimento começou a ser realizado, antes que fossem distribuídos e seguissem os fluxos dos processos, o que dificultaria sua condensação, e teríamos esses dados em fácil alcance.

Esse procedimento não era padrão e continua não sendo, o Carmelândia é um dos únicos projetos que possui os dados socioeconômicos sistematizados. Além disso, o setor social precisava elaborar um diagnóstico que respaldasse a definição da área de trabalho como de interesse social, para isso precisávamos demonstrar que a maioria da população da área do projeto era de baixa renda. Nesse caso, geralmente eram utilizados dados de fontes oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mas nem sempre esses dados estão disponíveis com as informações que o diagnóstico requer e, dessa vez, portanto, com autonomia sobre tais circunstâncias, por estar na Gestão Social da Unidade Responsável por esse trabalho, decidi usar dados que o setor possuía sobre a realidade com a qual nossa equipe se deparava quando da execução do trabalho. Esses dados foram sistematizados e utilizados de forma profissional, na CODEM e a análise desses dados, foi um dos objetivos desta dissertação.

Com isso, e como parte do processo de regularização fundiária, no período compreendido entre 2019 e início de 2021, foram realizados 1.158 cadastros sociais, os quais

¹⁰ Conforme Pimenta, Vasconcellos e Fischer (2022, p.28-29) “uma propriedade está consolidada quando inserida no sistema registral, individualizada, publicizada e associada aos direitos de forma livre e irrestrita acarretando na total e irrestrita autonomia do proprietário sobre o bem para usar, gozar, dispor e reivindicar.”

¹¹ Gustavo Onto é Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ).

são documentos oficiais e que foram a base para a realização do estudo das configurações das famílias da área, conforme Ferreira e Lowenkron¹² (2020, p.7), nas organizações estatais a escrita e os documentos são tecnologias e artefatos centrais e acabam sendo objeto de etnografias mesmo quando não são o foco central.

Ressalto que tal documento foi descontinuado na Codem, a partir de 2021, sob a justificativa de simplificar, desburocratizar e agilizar o processo, o que para o serviço social na instituição foi uma perda muito grande, pois esse era um instrumental específico do serviço social que embasava a produção dos pareceres sociais, além de dar suporte a outros profissionais quando existiam dúvidas sobre os imóveis ou sobre conflitos. A produção de dados em campo na CODEM, atualmente, está restrita às informações que são exigidas pelo cartório e que constarão na emissão do título de propriedade do imóvel. Essa mudança implicou em um procedimento mais rápido pois as famílias não precisam mais prestar várias informações, no entanto, a Codem não tem, com isso, uma base de dados que possa descrever e apontar para as informações das famílias que foram atendidas.

Ao estabelecer uma relação mais próxima com a minha orientadora e ao cursar as disciplinas do mestrado, como Antropologia Urbana, Metodologia das ciências sociais-antropologia, Teorias Antropológicas I e II, entre outras, comecei a consolidar os caminhos da minha pesquisa para a construção da dissertação na área de Antropologia. Desta forma, comecei a realizar levantamento bibliográfico e analisar os dados que eu possuía para delimitar o meu objeto.

Em paralelo a isso, eu estava em processo de conclusão do Curso do Especialização em Tecnologias Aplicadas à Regularização Fundiária e Prevenção de Conflitos Socioambientais, Habitacionais e Sanitários, realizada pelo Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* (PPLS) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPA, voltado para profissionais que atuavam em instituições estaduais e/ou municipais, integradas ou em processo de adesão ao Programa Morar, Conviver, Preservar (Rede Amazônia), o que reforçou em mim a necessidade de conhecer melhor o público alvo das ações dessa política, para que eu pudesse pensar nas estratégias exequíveis de execução do

¹² Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira é doutora em Antropologia Social, Professora do Departamento de Antropologia Cultural e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laura Lowenkron é Doutora em antropologia social, professora adjunta do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, atua nos campos dos estudos de gênero e sexualidade e da Antropologia do Estado.

trabalho e buscando uma maior participação ao processo que a regularização fundiária exige e, com isso, maior sucesso nas atividades.

A primeira vez que entrei no Carmelândia foi enquanto servidora da Codem, para uma reunião de orientação com os moradores e para explicar as fases do trabalho e do projeto, às quais serão explicitadas no curso deste trabalho. Durante a reunião, ficou evidente que as pessoas tinham várias dúvidas e inquietações e até descrença no trabalho, pois não era a primeira vez que havia a tentativa de regularização da área, porém todas as outras vezes sem sucesso. Os participantes presentes eram, em sua maioria, idosos que possuíam o medo de “perder” sua casa, e estavam dispostos a repetir, mais uma vez, o procedimento que a regularização fundiária requer, mesmo que desconfiados sobre a consolidação ou não da regularização de seus imóveis. Mas foi durante o meu trabalho de campo para esta pesquisa do mestrado que conheci melhor meus interlocutores.

Esta dissertação tem como objetivo a construção de dados etnográficos, com a participação de 04 (quatro) interlocutores que foram beneficiados pela regularização fundiária urbana de interesse social no Conjunto Carmelândia, apresentando suas trajetórias sociais, que Bourdieu¹³ (1996) indica tratar-se da interação das relações entre agentes e forças presentes em um determinado campo; apresentarei ainda a percepção desses interlocutores do espaço em que vivem, traçando um paralelo com o significado da regularização fundiária para essas famílias, pois, conforme Magnani¹⁴ (2002, p. 17) é ‘através de um olhar “de perto e de dentro”, que é possível “apreender os padrões de comportamento (...) dos múltiplos, variados e heterogêneos conjunto de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos”. E por entender que essa é uma forma de aproximação maior do cotidiano dessas pessoas, pois permite ouvi-las e observá-las em seu local de vivência. O que me permitiu construir “formulações teórico-etnográficas” (Peirano¹⁵, 2014, p. 383).

A escolha desse conjunto como universo de investigação se condensa no fato dessa área ser a primeira área regularizada em Belém através do instrumento de regularização fundiária denominado de legitimação fundiária, conferindo aos seus habitantes, os primeiros a receberem uma certidão de registro de imóvel dessa natureza através de um programa de regularização fundiária em Belém, o pleno direito de propriedade com total e irrestrita autonomia. Anteriormente a esse instrumento a regularização ocorria através da Concessão de

¹³ Pierre Bourdieu é um sociólogo francês nascido em 1930 e falecido em 2002.

¹⁴ José Guilherme Magnani é um antropólogo brasileiro, Doutor em Ciências Humanas, atua na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana

¹⁵ Mariza Gomes e Souza Peirano é uma antropóloga brasileira, professora titular aposentada e professora emérita do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

Uso Especial para fins de Moradia – CUEM que entre outras diferenças, este último não transfere a propriedade, concedendo apenas o direito de uso.

Os 04 (quatro) interlocutores se formaram conforme os contatos que fui realizando no tempo que permaneci na área para a pesquisa, com a ressalva que eu já tinha ouvido falar e já tinha contato com alguns deles por conta do meu trabalho, e ainda pelo interesse que estes demonstraram pela minha pesquisa e em colaborar comigo. Para manter sob sigilo e preservar a identidade dos atores envolvidos nesta pesquisa, eu optei por não revelar seus nomes, pois existem vários conflitos na área que incluem desentendimentos e ameaças. Portanto, os interlocutores receberam nomes que tem relação direta com o Conjunto Carmelândia, irei nominá-los escolhendo o nome de algumas ruas do Conjunto. Por se tratar de duas mulheres e dois homens, estes receberam os nomes de: Rosa de Saron, Deolinda, Roberto Regateiro e José Monteiro.

Além disso, construo, apresento e reflito sobre um banco de dados socioeconômico das famílias residentes nesta área, a partir dos dados obtidos por meio de um cadastro social realizado pela Codem, para fins de regularização fundiária urbana de interesse social no conjunto. O banco é capaz de demonstrar aspectos relacionados à renda da população, indicar o grau de instrução, existência de pessoas com deficiência nesse território, as taxas de ocupação, entre outros, que nos trazem um recorte da realidade e que terão significado a partir de um contexto teórico e metodológico que buscarei analisar nesse texto com a orientação de que, conforme Ferreira e Lowenkron (2020, p. 9), “documentos não só registram realidades pré-existentes, mas também são tecnologias centrais na produção e fabricação das realidades que governam, sejam elas corpos, territórios, relações.”

Como metodologia, realizei pesquisa documental e quantitativa, com análise estatística descritiva, pois utilizei documentos existentes na CODEM e sistematizei os dados dos questionários aplicados para fins do trabalho, com elaboração de gráficos e tabelas em que constam dados relevantes para traçar o perfil dos moradores, um dos objetivos desta pesquisa. Também realizei pesquisa qualitativa, com abordagem etnográfica, me relacionando e entrevistando pessoas que já foram contempladas com a regularização fundiária de seus imóveis, abarcando suas trajetórias até receberem seus títulos¹⁶ de propriedade, e a partir de suas perspectivas, as diversas mudanças da comunidade no percurso, até chegar à fase final desse processo, que é o recebimento do título de propriedade. As entrevistas foram realizadas

¹⁶ Nome comumente chamado para Certidão de Registro de Imóveis emitida pelos Cartórios de Registro de Imóveis.

com a ajuda de um aparelho celular, fundamentadas por um roteiro com perguntas abertas, onde os interlocutores foram incentivados a compartilharem suas trajetórias de vida que culminaram na ocupação desse território.

A minha posicionalidade no trabalho de campo foi orientada por uma objetividade situada (Haraway¹⁷, 1995) sendo facilitada pelo fato de pertencer profissionalmente a um órgão público que executa a política na área e por ter acesso a informações sobre o processo de ocupação do espaço, me afastando assim da posição de neutralidade. O fato de ser conhecida como sendo funcionária da CODEM por diversas vezes facilitou a comunicação com os moradores e com os próprios interlocutores, pois uma das minhas dificuldades durante a entrada em campo era por que eu só havia tido contato com a comunidade enquanto servidora pública. As minhas próprias experiências na política foram atravessadas pelas experiências dos moradores sob uma “perspectiva parcial” que, conforme Haraway, é a única forma se ter uma visão objetiva (Haraway, 1995. p.21).

A pesquisa de campo foi realizada no mês de março de 2023, após esse período retornei de forma esporádica ao local, meu contato maior era com Roberto Regateiro, para quem eu já havia explicado sobre a minha pesquisa e o mesmo se dispôs a colaborar, quando comecei a ir para o conjunto eu ainda não tinha a definição de quem seriam meus interlocutores principais. Enquanto trabalhadora da CODEM, sempre que eu ia para o conjunto era pra uma atividade específica e sempre em grupo, com o uniforme da CODEM, o que nos identificava e nos fazia sermos bem recebidos, durante a pesquisa de campo passei a frequentar o espaço sozinha, sem uniforme, eu era mais um transeunte naquele conjunto.

O período em que frequentei a área foi de aproximadamente um mês, passei a residir na casa de minha irmã em um condomínio no Bairro Parque Verde, às margens da Rodovia Augusto Montenegro e próximo ao bairro Mangueirão, nesse período eu não estava mais ligada ao setor que executa a regularização fundiária na CODEM, o que, de certa forma, facilitou a separação entre esses dois processos que eu enfrentava. Eu fui em dias alternados, geralmente nos períodos da tarde, e alguns dias pela manhã, inclusive aos sábados.

A mudança no olhar de técnica para pesquisadora nesse território veio sob a ótica da antropologia que me mostrou uma forma diferente de abordar a temática, através de uma compreensão a partir das perspectivas dos interlocutores, “de dentro” (Magnani, 2002), com a atenção voltada para trajetórias de vida e os significados atribuídos a esses espaços que são construídos sob influências de relações de poder.

¹⁷ Donna Haraway é uma filósofa e zoóloga estadunidense, professora emérita no Departamento de História da Consciência e no Departamento de Estudos Feministas na Universidade da Califórnia, Estados Unidos.

Portanto, é na interface entre a antropologia urbana e a antropologia da política que esse trabalho pretende compreender o processo e as trajetórias sociais (Bourdieu, 1996) que culminaram com a regularização fundiária dos moradores do conjunto Carmelândia, inspirada em trabalhos de Kuschnir¹⁸ (2007) que aborda o cotidiano da política e nas obras de Velho¹⁹ que muito contribui para o debate a respeito da complexidade da vida nas cidades e do papel das redes sociais na formação de identidades e de relações.

Na construção do texto, farei uso de imagens, mapas, figuras e gráficos, sendo alguns produzidos por mim, outros elaborados por outros autores e tem ainda mapas produzidos especialmente para este trabalho, todos devidamente referenciados. Essas ferramentas foram utilizadas para demonstrar de maneira visual as informações acerca da temática, e como forma de facilitar a compreensão e análise dos dados, demonstrando as relações espaciais e geográficas entre as informações presentes no texto.

É válido lembrar que minha formação é em serviço social, portanto meus estudos na antropologia ainda são recentes e embora eu tenha tido contato breve em uma disciplina na graduação, foi com o mestrado que os desafios dessa área ficaram mais evidentes e também um elemento gerador de novas formas de leitura da minha realidade, onde eu precisei abandonar a suposta neutralidade e o afastamento com que eu trabalhava com essa comunidade. O fato de estar recente trabalhando com essa política me fez priorizar a busca por conhecimentos e foi na antropologia que eu encontrei uma nova forma, para mim, de investigação da sociedade.

O trabalho com a Regularização Fundiária sempre foi cercado por diversos tipos de disputas e conflitos internos e externos, na Gestão que se iniciou em 2021 esse processo, ao meu ver, ficou mais acirrado ainda, alguns funcionários ingressaram no órgão com a necessidade de conquista de espaço e poder, imputando aos funcionários da empresa atitudes que não condiziam com a realidade, por ser funcionária da casa há mais tempo eu era referência no trabalho para a maioria dos servidores, inclusive os que estavam entrando, o que começou a incomodar funcionários que almejavam a coordenação e o poder, e que acreditavam que eu os atrapalhava.

Em 2021, fui transferida de setor sob a égide de que eu era “muito competente” e que iriam precisar muito de mim em outro setor, passei a trabalhar com gastronomia, que nada tinha

¹⁸ Karina Kuschnir é Doutora em Antropologia Social, Professora Associada do Departamento de Antropologia Cultural do IFCS/UFRJ, onde coordena o Laboratório de Antropologia Urbana.

¹⁹ Gilberto Velho foi um antropólogo brasileiro, pioneiro da Antropologia Urbana no país nascido em 1945 e falecido em 2012.

a ver com o cargo para o qual fui nomeada, e passei a me envolver na produção de projetos e relatórios dessa área, onde permaneci de outubro de 2021 a maio de 2023.

Tudo isso para dizer que minha pesquisa de campo ocorreu no período que eu não estava trabalhando diretamente com a regularização fundiária e não pude acompanhar a entrega da maioria dos títulos do Carmelândia e nem o trabalho na CODEM durante esse período, pois afastada do setor que executava o trabalho, eu era constantemente alertada sobre não me aproximar do setor e que não queriam me ver lá, por acreditarem que eu poderia intervir no trabalho; a opção por não observar as atividades enquanto pesquisadora foi mais uma tentativa de manter minha integridade emocional no trabalho, evitando, além de tudo, outros problemas emocionais e, com isso, me debrucei completamente sobre as atividades ocupacionais do setor para o qual fui enviada. Escrevo esse texto já tendo sido integrada novamente à equipe de regularização fundiária e em um ambiente de trabalho totalmente oposto ao que presenciei nos primeiros meses de 2021.

Acredito ser importante deixar isso descrito, pois o texto vem retratar meu ponto de vista do processo de regularização fundiária no conjunto Carmelândia, principalmente em sua parte intersubjetiva e retrata um processo marcado por profundas disputas políticas e contradições.

O processo de Regularização Fundiária urbana é parte constitutiva do objeto de análise deste trabalho, pois de um lado estão os atores sociais e de outro a paisagem e o Estado. Os dados etnográficos e o material desenvolvido nesta pesquisa resultaram no presente texto de dissertação de mestrado condensado em três capítulos.

No primeiro capítulo discuto a legislação e a literatura acadêmica que versam sobre o direito à cidade, o direito à moradia e a regularização fundiária urbana, finalizando o capítulo com algumas informações sobre o campo de pesquisa, sobre minha atuação profissional e o lugar que ocupo.

No segundo capítulo abordo a comunidade Carmelândia desde sua formação e, com isso, é relevante versar sobre a construção da cidade de Belém, até chegar no bairro do Mangueirão, onde está localizada a comunidade, universo deste estudo; apresento informações densas sobre o Carmelândia enquanto campo de pesquisa e também o processo de execução da Política Municipal de Regularização Fundiária no conjunto, realizo a descrição de um evento de entrega de títulos aos moradores da área e finalizo o capítulo apresentando o perfil socioeconômico dos moradores e dos domicílios da área.

Já no terceiro e último capítulo apresento as narrativas de 04 (quatro) interlocutores, a partir dos dados etnográficos produzidos a partir das nossas interações, apresentando suas

histórias de vida, conflitos e as contradições da política, bem como as experiências e significados da conquista da moradia e, mais ainda, da regularização fundiária que atravessa essas histórias, finalizo o capítulo apresentando o legado simbólico da regularização fundiária para essas famílias.

CAPÍTULO I - DA NORMA À REALIDADE: A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM BELÉM SOB A LENTE DO DIREITO À CIDADE

A habitação é considerada uma política pública. Conforme o entendimento de Pereira²⁰ (2009, p. 87), esta “se refere às ações do Estado face às demandas e necessidades sociais da sociedade, desde que aquele se tornou crescentemente e interventor”. No entanto, neste trabalho trataremos da política sob uma abordagem antropológica, a qual “privilegia a dimensão simbólica, ou seja, a interpretação que os atores sociais fazem das instituições, relações e objetos com os quais lidam no cotidiano” (KUSCHNIR, 2007, p.9). O Brasil vem apresentando no campo das políticas públicas avanços e retrocessos, ainda somos um país com profundas desigualdades sociais e com a habitação esse processo não é diferente. Park²¹ (1929)²² já assinalava que “o problema social é fundamentalmente um problema da cidade”.

Embora a legislação nessa seara seja ampla, a execução dos aspectos contidos nela não é aplicada de forma que todos os cidadãos tenham melhorias nas condições de moradia, garantindo que sua função social seja exercitada.

Lefebvre²³ (2001, p.117-118), em sua obra cujo título original é *Le Droit à la Ville*, publicada em 1968, já mencionava que “O direito à cidade só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”, naquele período um direito ainda em formação, me parece que até hoje não consolidado.

Vale ressaltar ainda que, conforme Alves, Junior e Cordeiro²⁴ (2018), não é o bastante para a solução de problemas na área da habitação somente a previsão legal, e sim, políticas públicas que possam efetivar o direito à moradia.

Neste capítulo farei uma análise da legislação em relação ao direito à cidade, ao direito à moradia e a complexidade na qual essa temática está envolvida e que incidem diretamente sobre a regularização fundiária.

²⁰ Potyara Pereira é doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília possui graduação em Serviço Social e em Direito.

²¹ Ezra Park foi um Sociólogo norte-americano que viveu de 1864 a 1944, e um dos pensadores da escola de Chicago, a qual é uma escola de Pensamento que surgiu a partir de 1895 com a fundação da Universidade de Chicago, segundo o sociólogo Howard Becker (1996) nascido em 1928 e falecido em 2023 trata-se de um “modo de pensar, uma maneira de abordar problemas de pesquisa que estão muito vivos e presentes em boa parte do trabalho feito hoje em dia” (Becker, 1996, p. 188).

²² “A cidade como Laboratório Social” (Park, 1929) Traduzido por Lícia Valladares (2018, p.94).

²³ Henri Lefebvre foi um filósofo e sociólogo francês nascido em 1901 e falecido em 1991.

²⁴ Docentes da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

1.1 Direito à moradia: o espaço urbano como mercadoria

O direito à moradia se tornou um direito social mediante a inclusão do art. 6º na Constituição Federal, através da Emenda Constitucional Nº 26 de 2000, visto que não constava no texto base da constituição de 1988. No entanto, como afirma Blanco²⁵ (2017), desde a constituição republicana de 1891, a casa já era considerada como asilo inviolável, podendo ser acessada apenas com a permissão do morador. Em 1934, esse direito passou a compor o texto constitucional, que incluiu, ainda, a propriedade como um benefício social coletivo, se mantendo nas constituições de 1946 e 1964. De acordo com essa autora, foi no ano de 1964 que surgiu o Sistema Financeiro de Habitação de Interesse Social, através da lei Nº 4.380/64, como forma de financiar a aquisição de moradia para pessoas com baixa condição financeira. Pela primeira vez na legislação pudemos visualizar a inclusão da habitação de interesse social.

A moradia é um direito social fundamental que carece intervenção do Estado na sua efetivação. Silva *apud* Blanco (2017. p. 34) afirmou que o direito à moradia consiste na ocupação para fins de residência em um determinado local e não necessariamente a aquisição de casa própria, refere-se, portanto ao direito a um abrigo digno. Ainda em relação ao direito à moradia, argumentou que o problema vai além, para ele:

O direito à moradia encontra fundamento na própria ideia de direito à vida. Para ele a questão do acesso à moradia não é resolvida simplesmente por meio da distribuição de casas, e sim por meio da criação de um mínimo de infraestrutura, de modo que o indivíduo possa permanecer no local dignamente com acesso aos meios básicos de sobrevivência de qualquer ser humano, quais sejam: água, luz, acesso a transporte, dentre outros.

No entanto, Ferreira e Santos²⁶ (2015), corroboram que o direito à moradia é mais amplo do que simplesmente a aquisição de um teto, é mais do que o simples morar, devendo contribuir para o alcance das condições materiais de desenvolvimento digno ao sujeito de direito. É o que percebemos na fala de José Monteiro, um dos interlocutores dessa pesquisa, quando ele diz “acho que o conjunto tá muito sujo, com falta de limpeza, espero que a regularização melhore esse aspecto”, trata-se das condições materiais para o desenvolvimento da vida naquele espaço. (José Monteiro, morador do Carmelândia, 2023)

²⁵ Thais Blanco é Pós graduada em Direito.

²⁶ Fábio Ferreira é pós graduado em processo civil e Samuel Santos é Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Para Maior²⁷ et al. (2018) existe uma diferença entre o que está previsto na Constituição Federal de 1988 é o que é de fato executado, apontando uma contradição do que chamam de “Brasil real” e o “Brasil legal”, como é o caso do direito à moradia e suas previsões legislativas que possuem um abismo com a realidade.

A moradia adequada foi reconhecida como direito humano na Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH de 1948 (Brasil, 2013). Por isso, a habitação também é considerada como parte dos direitos humanos, pois segundo Maior et al. (2018, p. 129) “incluem o direito à liberdade, igualdade, acesso à educação, saúde, habitação, moradia, lazer, dentre tantas outras necessidades sociais, que possibilite melhores condições de vida aos indivíduos”. No entanto, conforme Bittar²⁸ ressalta abaixo:

A fome, a pobreza e a pobreza extrema continuam alimentando as armadilhas sociais do Brasil, desde tempos longevos, a exemplo das condições precárias de moradia. Segundo o IBGE, o Brasil possui 11,4 milhões de pessoas morando em favelas (“aglomerados subnormais”), o que corresponde a 6% da população brasileira, sabendo-se que são 6.329 favelas, em 323 municípios de todo o país (IBGE, 2017). (Bittar, 2018. p. 20)

A moradia, portanto, não pode ser alcançada por todos e está disponível a quem pode comprá-la, embora seja o desejo de muitos ter sua propriedade é um problema social que reflete no cotidiano e é perceptível pelos habitantes “qualquer uma pessoa queria ter esse seu cantinho e dizer é meu e o que tem de gente querendo não é pouco, né? Que isso deveria ser expandido” (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023). Parafraçando Pinto²⁹ (2018. p. 91):

a cidade, e nela a moradia como mercadoria, é determinada pela propriedade privada do solo urbano que exige renda monetária para que se possa ocupá-lo. Não é acessível a todos e, para se valorizar, depende da incorporação de trabalho social, o que, no contexto capitalista, traduz-se em investimentos públicos.

A ocupação do espaço urbano, portanto, expressa as desigualdades sociais do mundo globalizado, com o direito à moradia subordinado ao capital; é uma mercadoria que provoca a ocupação de territórios cada vez mais periféricos, afastados dos centros urbanos, os quais são

²⁷ Nivea Maria Santos Souto Maior, é Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba; Milca Oliveira Clementino é Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba; Rosiane Oliveira da Costa é Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba; Sara Duarte Cordeiro Leal é Assistente Social, Pós-graduada em Políticas de Saúde pela Faculdade Integradas de Patos.

²⁸ Professor do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Universidade de São Paulo – USP.

²⁹ Marina Barbosa Pinto é doutora em História pela UFF.

caracterizados pela carência de infraestrutura, acessibilidade a serviços de saúde, saneamento básico e ainda com pouca mobilidade urbana, acentuando os contrastes espaciais das cidades.

A Lei Federal Nº 13.465/2017 que dispõe sobre a regularização fundiária foi aprovada durante o mandato do Presidente Michel Temer, empossado em agosto de 2016, após o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. A lei Municipal Nº 9.733/2022 que regulamenta a regularização fundiária no âmbito do Município de Belém, foi elaborada nos moldes da Lei Federal Nº 13.465/2017 e foi aprovada na Gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues, sem discussão social ou debates públicos em que o texto tenha sido o centro das discussões. A primeira lei, conforme Araujo e Lima³⁰ (2019, p. 27) trata-se de “um instrumento novo, aprovado sem a necessária discussão social, em inobservância ao pacto federativo, e abrange diversos temas.”

A lei federal foi criada a partir da perspectiva de desburocratização, simplificação e agilidade do processo de regularização fundiária, mas é recheada de tópicos questionáveis do direito à habitação, como os aspectos voltados somente para a posse e a propriedade que, segundo Araujo e Lima³¹ (2019), não garantem ainda moradia para novos ocupantes informais e favorece integrações de posse nos casos em que o autor é o ente público.³²

Contraditoriamente, em Belém, o centro urbano é bem próximo à periferia, podemos dizer que a periferia está no centro urbano, conforme Soares³³ (2016, p.30), em sua tese de doutorado intitulada: Memória ambiental na Bacia do Una - Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA), “esta proximidade é um reflexo, por um lado, de uma característica de Belém, isto é, a proximidade geográfica entre centro e periferia, o que não contribui para diminuir as diferenças nas maneiras de experimentar a cidade e o aparelhamento urbano nas áreas baixas e nas áreas altas”.

³⁰ Alexandra Fuchs de Araújo e Paulo de Araújo Mendes Lima, A primeira é juíza de direito em São Paulo e doutora em Direito pela USP, o segundo é assistente judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

³¹ Alexandra Fuchs de Araújo e Paulo de Araújo Mendes Lima, A primeira é juíza de direito em São Paulo e doutora em Direito pela USP, o segundo é assistente judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

³² Existem vários aspectos sobre a criação da lei Nº 13.465/2017, e a Lei Nº 9.733/2022, que seguiu os mesmos moldes da primeira, que são controversos e potencialmente regressivos, porém não vamos analisar nesta dissertação o cenário e o debate que as envolve, visto que é uma temática ampla e que merece mais aprofundamento em outro texto.

³³ Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares é Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor Adjunto no Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

1.2 Direito à cidade e o território como palco

Foi com o Estatuto da Cidade, aprovado através da Lei Federal Nº 10.257/2001, que a regularização fundiária das áreas que foram ocupadas por população de baixa renda passou a ser uma diretriz na política urbana (Sotto³⁴, 2021), nessa modalidade denominada de Regularização Fundiária de Interesse Social – Reurb-s, se visa a gratuidade na entrega do título e, teoricamente, prevê uma série de melhorias habitacionais que permitam a concretização do direito à cidade.

Não podemos deixar de fora dessa discussão sobre território as considerações deixadas por Marx³⁵ (2011), que publicou em 1861 *O capital*, o livro 1, que se refere ao processo de produção do capital e de suas origens históricas, permitindo o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o qual tem a cidade como o seu local de produção e reprodução e que conforme Maricato³⁶ (2015), foi com o desenvolvimento do capitalismo que se instalou a “crise urbana”. Tal análise se faz importante, pois podemos perceber que o território passa a ter diferentes significados no decorrer do tempo e conforme sua utilização e o desenvolvimento histórico. O capitalismo se apresenta como um marco dos diferentes tipos de uso do solo, que passou a ter caráter privado, sendo incorporado ao capital.

Lefebvre (2001) já sinalizava que a cidade não era um *simples produto material*, para ele, “Se há uma produção das cidades, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos”. (Lefebvre, 2001, p. 52).

Deter-me-ei na cidade para fazer um debate antropológico sobre o urbano e suas mais diversas configurações, de forma que isso possa embasar a análise de minha pesquisa. Mas é importante entender, conforme Simmel³⁷ (2005), a distinção entre a vida do campo e a vida na cidade, inclusive sobre a dinâmica dos diferentes territórios, onde ele apresenta a primeira como sendo detentora de um ritmo mais lento, e “com isso se compreende, sobretudo o caráter intelectualista da vida anímica do habitante da cidade grande, frente ao habitante da cidade pequena”. (Simmel, 2005, p. 578), pois

o tipo do habitante da cidade grande — que naturalmente é envolto em milhares de modificações individuais — cria um órgão protetor contra o desenraizamento com o qual as correntes e discrepâncias de seu meio exterior o ameaçam: ele reage não com

³⁴ Débora Sotto é Doutora em direito urbanístico pela PUC-SP

³⁵ Karl Marx é filósofo, sociólogo e economista que viveu de 1818 a 1883.

³⁶ Ermínia Maricato é professora aposentada da Universidade de São Paulo – USP, nascida em 1945.

³⁷ Georg Simmel Sociólogo alemão, nascido em 1858 e falecido em 1918.

o ânimo, mas sobretudo com o entendimento, para o que a intensificação da consciência, criada pela mesma causa, propicia a prerrogativa anímica. (Simmel, 2005, p. 578).

Nesse contexto, a cidade com as suas mais diversas configurações é muito mais do que uma aglomeração humana em um determinado espaço, seria ínfimo reduzi-la a isso, apesar de ser uma nomenclatura bastante utilizada pelo IBGE até 2023, por que ela é muito mais complexa, profunda, heterogênea, múltipla, em suas várias determinações. Em Park (1967) a cidade, além da concepção geográfica ou ecológica, é também econômica e se confunde com hábitos e costumes de seus habitantes, com forças atuando dentro dos limites da comunidade e da habitação urbana. Para ele a cidade é:

[...] algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos — tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana. (Park, 1967, p. 26).

A cidade é também o espaço dos contrastes e contradições, nela se desenvolvem as mais diversas ações, é o cenário da vida cotidiana, “A cidade passa, assim, a se constituir no *contexto* no qual se desenvolvem vários processos e fenômenos sociais. Ela não é a principal causa destes fenômenos” (Oliven³⁸, 2007), mas interage com tudo que está ao seu redor. Para Lefebvre (2001, p. 52), “a cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”.

E essa história é construída no dia a dia dos habitantes da cidade, cada tomada de decisão desses habitantes pode ter um impacto que influenciará no seu futuro e pode ser um ato que se tornará histórico, a regularização fundiária do conjunto do qual este texto está tratando é um fato que se tornou um marco na vida de seus moradores, portanto uma normativa que tem impacto direto e ficará para a história. O trecho abaixo retrata esse efeito e ainda que muitos não tenham acreditado, passou a ser uma realidade.

É assim, a luta é grande. A gente falou, vamos dar entrada. Uns diziam, isso é mentira, isso é política, os que não acreditaram, a maioria não saiu. Então quem acreditou, saiu.

³⁸ Ruben George Oliven é um antropólogo brasileiro e professor titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Não foi escolhido no dedo, então, saiu. Para mim é tudo, como eu te falei, nada a gente consegue sem luta. O meu pai disse para nós assim (...) vamos comprar para cá? A gente sempre morou atrás da casa da minha avó. Pai, vamos comprar esse aqui? Aaaah eu não acredito em invasão, não vou jogar o meu dinheiro fora. Hoje, ele se arrepende. (Presidente da associação de moradores do conjunto Carmelândia, 2023)

O Carmelândia passou por diversas transformações ao longo do tempo, possíveis de perceber na fala dos interlocutores, onde Rosa de Saron apontou que o espaço passou por modificações: “isso aqui era só lama, foi muita luta até chegar a isso aqui, não tinha nada, era muito perigoso, hoje, graças a Deus, muita coisa mudou” (2023); a cidade, por estar em movimento, sofre transformações junto com os seus habitantes.

Portanto, é necessário entender a cidade a partir do movimento que ela faz junto com seus habitantes, aliás, são os moradores que fazem a cidade ter esse movimento, esse entendimento deve ser a partir dos diversos elementos que a compõe, nessa linha Magnani (2002) apontou que:

A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar ‘competente’ que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo (Magnani, 2002, p. 15).

A definição de localidades que utilizo no texto tem suas bases em Leeds³⁹ (2015), para o qual são “[...] subáreas visualmente distintas de uma cidade, nitidamente delimitadas como uma área invadida por posseiros” (Leeds, 2015, p. 32); refere-se, portanto, a uma localidade que possui um agregado de pessoas ou de casas, essas localidades passam a ser objeto de regularização fundiária urbana justamente pelo seu caráter “irregular”.

Estas localidades são norteadas por relações de poder, por isso, conforme Koga e Diniz⁴⁰ (2018), o território é uma “expressão viva” das relações estabelecidas pelo homem no espaço, sejam elas históricas, políticas, culturais, econômicas e relacionais. Para estes autores:

Os territórios são edificados no movimento e curso da história social e são dinâmicos e relacionais, pois perpassados pelas multidimensionalidades de poder, por processos de transição, de conflitos e tensões que se encampam no espaço e em determinado tempo social, de modo que os territórios abrigam inseparavelmente a dimensão natural, mas também a sua topografia social [...] é constituído sob a base do espaço, na confluência de relações humanas, que o torna relacional, como campo de mediação

³⁹ Anthony Leeds nascido em 1925 e falecido em 1989 e Elizabeth Leeds, nascida em 1942, são dois cientistas sociais estadunidenses que se dedicaram, entre outros temas, ao estudo dos *squatter settlements* (ou assentamentos não controlados) na América Latina.

⁴⁰ Dirce Koga, Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, falecida em 2021; Rodrigo Diniz é Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

de poder saturado de sentidos e significados vivenciados na vida cotidiana. (Koga e Diniz, 2018, p. 85).

Para Saquet⁴¹ (2009), o território é considerado a partir de características de heterogeneidade e homogeneidade, difere-se da territorialidade e é baseado em uma concepção renovada e histórico-crítica, com múltiplos arranjos sociais e territoriais que passam pelo indivíduo, família, organizações de bairros, políticas e/ou culturais e/ou empresariais, sem deixar de lado as diferenças culturais e econômicas.

O território é marcado pelo jogo de interesses e contradições, onde a sociedade em um determinado local se une através de objetivos comuns que podem ser compartilhados. Neste sentido, torna-se um desafio mobilizar uma sociedade em torno de um objetivo quando estes não partem do seio dessa comunidade. É o que acontece na regularização fundiária, onde a sociedade, tão heterogênea, compartilha interesses diversos nesse processo. Conforme Teisserenc⁴² (2016), não se pode separar território e identidade, estes, quando atravessados por importantes desafios, emanado de fatores externos, passam por dinâmicas internas e se reorganizam, principalmente quando se sentem ameaçados.

É o que se apreende da comunidade em tela, na qual é visível um cenário de disputas internas para ver quem mais se destaca, quem tem o reconhecimento da comunidade local ou quem tem mais poder de influência, o que certamente dificulta na resolução de problemas locais e fragiliza a coesão social, já que não há colaboração entre os envolvidos.

Em relação à produção do espaço, Cardoso (2018)⁴³ afirma que este é imposto por um planejamento urbano, exercido por diversos profissionais que, em nome do Estado e das políticas públicas, concebem e planejam como esse espaço será produzido e reproduzido, diretamente das pranchetas, computadores, escritórios e instituições, sem a mediação com o espaço vivido e onde a vida cotidiana acontece. Para ela, o que há em comum com os habitantes é a necessidade, mesmo que diferenciadas por uso e ocupação do espaço. Nas palavras desta autora:

Longe de expressar uma situação de igualdade de condições, tais sujeitos não possuem nem os mesmos interesses, nem os mesmos recursos, mas todos estão demandados a buscar satisfazer as suas diferentes necessidades por uso e ocupação do espaço a partir de um princípio básico: a subordinação do sentido de utilidade social das formas de uso da terra ao de valor de troca. Tal princípio transforma o solo em uma mercadoria a ser vendida/consumida/estocada no mercado onde se poderá extrair as maiores rendas fundiárias através da sua posse e exploração, principalmente através da

⁴¹ Marcos Aurélio Saquet é Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

⁴² Maria José da Silva Aquino Teisserenc é professora de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará.

⁴³ Isabel Cristina da Costa Cardoso, é professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com formação em serviço social.

conversão do zoneamento rural da terra para o urbano e do sentido de localização do espaço (Villaça, 2009) a partir do conjunto da infraestrutura pública instalada responsável, também, pela valorização da terra. (Cardoso, 2018, p. 63).

1.3 A regularização fundiária: desvendando o processo

Segundo Maricato (2015), o alargamento e retomada de investimentos no setor habitacional de interesse social não foi suficiente para impactar nas desigualdades sobre a questão fundiária no Brasil, mas, ao contrário, incidiram no aumento do preço da terra, é o que aponta a autora no livro para entender a crise urbana, onde ela apresenta três textos e uma entrevista, os quais baseiam-se em bibliografia e em sua vivência empírica, utilizando-se de vários autores e fontes que dão embasamento a essa afirmativa, sendo que esses investimentos se referem àqueles realizados a partir de 2007, onde é explicitada a subordinação do espaço urbano ao capital.

A regularização fundiária, no cenário atual, passou a ter caráter de segurança social e econômica através do título de propriedade, com isso as comunidades⁴⁴ precisam se reinventar e criar formas de enfrentamento conforme a situação que lhes é imposta. No caso da regularização fundiária, a insegurança da posse é um dos fatores que move essas comunidades a ir em busca de políticas públicas que lhes assegurem o direito não somente à benfeitoria, mas ao seu espaço, ao seu território. Presumo sob essa perspectiva que os destinatários desse processo de regularização fundiária, enquanto política pública, e diante da insegurança sobre a posse da terra, se viram motivados a reafirmar a ocupação histórica de seu território através da legitimação pública e jurídica para reconhecer a propriedade que lhes é de direito. Portanto, nesse processo é possível perceber que os moradores são motivados pela segurança jurídica que o título os pode proporcionar, é o que percebemos na fala de um morador e interlocutor dessa pesquisa “pra mim, o título trouxe segurança jurídica por que agora eu posso dizer que essa casa é minha” (José Monteiro, Morador do Carmelândia, 2023).

Nesse sentido, podemos utilizar como exemplo Zhouri e Oliveira⁴⁵ (2010, p. 455), para os quais “os conflitos dos quais tratamos colocam aos sujeitos ameaçados pelo deslocamento

⁴⁴ Onde “os membros se conhecem, mantém relações face a face, estão ligados por padrões de troca interpessoais etc.” (Magnani, 2002, p. 19).

⁴⁵ Andrea Zhouri é doutora em Sociologia pela Universidade de Essex, Inglaterra, 1998 e professora titular aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais. Raquel Oliveira é Doutora pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, professora adjunta do Departamento de Sociologia (UFMG) e professora do Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMG (PPGS).

compulsório, a necessidade de rever e de compor seus projetos, de reconsiderar as potencialidades de seu território, de atualizar seu sentido de lugar”. E o alcance da regularização eleva as expectativas em tono desse processo para outro patamar, acionando diversos sentimentos em relação àquele espaço e que engloba subjetividades dessas pessoas, a família, o lugar, “a sensação que todo mundo quer ter, um sonho realizado, que o terreno é meu, o imóvel regularizado é uma conquista, agora a minha família vai ter o seu lugar” (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023)

Em outro trecho, uma outra moradora descreve o sentimento que nutre por ter seu imóvel regularizado, reforçando o simbolismo que o documento carrega para os moradores:

Para mim só o fato de a gente ter o nosso documento da nossa casa, é tudo. É uma vitória muito grande. E é gratidão, gratidão a Deus, gratidão ao governador, ao prefeito, estás entendendo? Para mim, é só isso. É uma felicidade muito grande, você dizer, bater no peito, isso aqui é meu, ninguém me tira, só Deus. A gente dizer isso aqui é Deus. Deus te deu e te tirou. Porque não é fácil, hoje, para ti adquirir, como ele disse, tu não consegues ter uma casa aqui com menos de 100 mil, então, isso aqui é só você lutar pelo seu bem (moradora do Carmelândia, 2023).

Sobre isso Frúgoli⁴⁶ (2005, p. 144), citando também outros autores, aponta que:

[...] cabe então entender que a pluralidade da qual agora está se falando diz respeito, em termos territoriais, aos diversos graus de consolidação desses bairros ou dessas localidades quanto aos equipamentos coletivos urbanos disponíveis (Caldeira, 2000, p. 235-41; Marques & Bichir, 2001), embora boa parte dos mesmos continue marcada por inúmeras precariedades (Kowarick, 2004, p. 62-64).

A regularização fundiária urbana está inserida nesse cenário que é a cidade, é por ela transformada e, ao mesmo tempo, a transforma, traz mudanças na vida de seus beneficiários, prevê a instalação de equipamentos públicos e melhorias habitacionais que, por sua vez, implicarão na forma como eles irão se relacionar com essa localidade e com os outros moradores, em um contínuo movimento de transformar e ser transformado. Ao mesmo tempo, ela resulta da ação humana, na maioria das vezes representada pelos moradores que a requerem visando mudar o status de suas terras para regularizada; é um processo longo, participativo e político que visa consolidar tais locais no cenário urbano e que tem seu significado em cada morador. José Monteiro enfatiza em seu discurso o que sente em relação a essa regularização, para ele, “uma das coisas que a regularização me trouxe foi a tranquilidade de saber que agora aquele imóvel é meu” (José Monteiro, morador do Carmelândia, 2023).

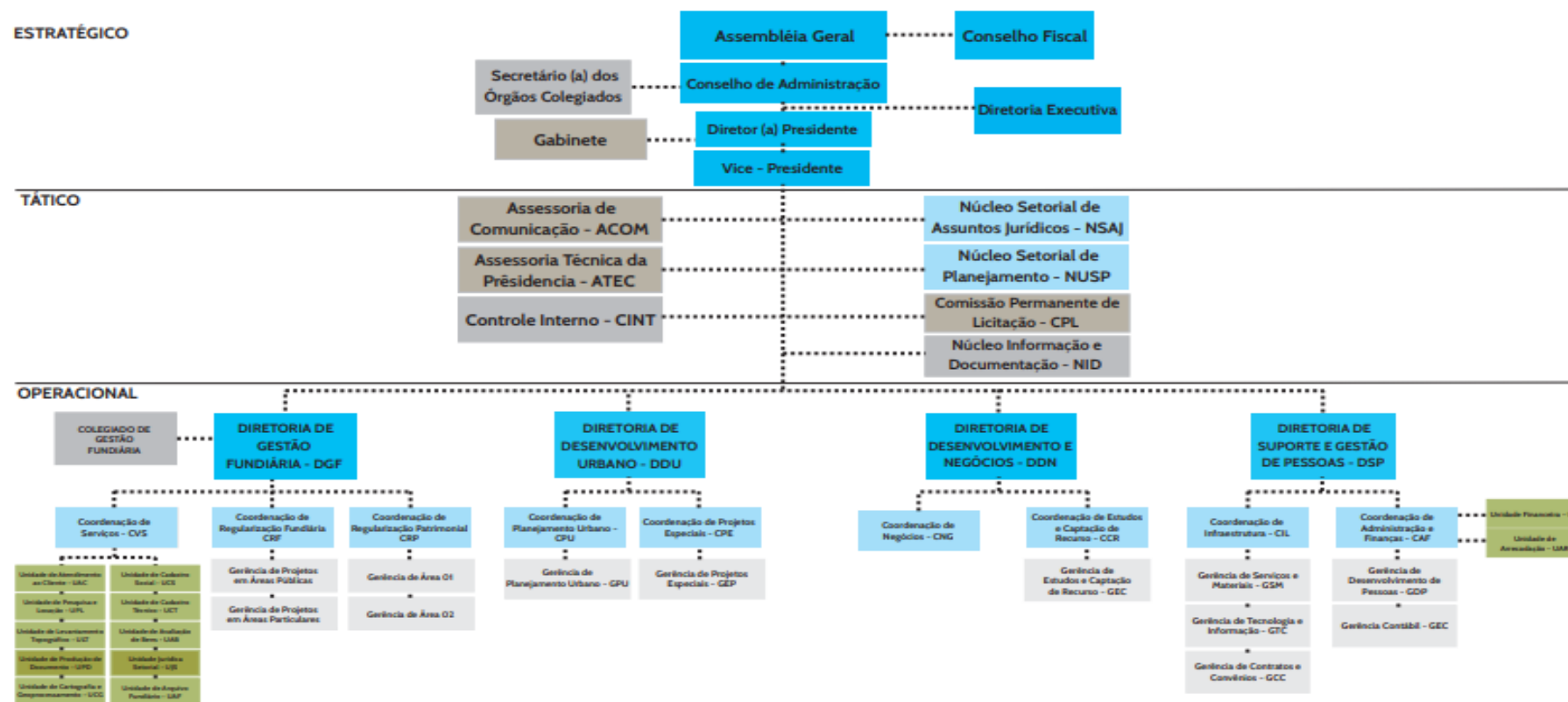
⁴⁶ Heitor Frúgoli Junior é professor titular do Departamento de Antropologia da USP.

Em Belém, a responsável pela execução da política de Regularização Fundiária Urbana é a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – CODEM, a qual está localizada na avenida Nazaré, Município de Belém/Pa, é uma sociedade de economia mista que tem como principal acionista a Prefeitura de Belém, foi criada em 24 de abril de 1970, pela Lei Ordinária n.º 6795, seus principais objetivos são planejar, coordenar, executar, monitorar e avaliar as atividades relacionadas à política municipal de regularização fundiária, conforme o artº 5º de seu Estatuto Social. Presta serviços técnicos especializados aos órgãos públicos e aos cidadãos em geral, como: avaliação de imóveis, levantamentos topográficos georreferenciados, pesquisa fundiária, cadastramento imobiliário de novas unidades habitacionais, entre outros. A Execução da regularização fundiária de interesse social nesta Companhia é atualmente realizada por meio do “Programa Terra da Gente”.

Através da figura abaixo é possível visualizar o organograma da CODEM e a sua composição atual, a qual possui 04 (quatro) Diretorias operacionais que são ligadas à Presidência do órgão, entre elas tem-se a Diretoria de Gestão Fundiária – DGF, responsável pela execução de todos os procedimentos relativos a Regularização Fundiária e responsável por gerir 03 (três) Coordenadorias, são elas: Coordenação de Serviços - CS, Coordenação de Regularização Fundiária – CRF e Coordenação de Regularização Patrimonial – CRP. A CS coordena ainda 10 (dez) unidades, entre elas, a Unidade de Cadastro e Mobilização Social – UCS, a qual eu fui gestora até 2021 e está localizada no mesmo espaço que a CRF, embora atualmente possua apenas um gestor, os empregados que deveriam estar lotados nesta unidade estão subordinados à CRF. Ou seja, a Unidade de Cadastro Social - UCS está descaracterizada e esvaziada. Até o ano de 2021, era nesta unidade onde as assistentes sociais da empresa estavam lotadas, e eram elas que organizavam, planejavam e supervisionavam a execução do BIS. Atualmente as assistentes sociais são lotadas na CRF e o BIS foi extinto.

A CRF tem em sua composição dois cargos de gerência: A Gerencia de Projetos em Áreas Públicas e a Gerencia de Projetos em Áreas Particulares, atualmente eu ocupo a primeira gerencia. Além desses dois cargos são lotados nessa coordenação vários outros empregados, de nível superior e nível médio que são empregados efetivos, pessoas admitidas por contratos e assessores que são de livre nomeação, entre eles, têm-se advogados, assistentes sociais, arquitetos, engenheiros, técnicos, administrativos, entre outros.

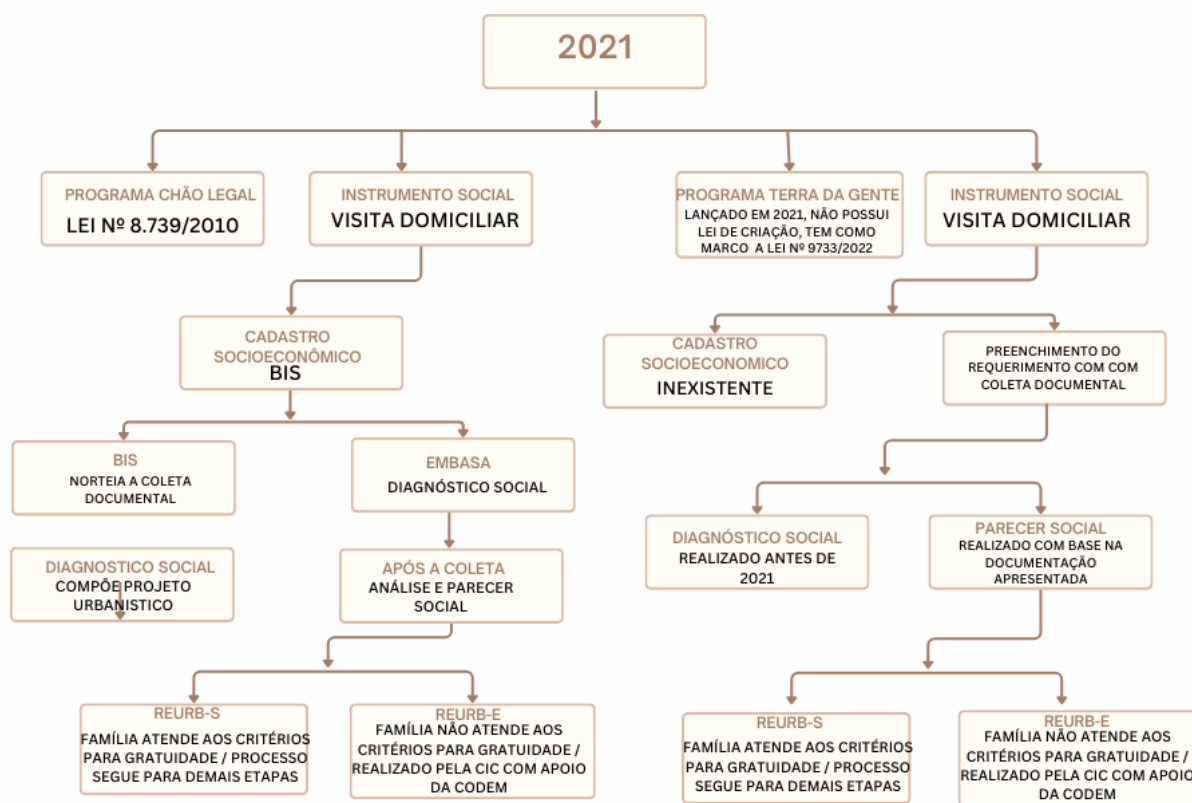
Figura 1 - Organograma da CODEM



Fonte: <https://codem.belem.pa.gov.br/institucional/organograma/>.

Atualmente a regularização fundiária de interesse social executada pela CODEM encontra suas bases na Lei 13.465/2017 e na Legislação Municipal 9.733 de 2022, que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana – REURB no Município de Belém e traz as normas para sua execução, que na prática é executada através do Programa Terra da Gente, embora não tenhamos encontrado na legislação a instituição e criação deste programa. Antes dessa segunda legislação, a execução das atividades nessa área era embasada pela Lei Municipal nº 8.739 de maio de 2010, que instituiu o Programa Chão legal, que teve vigência, na prática, até o ano de 2022 e foi substituído pelo Programa Terra da gente, porém também não encontrei a revogação de tal programa. A figura abaixo apresenta o desenho da situação apresentada.

Figura 2 - Organograma dos procedimentos a partir da visão da autora



Fonte: Elaborado pela própria autora, 2025.

Entre as etapas para a regularização fundiária no Programa Chão Legal eram elaborados para cada área de interesse social um projeto de Regularização Fundiária. As etapas para regularização fundiária previstas nos projetos eram as seguintes: 1) Estudo de dominialidade/pesquisa fundiária; 2) Adequação da legislação e normativas; 3) Mobilização/reuniões com a comunidade; 4) Levantamento topográfico e cadastro físico; 5)

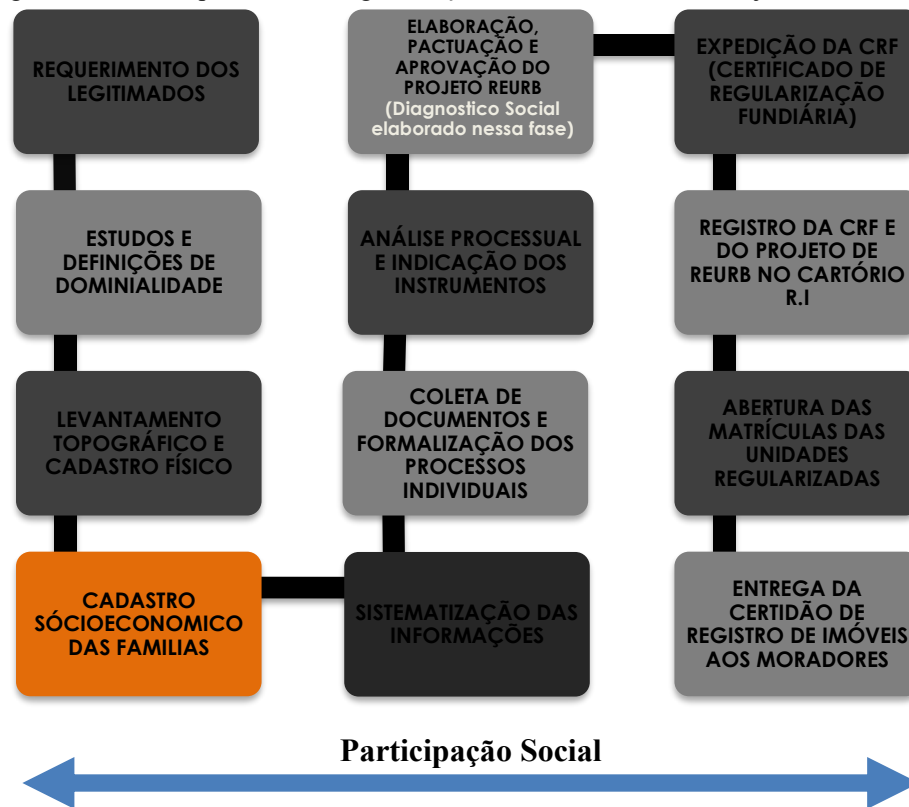
Cadastro social; 6) Sistematização das informações cadastrais; 7) Elaboração das plantas e o estudo do parcelamento; 8) Elaboração das plantas de uso e ocupação; 9) Elaboração de plantas para o reconhecimento de logradouros; 10) Definição dos instrumentos de regularização fundiária; 11) Licenciamento Urbanístico e Ambiental e aprovação do Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-S); 12) Emissão da Certidão de Regularização Fundiária; 13) Registro do Projeto de REURB-S no Cartório de Registro de Imóveis; 14) Elaboração de peças técnicas de cada unidade (plantas e memoriais descritivos); 15) Encaminhamento de listagem com os beneficiários da regularização ao Cartório de Registro de Imóveis; 16) Registro dos títulos no Cartório de Registro de Imóveis; 17) Entrega das Certidões de Registro de Imóveis aos moradores; 18) Execução das melhorias urbanísticas propostas.

Mas o pontapé inicial é quando a comunidade, através de seus representantes, formaliza a solicitação de regularização da área requerendo que o procedimento seja instalado em determinado território, como foi o caso do Carmelândia. Em relação a isso, um morador e ex-presidente da associação de moradores disse se sentir parte do processo e afirmou que foi ele que começou o movimento, relatando o momento em que foi feito esse requerimento.

Aí, começou a luta em 2011, fazendo um documento. Naquela época, a CODEM cobrava uma taxa, parece, para dar entrada no documento lá. Foi nessa época que entrou o doutor Mazulo. Aí o doutor Mazulo preparou o documento, eu, como presidente, assinei esse documento. E aí, desse documento, se transformou a realidade que está hoje. Mas isso foi muito, eu fui ameaçado pelos donos daqui, os donos vieram aqui na porta da minha casa. Eles vieram aqui na minha casa. Se diziam que era dono, mas eles não eram dono. Foi descoberto que não eram dono. (Ex-presidente da associação de moradores e morador do Carmelândia, 2023)

Após essa solicitação, se faz os levantamentos para definição do domínio da área, executando, com isso, as diversas etapas que o procedimento requer, conforme a figura ilustrada abaixo:

Figura 3 - Fases do processo de Regularização Fundiária Urbana do conjunto Carmelândia

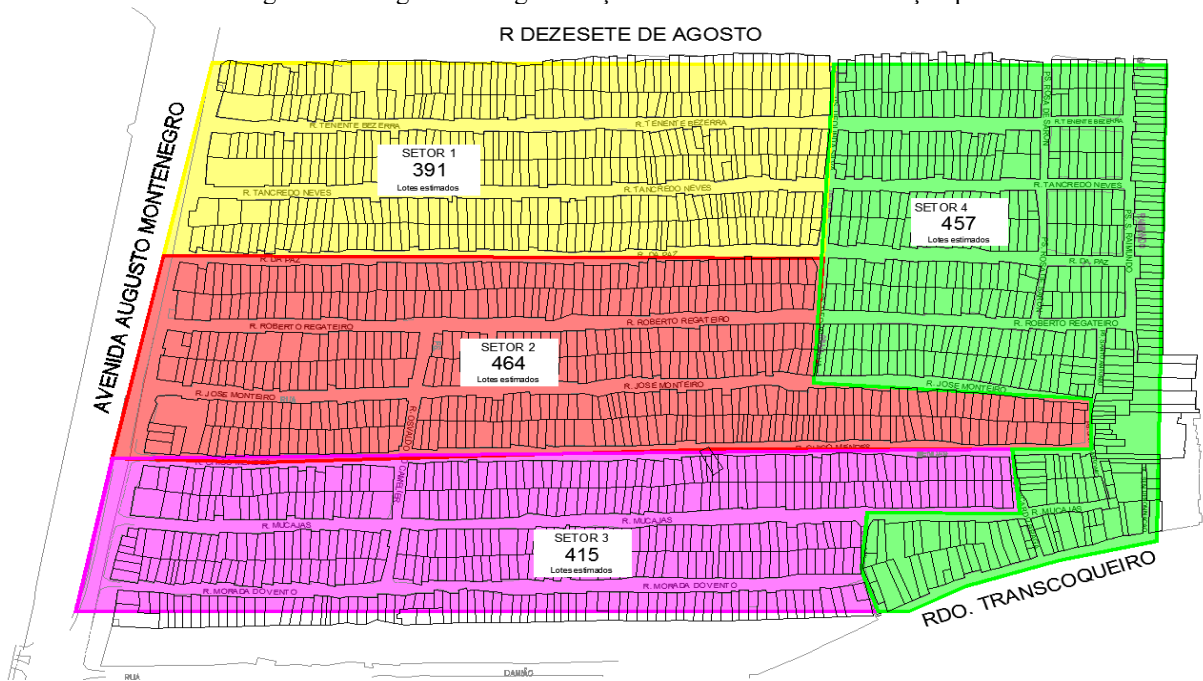


Fonte: CODEM, Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – Carmelândia – Etapa 1, Elaboração: Paula Abreu. Adaptado pela própria autora

O projeto para o Conjunto Carmelândia foi dividido em duas etapas, sendo elaborado dois projetos, um para cada etapa, o projeto da etapa 1 foi aprovado em novembro de 2020 e abrange o setor⁴⁷ 1 e 2, e a etapa 2 em outubro de 2021, que abrange os setores 3 e 4, conforme demonstra a figura abaixo, os projetos foram aprovados pela Secretaria de Urbanismo – SEURB, ambos na vigência do Programa Chão Legal, sendo que o primeiro foi na segunda Gestão do Prefeito Zenaldo Coutinho, cujo partido político era o PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira, período de 2017 a 2020 e o segundo na Gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues, do PSOL - Partido Socialismo e Liberdade, gestão 2021 a 2024, conforme a Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018 sobre Reurb.

⁴⁷ A divisão em setores é uma metodologia utilizada para facilitar a execução dos trabalhos.

Figura 4 - Poligonal de regularização Fundiária com a delimitação por setores



Fonte: CODEM, Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – Carmelândia – Etapa 1, Elaboração: Paula Abreu.

O projeto da área foi classificado como de Reurb-S, sendo que há uma análise individual de cada morador e lote em questão, caso o beneficiário não se enquadre na modalidade de Reurb-S, voltado para população com renda inferior a 05 (cinco) salários mínimos, e com predominância do imóvel de uso residencial, este pode ser enquadrado na modalidade de Reurb-E, para os casos não enquadrados na primeira modalidade e onde os beneficiários tem que arcar com os custos do procedimento, que será estabelecido pela CODEM. No caso do Carmelândia esta modalidade seria realizada pela Construtora e Incorporadora Casa S.A e Tradição Companhia Imobiliária, conforme compromisso de intenções assinado junto a CODEM e apresentado no próximo capítulo.

A análise de cada família/imóvel era realizada mediante a composição de um processo administrativo, composto pelo BIS, o qual será apresentado mais à frente, requerimento de regularização fundiária, fornecido pela CODEM, comprovante de renda (se houvesse), comprovante de aquisição do imóvel (se houvesse), documentos do requerente, entre outros, para que assim fossem produzidos os pareceres sociais e realizada a inserção de peças técnicas urbanísticas e, por fim, a realização do parecer jurídico, finalizando com a homologação final do procedimento para elaboração da planilha final denominada de lote a lote a ser encaminhada ao cartório. Na falta de documentos como inexistência de comprovante da renda em casos de emprego não formal, os requerentes assinavam declaração de renda e no caso de inexistência

de comprovante de aquisição do imóvel, era aceito declaração de posse, ambos fornecidos pela CODEM. Na ausência de documentos pessoais ou documentos existentes, como comprovante de renda formal o processo administrativo se tornava incompleto e com pendência que depois de sanadas, volta a tramitar. As situações adversas também são analisadas e definidas conforme cada caso que se apresenta.

O processo é manuseado por diversos profissionais, os documentos seguem um fluxo e não são confidenciais, mas são restritos aos profissionais envolvidos e que tem acesso a sua integralidade.

1.4 De empregada⁴⁸ à pesquisadora: notas sobre o campo de pesquisa

A minha entrada em campo enquanto pesquisadora foi desafiadora, pois nesse percurso eu precisava desconstruir a imagem que a comunidade tinha de mim de representante de uma instituição pública para que, dessa forma, eu conseguisse produzir dados que pudessem envolver de forma mais próxima as vivências dos moradores. Mas, muitas vezes, precisei utilizar das informações que tinha conhecimento para sanar dúvidas deles sobre o processo de regularização, o que acabava reforçando minha posição, isso acontecia sempre que eu cruzava alguém que me conhecia, ou quando alguém que me conhecia me apresentava a outras pessoas dizendo de onde eu era. Com isso, a minha presença na área foi constantemente confundida com a de técnica da CODEM. Nesse cenário precisei passar por um “processo mútuo de conhecimento, que vai redefinindo as identidades de um em relação ao outro” (Kuschnir, p.42, 2007) para durante o trabalho de campo ser reconhecida como pesquisadora.

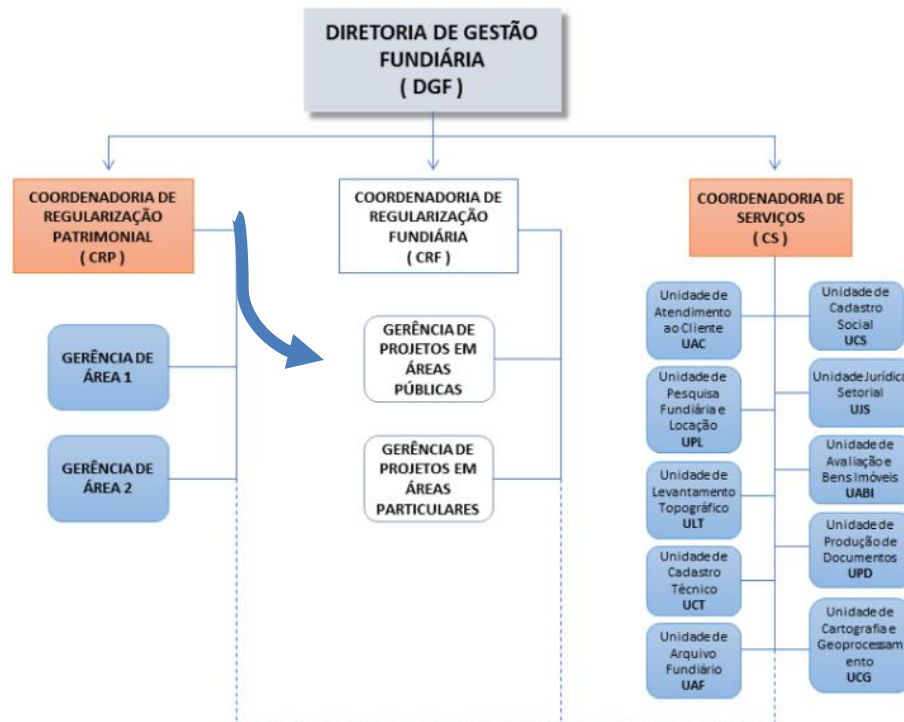
Uma informação importante para entender de onde eu falo é que faço parte do quadro de servidores da CODEM, desde 2018, por onde entrei através de concurso público; a CODEM tem 50 anos de existência, provavelmente já passou pelos mais diversos cenários, sejam eles políticos, sociais ou culturais, os quais eu não acompanhei e não tenho bases para abordar tal conjuntura, no entanto, ao ingressar nesse espaço, e minha fala vem desse ponto, fui inserida na Unidade de Cadastro Social, onde virei gestora, a qual dividia o espaço físico com a Coordenadoria de Regularização Fundiária, executando os projetos de regularização fundiária de interesse social, a mobilização social e os cadastros sociais, e pela proximidade física com

⁴⁸ Por ser uma empresa pública, o regime de trabalho praticado pela CODEM é o celetista, sendo assim os servidores públicos são considerados empregados públicos nos termos da legislação.

essa coordenadoria acompanhava e ajudava em todo processo de regularização fundiária das áreas.

Em 2021, com a mudança de gestão municipal e a consequente saída dos profissionais que ocupavam cargos de assessoria, passei a assumir a responsabilidade de forma interina pela Coordenadoria de Regularização Fundiária, que se encontrava sem coordenador, nesse processo assumi a Gerência de Projetos em Áreas Públicas, que é um cargo exclusivo para concursados e está inserido nesta coordenadoria. Conforme demonstra a figura abaixo, sobre a composição da Diretoria de Gestão Fundiária, com exceção dos cargos de diretor e coordenador, os demais cargos existentes na imagem são exclusivos do quadro efetivo da CODEM. A Coordenadoria de Regularização Fundiária é a responsável pelos Projetos de Regularização Fundiária de Interesse Social.

Figura 5 - Composição da Diretoria de Gestão Fundiária



Fonte: <https://codem.belem.pa.gov.br/institucional>

Neste capítulo apresentei a complexidade do direito à moradia no Brasil, principalmente no que se refere a regularização fundiária, em que apesar da Constituição Brasileira reconhecer a moradia como um direito social fundamental, a realidade é marcada por profundas desigualdades, sendo a moradia uma mercadoria que não é acessada por todos⁴⁹,

⁴⁹ Para Christian Topalov (1987), sociólogo Francês, a moradia como mercadoria, através da terra como propriedade privada, revela-se uma mercadoria impossível.

além disso, apresentei o marco legal para a regularização fundiária de interesse social que visa garantir o direito a cidade para populações de baixa renda, estabelecendo uma relação entre o direito a cidade, o território e a regularização fundiária, algumas perspectivas de moradores do Carmelândia e, por fim, apresentei o processo de regularização fundiária executado pela CODEM, sua estrutura organizacional e os procedimentos adotados que culminam num procedimento multifacetado pois prevê além da titulação, a melhoria das condições sociais, urbanísticas e econômicas da população envolvida, que precisam ser integradas e são interdependentes para que haja sucesso no processo como um todo. Além disso, esse processo é sempre determinado pela gestão, que define as prioridades em relação a execução da regularização fundiária. Portanto de um lado tem-se as comunidades que são alvo da regularização fundiária e por outro o Estado que executa e também tem interesses políticos, é evidente nesse processo a desigualdade de poder de quem detém a decisão de regularizar ou não determinada área.

CAPÍTULO II - A CIDADE DE BELÉM E O CONJUNTO CARMELÂNDIA

Neste capítulo tecerei considerações acerca da fundação de Belém até chegar à Rodovia Augusto Montenegro onde está localizado o conjunto Carmelândia, para então trazer as considerações sobre a formação desse conjunto e abordar informações relativas à execução da Política Municipal de Regularização Fundiária Urbana nessa comunidade; apresentarei os documentos que foram entregues aos moradores e finalizarei descrevendo uma entrega de títulos ocorrida nessa área.

O Conjunto Carmelândia está localizado no Município de Belém, no Bairro do Mangueirão, às margens da Rodovia Augusto Montenegro, entre o conjunto Panorama XXI e a Rodovia Transcoqueiro. Segundo a CODEM, foi ocupado há cerca de 40 anos, após 1977; segundo relato de moradores da área, o conjunto tem aproximadamente 35 anos, e antes era destinado a um loteamento particular, denominado “Morada do Vento” e fazia parte do Município de Ananindeua, contando na época com 700 lotes. No final da década de 1970, a área registrada em nome da Companhia Industrial de Construções – CIC foi objeto de uma ocupação coletiva, liderada por Carmem de Nazaré Rodrigues, originando o atual conjunto Carmelândia (CODEM, 2020). Tal afirmação pode ser corroborada com o relato de um dos interlocutores dessa pesquisa.

Deixa eu te falar, aí aqui assim, teve a primeira invasão, não deu certo, teve a segunda, não deu certo, teve a terceira, não deu certo, já veio dá com a finada Carmem, a Carmem, ela foi uma guerreira, então ela sempre apoiava e o governador Jader Barbalho, ele apoiou essa invasão que ela fez aqui, ele deu todo o apoio, todo um aparato para ela, inclusive a gente tem um documento assinado por ele que não tem valor na verdade, né? Mas tem e não tem, aí com isso, ela conseguiu o espaço. (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Segundo relatos de moradores da área, a invasão que deu certo foi realizada em 17 de agosto de 1990, após diversas tentativas que não foram bem sucedidas: “Foi dia 17 a invasão que deu certo, tentaram a primeira, a segunda, mas em 1990 vieram coisa (...) tentaram em 1989 e não deu certo, mas em 1990 que deu certo, na primeira e na segunda eu não estava, mas na terceira eu já estava” (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023). Moradores relataram ainda que Carmem chegou a ser presa nos movimentos anteriores.

Esse mesmo morador afirmou, ao ser perguntando sobre a escolha do conjunto, que a Carmem de Nazaré era a principal responsável pela ocupação dessa área. Confirmando que ela foi uma das protagonistas desse processo.

A Carmem, que já sabia desses procedimentos, foi ela que escolheu a área por que já tinha uma história com essa área. Primeiro eles fizeram um estudo, para dizer a verdade, eu não participei desses momentos aí. Eu participei fazendo aqui a minha parte, eu era um posseiro, como se diz, um invasor (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Inclusive, houve a tentativa de contato com pessoas que eram ligadas à Carmem de Nazaré para que eu pudesse entender mais desse processo, no entanto, conversei com um senhor de 92 anos, que segundo algumas pessoas na comunidade, foi padrasto da Carmem de Nazaré, mas em virtude de sua idade ele teve dificuldade de explicar os acontecimentos, com aparente confusão na fala, motivo pelo qual optei por não realizar o registro de suas falas e nem o entrevistar.

Carmem de Nazaré foi uma liderança comunitária, liderou a ocupação do Carmelândia, residiu neste local na Rua Roberto Regateiro, seu marido se chamava Manoel, não tiveram filhos, ela teve câncer de mama e precisou fazer mastectomia para tratamento de saúde, Carmem faleceu há aproximadamente 15 anos, segundo relatos de pessoas que a conheceram, na época de sua morte tinha aproximadamente 50 anos, seu esposo também já é falecido.

Cabe aqui expor que os moradores são, acima de tudo, resistentes e não desistiram de sua moradia, de forma estratégica ou não, eles permaneceram no local mesmo com tantas adversidades e seguiram na luta por seus direitos e não são poucos os relatos que versam sobre as tentativas de tirá-los do local.

Tentaram tirar a gente daqui (...) muito nego dizendo que era tipo assim, olha, vocês vão ter que sair daqui porque aqui é nosso e tudo mais, chegava gente de tudo quanto era lugar dizendo que era o dono, então daqui ninguém saiu, a gente meteu a cara mesmo e disse, bora vê, só vai tirar mediante a uma documentação e aí a gente foi adiante com isso, né? (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

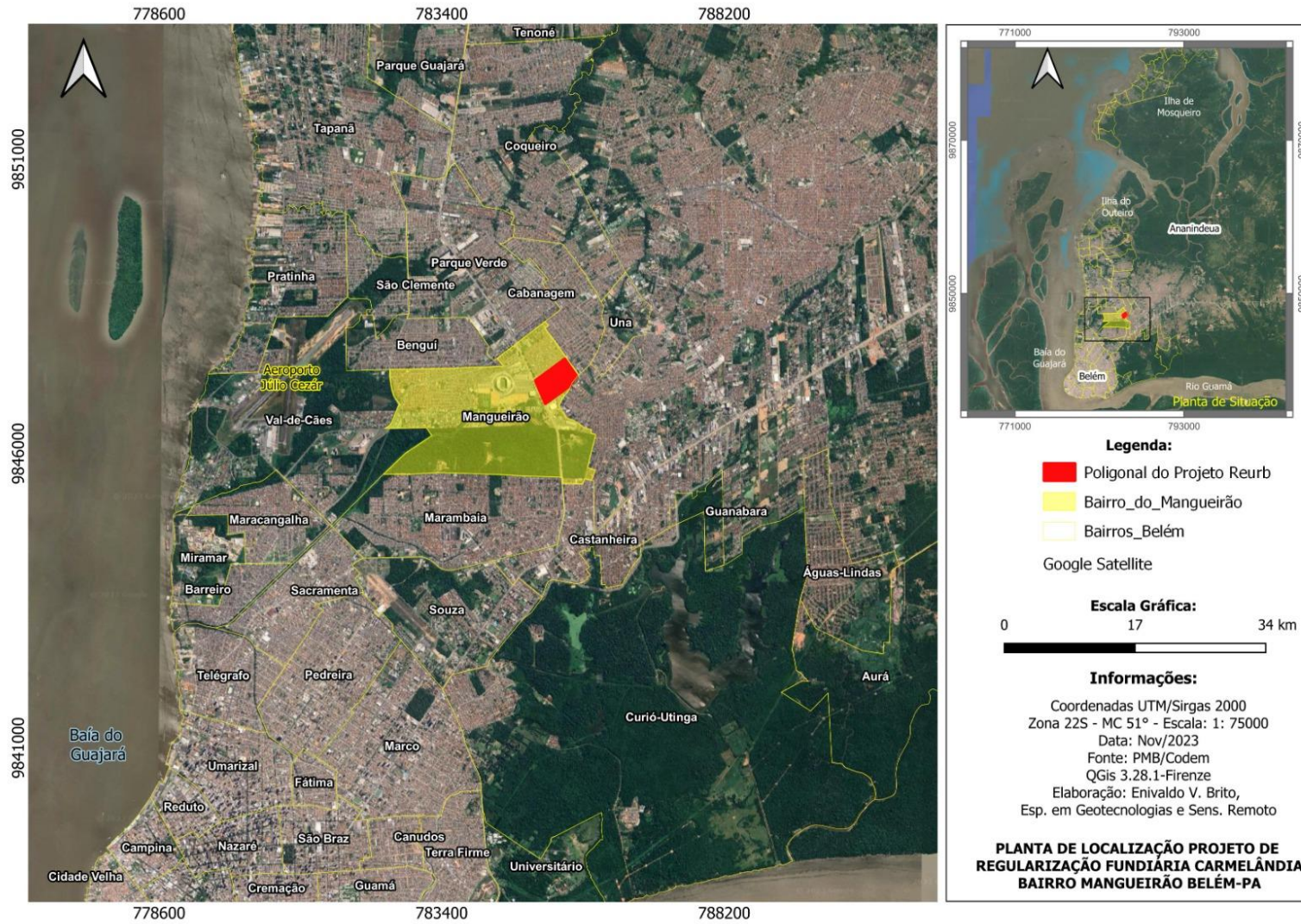
Foi ainda em conversa com um morador, líder comunitário e ex-presidente da associação de moradores, que foi possível esclarecer a atual denominação do conjunto Carmelândia, ele afirmou que quando da sua entrada como presidente na associação uma das principais demandas foi em relação a regularizar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da entidade e afirmou sobre suas ações:

Ajeitar o CNPJ, depois do CNPJ fazer um documento para a Câmara Municipal de Belém e um documento, naquela época, era os Correios, que tinha a parte geográfica da comunidade. E solicitamos que passasse para ser Conjunto Residencial Carmelândia. Antigamente ele ficava entre Ananindeua, a parte geográfica, ainda teve uma parte de Ananindeua. Depois da nossa gestão que ele passou para a parte de Belém, aí passou a ser Cabanagem. Depois ele passou Marambaia. Depois passou, agora atual, Mangueirão. Ainda tem, porém, que se dizem que nós do Mangueirão não pertencemos ao distrito do DABEN, que pega Bengui, que pega Parque Verde,

Tapanã, toda essa área que vai até no Eduardo Angelim. Dizem que é do DAENT (...) só que a nossa história vem para cá, ela não vai para lá (Ex-presidente e morador do Carmelândia, 2023).

No mapa abaixo é possível visualizar a localização do Conjunto Carmelândia e percebê-lo dentro do bairro Mangueirão.

Figura 6 - Mapa da cidade de Belém com a localização do conjunto Carmelândia e a definição da área de incidência do Projeto de REURB



Fonte: Elaborado por Enivaldo Brito, 2023.

Conforme o Decreto do Governo do Estado Pará nº 398, de 25 de outubro de 1991, a área fazia parte nesse período da cidade de Ananindeua e tinha 27,0793 hectares com 2.113,89 m².

Abaixo podemos visualizar a certidão de registro de imóveis, expedida pelo 2º ofício de registro de imóveis no ano de 2014, que vem corroborar as informações prestadas acima.

Figura 7 - Certidão de Registro da área denominada Carmelândia



REGISTRO DE IMÓVEIS - 2º OFÍCIO
 CNP/MF - 04.137.048/0001-05
 Walker Costa - Oficial Titular




CERTIDÃO

CERTIFICADO em virtude das atribuições que me são conferidas por Lei que, revendo neste Cartório a requerimento feito por Defensoria Pública do Estado do Para Of. 151/2014, os livros de **TRANSCRIÇÃO DAS TRANSMISSÕES**, os de **REGISTROS DIVERSOS (3RA)**, e os de **REGISTRO GERAL (2RG)**, verifiquei que, as folhas 148 do livro 2-I sob o número de ordem 76.401, transcrito em 17 de outubro de 1974, a margem da inscrição número 9376-A, datada de 03 de abril de 1972, que se refere a primeira e especial hipoteca de 700 lotes de terreno próprio, todos integrantes do loteamento denominado "MORADA DO VENTO", situados no Km. 2,5 da Rodovia Augusto Montenegro (BL-17), no município de Ananindeua, deste Estado, lotes esses distribuídos em Quadras, sendo parte **TIPO A**, medindo cada um 9,45m de frente por 15,00m de fundos e, parte **TIPO B**, medindo cada um 8,37m de frente por 15,00m de fundos, os quais são assim discriminados: a) **QUADRA 01**- 46 lotes do tipo B, numerados de 01 a 46; b) **QUADRA 02**- 48 lotes tipo A, numerados de 01 a 48; c) **QUADRA 03**- 18 lotes tipo A, numerados de 01 a 18; d) **QUADRA 04**- 13 lotes tipo A, numerados de 01 a 13; e) **QUADRA 05**- 23 lotes tipo B; f) **QUADRA 06**- 26 lotes tipo A, numerados de 01 a 26; g) **QUADRA 07**- 05 lotes tipo B, numerados de 01 a 5; h) **QUADRA 08**- 26 lotes tipo B, numerados de 01 a 26; i) **QUADRA 09**- 14 lotes tipo B, numerados de 01 a 14; j) **QUADRA 10**- 22 lotes numerados de 01 a 22, do tipo A; k) **QUADRA 11** - 46 lotes tipo B, numerados de 01 a 46; l) **QUADRA 12**- 48 lotes tipo B, numerados de 01 a 48; m) **QUADRA 13**- 46 lotes tipo B, numerados de 01 a 46; n) **QUADRA 14**- 48 lotes tipo B, numerados de 01 a 48; o) **QUADRA 15**- 16 lotes tipo A, numerados de 01 a 16; p) **QUADRA 16**- 11 lotes tipo A, numerados de 01 a 11; q) **QUADRA 17**- 21 lotes tipo A, numerados de 01 a 21; r) **QUADRA 18**- 19 lotes tipo A, numerados de 01 a 19; s) **QUADRA 19**- 46 lotes tipo B, numerados de 01 a 46; t) **QUADRA 20**- 19 lotes tipo B, numerados de 01 a 19; u) **QUADRA 21**- 46 lotes tipo B, numerados de 01 a 46; v) **QUADRA 22**- 21 lotes tipo A numerados de 01 a 21; w) **QUADRA 23**- 48 lotes tipo B, numerados de 01 a 48; y) **QUADRA 24**- 24 lotes numerados de 01 a 24; ficando abrangidos por esta hipoteca as benfeitorias que vão ser construídas nos lotes de terreno aqui descritos, e que passará a fazer parte integrante da garantia real de todas as obrigações assumidas neste contrato, quer a medida que for tomando corpo como benfeitoria, quer depois de concluídos, avaliadas em Cr\$289.944.216,00 para os efeitos do artigo 818 do Código Civil Brasileiro; hipoteca essa constituída por sua proprietária **CONSTRUTORA MAGNA LTDA**, Sociedade Comercial, com sede nesta cidade, devidamente representada, a favor da **TROPICAL- Companhia de Crédito Imobiliário**, instituição financeira, com filial nesta cidade, devidamente representada, para a garantia de quantia a ser despendida pela mesma Tropical, no financiamento da construção das benfeitorias supra citadas, a qual vai proceder, mediante as cláusulas, condições e obrigações estipuladas, entre outras, seguintes: A financiadora Tropical- Companhia de crédito Imobiliário, dá de empréstimo a financiada e hipotecante em oito (8) parcelas, a importância de Cr\$24.120.180,00, equivalentes na data, a 378.000,00 UPC do BNN,


ESTA CERTIDÃO NÃO CONTEM EMENDAS NEM RASURAS - VÁLIDA SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA DO TSE/PA
 Emitida por Susana Valéria Oliveira Freire e Rui Barbosa, nº 1330 - CEP 66.233-230 - Nazaré - Belém - Pará
 em 11/02/2014 12:19:58 Hora / Fun: (0xx91) 3225-1594(34)-8421 / Site: www.sigiadefois.com.br 207.540

Fonte: Documento constante nos registros da CODEM

Figura 8 - Continuação da Certidão de Registro da área denominada Carmelândia



REGISTRO DE IMÓVEIS - 2º OFÍCIO
CNPJ/MF - 04.137.048/0001-05
Walter Costa - Oficial Titular



CERTIDÃO


de 1974, e margem dessa inscrição foi averbado mais hoje o seguinte: Que por força do instrumento particular datado de 14 de junho de 1974, com força de escritura pública na forma da lei, apresentado em cinco (5) vias devidamente legalizadas, uma das quais arquivadas neste Cartório para os devidos fins, foi expresso ter **CONSTRUTORA MAGNA LEDA**, alienado o empreendimento objeto deste contrato, com a anuência da credora hipotecária, e cedido todos os seus direitos e obrigações do mesmo decorrentes, à **CIC- COMPANHIA INDUSTRIAL DE CONSTRUCOES**, estabelecida em Olinda, Estado de Pernambuco, ficando dita cessionária subrogada no lugar da alienante e cedente para os devidos fins de direito, subordinada essa venda e essa cessão e transferência, a todas as cláusulas e condições pactuadas no presente contrato. Susane Paraguassu (Susane Paraguassu) verifiquei o(s) respectivo(s) livro(s) e digitei a presente certidão. -----

O REFERIDO É VERDADE, DO QUE DOU FÉ.


Belém, 11 de Julho de 2014.

[Handwritten Signature]

() Walter Costa - Oficial Titular
() Maria de Belém C. da Fonseca - Escrevente Jureamentada
() Ruth Nelly C. Marcolá - Escrevente Jureamentada
() Karine de Souza Costa - Escrevente Autorizada

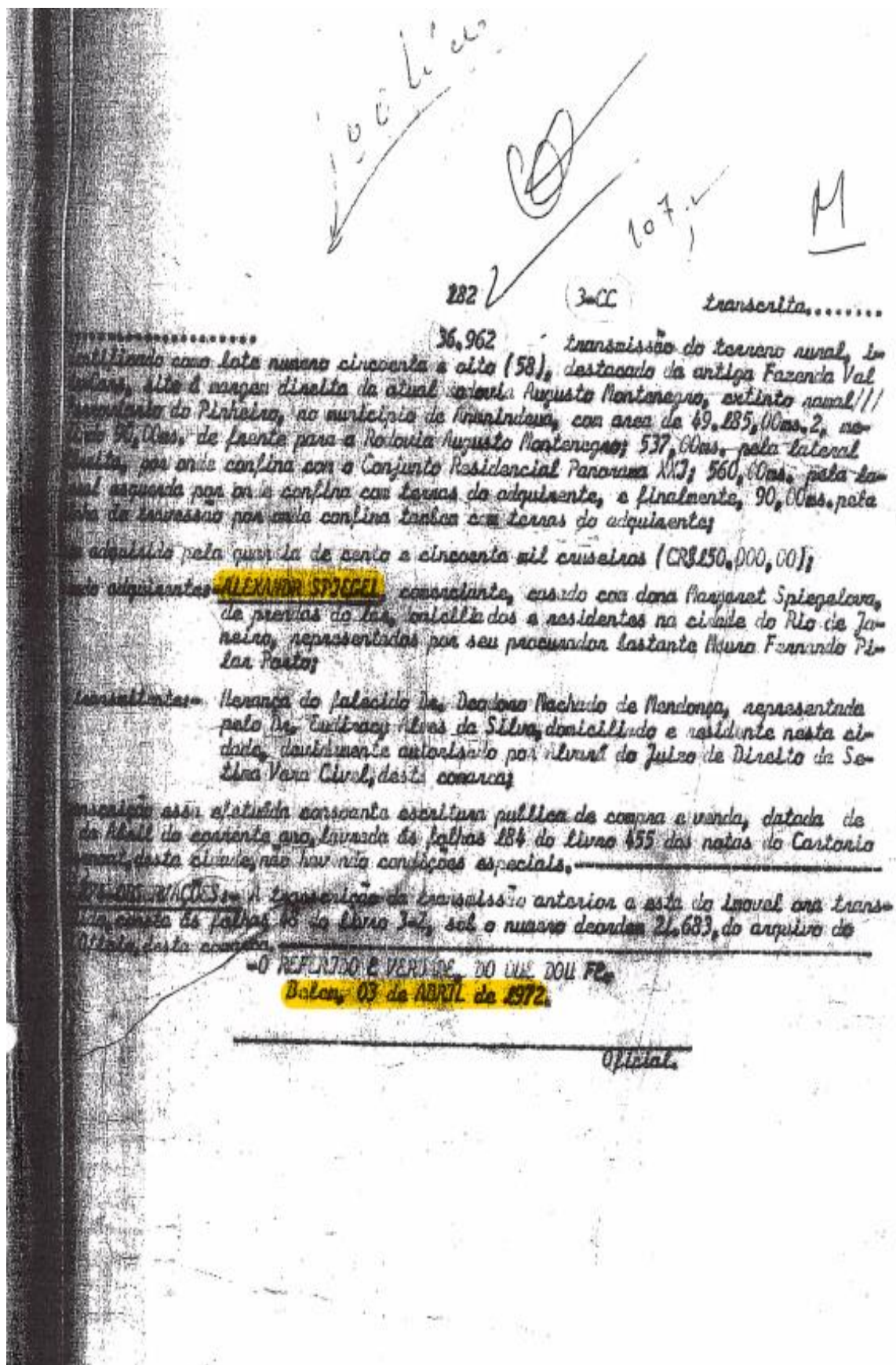


ESTA CERTIDÃO NÃO CONTEM EMENDAS NEM BASURAS - VÁLIDA SOMENTE COM O SELO DE SEGURANÇA DO TSE/PA
Emitida por: Susane Wilma Oliveira Paraguassu Barboza, nº 1280 - CEP 66.915-038 - Nassari - Belém - Pará
em: 11/07/2014 12:19:58 Fone / Fax: (0xx91) 3225-1994/3241-8421 / Site: www.registrodofcio.com.br


207.640

Fonte: Documento constante nos registros da CODEM

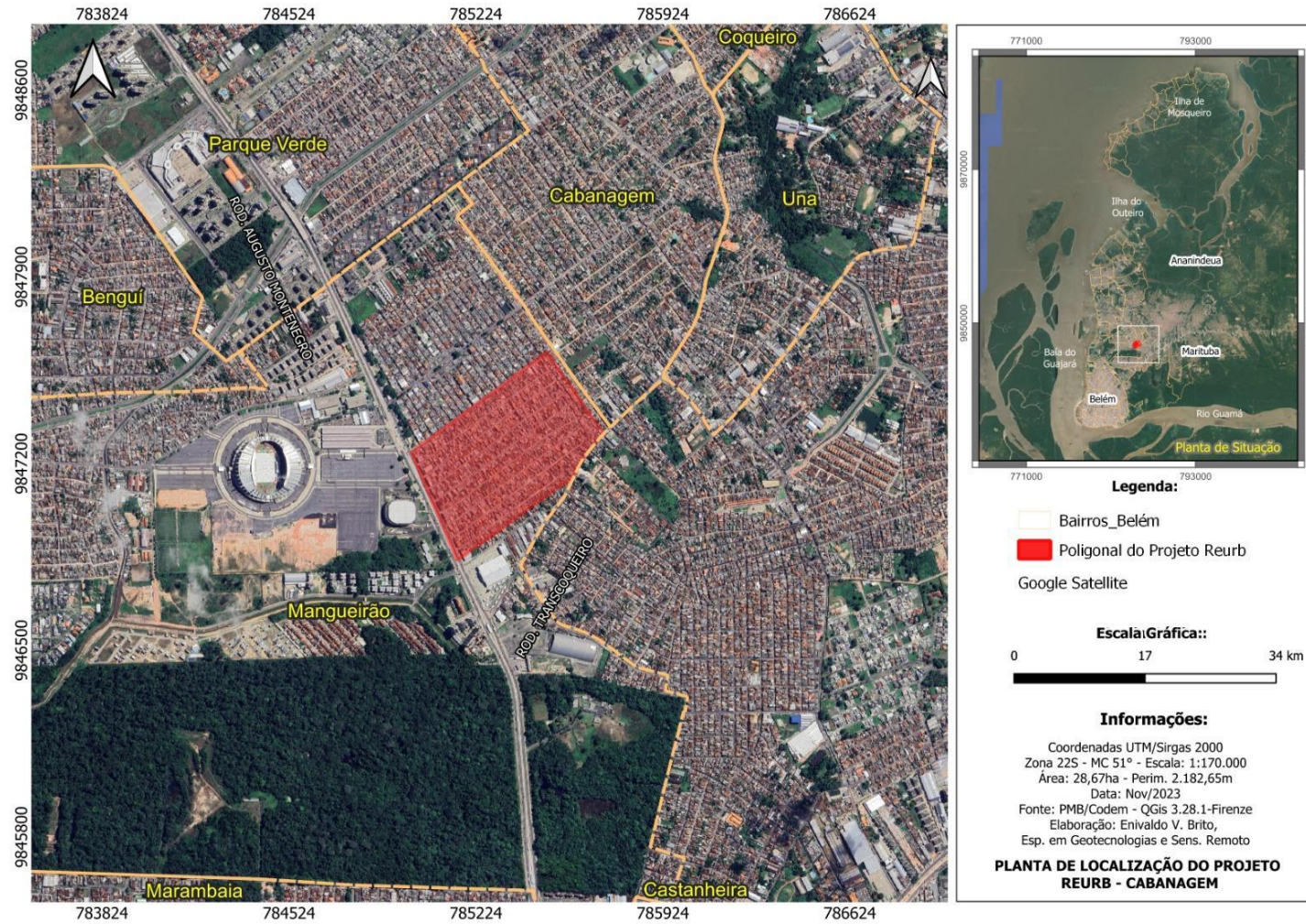
Figura 9 - Escritura Pública de compra e venda da área denominada Carmelândia



Embora tenha o nome de conjunto, não se trata de residencial fechado, e nem de conjunto habitacional, o qual é construído a partir de um empreendimento, muito pelo contrário, é composto por diversas ruas que são livremente transitáveis e onde estão localizados diversos imóveis, não possuem assim barreiras físicas; os imóveis, em sua maioria, são de uso residencial, que foram sendo construídos após a ocupação, de forma que cada morador, construiu, a seu modo, seu imóvel.

Na figura abaixo, destacada em vermelho está a área delimitada do conjunto Carmelândia, a qual é objeto de regularização fundiária, o bairro onde está localizado o conjunto está rodeado pelos bairros da Cabanagem, Una, Parque verde, Benguí, Castanheira e Marambaia; fica ainda nas proximidades do conjunto Panorama XXI e da rodovia Transcoqueiro.

Figura 10 - Localização do conjunto Carmelândia no Bairro do Mangueirão



Fonte: Elaborado por Enivaldo Brito, 2024.

2.1 A fundação de Belém e o conjunto Carmelândia

Para entendermos ainda como ocorreu a ocupação dessa área é salutar nos remetermos à fundação de Belém e ao processo de ocupação da cidade, que sofreu diversas transformações até chegar ao bairro do Mangueirão, desde a doação da primeira légua patrimonial, a qual refere-se à porção de terras doada pela coroa portuguesa ao município no século XVII (Lima, Silva e Cruz, 2014)⁵⁰, como veremos mais à frente.

Conforme Cruz⁵¹ (1973), a fundação da cidade de Belém, de forma oficializada, data de 12 de janeiro de 1616, quando Caldeira Castelo Branco, um capitão-mor português que comandou a expedição até a “Amazônia” chegou com sua frota portuguesa e construiu uma praça de armas em madeira para servir de abrigo, o forte foi por ele denominado de Presépio e foi o ponto de partida para o desenvolvimento do núcleo urbano. As primeiras ruas e habitações foram construídas pelos soldados, a primeira rua é de 1621, denominada de rua do Norte, pouco depois mais duas ruas foram criadas, a do Espírito Santo e a dos Cavaleiros, e logo depois a São João, todas paralelas à rua Norte; posteriormente, foram criadas as transversais a estas ruas. Com lento crescimento até 1650, mas já dispo de um núcleo urbano e colonial, as habitações eram modestas, as ruas eram mal alinhadas, estreitas, irregulares, sem calçamento e sem declive, com serviços públicos deixando muito a desejar. A urbanização aconteceu lentamente no século XVII.

Vale ressaltar que o surgimento/ocupação das cidades amazônicas está atrelado ao processo de apropriação dos recursos naturais que se deu em larga escala e do confronto entre grupos pela disputa e uso do território e dos recursos naturais da região (Fischer⁵², 2014).

Com o crescimento urbano, ainda no século XVII, Belém passou a ser composta por dois bairros: o da Cidade e o da Campina; as casas foram descritas por Cruz (1973) da seguinte forma:

⁵⁰ José Júlio Ferreira Lima é Doutor e Professor titular da UFPA; Raul da Silva Ventura Neto é Professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA é Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas; Camilla Cristina da Costa Santos Cruz, é Arquitecta, Possui Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA.

⁵¹ Ernesto Cruz é historiador nascido em 1898 e falecido em 1976. Seu livro “A história de Belém” é presença frequente nesse trabalho, um clássico, publicado pela Universidade Federal do Pará, em 1973, integra a coleção amazônica, e possui dois volumes, sua publicação fez parte da programação para se comemorar o Sesquicentenário da Adesão do Pará à independência do Brasil. O Livro traça uma cronologia da fundação de Belém desde a chegada dos Portugueses no século XVII, abordando a evolução de Belém, o ciclo da borracha no seu auge e na sua decadência, até chegar ao ressurgimento na segunda metade do século XX, como “metrópole da Amazônia”.

⁵² Luly Rodrigues da Cunha Fischer é Doutora em Direito pela Universidade Federal do Pará e pela Universidade de Paris XIII (2014), em regime de cotutela. É professora adjunta do Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA.

As casas de moradia, quer num como em outro bairro eram térreas; algumas assoalhadas e poucas guarnecidas de parede de pedra e cal. As paredes na sua maioria eram de frontal, e o método usado para levantá-las consistia no erguimento de esteios, feitos de acapu ou sucupira, cujas extremidades eram fincadas no solo – “com a cautela somente de as não aguçarem”. Os caibros usados para o – engradamento – não eram pregados e sim atados com timbó-titica. (Cruz, 1973, p. 100).

A população em 1650 era de 80 pessoas, não entrava nessa contagem os nativos, religiosos e soldados, em 1676 somavam 234 pessoas, em 1720 chegou a 6.574. Foi a partir de 1750 que o crescimento urbano e populacional de Belém se intensificou, chegando ao final do ano de 1799 com o quantitativo de 10.620 habitantes que ocupavam 1.083 casas (Cruz, 1973).

A ocupação de Belém não foi realizada obedecendo a uma ordem ou sequência, visto que alguns obstáculos geográficos, como o igarapé do pirí, atualmente denominado de Avenida almirante Tamandaré, por serem áreas alagadas não poderiam ser ocupadas, o que tornou a ocupação irregular pela necessidade de contorno dessas áreas mais baixas e alagadas (Convênio⁵³, 1976).

Pela escassez de material, Ernesto Cruz apontou para um conhecimento mínimo da vida social da época, como se divertiam, como estabeleciam normas de convivência, e como procediam em sociedade; o que se percebia é que os moradores passavam por diversas privações, sem alimentação e vestimentas adequadas, fazendo com que as pessoas escravizadas, por exemplo, andassem nuas (Cruz, 1973).

De forma geral, em relação ao Pará e aos hábitos sociais, este autor refere que a vida nos engenhos, construídos no século XVII na faixa litorânea de Belém, onde posteriormente foi construído o arsenal de marinha, e nas fazendas era da seguinte forma:

Viviam as senhoras naquelas propriedades, onde passavam o dia - “embalando-se na rede, tomando o ponto dos doces, gritando para as molecas, brincando com os periquitos, espiando os homens estranhos pela frincha das portas...”. Outras, no entanto se distinguiam pela ajuda aos maridos, trabalhando em todos os misteres, da cozinha ao campo, concorrendo desse modo para o equilíbrio econômico dos estabelecimentos (Cruz, 1973, p. 151).

Um traço marcante dos habitantes desse período está relacionado à religiosidade, onde Cruz aponta para a devoção à doutrina cristã e a urbanização da cidade relacionada às casas religiosas, pois onde estas eram erguidas percebia-se um aumento do povoado nos seus arredores. Era o crescimento da cidade fortemente ligado à vida religiosa, pois as pessoas

⁵³ O estudo fez parte do acordo de cooperação entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a CETUR (Empresa de Desenvolvimento Turístico da Amazônia).

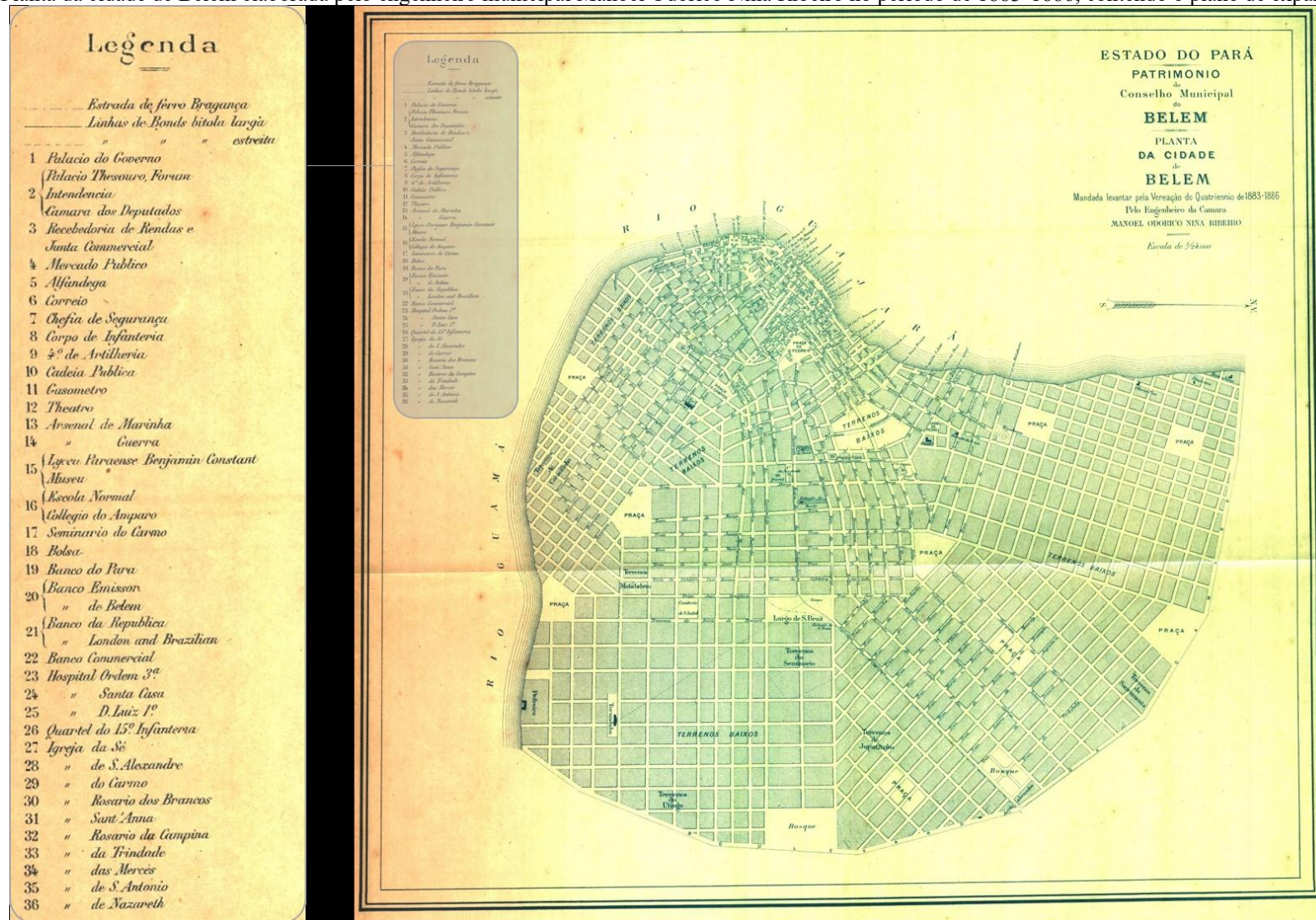
tendiam a ocupar áreas próximas às igrejas, com a construção destas se expandia a vida na cidade (Cruz, 1973).

No século XVIII, segundo Cruz (1973),

A vida social era uma imitação da corte. Com menos luxo e mais extravagância. Os homens usavam casacas de chita e de seda. Quanto às mulheres vestiam-se de saia de cassa ou de seda – ‘e de uma camisa cujo toral é de pano que mais sombreia do que cobre os dois semiglobos que no seio balançando se divisam entre as finas rendas que contorneiam a gola. (Cruz, 1973, p. 246).

Teria sido a partir da segunda metade do século XVIII que Belém passou por uma maior expansão, com a construção de várias edificações. Conforme o mapa abaixo da cidade de Belém, elaborado entre 1883 e 1886, é possível perceber uma maior expansão territorial com crescimento da área urbana da cidade, composta “por 47 ruas, 52 travessas, 13 estradas, um Boulevard, 6 praças, 10 largos e 3 avenidas” (Cruz, 1973, p. 50). A expansão da cidade de Belém surgiu a partir da intenção da coroa portuguesa em povoar esse território para evitar perdê-lo para outras nações, é perceptível no mapa que Belém era bem restrita ao que hoje se denomina de centro da cidade. Esta área visível no mapa é denominada de primeira légua patrimonial que foi a porção de terras doada pela coroa portuguesa ao intento municipal ainda no século XVII (Lima, Silva e Cruz, 2014). Percebemos que nesse período o bairro do Mangueirão ainda era inexistente e, portanto, a área objeto desse estudo ainda seria formada.

Figura 11 - Planta da cidade de Belém elaborada pelo engenheiro municipal Manoel Odorico Nina Ribeiro no período de 1883-1886, contendo o plano de expansão da cidade



Fonte: Muniz, João de Palma. Patrimônios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará. Lisboa: Aillaud & Cia, 1904. Adaptado por Paula Abreu, 2023.

Em 1920, a população de Belém era de 236.402 (Cancela⁵⁴, 2006), com aproximadamente 250 mil habitantes, em 1960; e cerca de 1.100.000 na década de 1990. Essa densidade populacional acarretou na ocupação da área de expansão que está localizada na segunda légua patrimonial, incidindo na formação das baixadas, invasões e conjuntos habitacionais (Pinheiro et al.⁵⁵, 2001).

Para Rodrigues et al.⁵⁶ (2013) os assentamentos precários ou favelas de Belém são conhecidos como baixadas, sobre essa temática eles apontaram que:

Em Belém-PA o tipo mais antigo, socialmente reconhecido e popular de assentamento precário, ou de favela, é a chamada baixada. (...) a baixada se caracteriza pela alta densidade construtiva e populacional, pela ocorrência de edificações em forma de palafita, conectadas por estivas (pontes de madeira que servem de acesso às residências substituindo ruas e calçadas), pela precariedade da infraestrutura urbana, que resulta em graves problemas de manutenção das condições naturais de cursos d'água, por serem utilizados como esgoto e pela obstrução por lixo na calha e nas áreas marginais. As baixadas de Belém representam, portanto, a expressão da cidade informal, autoconstruída a partir da ocupação de terras desvalorizadas pelo mercado formal, ainda que próximas da porção mais central e infraestrutura da cidade.

Em meados do século XIX, com a economia da borracha, a qual teve papel fundamental no desenvolvimento da cidade de Belém, esta teve um grande volume de crescimento, atraindo imigrantes de vários locais do Brasil, impulsionando inclusive o desenvolvimento da infraestrutura da cidade (Moreira⁵⁷, 1989).

E foi nesse cenário do ciclo da borracha em Belém e, tendo o início do século XX como pano de fundo, que surgiu a Avenida Augusto Montenegro, inicialmente conhecida como ramal do pinheiro, a partir da abertura da estrada de ferro de Bragança, quando o setor de transporte avançava no modelo ferroviário, cortando as fazendas Val de Cans e Tapanã, se estendendo até a Vila Pinheiro, hoje distrito de Icoaraci (Andrade⁵⁸, 2010). A ferrovia trouxe o desenvolvimento para essa área, atraindo colonos que se dedicavam às atividades agrícolas,

⁵⁴ Cristina Cancela é Doutora em História pela USP, é professora titular da Faculdade de História da UFPA.

⁵⁵ Andréa Pinheiro, é Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA; José Júlio Ferreira Lima, é professor doutor da UFPA; Maria Elvira Rocha de Sá é doutora em Serviço Social pela UFRJ, é professora aposentada da UFPA; Maria Vitória Paracampo é doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional é professora associada da Universidade Federal do Pará.

⁵⁶ Roberta Menezes Rodrigues é Doutora e professora associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, José Júlio Ferreira Lima é Doutor e Professor titular da UFPA, Juliano Pamplona Ximenes Ponte, é Arquiteto e urbanista, doutor em Planejamento Urbano e Regional. Nayara Sales Barros, é mestra em Urbanismo pela UFRJ. Rebeca Silva Nunez Lopes é Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA.

⁵⁷ Foi um advogado, escritor e professor, importante nome na produção bibliográfica sobre a geografia regional amazônica

⁵⁸ Fabiano Homobono Paes de Andrade é doutor em História pela PUC-SP, é professor da UFPA.

pois a região era composta por vários igarapés⁵⁹, servindo de refúgio para a “elite da borracha”. Com o declínio da borracha a ferrovia foi desativada, assim como o ramal do pinheiro parou de ser trafegado, sendo transformado em avenida, em 1967.

A segunda légua patrimonial foi então formada, segundo Ventura Neto (2012), pelas fazendas: Val-de-Cans, Tapanã, Coqueiro Maior e parte da fazenda Pinheiro e, antes, tinha função agrícola; com o crescimento populacional se tornou uma área de expansão urbana, sem um plano de alinhamento, serviu, de início, a assentamentos residenciais para remanejar moradores provenientes da primeira légua patrimonial que estavam em áreas com obras de saneamento, proporcionando a expansão urbana ao longo da Rodovia Augusto Montenegro, através da atuação principalmente do Estado que garantiu essa expansão para além da segunda légua patrimonial, através da construção de conjuntos habitacionais que pela localização precisavam estar conectados a Augusto Montenegro como via única de acesso ao centro da cidade (Ventura Neto, 2012).

O Estado então garantiu a doação de terrenos para a Companhia de Habitação do Pará - COHAB e o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará – IPASEP, elevando a rentabilidade dos empreendimentos, mas ao mesmo tempo estes foram implantados:

[...] de forma dispersa na Rodovia Augusto Montenegro, o que assegurou a execução de uma infraestrutura urbana básica que contemplava os terrenos conectados à Rodovia Augusto Montenegro, o que em pouco tempo impulsiona o interesse das incorporadoras privadas na área e consolida esse vetor como uma nova frente de expansão imobiliária de mercado. (Ventura Neto, 2012, p. 94).

Nesse cenário, a área onde se encontra o conjunto Carmelândia foi ocupada após o ano de 1977. Está inserida no bairro do Mangueirão, que tem esse nome pela influência do Estádio Jornalista Edgar Proença, popularmente conhecido como Mangueirão, e fica nesse território. Eram áreas que não eram habitadas como nos dias atuais e, por isso, eram palco de criminalidade; é o que relata Rosa de Saron em uma de nossas conversas a respeito de como era o bairro no período da ocupação.

Quando cheguei pra cá achava tudo esquisito, muito sinistro, antigamente no Mangueirão era muito perigoso, tinha muita desova, tinha muita morte e eu não gostava muito de ficar aqui, ia e voltava pra Terra Firme que foi o bairro que eu cresci. (Rosa de Saron, 2023)

⁵⁹ São cursos d’água com pouca profundidade e estreitos, são facilmente encontrados no interior das florestas, em especial na floresta amazônica, com origem tupi o termo significa caminho de canoa.

No mapa abaixo percebemos que neste ano, 1977, a área do Carmelândia ainda não estava ocupada, pois não haviam construções no local, cenário diferente ao mapa de 1998, com mais de 20 anos depois percebe-se que a área já estava habitada e, em 2009 já era uma ocupação consolidada⁶⁰. Ou seja, a área foi ocupada de maneira gradual, sendo mais acentuada na década de 1990, antes desse período não haviam casas no local, conforme a figura A e B. É possível perceber que em 1977, imagem B, não tem nenhuma construção, em 1998, imagem C, já é possível visualizar diversos imóveis na área. Podemos concluir que a área foi ocupada efetivamente a partir da década de 1980 e que a área está ocupada há aproximadamente 40 anos.

O que não significa dizer que o conjunto neste período possuía equipamentos e serviços públicos adequado às condições de moradia; é o que percebemos na fala de uma das moradoras do local "no início era complicado morar no conjunto, hoje tem saneamento básico, água encanada, era muito ruim antes, mas hoje tenho orgulho de morar aqui" (moradora do Carmelândia, 2023).

⁶⁰ "Aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município" (Brasil, 2017).

Figura 12 - Evolução da ocupação na área do Conjunto Carmelândia, da década de 1970 aos anos 2000 que fica em frente ao estádio do Mangueirão



Fonte: CODEM, Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – Carmelândia – Etapa 1, Elaboração: Paula Abreu.



Com isso, e sabendo que a área pertencia a uma construtora e incorporadora é que é possível apontar que assim como outras áreas ao longo da rodovia Augusto Montenegro, a área onde hoje se encontra o conjunto Carmelândia provavelmente seria destinada à construção de condomínios residenciais.

Conforme a CODEM (2020), a poligonal⁶¹ para regularização fundiária do Conjunto Carmelândia foi definida conforme o terreno de propriedade da Companhia Industrial de Construções, com os ajustes feitos pela CODEM, de forma que não passasse em cima de nenhum imóvel. A poligonal ficou então em extensão maior que o terreno da CIC, englobando um total de 25 quadras e aproximadamente 1800 lotes, conforme a figura abaixo:

⁶¹ Área demarcada para regularização fundiária

Figura 13 - Área demarcada para regularização fundiária do Conjunto Carmelândia



- | | |
|---|--|
|  | Poligonal de regularização fundiária (286.753,90m ²) |
|  | Área de propriedade da CIC (277.951,73m ²) |

Fonte: CODEM, Projeto de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – Carmelândia – Etapa 1, Elaboração: Paula Abreu.

O bairro do Mangueirão e o conjunto Carmelândia compõem o Distrito Administrativo do Entroncamento – DAENT⁶², o cenário do conjunto é predominante de casas residenciais, a maioria em alvenaria, com poucos prédios e edifícios, possui aproximadamente 1800 lotes, com cerca de 1850 unidades habitacionais.

Mas nem sempre foi dessa forma, agora asfaltado, o conjunto passou por diversas transformações, as casas eram em sua maioria de madeira e o local era perigoso; conforme a narrativa de Rosa de Saron é possível perceber que a ação pública aliada à mobilização dos moradores sobre aquele ambiente, resultou em transformações significativas para a construção do Carmelândia.

(...) logo no início da invasão era um pouquinho complicado né? Realmente que tinha vários... muito assaltos aqui, como eu te falei né? Era muito perigoso, mas graças a deus melhorou bastante né? Hoje nós temos saneamento básico, hoje nós temos água

⁶² O Distrito Administrativo do Entroncamento compreende dez bairros que são os seguintes: Águas Lindas, Aurá, Castanheira, Curió-Utinga, Guanabara, Mangueirão, Marambaia, Souza, Val-de-Cans, Universitário, conforme o site <https://codem.belem.pa.gov.br/mapas/distritos-administrativos/> acessado em 30 de outubro de 2023.

encanada, hoje nós temos o sanitário feito né? Pela rede aí, tudo certo (...), antes não tinha água encanada, nós não tínhamos energia de qualidade, nós não tínhamos nada aqui, o Carmelândia era muito ruim, hoje a gente mora num conjunto de qualidade, um conjunto que a gente pode dizer, não, eu tenho orgulho de morar aqui, e eu te digo que eu tenho orgulho de morar aqui por que desde o início que eu vim, nós penamos aqui, a casa ficava toda suja, até chegar o asfalto (Rosa de Saron, 2023).

Outro morador da área relatou como era o local, corroborando com a afirmativa que era perigoso e que a área era bem diferente do que é hoje, segue relato logo abaixo:

Porque, quando chegamos aqui, como eu falei, isso aqui era mato, era uma piçarreira, tinha muitos buracos aqui. Nós tivemos que aterrar tudo isso aqui. (...) Era a ponte. Ponte mesmo. Assim como tem aquelas pontes na Vila da Barca, ainda até hoje. Era muito terrível aqui. Aqui era uma fronteira de muitas drogas também. A gente tinha saída pra todo lugar. Então, foi uma época assim, terrível aqui. Os caras matavam os bandidos, e os bandidos saíam. O velório deles era no centro comunitário. O centro comunitário naquela época era só para a velório. Velório e coisas que não prestam. E festa, era muita festa no centro comunitário (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

O conjunto era considerado como um aglomerado subnormal pelo IBGE (2010), que entendia tratar-se de:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

Ainda nesse sentido, para o IBGE aglomerado subnormal era conceituado como:

uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros. IBGE (2010)

No município de Belém, segundo o IBGE (2010), existiam 101 aglomerados subnormais, com 193.557 (cento e noventa e três mil quinhentos e cinquenta e sete) domicílios particulares ocupados em áreas denominadas de aglomerados subnormais, o equivalente a 52% do total de domicílios. Atualmente esse termo não é mais utilizado por esse instituto, substituído em 2024 por favelas ou comunidades urbanas; isso significa dizer que mais de cinquenta por cento dos domicílios ocupam o espaço urbano de forma irregular e, muitas vezes, ilegal, desencadeando no não acesso a políticas públicas, a bens e serviços públicos. Ocasionalmente

ainda na ausência do Estado nesses territórios. Segundo o último censo (IBGE, 2022), o número de favelas e comunidades urbanas em 2022, no município de Belém, era de 214, mais que o dobro do apresentado em 2014, com 288.560 (duzentos e oitenta e oito mil quinhentos e sessenta) domicílios em favelas e comunidades urbanas.

Sendo assim, é possível concluir que mais da metade dos domicílios de Belém tem alguma irregularidade e pouco acesso a serviços e bens públicos. Nesse sentido, Barros, Medeiros e Moraes⁶³ (2016) afirmaram que, em termos relativos, os maiores níveis de precariedade habitacional encontram-se nas capitais da região Norte, notadamente no município de Belém, onde mais da metade da população reside em assentamentos precários. E isso se estende ainda à Região Metropolitana de Belém, conforme ressalta Pinheiro et al, quando abordam a questão da precariedade dos domicílios em regiões metropolitanas, afirmando que:

Dados oficiais atestam que a RM de Belém é o aglomerado metropolitano com maior percentual relativo de domicílios situados em áreas precárias do país. Será possível notar que, no caso desta, a pobreza acentuada de sua população, associada à irregularidade (urbanística, fundiária) das ocupações e à carência de infraestrutura, cria um ambiente histórico favorável à grande expansão de áreas deficientes do ponto de vista habitacional (Pinheiro et al, 2016. p. 190).

Mesmo não concordando com a nomenclatura de “aglomerado subnormal” utilizada desde o Censo de 1991 pelo IBGE, por reduzir a população a uma simples aglomeração humana, é importante trazer ao debate essa nomenclatura por retratar a forma como o Estado entendia e conceituava essas comunidades. Atualmente, e após debate sobre tal nomenclatura, esta foi substituída pela por: favelas e comunidades urbanas.

Sendo assim, o Carmelândia atualmente é considerado pelo IBGE (2022) como uma favela ou comunidade urbana, possui 2.294 (dois mil duzentos e noventa e quatro) domicílios, com 5.892 (cinco mil oitocentos e noventa e dois) moradores, com média de moradores por domicílio de 2,57. Dos domicílios, 1.518 (mil quinhentos e dezoito) possuem ligação à rede geral de distribuição de água, o equivalente a 66,2% e, portanto, aproximadamente 33,8% não possuem ligação à rede pública de distribuição, com 31% de acesso através de poços e 2% de acesso à água através de cacimba ou poços rasos, apontando para a precariedade do acesso a esse serviço básico, com 100% do lixo coletado por serviço de limpeza ou depositado em caçamba de serviço de limpeza.

⁶³ Ana Paula Borba Gonçalves Barros é doutora em Transportes pela Universidade de Brasília; Valério Augusto Soares De Medeiros é Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília; Maria da Piedade Moraes, é mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O conjunto Carmelândia é composto pelos logradouros a seguir, os quais fazem parte do projeto de Reurb do conjunto e tem como limite a Rodovia Augusto Montenegro: Rua Dezesete de agosto, Rua Tenente Bezerra, Rua Tancredo Neves, Rua da paz, Rua Roberto Regateiro, Rua José Monteiro, Rua Chico Mendes, Rua Mucajás, Rua Morada dos ventos e Rodovia Transcoqueiro. Como transversais a estas ruas tem-se: Passagem Oswaldo Moreira, Passagem Rosa de Saron, Passagem São Raimundo, Passagem Deolinda, Passagem Santo Antônio, passagem Ricardo Braga, Passagem Piauí. José Monteiro falou sobre os nomes das ruas e sobre o que lhe contaram em relação a essa escolha:

Eu comecei a me interessar do por que dos nomes das ruas, lá na primeira rua é a morada dos ventos, segundo eles por que lá era muito uma calmaria, muito tranquilo, aí os moradores colocaram morada dos ventos e colou, e a segunda rua é a Mucajás, por que tinha uns pés de mucajás, então pra colocar o nome de uma rua procura alguma coisa, aí colocaram Mucajás, aí da Mucajás, tem a Chico Mendes né, a Chico Mendes, eu acredito que foi em homenagem ao Chico Mendes, eu acho que foi nessa época que ele tava em evidencia por que ele morreu, aquele negócio todo. A José monteiro eu não sei (...) e aqui eu vim pra cá e ficava encabulado porque este nome, Roberto Regateiro, tem nada a ver, aí me disseram que era um garoto, parece que ele era especial, que morava aqui, um garotinho, não sei a idade dele, devia ter uns 3, 4 anos, aí faleceu, justo na época que foram um dos primeiros moradores, aí pra homenagearem a partida dele, aí colocaram Roberto Regateiro, aí tem a Rua da Paz por que era muita paz, era uma tranquilidade, aí da rua da Paz vem a Tancredo Neves (...) sabe a história do Tancredo Neves né? Alguém resolveu homenagear ele e a Tenente Bezerra, eu não conheço até quero estudar pra saber quem é o Tenente Bezerra (José Monteiro, morador do Carmelândia, 2023).

Outro morador afirmou que os nomes foram propostos em assembleia para a comunidade.

O mapa abaixo exhibe a disposição e localização das ruas que fazem parte do Conjunto Carmelândia e estão no polígono do Projeto de Regularização Urbana.

Figura 14 - Área demarcada para regularização fundiária do Conjunto Carmelândia com suas respectivas Ruas



Fonte: Elaborado por Enivaldo Brito, 2024.

2.2 A formação do conjunto Carmelândia

Na narrativa oficial da CODEM (2020), o loteamento foi originalmente constituído pela proprietária do terreno, a Construtora Magna Ltda, que estabeleceu hipoteca em face da pessoa jurídica Tropical – Companhia de Crédito Imobiliário, como forma de garantia ao empréstimo que financiou o empreendimento. Em 1974, a Construtora Magna Ltda cedeu todos os direitos e obrigações à CIC – Companhia Industrial de Construções. E, concluiu-se que a área do núcleo urbano informal, denominado conjunto Carmelândia, era imóvel privado de propriedade da CIC.

O local em que esta comunidade está localizada era uma propriedade privada, por isso foi realizado um termo de cooperação técnica com a Defensoria Pública do Estado do Pará, para atendimento aos residentes nesta área, a qual também era objeto de conflitos sociojurídicos, através de ação de usucapião⁶⁴ junto ao Poder Judiciário (CODEM, 2020, p. 4), o qual não tenho informações sobre sua execução.

No entanto, foi através de um documento denominado de compromisso de intenções, celebrado em 2018, entre a Prefeitura de Belém, através da CODEM e a Construtora e Incorporadora Casa S.A – CIC, e sua credora hipotecária, Tradição Companhia Imobiliária, que foi possível a regularização da área. No documento ilustrado abaixo a construtora e incorporadora se compromete em anuir com a Reurb-s e, por outro lado, será responsável pela Reurb-E, sendo que a CODEM se compromete em auxiliar os procedimentos de regularização fundiária que serão aplicados pela construtora, os lotes que se enquadram nessa modalidade deverão arcar com os custos do procedimento de regularização fundiária, nos moldes a serem estabelecidos por sua responsável.

Ressalto ainda que a Construtora e Incorporadora Casa S.A – CIC é representante da Companhia Industrial de Construções – CIC e sempre que no texto uso a sigla CIC me refiro a esta última.

O documento, entre outras cláusulas, garante ainda o compromisso da CODEM em auxiliar na regularização de outra área que nada tem a ver com a área em estudo, trata-se da área denominada Novo Império que é próxima ao conjunto Império Amazônico, em sua parte posterior, localizado no Bairro Souza, em Belém-PA.

⁶⁴ Forma de adquirir direito de propriedade em virtude da posse da terra, desde que cumpridas certas exigências determinadas em lei e o prazo temporal pelo uso prolongado (Benatti, 2003).

Figura 15 - Compromisso de intenções assinado entre a Codem e a Construtora e Incorporadora CASA S.A



COMPROMISSO DE INTENÇÕES

Pelo presente **COMPROMISSO DE INTENÇÕES** a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – PMB**, representada pela **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM – CODEM** sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 04.977583/0001-66, com sede na Avenida Nazaré, número 708, bairro de Nazaré, CEP 66.035-170, Belém-PA, comparecendo neste ato o seu Diretor Presidente, **JOÃO CLÁUDIO KLAUTAU GUIMARÃES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade Nº.: 0615770 SSP/PA e inscrito no CPF/MF Nº.: 279.006.492-04 e o seu Diretor de Gestão Fundiária, **DANILO SOARES DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade Nº.: 14.450 OAB/PA e inscrito no CPF/MF Nº.: 513.070.572-68, ambos com endereço profissional na sede da CODEM, por outro lado comparece a **CIC – CONSTRUTORA E INCORPORADORA CASA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF: 11.223.773/0001-53, com sede na Av. Presidente Kennedy, número 3000, bairro Peixinhos, Olinda-PE e sua credora hipotecária **TRADIÇÃO COMPANHIA IMOBILIÁRIA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF: 15.213192/0001-91, com sede na Rua México, número 11, Conjunto 1801, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-144, ambas representadas neste ato por seu advogado, Daniel Lacerda Farias, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade Nº.: 9.933 OAB/PA e inscrito no CPF/MF Nº.: 627.870.202-91, com endereço profissional na Rua Dom Romualdo de Seixas, 1560, 5º andar, Umarizal, Belém-PA, CEP: 66.055-200 tem como justo e acertado, as condições abaixo referidas, cujo objetivo é a resolução das questões referentes ao imóvel sito no Km. 2,5 da Av. Augusto Montenegro, em Belém-Pa, conhecido como Residencial Carmelândia, outrora nominado como Residencial Morada dos Ventos conforme as disposições abaixo:

Considerando que a empresa **CIC – CONSTRUTORA E INCORPORADORA CASA S.A.**, detém a propriedade da área do "Carmelândia", conforme matrícula 9.376-A, do Serviço Registral Imobiliário do Segundo Ofício da Comarca de Belém-PA;

Considerando que a **TRADIÇÃO COMPANHIA IMOBILIÁRIA**, é a titular creditícia da hipoteca gravada na matrícula imobiliária, cuja garantia é o imóvel do "Carmelândia", detendo, portanto, interesse na resolução da questão;

Considerando que existem cerca de 1.231 (um mil duzentos e trinta e uma) Ações de Usucapião ajuizadas pela Defensoria Pública do Estado do Pará, as quais pleiteiam a aquisição originária da propriedade de parte dos lotes que compõem o residencial "Carmelândia" e que foram contestadas judicialmente, suscitando a existência de liminar de reintegração de posse outrora deferida, assim como o trâmite de Ação de Desapropriação Indireta.

Considerando que as Ações de Usucapião referidas foram distribuídas para a 5ª e 6ª vara Cíveis de Belém-Pa, e encontram-se atualmente sem andamento processual por parte da Defensoria Pública do Estado do Pará;

Figura 16 – Continuação do compromisso de intenções assinado entre a Codem e a Construtora e Incorporadora CASA S.A, continuação

Considerando o interesse das partes envolvidas no presente Compromisso de Intenções em resolver a questão de forma célere e amigável, decidem entabular o presente acordo, o qual seguirá as cláusulas abaixo

CLÁUSULA PRIMEIRA – A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM – PMB, através da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM CODEM detêm levantamento topográfico do residencial "Carmelândia", que demonstra quantas e quais famílias ocupantes, poderão se enquadrar na política de regularização fundiária de interesse social do município de Belém, amparada pelas leis correlatas (Lei Federal 13.465/17 e Lei Municipal 8.739/10), que para efeitos deste compromisso considera-se antecipadamente o número de 1 231 lotes.

CLÁUSULA SEGUNDA – Por força do presente termo, compromete-se a CIC – CONSTRUTORA E INCORPORADORA CASA S.A, corroborada pela TRADIÇÃO COMPANHIA IMOBILIÁRIA, em efetuar a anuência para com a REURB-S dos lotes reconhecidos como de famílias de baixa renda, isto é, interesse social, nos termos do Art. 24, do Decreto Federal 9.310/18, considerando principalmente os 1.231 que já foram objeto das Ações de Usucapião.

CLAUSULA TERCEIRA – Em contrapartida, a PMB através da CODEM, empenhará seu amplo apoio institucional no sentido de auxiliar no que for legalmente possível para o efetivo cancelamento da incorporação/loteamento outorga existente, para a devida averbação no cartório imobiliário competente, além de atuar como agente facilitador para a progressão da regularização dos lotes de interesse específico, pela CIC – CONSTRUTORA E INCORPORADORA CASA S.A e TRADIÇÃO COMPANHIA IMOBILIÁRIA, aos próprios ocupantes, dos imóveis que forem identificados na REURB-S.

CLAUSULA QUARTA – Haverá ainda o auxílio da CODEM para a regularização fundiária da área conhecida como Novo Império, situada nas imediações da Av. Almirante Barroso, Belém-PA, confinante do Conjunto Império Amazônico, registrado originariamente como Jardim Tradição, empenhando esforços, para a adequação registral entre o que inicialmente foi aprovado pelo Poder Público Municipal e o que está identificado como consolidado em campo, tanto em relação à SEURB, quanto perante o Oficial Registrador da Circunscrição competente.

Belém, 21 de agosto de 2018.




 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM – CODEM
 JOÃO CLÁUDIO KLAUTAU GUIMARÃES
 Diretor Presidente

DANILLO SOARES DA SILVA
 Diretor de Gestão Fundiária



 CIC – CONSTRUTORA E INCORPORADORA CASA S.A e TRADIÇÃO COMPANHIA IMOBILIÁRIA
 DANIEL LACERDA FARIAS
 Procurador

A área foi declarada, através do Decreto do Governo do Estado Pará nº 398, de 25 de outubro de 1991, como de interesse público para fins de desapropriação, e em caráter de urgência, nos termos do artigo 15 do Decreto Lei Federal Nº 3.365 de 21.06.1941. No entanto, vale ressaltar que não há registros da desapropriação, sendo possível afirmar que o domínio da área não pertence ao Estado do Pará. Entre 1991 e 1992, este reconheceu o direito de posse dos ocupantes da área, emitindo aproximadamente 105 títulos que não foram registrados (CODEM, 2020).

Mais adiante está disposto o referido decreto de desapropriação da área realizado pelo então Governador do Estado, Jader Barbalho, no qual uma das justificativas do decreto sustenta o seguinte:

a tensão social no campo habitacional tem se exacerbado e que o desordenado crescimento da população das grandes cidades, resultante do fluxo migratório dos diversos Estados da Federação e dos demais municípios do Estado, compeliu os habitantes de baixa renda a invadir áreas urbanas periféricas (Decreto do Governo do Estado Pará nº 398, 1991).

No mesmo decreto constava ainda a Procuradoria Geral do Estado como órgão responsável pela expropriação e a Companhia de Habitação do Estado do Pará, como responsável pela execução dos procedimentos de regularização fundiária desta área. Não existe registro de que essa área foi regularizada, inclusive não existe matrícula emitida em cartório para a área antes de 2020, o que impossibilitaria, caso houvesse, a regularização nos moldes do que foi executado pela CODEM. No entanto, encontramos a expedição de documento pelo Governo do Estado em que é autorizado a ocupação dos lotes, conforme as condições por eles estipuladas e de forma provisória, em que é citado, conforme o termo de ocupação de lote da figura 18 abaixo, que a área seria desapropriada e este seria substituído por termo de Concessão de Uso ou título definitivo, o que nunca ocorreu. O documento não possui valor jurídico, não foi levado a registro e os procedimentos para regularização não foram executados, conforme o que institui o referido decreto.

Na CODEM o documento é recebido junto com a documentação dos moradores e serve para comprovação de ocupação e de que aquele morador reside há vários anos no local quando este não possui documento comprobatório da posse.

Segue abaixo o Decreto do Governo do Estado Pará nº 398, de 25 de outubro de 1991, de desapropriação da área para fins de regularização fundiária (figura 17) e a autorização de ocupação de lote urbano emitido pelo Governo do Estado do Pará em 1992 (figura 18).

Um ex-presidente da associação de moradores, relatou sobre a importância dessa autorização de ocupação e como isso os ajudou quando começaram a aparecer pessoas dizendo serem proprietárias da área e querendo vender terrenos que ainda tinham no local:

Ele arrumou aqui um espaço. Ele pagou 2.500 reais de aluguel durante dois anos. Ele pagava para ter um escritório aqui, (...), mas eles não conseguiram porque, antes do Helder, antes do Jader sair do governo, ele deu um documento provisório. Ele deu um documento provisório não só para o Carmelândia, mas para todas as comunidades de Belém. Esse provisório quebrou um pouco, mas eu me espanto que, depois de tantos anos, eles apareceram aqui dizendo que eram dono. É muito estranho. Aí foi feita a pesquisa. Aí fomos tomar um café, eu e o doutor Mazulo, o que se dizia proprietário, representante. O doutor Mazulo pediu todos os documentos dele, o doutor Mazulo deu uma olhada nos documentos dele e não falou nada. Disse para ele assim: olha, amanhã eu te dou uma resposta em nome da comunidade. Aí ele foi embora, aí ficou eu e o Mazulo, aí o Mazulo disse: (...), não tem juridicamente nada que comprove quem é, vamos procurar a defensoria pública. E na pessoa do doutor Adriano que começou essa luta também. E esse grupo que fez todo o estudo e expulsou quem se dizia proprietária. Mas antes ele queria vender um terreno a 30 mil. Ainda teve gente que comprou ainda dele, mas não serviu de nada (Ex-presidente da Associação de moradores, Morador do Carmelândia, 2023).

Figura 17 – Trecho retirado do Decreto do Governo do Estado Pará nº 398, de 25 de outubro de 1991, de desapropriação da área para fins de regularização fundiária, publicado em diário oficial no dia 31 de outubro de 1991, caderno 2, página 10

DECRETA

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área "CARMELÂNDIA", localizada no Município de Ananindeua, com 27,0793 ha, perímetro de 2.113,89m, confinando ao Norte com a Rua São Raimundo (Cabanagem I), ao Sul com a Rodovia Augusto Montenegro, a Leste com a Rodovia Transcoqueiro e com quem de direito e a Oeste, com o Conjunto Panorama XXI, tudo de acordo com a Planta e Memorial Descritivo previamente elaborados pela Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB/PA.

Art. 2º - A desapropriação a que se refere o artigo anterior será feita em caráter de urgência, nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21.06.41 e legislação subsequente.

Art. 3º - A discriminação e avaliação da área objeto do presente Decreto, serão realizadas pela Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB/PA.

Art. 4º - Fica a Procuradoria Geral do Estado encarregada de promover as medidas necessárias à consecução do ato expropriatório, previsto no art. 1º deste Decreto.


Art. 5º - É outorgada à Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB/PA, competência para promover as medidas indispensáveis ou complementares à implantação de infra-estrutura urbana, mediante o auxílio de outros órgãos e concessionárias de serviços públicos, visando a adequada e correta utilização pelos atuais ocupantes da área expropriada.

Art. 6º - Para os fins de que trata este Decreto a Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB/PA, compete a execução dos serviços de cadastramento, distribuição, controle e titulação dos lotes urbanizados, levantamento topográfico e outros serviços correlatados.

Art. 7º - O programa de assentamento e distribuição de lotes urbanizados na área de invasão ora descrita e caracterizada, se destina, exclusivamente, às pessoas que não possuem, a qualquer título, outro lote urbano ou rural, ou que não possuem moradia financiada ou não, dentro do Estado ou fora dele.

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO, EM 25
de outubro de 1991.


JADER FONTENELLE BARBALHO
Governador do Estado

GILENO MULLER CHAVES
Secretário de Estado de Administração

Figura 18 - Autorização de ocupação de lote urbano emitido pelo Governo do Estado do Pará em 1992

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ **COHAB**
AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO DE LOTE URBANO

0816

Pelo presente Instrumento Particular e na melhor forma de direito, a Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB/PA, aqui representada por seus Diretores, Presidente e Administrativo e Financeiro autoriza, em caráter provisório, o(a) Sr.(a) [REDACTED] a ocupar o lote urbano identificado como: Área CARMELANDIA
 Quadra 017 - Lote 00146 mediante as seguintes condições:

- 1 - Esta autorização dá ao(s) ocupante(s) direito a introduzir(em) melhoramentos e erigir(em) benfeitorias no lote, bem como lhe(s) garante posse mansa e pacífica do mesmo;
- 2 - Fica, desde logo, esclarecido que a ocupação provisória do lote é intransferível a qualquer título e será imediatamente e automaticamente revogada, com a perda total dos melhoramentos e benfeitorias introduzidas, sem direito a indenização ou retenção, caso o(s) ocupante(s) venda(m), prometa(m) vender, ceda(m), de(em) em comodato, alugue(m), permuta(m), enfim de(em) ao lote destinação diferente, que não seja para sua moradia e de sua família;
- 3 - A presente Autorização de Ocupação será substituída pelo Termo de Concessão de Uso o Título Definitivo quando a área seja de propriedade do Estado do Pará, decorrente de aquisição por Ato Desapropriatório e, nos casos de terrenos de propriedade da COHAB, pela assinatura do Contrato de Venda e Compra, oportunamente; e
- 4 - A ocupação, ora autorizada provisoriamente, é gratuita, ficando porém, sob a responsabilidade do(s) ocupante(s), taxas de consumo de água e de energia elétrica.

UN-EXIDO N.º 1248/20
 DE 22/12/92
 Ass: [REDACTED]

[REDACTED] Governador do Estado [REDACTED] Diretor Presidente

[REDACTED] Ocupante [REDACTED] Dir. Administrativo e Financeiro

Fonte: documento entregue pelos moradores para fins de comprovação de moradia.

Esta área encontra-se para além da chamada segunda légua patrimonial⁶⁵, ou seja, não faz parte da segunda légua patrimonial, sendo de domínio de terceiros e abrangida pela

⁶⁵ As léguas patrimoniais eram porções de terras doadas pela coroa portuguesa ao intento municipal para aumento de patrimônio. (Lima, Silva e Cruz, 2014)

circunscrição do Cartório do 2º Serviço de Registro de Imóveis (CODEM, 2020). A segunda légua patrimonial foi doada ainda no século XIX, ano de 1899, à intendência Municipal para aumento do seu patrimônio e, no entanto, não foi demarcada de forma ordenada (Cruz, 1945), ou seja, não seguiu um planejamento. Embora Muniz⁶⁶ (1904) aponte que na nova faixa patrimonial já haviam terrenos legitimados, tal fato antecede a concessão da segunda légua para o Município, ele apresenta o Decreto Nº 766 de 21 de setembro de 1899 que concede a segunda légua, mas garante a propriedade particular e a posse aqueles que já haviam sido registrados. A ocupação da segunda légua patrimonial de Belém está associada, portanto, aos limites das fazendas que a compõem.

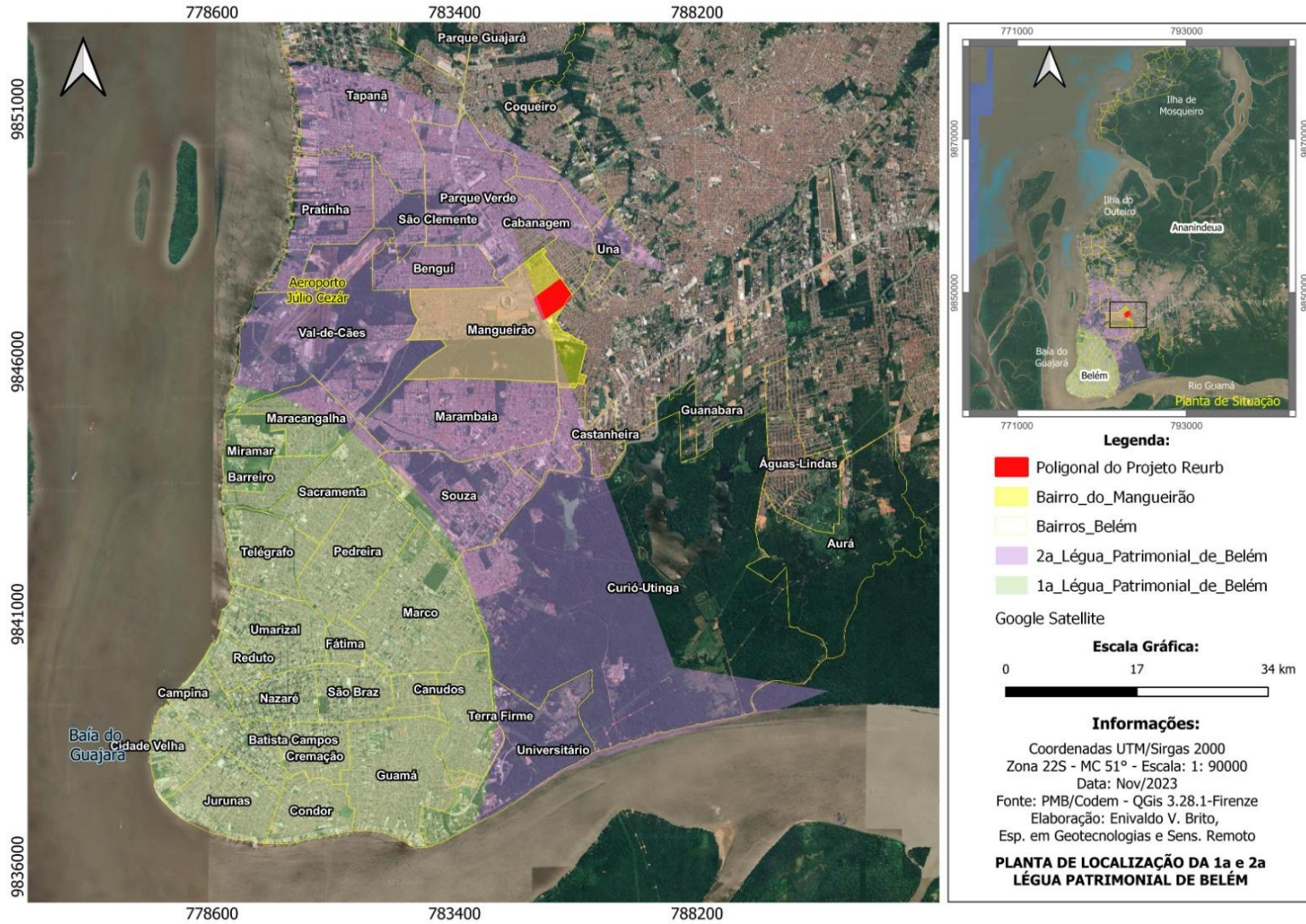
Conforme Cardoso e Ventura Neto⁶⁷ (2013) as terras lindeiras reservadas, localizados às margens da Rodovia Augusto Montenegro, eram constituídas por terrenos com tamanhos muito grandes, e foram ocupados a partir dos anos 2000 para construção de condomínios fechados horizontais de médio e alto padrão e grandes estabelecimentos varejistas.

No mapa abaixo é possível visualizar as áreas que pertencem a primeira e segunda légua patrimonial de Belém em que a maior parte do bairro do Mangueirão pertence ainda a segunda légua patrimonial, demarcado em lilás, no entanto o Conjunto Carmelândia fica de fora, apenas uma parte bem pequena encontra-se na segunda légua estando o restante, em vermelho, no que é chamado de “para além” da segunda légua patrimonial.

⁶⁶ João de Palma Muniz, nascido em 1873 e falecido em 1927 foi um engenheiro civil e escritor paraense, membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico.

⁶⁷ Ana Claudia Duarte Cardoso é Professora titular da UFPA, Doutora em Arquitetura pela Oxford Brookes University, Raul da Silva Ventura Neto é Professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA é Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

Figura 19 - Mapa com a demarcação da primeira e segunda légua patrimonial de Belém



Fonte: Elaborado por Enivaldo Brito, 2023.

2.3 Carmelândia: o campo de pesquisa

Quem passa pelo Carmelândia às margens da rodovia Augusto Montenegro, na maioria das vezes nem percebe tratar-se de um *conjunto*, ou do conjunto Carmelândia, afinal o que o distingue na cidade? Os bairros não se distinguem, nem sempre possuem fronteiras visíveis, exceto poucos casos, assim acontece no Carmelândia, embora no mapa possamos perceber essa delimitação, na prática isso não ocorre, o que geralmente encontramos são lugares que identificam aquele local como sendo parte daquele bairro, ou daquele conjunto, conforme Velho (2000, p. 16), trata-se do “estabelecimento de fronteiras internas à cidade”. É possível afirmar que o conjunto Carmelândia é uma área que fica no interior do bairro Mangueirão, um dos marcadores de que se está nas proximidades do conjunto Carmelândia é justamente o estádio mangueirão, uma das principais referências desse local, posto que fica em frente às ruas que fazem dele o lugar que é.

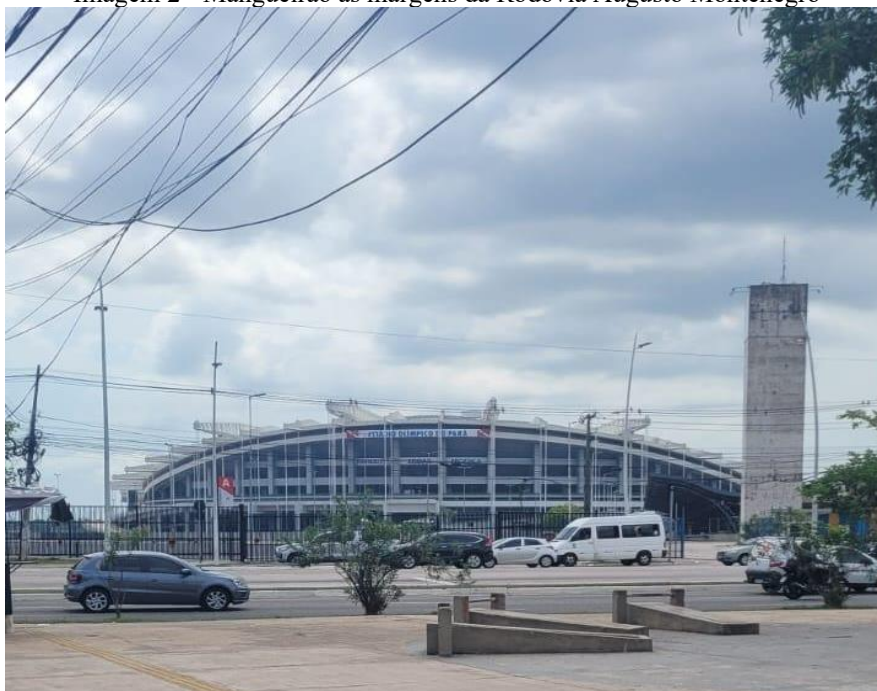
A foto abaixo foi capturada de dentro do Carmelândia e mostra o movimento na Rodovia Augusto Montenegro, durante a manhã, em que o trânsito estava muito intenso e logo ao fundo a Arena Guilherme Paraense, popularmente conhecida como Mangueirinho e o Estádio Estadual Jornalista Edgar Proença, conhecido como mangueirão.

Imagem 1 - Mangueirinho às margens da Rodovia Augusto Montenegro



Fonte: De autoria própria, 2023.

Imagem 2 - Mangueirão às margens da Rodovia Augusto Montenegro

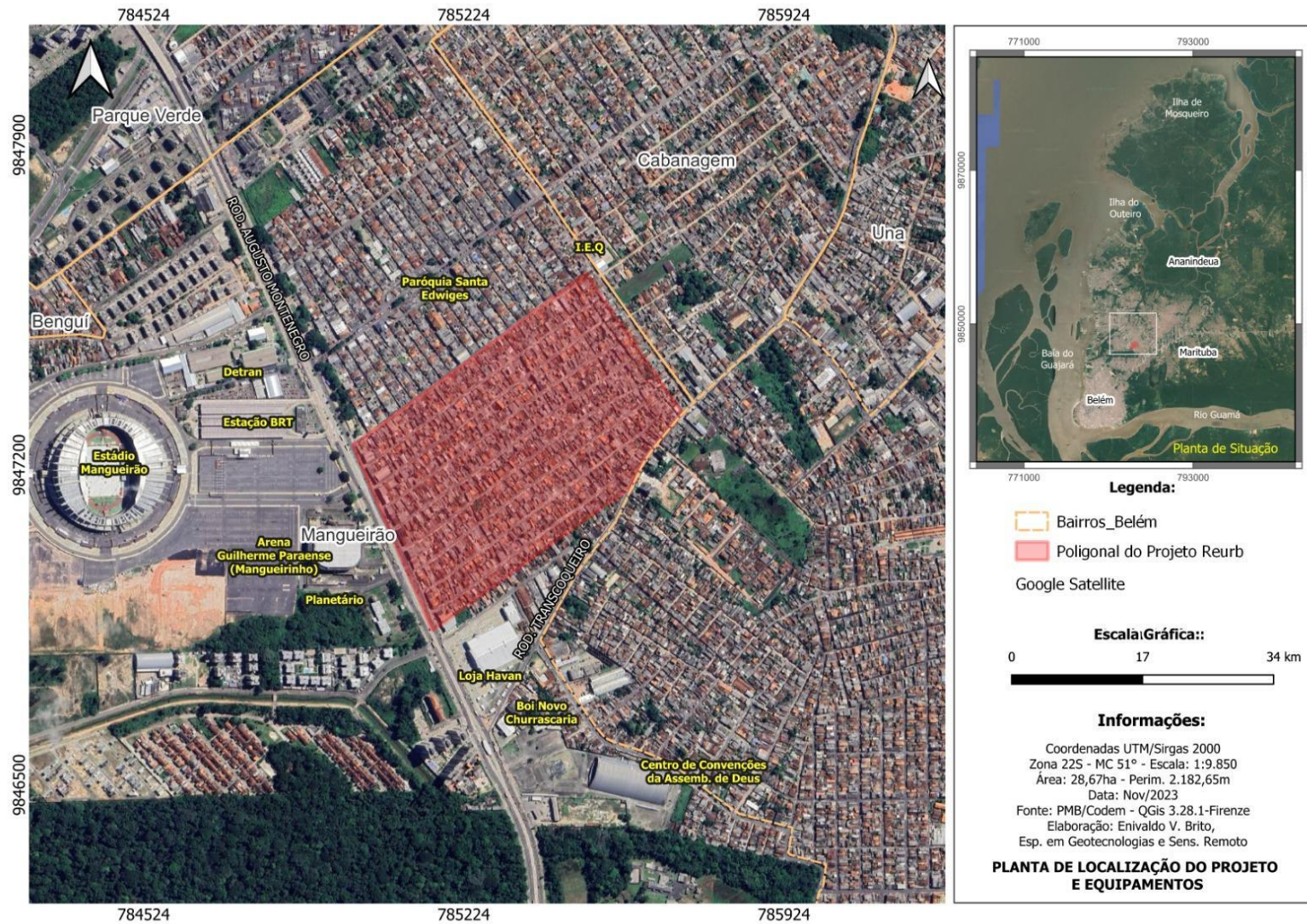


Fonte: De autoria própria, 2023.

Além disso, o bairro possui diversos equipamentos e alguns estão localizados nas adjacências do Carmelândia e podem servir como marcadores de sua proximidade, São eles: o DETRAN – Departamento de Trânsito do Estado do Pará, uma das Estações do BRT - Bus Rapid Transit, o Centro de Ciências e Planetário do Pará Sebastião Sodré da Gama, mais conhecido como Planetário, tem ainda o Mangueirinho e o acima citado Estádio Mangueirão.

O mapa abaixo com a área demarcada da poligonal de regularização fundiária do conjunto destaca os principais equipamentos públicos e privados localizados nas proximidades do conjunto e que servem como marcadores de suas imediações.

Figura 20 - Mapa com os equipamentos localizados próximo ao Conjunto Carmelândia



Fonte: Elaborado por Enivaldo Brito, 2024.

Eu mesma, na chegada ao Carmelândia, como pesquisadora, já procurei essa distinção entre os espaços que o pertencem, embora meio perdida, lembrei de Eckert e Rocha⁶⁸ (2020), as quais ressaltam que ao caminhar na cidade temos mais familiaridade e é, dessa forma, que nossos corpos acumulam aprendizagens nos tempos modernos e foi com essa perspectiva que orientei a minha vivência na área, entendendo que este seria o processo inicial de me ver e de me perceber enquanto pesquisadora. Esse processo foi importante pra mim, pra que eu conseguisse dissociar ao menos minimamente a minha pesquisa do meu trabalho.

A experiência de caminhar pela cidade pode moldar nosso entendimento sobre o que está ao nosso redor, conforme Eckert e Rocha (2013. p.57) a “observação consiste nesta aprendizagem de olhar para conhecer, e ao fazê-lo, conhecer melhor a si mesmo” e estar nesse espaço, como pesquisadora, me fez perceber e entender essa comunidade e as pessoas sobre outro ângulo, me permitindo dissociar a pesquisa do meu trabalho e a realização de uma análise mais profunda do meu objetivo, sem deixar de lado todas as vivências que trago comigo sobre esse espaço. Tal experiência me fez refletir sobre minha própria trajetória e a influência dessa vivência na minha pesquisa, “ultrapassando a noção ingênua de que a realidade é mensurável ou visível” Eckert e Rocha (2013. p.57).

O conjunto possui 09 (nove) ruas principais, ao entrar por suas ruas, a primeira impressão é que estas são sempre em linha reta, sem curvas, que o distanciam da aparência de um labirinto, embora tenha várias ruas é fácil de se encontrar. Em grande parte das ruas não existem calçadas e as que existem é como se fossem uma extensão da moradia, com calçadas organizadas pelo próprio morador.

As ruas do Carmelândia aqui eram muito grandes. Hoje não, todo mundo está fazendo para frente e as ruas estão ficando. Com o asfalto segurou um pouco, mas se você for andar no Conjunto, você vai ver que muitas ruas não tem mais calçadas, muita gente fez as ruas em cima da calçada, aí não tem para onde o cidadão andar (morador do Carmelândia, 2023).

A foto abaixo é exemplo do que foi descrito acima, onde percebe-se que as ruas não possuem calçadas, e as casas aparentemente tomaram conta do que deveria ser usado para esse fim, de todo modo, trata-se de uma ocupação que aconteceu de forma não ordenada, então provavelmente a ocupação foi sendo realizada conforme a necessidade de seus moradores.

⁶⁸ Cornelia Eckert possui doutorado em Antropologia Social, Professora Titular aposentada e atualmente docente convidada do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Ana Luiza Rocha é doutora em Antropologia Sonora e Visual, Antropóloga e pesquisadora do Laboratório Antropologia Social da UFRGS.

Imagem 3 - Rua com pouco ou sem espaço de calçadas



Fonte: De autoria própria, 2023.

As ruas são estreitas, mas tem espaço suficiente para transitar carros de grande porte, sobre a construção das casas próximas às ruas, em sua margem, um dos moradores relatou que são os moradores que estão construindo dessa forma: “o povo, à frente da casa, o capim está entrando e ele não limpa. E aquele detalhe, o cara não quer fazer a casa para trás, ele quer fazer para frente e as ruas vão ficando pequenas” (morador do Carmelândia, 2023).

Não possui praça, não identifiquei quadras de esporte dentro de sua área e também não possui grandes prédios ou edifícios altos. A esse respeito, um dos moradores da área, afirmou:

Porque tu vai andar no Carmelândia, não tem um espaço para jogar bola, para brincar, e nós conseguimos esse ano, através do governador Helder, que autorizou, que vai ser construído um complexo esportivo do mangueirão aí. E, quer dizer, a pessoa vai ter um lazer, até hoje ainda tem uns campinhos lá. Então é uma luta. (morador do Carmelândia, 2023)

É caracterizado por imóveis que, em sua maioria, são utilizados para fins residenciais. Mas não é difícil notar que às margens da Rodovia Augusto Montenegro, grande parte dos imóveis são utilizados para fins comerciais, como: restaurantes, lanchonetes, lojas, escolas e serviços em geral. As residências estão localizadas um pouco mais *pra dentro* das ruas, o que

chama a atenção e me leva ao questionamento do motivo de isso acontecer, me questionei se podia ser pela localização, pela valorização dessa localidade ou pelo acesso e abrangência, talvez seja tudo isso junto.

Andando um pouco *pra dentro* percebi que haviam muitos imóveis que são utilizados para fins de aluguel, como os *kitnets*⁶⁹ que provavelmente são fonte de renda de muitos moradores. As ruas do conjunto são asfaltadas, mas nem sempre foi assim, através do relato de um morador percebemos que a união da comunidade foi fundamental para que o asfalto fosse expandido para o conjunto todo:

A rua do posto de saúde foi a primeira a ser asfaltada na rua Tancredo Neves, na primeira administração do então prefeito Edmilson Rodrigues (1997-2004), isso gerou uma polêmica, a comunidade se reuniu pra realizar protesto, queimaram pneu e na gestão do prefeito Duciomar Costa (2005-2012) o Carmelândia foi todo asfaltado. Na Gestão do Prefeito Zenaldo (2013-2020) foi revitalizado por que estava cheio de buraco (Rosa de Saron, 2023).

Durante minhas idas a campo encontrei vários imóveis fechados, o que pode ser justificado pela ausência do morador, principalmente por motivos de trabalho, o que não temos como precisar, embora tenham relatos de moradores que indicam que “tem muitas casas abandonadas aqui, tem muitas pessoas que precisam se a CODEM autorizar, as pessoas entram pra ocupar e morar” (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

As ruas atualmente estão, portanto, asfaltadas, são, em sua maioria, limpas e sem muito lixo, percebi a existência de muitos animais nas ruas, como gatos e cachorros; a coleta de lixo na área acontece dias de segunda, quarta e sexta à noite, em algumas casas é possível perceber alguns entulhos e restos de construção na frente. No conjunto são inúmeras as casas que são de dois andares, o que é possível perceber na imagem abaixo, provavelmente os proprietários não possuem espaço para aumentar o imóvel de maneira horizontal então o espaço existente é a construção de forma vertical em cima da casa que já existe, uma das interlocutoras dessa pesquisa, está justamente construindo o andar de cima, como forma de aumentar o espaço de uso dos familiares, e ter mais conforto para os moradores. Em relação aos entulhos, o relato de um dos moradores corrobora essa afirmativa.

Nós estamos com um projeto, desculpe aí, em cima disso, porque se nós formos um instrumento da regulação, por que o nosso Conjunto não pode ser um projeto, um instrumento para a educação ambiental? Tá entendendo? Conscientizar esse morador que ele tem que limpar a casa dele, ele tem que limpar a frente da casa dele, tá

⁶⁹ Segundo a norma padrão o termo correto é quitinete, mas é comum o uso da palavra *kitnet*, trata-se de uma moradia pequena composta, na maioria das vezes, por quarto, sala e cozinha em um mesmo espaço.

entendendo? O que não é fácil, o que não é fácil. Você entra aqui no Conjunto, aqui na minha rua, vê a frente da casa do cara é cheio de papel velho, é caixa, tudinho. Será que aquele rato não vai ali? Será que aquela barata não vai ali? Ele está na casa dele, mas ele está prejudicando o vizinho do lado da casa dele, e isso não é fácil. Então, a próxima meta nossa, que já tivemos vitória na educação, tivemos vitória na saúde, tivemos vitória no saneamento e tivemos vitória na regularização fundiária, a nossa proposta, que começou esses dias agora, é sobre a educação ambiental (morador do Carmelândia, 2023).

Imagem 4 - Rua com entulhos e casas com compartimentos em cima e embaixo



Fonte: De autoria própria, 2023.

No fim da tarde é comum encontrar pessoas em frente das suas casas, muitos deles idosos, sentados e conversando com a vizinhança, o trânsito de carros, bicicletas, motocicletas e pedestres pelas ruas do conjunto também é sempre muito intenso. A foto abaixo é a visão que uma pessoa tem ao entrar no Carmelândia pela rua Roberto Regateiro, onde também percebemos uma moradora em frente de sua casa.

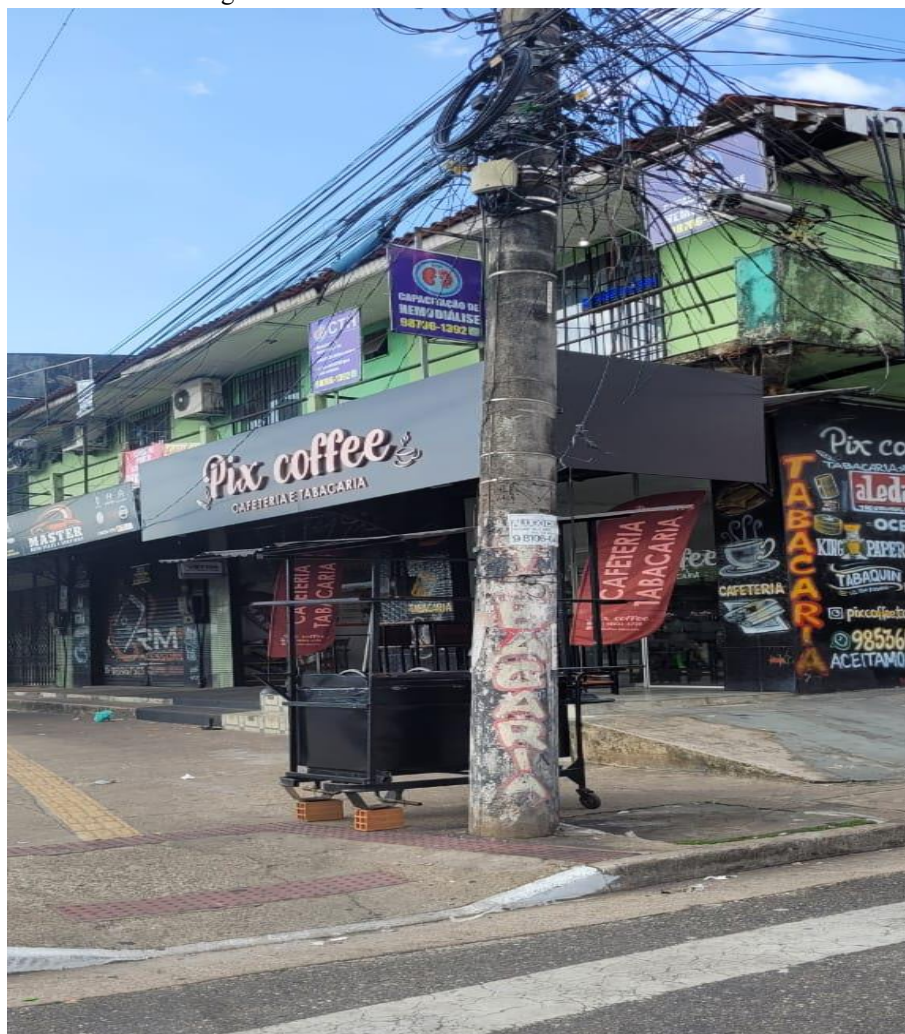
Imagem 5 - Rua Roberto Regateiro no fim da tarde



Fonte: De autoria própria, 2023.

Dentro do conjunto não transitam ônibus de transporte coletivo, a parada de ônibus utilizada pelos moradores ou pra quem se desloca pra essa área está localizada às margens da rodovia Augusto Montenegro e fica bem em frente à cafeteria e tabacaria *Pix coffe*, a qual também logo virou um local de referência para mim e onde diversas vezes sentei pra refletir ou fazer anotações sobre o conjunto, está localizada na esquina da Rua Roberto Regateiro. Podemos ver sua faixa através da foto abaixo

Imagem 6 - Pix coffee Cafeteria e Tabacaria



Fonte: De autoria própria, 2023.

Foi possível perceber crianças empinando pipa no fim do dia livremente nas ruas da área e ainda marcações no asfalto em verde amarelo, resquícios da última copa do mundo de futebol, com as calçadas em desníveis e como se fossem extensão da propriedade e parte de suas casas, é o que as imagens abaixo capturaram, as ruas, mesmo estreitas, têm final e passagem pra outras ruas:

Imagem 7 e 8 - Crianças empinando pipa na rua e pintura das cores do Brasil no asfalto



Fonte: De autoria própria, 2023.

Comum ainda as pessoas estenderem suas roupas pra secar em local próximo à pista e muitas das vezes improvisado, essas cenas são mais comuns na parte mais ao final do conjunto.

Imagem 9 - Roupas secando na rua em varais improvisados



Fonte: De autoria própria, 2023.

Imagem 10 - Roupas secando na rua em varais improvisados



Fonte: De autoria própria, 2023.

A chuva, tão frequente em Belém no período da tarde se fez presente em muitos dos momentos que por ali eu estava. Sempre que chovia, o conjunto começava a ficar com poucas pessoas nas ruas e, com isso, vinham os alertas de que *ficava mais perigoso* para andar sozinha, as atendentes da cafeteria me alertaram para ter cuidado, em um dos dias de chuva o alerta veio já com a apresentação de uma situação que tinha *acabado de acontecer*, pois duas senhoras que por ali passavam foram assaltadas minutos antes e *levaram todas as sacolas de compras que elas tinham em mãos* (sic).

Tal fato aconteceu também na presença de uma das interlocutoras dessa pesquisa, estávamos conversando na frente de seu imóvel, por volta de cinco horas da tarde, quando passou um rapaz de moto e ficou olhando para o meu celular que estava mão, enquanto estávamos sentadas conversando, quando a moradora percebeu a situação, ela disse pra eu ficar tranquila, pois “ainda está muito cedo para fazerem isso”. Por diversas vezes o medo também se apoderou de mim, Viveiros de Castro⁷⁰ (2011) trata o medo como um ato de imaginação, talvez isso explique esse sentimento que, por vezes, foi somente sentido, pois não presenciei e não fui alvo de nenhum tipo de violência, mas por diversas vezes preferi me retirar do espaço

⁷⁰ Eduardo Batalha Viveiros de Castro é um antropólogo brasileiro, professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

antes que *algo acontecesse*, conforme (Eckert, 2007. p. 70) “indivíduos em suas redes de pertencimento designam como perigosos as territorialidades, os trajetos, as situações, os horários e os indivíduos que, potencialmente estranhos, ameaçam a ordem social”

A “fobia a criminalidade” (Eckert, 2007) impacta diretamente na estética da cidade onde moradores vivem sob casas, com grades, muros cada vez mais altos, como forma de prevenção da criminalidade.

Cornelia Eckert e Ana Luiza da Rocha (2024) no documentário “Narrativas Berlinenses e percursos etnográficos”⁷¹, de produção do BIEV (PPGAS-IFCH/UFRGS) discutem a relação entre memória, espaço urbano e diversidade cultural, e como os diferentes grupos, inclusive imigrantes, ocupam e dão significado ao espaço urbano ao longo do tempo. Demonstram principalmente, a ocupação do espaço e as diferenças entre os bairros e como a cidade de Kreuzberg abriga diferenças sociais, dentro do mesmo espaço urbano.

Cornelia Eckert e Ana Luiza da Rocha (2003), em “A arte de narrar as (nas) cidades: etnografia de (na) rua, alteridades em deslocamento”, a etnografia de rua se baseia na:

descrição etnográfica dos cenários, dos personagens que conformam a rotina da rua e bairro, dos imprevistos, das situações de constrangimento, de tensão e conflito, de entrevistas com habitués e moradores, buscando as significações sobre viver o dia-a-dia na cidade (2003, p. 05).

E foi com base nessa descrição etnográfica de cenários de Eckert e Rocha (2003), que orientei minha permanência na área e nos meus trajetos diários, ao longo das ruas do conjunto, percebi a existência de muitos comércios de pequeno porte que vendem os mais diversos tipos de produtos, como: água, cerveja, alimentos, açaí, *chopp*,⁷² remédios, entre outros. É interessante perceber que as próprias residências são utilizadas para tal fim e comportam comércios pequenos. A hipótese que levantei é que além de abastecer internamente a comunidade, essa é uma das principais fontes de renda de muitos moradores da área, o que provavelmente acontece em outras periferias. “Eu sou funcionária pública, mas meu esposo não tem trabalho de carteira assinada, ele trabalha aqui no comércio pra ajudar nas despesas né?” (moradora da área, 2023).

A foto abaixo é um registro tirado de parte do conjunto Carmelândia, do outro lado da Augusto Montenegro, mostrando a rodovia e ao mesmo tempo os comércios e *kit nets* que se

⁷¹ Produzido durante o pós-doutorado das Autoras em Berlim, em 2013, no Instituto Latino Americano na Universidade Livre de Berlim e explora as dinâmicas urbanas do bairro de Kreuzberg, em Berlim, Alemanha.

⁷² Trata-se de suco de frutas naturais ou não, colocado em saco de plástico apropriado e congelado, conhecido na cidade de Belém com essa nomenclatura.

localizam nessa parte do conjunto considerada mais valorizada. Elias e Scotson⁷³ já faziam essa análise no livro os “Estabelecidos e os Outsiders” (2000) onde um grupo, *os estabelecidos*, se consideravam superiores por viverem há mais tempo na cidade de Winston Parva do que *os outsiders*, criando distinções simbólicas de forma a delimitar as diferenças com o grupo considerado inferior, de forma análoga podemos entender como moradores de áreas mais valorizadas, veem moradores de áreas consideradas menos valorizadas, consolidando uma forma de hierarquia socioespacial no território.

Imagem 11 - Conjunto Carmelândia visto do outro lado da Augusto Montenegro



Fonte: De autoria própria, 2023.

Por volta das 10h da manhã as ruas são muito movimentadas, carros, motos, bicicletas e pedestres passando e trafegando nas ruas, carro de propaganda passando, residências com músicas, é a cidade se movimentando de acordo com os seus habitantes. Essa movimentação pode ser atribuída à saída de moradores para o trabalho, escola, aquisição de alimentos, entre outros.

Na área se encontra de tudo, as vendas são as mais variadas, desde produtos alimentícios à vestuário, identifiquei os seguintes: comércios pequenos de produtos dos mais variados, açougue, salão de beleza, hortifruti, venda de água e gás de cozinha, venda de gelo e de *chopp*, roupas, restaurantes, materiais de construção, padaria, vários são os locais de venda de açaí, típico da nossa região, com suas bandeiras vermelhas que sinalizam que ali é um ponto

⁷³ Norbert Elias era sociólogo Alemão e John L. Scotson era professor de uma escola primária.

de venda; durante a noite é comum a venda de churrasco na rua em frente às casas. Os mais diversos tipos de serviços podem ser encontrados nesse local, no entanto não encontrei nenhum supermercado de grande porte próximo ao conjunto.

Além disso, tem: igrejas, escolas, salões de beleza, bares, academia, oficina de carros, aulas de reforço, ótica, auto escola, escola de música, uma Casa Saúde da Família que atende os moradores da comunidade. A Casa Saúde da Família, fica localizada na Rua Tancredo Neves, Nº 04, foi inaugurada há aproximadamente quinze anos, antes era denominada de Estratégia Saúde da Família – ESF, funciona em uma casa de dois andares, alugada pela prefeitura de Belém, e atua na promoção da saúde e prevenção de doenças, com atendimento primário em saúde, é chamado pelos moradores de posto de saúde, segue o relato de uma moradora:

A unidade de saúde tá precária, não tem remédio, não tem médico, o médico atende cinco pacientes e vai embora e não olha nem no rosto das pessoas, tem outra médica que só atende os dela, a técnica de enfermagem trata as pessoas mal, eu não preciso do posto, mas ajuda a população que precisa (moradora da área, 2023).

Imagem 12 - Casa Saúde da Família do Carmelândia



Fonte: De autoria própria, 2025.

Além disso, a Unidade Municipal de Saúde - UMS mais próxima ao conjunto fica localizada no Bairro da Cabanagem e a Unidade de Pronto atendimento – UPA do Município de Belém mais próxima, fica no Bairro Marambaia.

Tem ainda a Associação de Moradores do Carmelândia, a qual está localizada na Rua Chico Mendes, esquina com a Oswaldo Moreira, e também é um espaço onde funciona uma escola de educação infantil mantida pelo poder público e denominada de Sistema de Ensino Infantil Paulo Guilherme Tomaz, nome dado em homenagem ao filho, já falecido, de um ex-Presidente da Associação de Moradores.

Tais fatos demonstram a presença de equipamentos públicos na área, mas ainda carece de melhorias e expansão.

Alguns moradores relataram que o centro (a atual associação de moradores, antes era chamada de centro comunitário) antes levava o nome da falecida Carmem de Nazaré, “(...) ela deu apoio para todos nós aqui, aí por isso que o nome hoje é Carmelândia, né? Infelizmente tiraram o nome do centro, que era o nome dela também, era Centro Comunitário Carmelândia”. Um dos moradores da área referiu que “o centro comunitário levava o nome da Carmem, mas um dos presidentes mudou, sem autorização da comunidade, não sei como foi que ele fez por que não entendo disso, mas ele colocou o nome do filho dele” (Rosa de Saron, 2023).

Ao visitar o prédio da associação de moradores fui muito bem recebida pela presidente e seu esposo, os quais são líderes comunitários na área e bastante conhecidos, primeiramente conversei com o esposo da presidente da associação, que por um momento e com base em seu discurso imaginei ser ele o presidente, mas logo ele esclareceu meu equívoco; ele já fora presidente em outras gestões e agora era sua esposa e por este ter conhecimento na área sempre a ajudava. E o que podemos perceber conforme o trecho abaixo de sua fala, que narra um dos momentos em que ele foi candidato à presidente da associação de moradores do Carmelândia em que perdeu, assumindo em 2003.

Quando foi em 2000, eu disputei a eleição no centro comunitário, busquei a minha chapa. Vendo a situação como estava, de abandono dos nossos conjuntos, a Carmem já tinha deixado, a Carmem deixou a presidência, aí o Seu Melo assumiu como o segundo, foi o segundo candidato à presidente. Depois do Seu Melo, veio o Grandão. Depois do Grandão, veio a Ivete. Tá entendendo? Depois da Ivete, veio a geração do Setúbal, que até hoje ainda está. Faz cinco anos que eu não sou mais presidente, mas eu ando na rua, o pessoal ainda me chama de presidente (Ex-presidente da associação de moradores do Carmelândia, 2023).

Em relação à associação, o morador descreveu:

Primeiro, o centro estava abandonado, o CNPJ estava lá embaixo, tinha uma dívida de quase 16 mil, e para ajeitar uma entidade, você tem que estar toda legalizada, para ter nome. Na época que eu assumi não era o Conjunto Residencial Carmelândia, era a invasão Carmelândia. Aí, para mim mandar os documentos, para alguns órgãos do Município e do Estado, eu tinha que ajeitar o CNPJ da associação. Aí fizemos um acordo com a Receita e fomos parcelando e conseguimos quitar essa dívida, hoje é totalmente, a atual gestão do nosso setor, está tudo direitinho o CNPJ, alguém que assumir a associação não vai pegar essa dívida da associação (Ex-presidente da associação de moradores do Carmelândia, 2023).

A presidente da associação, quando estive neste espaço, apontou que não achava ser um bom momento pra eu pesquisar por que eles estavam fazendo um cadastro pra passar pra Defensoria Pública das pessoas que ainda não haviam recebido seus títulos e que os moradores poderiam confundir minha presença com a presença da CODEM na área, ou então, caso eu quisesse continuar, que eu não falasse que eu era da CODEM, pois estavam tendo conflitos com a CODEM por situações políticas envolvendo as últimas eleições ocorridas em 2022 e que tinham sido informados que não ia sair mais nenhum título para o Carmelândia, pois eles já haviam sido beneficiados. Ainda assim eu prossegui com a pesquisa na área.

A associação de moradores possui CNPJ, com data de abertura na Receita Federal no ano de 1991, tem como atividade principal a realização de atividades de associações de defesa de direitos sociais e como atividades secundárias: Educação infantil pré-escola, atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte e atividades associativas não especificadas anteriormente, conforme consta em site do Governo Federal.

O prédio por dentro é dividido em salas, com uma parte central ao local para circulação de pessoas, a maioria das salas possuíam ar condicionado, e são adaptadas para sala de aula de crianças. Não entrei em todos os espaços, mas percebi o espaço bem organizado e limpo. Segundo a presidente, o prédio tem sido alvo de constantes melhorias, conforme a condição econômica.

Imagem 13 - Associação de moradores do Conjunto Carmelândia



Fonte: De autoria própria, 2023.

A associação de moradores é palco de diversos conflitos envolvendo a comunidade, um dos moradores disse que uma família tem alternado a presidência por vários anos, não permitindo que outros assumam⁷⁴.

A gente tem o centro comunitário que hoje virou uma associação, e o líder comunitário hoje é (...) que é assim fica a esposa e fica ele, há 18 anos liderando, a gente, nós como somos representantes do povo aqui dentro, legal, nós não temos oportunidade de vir candidatos por que o que rege o estatuto é as pessoas que venham concorrer, elas tem que ter experiência em outra associação comprovada, tem que ser no mínimo contribuinte há um ano e se o estatuto diz que é sem fins lucrativos por que que tem que ser contribuinte? (moradora da área, 2023).

A vida em coletivos tem sido ao longo dos séculos objeto de estudo na antropologia clássica e contemporânea, com destaque para a importância da união e associação como elementos fundamentais na sua formação, sobre isso Durkheim⁷⁵ (1999), através de sua tese de doutorado publicada em 1893, já trazia à tona o debate sobre essa temática com a *solidariedade*

⁷⁴ Fato semelhante foi percebido na Tese de Doutorado da Prof^a Dr^a. Luísa Maria Silva Dantas, intitulada, “AS DOMÉSTICAS VÃO ACABAR? Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA” (2016) em que a presidenta do sindicato das trabalhadoras domésticas de Porto Alegre, Saete, está no cargo há mais de vinte anos. A tese identifica ainda vários conflitos em torno da legitimação das lideranças locais e em relação às necessidades de investimentos para o grupo.

⁷⁵ David Émile Durkheim foi um sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês.

mecânica e orgânica. Em Mauss⁷⁶ (1974), é possível perceber que as relações de troca e reciprocidade contribuem para a construção de laços sociais e formação de alianças; e Geertz⁷⁷ (1973), sobre a importância da cultura, enquanto teia de símbolos, na formação dos indivíduos e comunidades; com eles, podemos inferir que as associações de bairro são espaços onde a “cultura local”⁷⁸ é produzida, reproduzida e transformada.

Nesse sentido, percebemos, através da aproximação com a comunidade do Carmelândia que a associação é um espaço rico de significados e relações sociais que provavelmente influenciam na vida de seus membros, tendo em vista ser um espaço de promoção da interação entre moradores, atuando na defesa de seus interesses e na busca por melhorias, e resolvendo os problemas existentes. As associações de moradores não estão isoladas da política, seja ela partidária ou através de disputas internas e estão ainda imersas na complexidade de relações sociais existentes dentro de uma comunidade. Foote-Whyte⁷⁹ (1996), já abordava esse assunto demonstrando que os líderes comunitários já exerciam papéis políticos, acessando redes de sociabilidade para influenciar em decisões e obter apoio dentro da comunidade para alcance de objetivos, para ele o poder emerge das interações sociais e das disputas por influência.

Em outro trecho, essa moradora afirmou que na área tem líderes comunitários que utilizam a regularização para se beneficiar: “A população aqui, sobre a regularização dos terrenos, ele diz que é ele que entrega”; ao relacionar que existem pessoas falando que o título está sendo entregue por pessoas da área ou que alguém se intitula responsável por levar a política pública.⁸⁰

É comum encontrarmos conflitos quando se envolve cargos que dão visibilidade social e política, esses conflitos envolvem a luta por poder, influencia e notoriedade, pois quem tem influência tem o domínio político da área, o que se torna uma moeda de troca em tempos de eleição, já que os moradores acreditam que “os políticos estão *dando acesso* a bens e serviços públicos a pessoas que não os teriam de outra forma” (Kuschnir, p.164, 2007).

⁷⁶ Marcel Mauss foi um sociólogo e antropólogo francês conhecido como o "pai da etnologia francesa".

⁷⁷ Clifford James Geertz foi um antropólogo estadunidense, professor emérito da Universidade de Princeton.

⁷⁸ O conceito de cultura tem sido modificado ao longo do tempo e contemporaneamente tensionado na teoria antropológica, enquanto armadilha para reificação de práticas e coletivos.

⁷⁹ William Foote Whyte era Sociólogo, nasceu em 1914 e falecido em 2000, escreveu o livro *Sociedade de esquina*, lançado originalmente em 1943, onde ele estuda um bairro pobre Italiano de Boston, tendo morado e vivido durante quatro anos com seus pesquisados.

⁸⁰ Conflito também identificando na pesquisa de Dantas (2016) em que os apartamentos do condomínio 27 de abril foram objetivo de disputas, principalmente no processo de seleção.

Em cargos de destaque social, a ânsia por poder, influência e reconhecimento compõe uma complexa arena de conflitos. Ergue-se um cenário onde os agentes ativos dão início a uma disputa inflamada por domínio e prestígio. Nessa arena, a visibilidade social se transforma em moeda de troca, pois podem conseguir “favores”, é o sistema de dar, receber e retribuir, segundo a lógica da dádiva de Mauss (1974), especialmente em período eleitoral, pois quem ostenta esse poder de influenciar a população de sua área de atuação também é capaz de influenciar nas decisões do município.

Conforme Rodrigues⁸¹ (2008), os conflitos são gerados a partir de interesses próprios e através da luta por poder e prestígio e, com isso, manipulam redes de relações com o intuito de atingir seus objetivos. Através da obra de Goffman, Velho (2008) destaca os mal-entendidos nas relações sociais como uma parte constitutiva da interação social e oriundos da complexidade da comunicação humana, onde os mal-entendidos e os riscos são inerentes à interação em sociedade.

No caso da associação em tela percebemos que as relações sociais, a interação com a comunidade e a política se entrelaçam e se percebe a construção de uma dinâmica das relações de poder, Foote-Whyte (1996) já demonstrava que as relações sociais eram fundamentais na organização da vida em comunidade, a política estava relacionada às dinâmicas sociais da comunidade por ele estudada. Para Karina Kuschnir, no livro *a Antropologia da Política*, esta “tem por objetivo entender como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como interagem e atribuem significado aos objetos e às práticas relacionadas ao universo da política” (Kuschnir, 2007, p.9).

Na área é comum encontrar casas que estão à venda, os motivos são os mais diversos, uma moradora me disse que a casa era muito grande para ela, os filhos haviam casado e saído de casa, a mãe que morava com ela havia falecido, então estava *querendo se mudar para um lugar menor*. Ainda tem casas que são de herança, onde os herdeiros querem vender para dividir o dinheiro.

Dividi o conjunto de forma subjetiva em duas áreas, uma que fica mais próxima à margem da Rodovia Augusto Montenegro e outra que se distancia desse local, em que para acessar precisa “entrar” mais no conjunto, nesse processo comecei a acessar ruas que eu não

⁸¹ É Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2006). Escreveu o livro “Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano”, o livro retrata as práticas culturais cotidianas, como festas religiosas e de carnaval através das agremiações que fazem parte do carnaval de Belém, e ainda das festas juninas que homenageiam santos da igreja católica e que são festejos realizados por moradores do bairro do Jurunas, considerado um dos bairros mais antigos e populosos da cidade de Belém do Pará.

conhecia e que não havia passado. À medida que fui *entrando* e me aproximando do final do conjunto, comecei a perceber que existiam grandes diferenças entre o início do conjunto Carmelândia, que fica próximo às margens da Augusto Montenegro e a parte mais distante dessa rodovia. É perceptível que as casas do início são, em sua maioria, construídas em alvenaria, maiores e aparentemente “melhores”, com mais estrutura, e quanto mais eu me aproximo do final, é mais comum ver casas mais simples, menores, algumas em madeira.

Quem diria que isso aqui ia ser valorizado? Hoje, é valorizado. Quem tem dinheiro quer vir para cá. Tu entra no Carmelândia, tem umas casinhas ainda de madeira? Tem. Tem umas casinhas feinhas? Tem. Mas tu olha aqui é só casa bonita. Então hoje é valorizado, hoje meu pai se arrepende de não ter comprado a parte dele. Era para ele comprar logo aqui do lado, não quis. Hoje, ele se arrepende. Isso aqui, a gente pode dizer é nosso. Só quem tira é Deus, porque infelizmente, todos vão morrer, quando tu morre, pronto, não é mais nada, acabou, até onde Deus permite a gente, eu vejo desse lado (Moradora do Carmelândia, 2023).

No trecho *mais pra dentro* as ruas já não são tão regulares, em linha reta, e o ambiente, segundo os moradores, requer *maior cuidado*. Uma moradora na tentativa de me alertar, me disse: “cuidado minha filha, praí rola muita droga”, se referindo à parte que fica para os fundos do conjunto, outra falou pra eu me atentar aos horários e ter cuidado com o celular.

É impossível isolar a área ou dividi-la por classe social, isso seria muito superficial, e contribuiria para reforçar que o lugar de residência pode atribuir ou não valor às pessoas, o que podemos inferir é que quanto mais se aproxima da rodovia Augusto Montenegro, melhores, aparentemente, são as casas, e provavelmente mais valorizadas; quanto mais se afasta, mais simples elas se parecem, no entanto não podemos reduzir a proximidade ou distância de áreas consideradas mais ricas como fator determinante, pois dividi-la dessa forma contribuiria para aprofundar a desigualdade social, ainda mais, por que essa diferença parece ser percebida pelos moradores, com a percepção de *perigo*. “É perigoso ali, que pertence pra banda da Cabanagem para ali, meu Deus, lá para trás, não o Carmelândia, Cabanagem para lá.” (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023), ao se referir à área que fica logo atrás do Carmelândia, mas alguns moradores apontam a parte dos fundos do conjunto como também “perigosa”.

Tal trecho, reflete o fato de que a área mais próxima a rodovia tende a ser associada a melhor qualidade de vida e onde pessoas com maior poder aquisitivo tendem a morar, contribuindo para a criminalização e marginalização das populações mais vulneráveis, e

vinculando a pobreza à violência. Conforme Couto⁸² (2018, p. 11) “o descaso do Estado, a extorsão e corrupção policial, o tráfico de drogas e as milícias, são elementos no espaço social que acabam por alimentar o fenômeno da violência urbana”.

A organização do espaço em que as áreas mais próximas a rodovia são vistas como mais valorizadas enquanto as áreas mais distantes pertencem aos mais pobres, carrega um estigma de perigo que embora simbólico pode ter impactos reais na vida das pessoas e pode ser um marcador de acesso ou não a direitos, serviços públicos, educação e principalmente de segurança. O espaço acaba refletindo a desigualdade social e econômica existente na sociedade.

Não foram raras as vezes que transitei pelo conjunto e me deparei com as ruas pouco movimentadas, com alguns poucos carros e motos circulando no local, esse pouco movimento geralmente ocorre aos fins de tarde, principalmente em dias chuvosos, pois pela manhã o movimento é mais intenso, nesses dias de pouco movimento, tive medo de ficar por ali, embora eu estivesse sem muitos objetos pessoais, ainda assim, por diversas vezes eu fiquei com receio de continuar e, algumas vezes, acreditei que seria melhor ir embora, mas ainda assim consegui percorrer pelo conjunto.

Para Ximene Rêgo e Luís Fernandes⁸³, “o sentimento de insegurança é uma ressonância afetiva, vivida internamente, mas que espelha as transformações sociais, criando uma inquietação que se ancora no medo do crime, que revela a cidade como palco da crise” (Rêgo e Fernandes, 2012, p. 62), e foi essa inquietação que eu senti, medo de que algo pudesse me acontecer, principalmente pelos alertas que recebi de pessoas que ali estavam, ao falar sobre o que eu estava fazendo ali, uma pessoa me disse: “guarda o celular, cuidado, tem uns cara que passam de vez em quando de moto que são muito suspeitos” (morador do Carmelândia, 2023); o que me fazia ficar ainda mais temerosa ao caminhar pelas ruas.

Eu sempre abordava algumas pessoas nas ruas ou que estavam em frente de suas casas para conversar sobre o cotidiano, sempre fui bem recebida, embora com desconfiança. Nas abordagens, eu explicava o meu objetivo, demonstrando conhecimento da história do local e da regularização fundiária, o que facilitou a conversa e o que rendeu indicações de pessoas que também conheciam a história do Carmelândia.

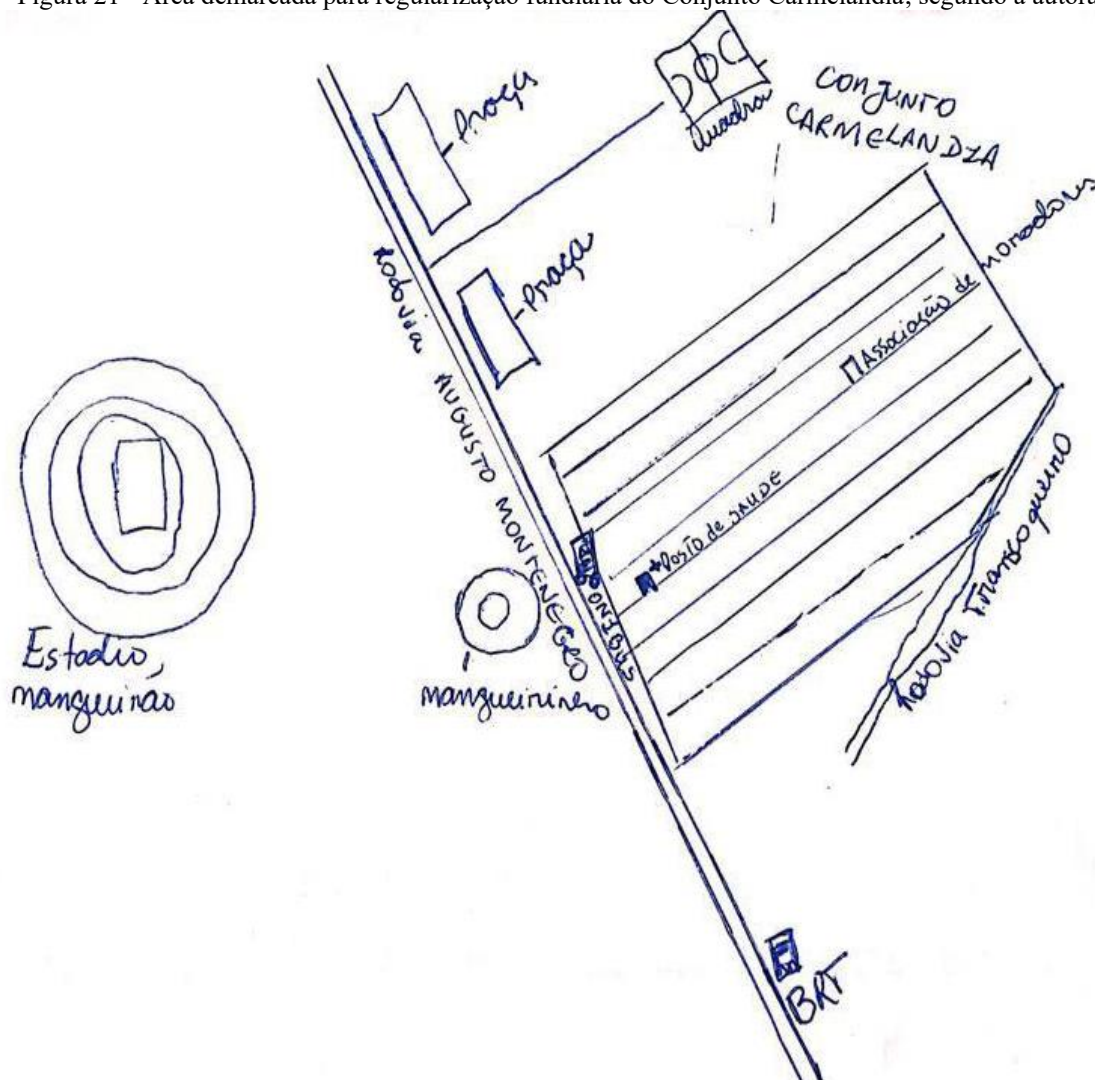
O mapa abaixo é um esboço do conjunto sob o meu ponto de vista, o conjunto Carmelândia é essa área onde as ruas estão mais retas, as duas praças presentes no desenho e a

⁸² Aiala Colares de Oliveira Couto é Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará e professor Adjunto II da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

⁸³ A primeira é Doutora em antropologia e o segundo é professor da faculdade de psicologia e de ciências da educação da Universidade do Porto.

quadra, assim como o Estádio Mangueirão e o conhecido Mangueirinho, embora estejam bem próximos, não fazem parte deste conjunto.

Figura 21 - Área demarcada para regularização fundiária do Conjunto Carmelândia, segundo a autora



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Durante minhas passagens pelas ruas, fiquei a imaginar que talvez a regularização fundiária não tenha impactado em suas vidas, por que olhando de fora parece que tudo continua “normal”, como antes.

Durante as minhas incursões na comunidade, sempre vinha à tona questões relacionadas à minha atuação na CODEM, queriam saber como estava seu processo para receber o título ou o que tinha acontecido para ainda não terem recebido, assim, por diversas vezes precisei deixar claro que naquele momento, além de não estar mais trabalhando com a regularização fundiária na instituição, eu estava em campo enquanto pesquisadora, para retratar

as situações que foram vivenciadas por eles, tendo em vista a regularização de seus imóveis, ainda assim eu prestava as orientações, dentro do que eu conseguia.

Antes mesmo de ir para o Carmelândia e como forma de me aproximar dos moradores, realizei contato via *WhatsApp*, uma rede social muito utilizada no mundo, com uma das pessoas que se intitula líder na comunidade que, por diversas vezes agendou comigo, mas por falta de tempo as conversas foram adiadas várias vezes, mas ao me inserir em campo, passei a conhecer diversas pessoas que me indicaram outras pessoas e assim eu fui conseguindo interagir com a comunidade. O uso dessa rede social, como ferramenta de contato com os interlocutores integra as pesquisas voltadas para a antropologia digital que conforme Parreiras e Pavesi⁸⁴ (2024, p.2) “abrange estudos sobre a internet e diversas tecnologias digitais”.

Para realizar minha pesquisa me mudei no início de março para a casa da minha irmã que reside em um condomínio às margens da Rodovia Augusto Montenegro, pra ficar durante o período de um mês, e assim poder estar mais perto do meu campo e, dessa forma, eu poderia estabelecer uma rotina na minha pesquisa, o deslocamento e as idas a campo ficariam mais fácil. Ela reside no Bairro Parque verde que fica próximo ao Bairro do Mangueirão, onde o Carmelândia está localizado, pois dessa, forma eu conseguiria ir em diversos horários para o conjunto e facilitaria o alcance dos objetivos.

2.4 A execução da Política Municipal de Regularização Fundiária Urbana no conjunto Carmelândia

O início do procedimento de Regularização Fundiária no Carmelândia se deu ainda no Programa Chão legal, o qual era um Programa Municipal de Regularização Fundiária criado no ano de 2010, através da Lei Municipal nº 8.739/2010, observando as principais diretrizes adotadas pela Política Nacional de Regularização Fundiária, e da Lei 11.977/2009, e posteriormente a Lei Nº 13.465/2017, tinha como objetivo atender os moradores das ocupações irregulares, garantindo-lhes o direito à moradia e segurança jurídica da posse de seus imóveis. Na CODEM esta legislação foi regulamentada pela Resolução nº 010/2013 – CODEM,

⁸⁴ Carolina Parreiras, é da Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, Laboratório Etnográfico de Estudos Tecnológicos e Digitais e Patrícia Pavesi é da Universidade Federal do Espírito Santo, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

dispondo sobre a utilização dos instrumentos e procedimentos de regularização fundiária de interesse social no Município de Belém.

Alguns moradores, principalmente os mais próximos à gestão cujo período foi de 2017 a 2020, e que participaram das atividades ocorridas na área nesse período, sabiam o nome do antigo projeto e por diversas vezes os confundiam, mas percebiam que os projetos tinham objetivos em comum, que um substituiu o outro e principalmente o seu propósito “Quem criou o projeto Chão Legal e agora Terra da Gente, né? Pensou na população em geral, hoje a gente não sofre mais o risco de ah, tu vai sair, tu vai tá sabe, tentar tirar a pessoa ali na marra, a gente não sofre mais ameaça, a gente se sente seguro.” (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023)

As etapas para a execução da regularização fundiária de interesse social dentro dos parâmetros executados pela CODEM na área do Carmelândia, foram: O requerimento dos legitimados, estudos e definições de dominialidade, levantamento topográfico e cadastro físico, cadastro socioeconômico, coleta de documentos, análise processual, individualização dos processos e indicação dos instrumentos, elaboração e aprovação do projeto de REURB, expedição do Certificado de Regularização Fundiária - CRF, Registro da CRF e do projeto de REURB no cartório de Registro de Imóveis, abertura das matrículas das unidades regularizadas e entrega de registro cartorário aos moradores.:

As etapas seguem uma ordenação, mas podem ser executadas concomitantemente. Além disso, tem-se como eixo transversal a participação social que necessariamente está atrelada a todas as etapas do processo. A participação social é um fator decisivo para a execução das atividades, pois para que o projeto seja cumprido é necessário que sejam prestadas informações pelos beneficiários e que estes estejam dispostos a fazer parte do projeto, sem a participação social o projeto é inviabilizado⁸⁵.

Observo ainda que esse procedimento atualmente segue outra configuração, que também pode variar conforme a área, o formato e a modalidade de Regularização Fundiária utilizada para cada local. Nesse trabalho, abordo a Regularização Fundiária de Interesse Social, executada na área do conjunto Carmelândia e que requereu a elaboração de projeto de regularização fundiária urbana.

Atualmente, uma das formas de executar a REURB tem sido através do Rito Procedimental, denominado de Regularização Fundiária Inominada REURB-I, a qual é

⁸⁵ As informações contidas no texto e que não estão referenciadas não possuem registro documental, são fruto das observações realizadas mediante a experiência profissional no espaço institucional da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém.


“aplicável às glebas parceladas para fins urbanos anteriormente a 19 de dezembro de 1979, que não possuem registro e que estejam implantadas e integradas à cidade...”. Trata-se de forma simplificada que dispensa diversos procedimentos administrativos, como, por exemplo, a elaboração de projeto e sua aprovação, licenciamento ambiental, entre outros, e, ainda assim, quando aplicada é associada a outras formas de REURB.

Foram diversas as tentativas de regularizar a área, inclusive através de usucapião promovido pela Defensoria Pública, o qual é considerado um processo muito demorado, sendo suspenso quando da instauração do projeto de regularização fundiária, o qual foi elaborado no ano de 2019 e fazia parte ainda do Programa Municipal de Regularização Fundiária Chão legal, e como a área era de um particular foi realizado termo de cooperação para garantir que a CODEM pudesse regularizar a área.

O instrumento previsto para regularização dos imóveis dessa área eram a legitimação fundiária, o direito real de laje e o condomínio urbano simples, os quais podem ser aplicáveis em áreas particulares e são os que mais se adequavam a situação da área, são instrumentos jurídicos de regularização fundiária, estabelecidos por lei e que mais se adequam aos ocupantes desse núcleo urbano, os quais são aplicados de acordo com a análise individual de cada unidade habitacional. Sendo o mais utilizado a legitimação fundiária, pois trata-se de forma originária de aquisição do direito real de propriedade, prevista no artigo 23, da Lei nº 13.465 de 2017, incidindo em áreas públicas ou privadas. Até o presente momento não foram emitidos nenhuma certidão, cujo instrumento seria o direito real de laje, pois esses casos requerem procedimentos urbanísticos específicos para sua emissão.

Na Comunidade Carmelândia foram realizadas diversas etapas para a consolidação da regularização fundiária, tais como: reuniões na comunidade para esclarecer sobre o programa e as etapas da regularização fundiária e as formas de ser beneficiado pelo Programa Chão Legal. Foram realizados levantamentos técnicos pela equipe da CODEM. Os técnicos fazem visitas às comunidades para medir terrenos, identificar benfeitorias, além de realizar o cadastro social e econômico das famílias, coleta dos documentos, onde para requerer a regularização do seu imóvel foram necessários a entrega e apresentação dos seguintes documentos: Carteira de Identidade, CPF, Certidão de Casamento (se for casado), comprovante de residência, como conta de luz ou água, comprovante de renda, comprovante de aquisição do imóvel, quando houver, entre outros.

Figura 22 – lista de documentos solicitados



PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA
DOCUMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ORIGINAIS E CÓPIAS

CPF E DOCUMENTO OFICIAL DO CASAL COM FOTO- (Carteira de Identidade (RG), Carteira de Motorista (CNH), Identidade da Categoria Profissional (CREA, CRESS, CRM, COREN, OAB, etc.)

COMPROVANTE DE ESTADO CIVIL (Se é ou foi casado)

- Para os casados (certidão de casamento)
- Para os divorciados (certidão de casamento com averbação do divórcio)
- Para os viúvos (certidão de casamento e de óbito)
- Para os solteiros (certidão de nascimento)

COMPROVANTE DE ENDEREÇO ATUALIZADO (conta atual de: água, luz ou telefone contendo CEP da Rua)

COMPROVANTE DE POSSE - **qualquer documento que comprove a posse** (recibo de compra do imóvel, com a assinatura do vendedor reconhecida em cartório, conta antiga de luz, água ou telefone, carnê de IPTU). Caso não disponha de nenhuma desses documentos receberá orientação da equipe jurídica da CODEM para o procedimento.

COMPROVANTE DE RENDA (renda atualizada de todos que tiverem renda, e morem no imóvel)

- Se tiver carteira assinada ou for funcionário público apresentar o contra cheque mais recente. Não dispondo de contra cheque, deve apresentar a Carteira Profissional com remuneração atualizada.
- Se for aposentado ou pensionista (extrato do benefício constando o nome do beneficiário e o valor da renda)
- Se receber bolsa família ou se for beneficiário de algum Programa Social (cópia do cartão com o nº Número de Identificação Social/NIS e extrato do benefício com o valor da renda)
- Se for autônomo a declaração de renda será orientada pela equipe jurídica da CODEM.

Obs: No dia da coleta de documento deverá comparecer o casal, no caso de ausência de uma das partes, apresentar procuração com assinatura autenticada em cartório.

OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER ENTREGUES NO DIA ____/____/____ HORÁRIO DE ____ às ____

LOCAL _____

Fonte: arquivos da CODEM.

Caso o morador não compareça para entregar os documentos e requerer a regularização, ele fica impossibilitado de receber a certidão, visto que o requerimento e a entrega de documentos é uma fase importante, inclusive comprobatório de quem é proprietário daquela benfeitoria, o relato abaixo da Presidente da Associação de moradores à época do campo, evidencia que muitos moradores, por não acreditarem, não entregaram a documentação, não tiveram o título emitido e isso pode ser um dos indicativos pelos quais alguns moradores ainda não receberam seus documentos.

Vamos para uma guerra? Vamos. Vamos querer lutar? Vamos. Vamos conseguir? A gente está indo para guerra para conseguir. Foi o que aconteceu. Aconteceu do asfalto, aconteceu do título. Aí tem gente: égua, de novo, entregando. Mano, se for até 50 vezes para entregar, entrega. Mais uma hora sai. Hoje, os que estão bem, ganharam. Agora, os que não acreditaram, estão correndo atrás. Por quê? Porque não acreditaram. Hoje, a gente tem que ver isso. Agora, vamos lutar para quem ainda não tirou, nós não ficamos acomodados porque nós ganhamos. Não, estamos lutando pelos que não ganharam. Então, não paramos, estamos na luta. O nosso objetivo é lutar para poder adquirir o outros. (Presidente da Associação de moradores, 2023)

2.4.1 Os documentos entregues aos moradores

Ao todo já foram entregues aproximadamente 1.200 (mil e duzentas) certidões desta área aos moradores do Carmelândia, a entrega é realizada durante evento programado com a presença de autoridades e moradores, na entrega das primeiras 350 certidões, ainda no início de 2021, eu estava presente e pude acompanhar; já na entrega de 521 eu não participei do processo, por estar afastada e por me sentir assediada moralmente. Recentemente, foram entregues ainda 247 certidões, para a entrega desse quantitativo, outro evento foi organizado, dessa vez eu estava acompanhando as fases que o antecedem e a preparação desse material que descreverei mais à frente.

Durante o evento são entregues dois documentos, um denominado de Certidão de Registro de Imóveis, emitido pelo cartório, nesse caso o Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Município de Belém, e outro denominado de Título de Propriedade por Legitimação Fundiária, emitido pela própria CODEM, o qual tem a assinatura do Prefeito do Município, do Presidente da CODEM e do proprietário do Imóvel, é um documento administrativo e tem validade nesse âmbito.

Segue abaixo o modelo do documento entregue às famílias do Conjunto Carmelândia, denominado de Certidão de Registro de Imóvel e o Título de Propriedade, conforme mencionado acima.

Figura 23 – Frente da Certidão de Registro de Imóveis emitido pelo cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Município de Belém para os moradores do conjunto Carmelândia

2º Registro de Imóveis
 CNPJ/CPF - 35.917.403/0001-84
 SEGUNDO SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE BELÉM
 CNS Nº 06.840-3
 Cnpj/35.917.403/0001-84

Travessa Timbó, nº 1598
 Bairro Pedreira - Belém/PA
 TRAVESSA TIMBÓ, Nº 1598
 BARRIO PEDREIRA - BELÉM-PA

OFICIAL REGISTRADOR
 FLÁVIO HELENO PEREIRA DE SOUSA

MATRÍCULA: 308.014

SEGUNDO SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE BELÉM/PA
 CNS: 06.840-3
 Livro 2 - Registro Genl.

FIGURA: 01

DATA DA ABERTURA DA MATRÍCULA: 04/08/2023

Udaci Lopes de Notario Filha
 Extrato Notarial

IMÓVEL: LOTE URBANO sob nº [REDACTED], da área de intervenção urbanística denominada "CARMELÂNDIA – ETAPA 1", localizado na Rua Chico Mendes, bairro Mangueirão, nesta capital, medindo de frente: 6,49m; pela lateral direita: 14,34m, confinando com a Rua Chico Mendes, nº 39; pela lateral esquerda: 14,34m, confinando com Rua Chico Mendes, nº [REDACTED], pelos fundos: 6,31m, confinando com a Rua Chico Mendes, nº [REDACTED], perfazendo 91,62m² de área total, com área construída de 79,89m² e perímetro de 41,44m. **PROPRIETÁRIO:** CIC COMPANHIA INDUSTRIAL DE CONSTRUÇÕES, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco. **Título Aquisitivo:** Por instrumento particular com força de Escritura Pública, datado de 02/01/1974; conforme consta no AV.02 do Registro Anterior. **REGISTRO ANTERIOR:** Matrícula nº 302766, desta Serventia Registral. **NOTA 01:** A teor do art. 195 da Lei Federal 8.015/1973-LRP, a abertura da presente matrícula é feita com base nos elementos constantes do Registro Anterior. **NOTA 02:** Matrícula aberta em virtude do PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL "CARMELÂNDIA – ETAPA 1", originada do R.5 do Registro Anterior, nos termos do art. 52 da Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018, promovido pelo poder público municipal, conforme requerimento administrativo 4-CT.CODEM.PR.Nº552/2023, datado de 19/07/2023, Certidão de Regularização Fundiária, Projeto de Regularização Fundiária e demais anexos devidamente arquivados nesta Serventia. Protocolo nº 328402, de 19/07/2023. Ato:181. Qde:1. Código do Selo: A-778594. e Código Segurança: A-202308.778594-46687700000097619052813070. Emolumentos: R\$ 0,00. FRJ: R\$ 0,00. FRC:R\$ 0,00. Selo:R\$ 0,00. Total:R\$ 0,00. Belém/PA, 04/08/2023. Eu, Cinthia Macêdo, digitei. Eu, [REDACTED], Oficial de Registro de Imóveis, Flávio Heleno Pereira de Sousa. DOU FE.

R-1 - 308014 - 328.402 - 19/07/2023 - LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA: Nos termos da Certidão de Regularização Fundiária – Área: "Carmelândia – Etapa 1", emitida em 30/12/2020, pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – CODEM, devidamente arquivada nesta Serventia; fica constando que, de acordo com o art. 23 da Lei nº 13.465/2017, procedeu-se ao presente Registro para consignar que o imóvel objeto desta matrícula foi adquirido por [REDACTED], brasileiro, solteiro, vigilante, portador da Cédula de Identidade RG nº [REDACTED], inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED], residente e domiciliado nesta cidade de Belém/PA, à título de LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA, no âmbito da Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social "Carmelândia – Etapa 1", Ato:182. Qde:1. Código do Selo: A-778621 e Código Segurança: A-202308.778621-12567700000071619062813070. Emolumentos: R\$ 0,00. FRJ: R\$ 0,00. FRC:R\$ 0,00. Selo:R\$ 0,00. Total:R\$ 0,00. Belém/PA, 04/08/2023. Eu, Cinthia Macêdo, digitei. Eu, [REDACTED], Oficial de Registro de Imóveis, Flávio Heleno Pereira de Sousa. DOU FE.


082209

111.834
 NSSP pag. 1
 Continua na página 02

Registro
 Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validar/NCKS4-L0YES-JDSL9-9CNRV>.

Fonte: CODEM, digitalizado pela própria autora, 2023.

Figura 24 - Verso da Certidão de Registro de Imóveis emitido pelo cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Município de Belém para os moradores do conjunto Carmelândia



**SEGUNDO SERVIÇO
REGISTRO DE IMÓVEIS
DE BELÉM**
CNPJ nº 04.803-9
CNPJ 05.917.403/0003-84

TRAVESSA TIRO, N° 1508
BELÉM/PA

OFICIAL REGISTRADOR
CLÁUDIO DA SILVA PEREIRA DE SOUSA

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO, a pedido da pessoa interessada, o **INTEIRO TEOR** da matrícula 308014, deste Ofício. O referido é verdade e dou fé. Esta certidão é válida por 30 dias, a contar de sua emissão. (Art. 818 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará).

RESSALVAS (Conforme Expediente nº 0001171-67.2021.2.00.0814):

RESSALVA 1: Certifico que, a presente Matrícula apresenta pendência de **ESPECIALIZAÇÃO OBJETIVA**.

Certifico que, a(s) ressalva(s) acima mencionada(s) não esgotam a possibilidade de após análise para eventual registro, ser verificado a existência de outras qualificações necessárias para a perfeita identificação e qualificação da presente matrícula.


ESTA CERTIDÃO NÃO CONTÉM EMENDAS E NEM RASURAS.

Válida somente com o selo de segurança e qrcode do Manifesto de Assinatura, que é parte integrante dessa certidão.

O TEXTO IMPRESSO NÃO SUBSTITUI O CONTEÚDO ELETRÔNICO VERIFICÁVEL NO SITE DO OPERADOR NACIONAL DE REGISTROS – ONR, CONFORME QR CODE.


O referido é o que consta dos arquivos da serventia. Dou fé.
Belém/PA, Data da emissão é constante no selo.

Nêmora Santos de Sousa Perin - Oficiala Substituta.
Anderson Luiz Lima Pinheiro - Escrevente Autorizado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SELO DIGITAL GRATUITO Nº 908836 - SÉRIE: A - SELADO EM 10/08/2023
CÓDIGO DE SEGURANÇA Nº 83890600000036432363312060

QTD	DATO	EMOLUMENTOS	FRJ	PRC
1		0,00	0,00	0,00

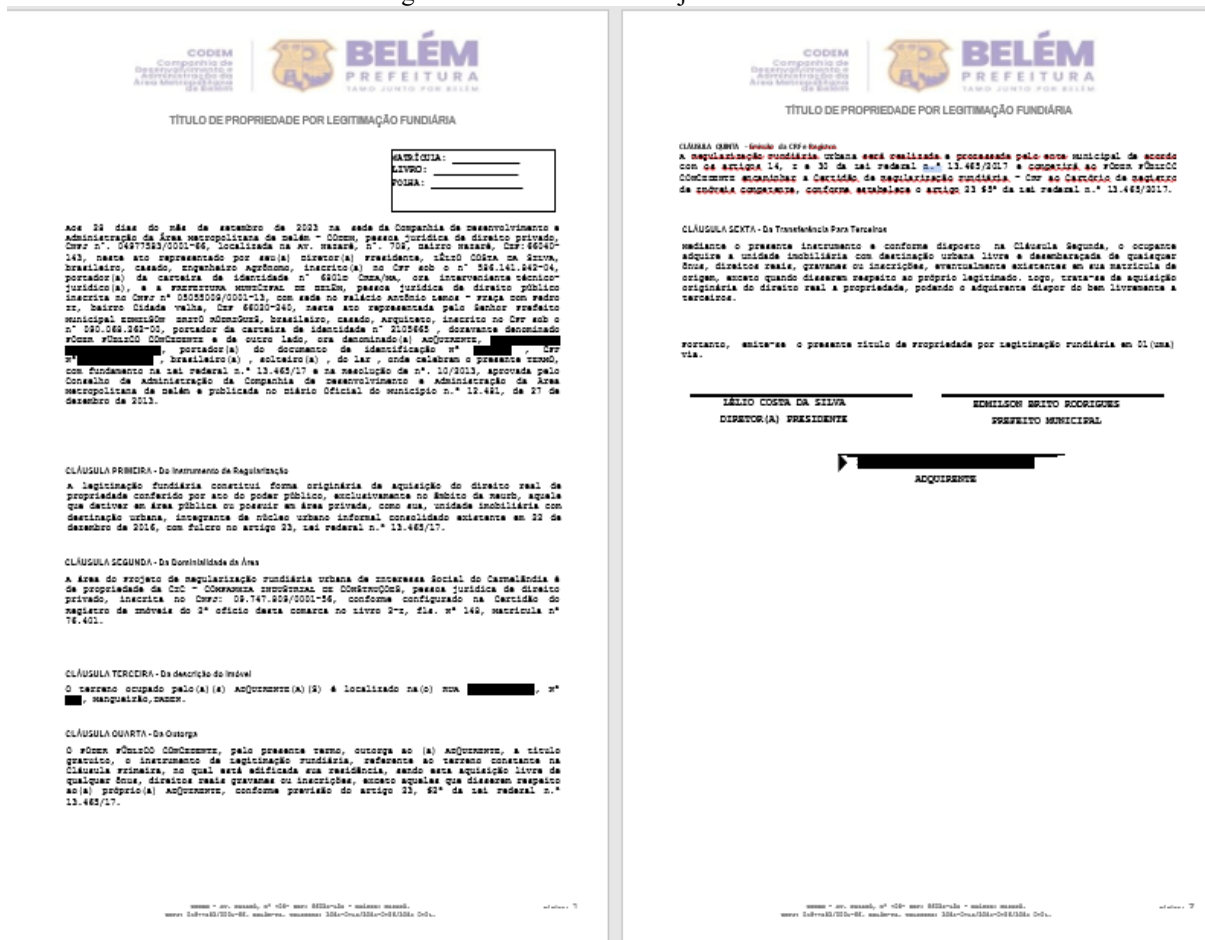


11.8.833-3

NSRP pag. 2

Fonte: CODEM, digitalizado pela própria autora, 2023.

Figura 25 e 26: Frente e verso do Título de Propriedade por Legitimação Fundiária emitido pela CODEM a ser entregue aos moradores do conjunto Carmelândia



Fonte: CODEM, digitalizado pela própria autora, 2023.

2.4.2 Descrevendo uma entrega de Títulos

Nesta seção farei uma descrição qualitativa de uma entrega de títulos que ocorreu na área, no entanto esse é um rito que se repete de forma análoga em outras comunidades e que tem a forma de execução distinta conforme a gestão o conduz, podendo ainda ser executado em menor ou maior estrutura e com execução de outros procedimentos. Sendo assim, minha descrição é específica sobre essa entrega de documentos, por mim acompanhada.

Os Títulos (Certidões de Regularização Fundiária) que foram emitidos pelo cartório de Registro de imóveis permanecem na CODEM para organização e posterior entrega. Nesse caso, o evento para a entrega à comunidade estava sendo pensado há uns dias, mas não havia data precisa e não estava sendo planejada. No dia 10 de outubro de 2023 recebi a informação que a entrega seria marcada para o dia 13 ou dia 14, a depender do espaço disponível para receber aproximadamente 500 pessoas.

Foi feito contato via telefone com a paróquia de santa Edwiges que afirmou não ter disponibilidade, fomos na área, eu e mais duas pessoas, visitamos igrejas e escolas, mas não conseguimos um espaço que pudesse comportar o evento.

Decidimos ir à igreja de santa Edwiges, conversamos com os padres responsáveis, relatamos sobre o evento e a importância para a comunidade e, assim, o espaço da quadra foi cedido para a realização da entrega.

Retornei para casa preocupada, pois um evento assim carece de organização, mesmo com a experiência na temática é necessário tempo hábil para a elaboração dos convites, entrega para os moradores que serão beneficiados e organização do material a ser entregue em pastas, por sorte este último já havia sido preparado.

No instante que cheguei em casa, avisei o coordenador sobre as ocorrências do dia e solicitei permissão para realizar os encaminhamentos que se fariam necessários.

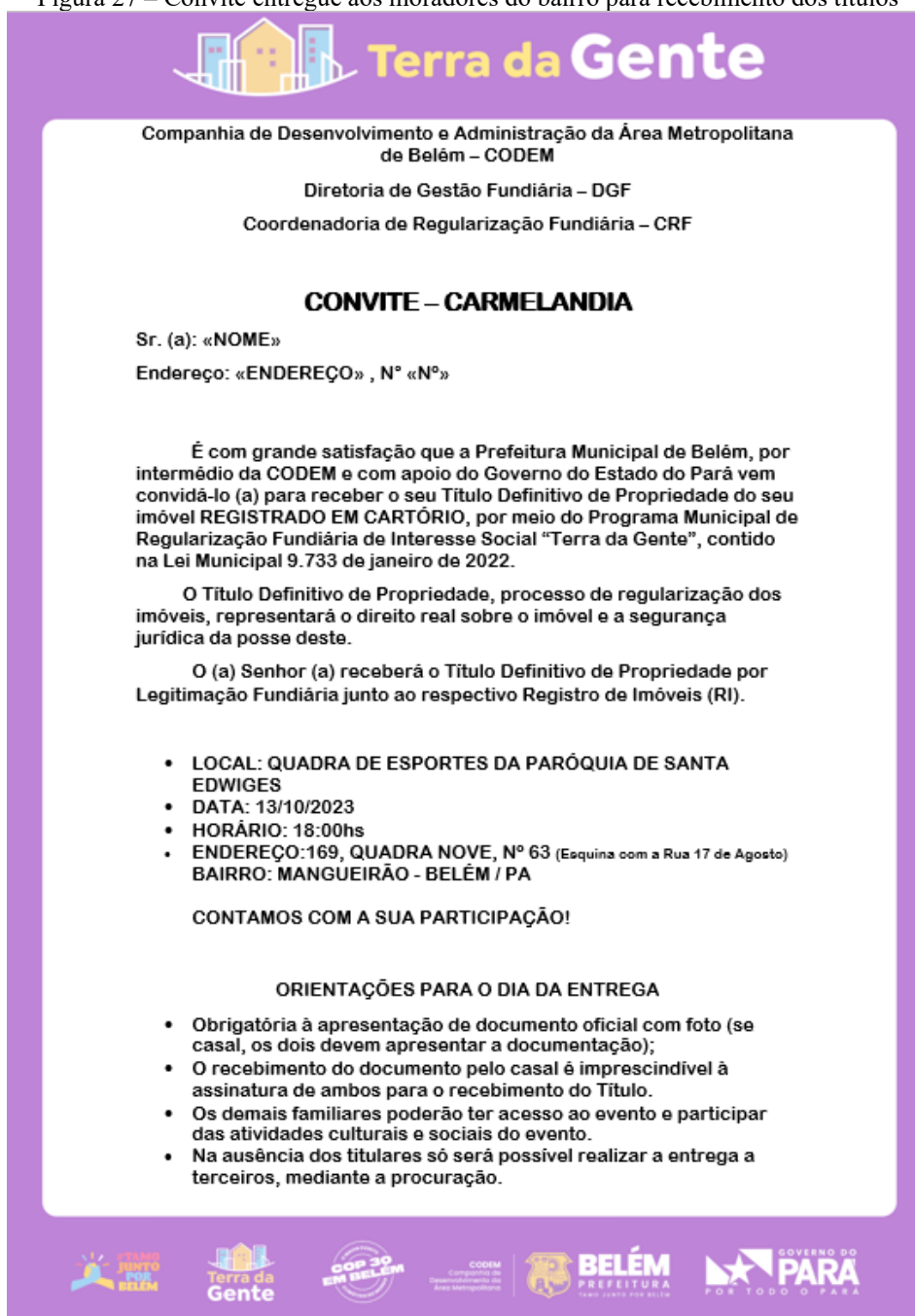
Já estava instalado na equipe um clima tenso, pois sexta o expediente seria facultado e o município não teria trabalho nas repartições. Algumas pessoas já haviam marcado passagens para viajar e como a equipe é de aproximadamente 40 pessoas, então as notícias rapidamente se espalharam entre os funcionários da possibilidade de trabalho na data facultada.

Comuniquei logo que se confirmou a data do evento, 13 de outubro, em um grupo de *WhatsApp* do trabalho, que precisaríamos nos organizar para mobilizar a comunidade na quarta-feira, véspera do feriado, para o evento, evitando que trabalhássemos nesse dia. Avisei ainda que a equipe poderia se organizar de modo que aqueles que tivessem compromissos não fossem escalados para o evento e não fossem prejudicados.

No fundo sabia que ninguém queria trabalhar na sexta, mas também não tinha como dizer que não poderíamos fazer o evento. Era uma decisão que havia vindo de cima hierarquicamente e mesmo com as tentativas de prorrogar ou antecipar não obtivemos sucesso. Assim que sinalizei que o trabalho seria executado em tal data, a maioria dos trabalhadores se dispuseram a estar presentes no evento e tínhamos pessoas suficientes para dar conta da atividade. Passei as orientações de como seriam os procedimentos de mobilização e no dia do evento. No dia seguinte a equipe organizou os convites e os foi entregar na comunidade.

Segue abaixo o modelo de convite entregues aos moradores, em suas respectivas moradias, os convites são nominais e só os recebe quem tem a certidão emitida pelo cartório e que está em posse da CODEM.

Figura 27 – Convite entregue aos moradores do bairro para recebimento dos títulos



Terra da Gente

Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – CODEM

Diretoria de Gestão Fundiária – DGF
Coordenadoria de Regularização Fundiária – CRF

CONVITE – CARMELANDIA

Sr. (a): «NOME»
Endereço: «ENDEREÇO», N° «N°»

É com grande satisfação que a Prefeitura Municipal de Belém, por intermédio da CODEM e com apoio do Governo do Estado do Pará vem convidá-lo (a) para receber o seu Título Definitivo de Propriedade do seu imóvel REGISTRADO EM CARTÓRIO, por meio do Programa Municipal de Regularização Fundiária de Interesse Social “Terra da Gente”, contido na Lei Municipal 9.733 de janeiro de 2022.

O Título Definitivo de Propriedade, processo de regularização dos imóveis, representará o direito real sobre o imóvel e a segurança jurídica da posse deste.

O (a) Senhor (a) receberá o Título Definitivo de Propriedade por Legitimação Fundiária junto ao respectivo Registro de Imóveis (RI).

- LOCAL: QUADRA DE ESPORTES DA PARÓQUIA DE SANTA EDWIGES
- DATA: 13/10/2023
- HORÁRIO: 18:00hs
- ENDEREÇO: 169, QUADRA NOVE, N° 63 (Esquina com a Rua 17 de Agosto) BAIRRO: MANGUEIRÃO - BELÉM / PA

CONTAMOS COM A SUA PARTICIPAÇÃO!

ORIENTAÇÕES PARA O DIA DA ENTREGA

- Obrigatória à apresentação de documento oficial com foto (se casal, os dois devem apresentar a documentação);
- O recebimento do documento pelo casal é imprescindível à assinatura de ambos para o recebimento do Título.
- Os demais familiares poderão ter acesso ao evento e participar das atividades culturais e sociais do evento.
- Na ausência dos titulares só será possível realizar a entrega a terceiros, mediante a procuração.

CIDADÃO JUSTO POR BELÉM | **Terra da Gente** | **CGP 30 EM BELÉM** | **CODEM** Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana | **BELÉM** PREFEITURA Terra da Gente por Belém | **GOVERNO DO PARÁ** FOR TODO O PARÁ

Fonte: material elaborado pela CODEM.

Enquanto isso, outra equipe organizou todos os materiais internos para o dia do evento. A CODEM fez contato com as lideranças comunitárias, para que estes estivessem cientes da entrega e pudessem participar, na tentativa ainda de evitar conflitos ou manifestações durante a cerimônia.

Fui até o local no dia anterior ao evento para olhar o espaço e verificar onde iríamos organizar a equipe, palco, cadeiras, som. Segue a foto da quadra onde o evento iria acontecer.

Imagem 14 - Registro da entrada do local mostrando todo o espaço



Fonte: De autoria própria, 2023.

O evento foi marcado para às 18h, por volta de 12h fui para o local para acompanhar a montagem dos equipamentos, o palco começou a ser montado, as cadeiras e mesas foram chegando aos poucos e por volta de 15h já haviam pessoas da comunidade em frente ao local. A foto abaixo mostra os moradores que chegaram antes do horário previsto e precisaram aguardar em frente ao local que o evento ocorreria, em frente a um imóvel, pois o espaço ainda estava em montagem.

Imagem 15 - Moradores aguardando a abertura do espaço para a entrega de título



Fonte: De autoria própria, 2023.

Estávamos esperando em média 500 pessoas para o evento, pois tínhamos 247 títulos para entregar e como tem muitos casais e, muitas vezes, mais de um beneficiário, além da comunidade também ser convidada, esse foi o estimativo de público; conseguimos organizar as cadeiras na quadra e por volta de 16h todo o local já estava organizado para recepção da comunidade. Na frente do local foram colocados flamulas e banners para facilitar a identificação aos moradores e convidados.

Imagem 16 - Espaço já montado antes do início do evento



Fonte: De autoria própria, 2023.

Imagem 17 - Espaço identificado com o nome do programa



Fonte: De autoria própria, 2023.

Imagem 18 - Registro da entrada do local mostrando todo o espaço



Fonte: De autoria própria, 2023.

Enquanto isso, a equipe ficou em uma parte externa da quadra, na lateral, recepcionando os beneficiários e coletando suas assinaturas e, por volta de 17hs, começamos a distribuir senhas para aqueles que iam receber seus títulos para que estes assinassem os termos administrativos e, por volta das 17:15h começamos o atendimento.

As pessoas que receberam os convites, as quais tem certidões emitidas, recebiam senhas, logo na entrada do evento, e se direcionavam até os funcionários para assinatura do termo administrativo, a senha era para a ordem do atendimento e para o recebimento do título ao final da cerimônia e fala das autoridades.

Imagem 19 - Equipe da CODEM recepcionando e coletando assinaturas dos moradores que receberam os títulos



Fonte: De autoria própria em 13/10/2023.

Imagem 20 - Espaço já ocupado pelos participantes do evento



Fonte: De autoria própria, em 13/10/2023.

Imagem 21 - Moradores durante a cerimônia de abertura do evento



Fonte: Autoria de Kamila Canhedo, em 13/10/2023.

Durante a cerimônia, para composição das mesas são chamadas diversas autoridades, como o Prefeito de Belém da época, Edmilson Rodrigues e o Presidente da CODEM Lélío

Costa, também líderes da comunidade que acompanharam o processo de regularização fundiária da área e a eles é dado direito de fala.

No Carmelândia foi chamada a presidente da associação de moradores da área e em seguida uma líder comunitária, quando esta foi chamada uma confusão foi instalada no espaço, pois o esposo da Presidente da Associação de moradores não aceitou que essa fosse chamada, alegando que esta seria *bolsonarista*⁸⁶ e que não deveria estar ali, partiu pra cima das autoridades, e foi necessária a intervenção dos seguranças para que isso fosse acalmado e não houvesse agressão física.

A situação gerou um burburinho no local e no ambiente se instalou uma tensão, ouvi de uma pessoa presente que a “rixa entre eles não era de hoje”. Uma conversa entre as autoridades presentes e os envolvidos foi realizada a fim de resolver a situação e a líder comunitária em questão abriu mão do espaço, descendo do palco para que o evento não fosse comprometido, ocasião em que foi aplaudida pela maioria dos que estavam ali presentes.

Ficou nítido que existe ali um conflito entre lideranças comunitárias da área, ambos são rivais e se atacam constantemente. A líder comunitária de fato não representa nenhuma instituição, associação, ou entidade dessa natureza, mas tem o reconhecimento de parte da comunidade enquanto liderança. O fato é que ambos disputam espaço e poder nesse território, ambos queriam estar à frente da mobilização da comunidade para o evento, mas esta foi realizada pela equipe CODEM para evitar maiores conflitos, e eu percebo que se trata de uma forma de mostrar que o serviço foi levado por eles para aquele local, pois isso lhes dará visibilidade social e principalmente política.

Com isso, o evento pôde continuar com a fala das autoridades presentes. Após a fala de todos houve a entrega simbólica dos títulos, um ato formal em que alguns moradores recebem das mãos das autoridades, e logo em seguida os funcionários procederam com a entrega dos demais títulos aos moradores, haja vista tratar-se de um número grande a ser entregue seguindo a ordem das senhas entregues no início do evento.

⁸⁶ Ideologia política das ideias defendidas pelo ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro. É um movimento político que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, nacionalista e tradicionalista, com forte crítica à esquerda e à elite intelectual.

Imagem 22 - Início da entrega dos títulos



Fonte: Autoria de Táris Castelo em 13/10/2023.

Imagem 23 - Equipe realizando a entrega dos demais títulos



Fonte: Autoria de Talita Santos em 13/10/2023.

Durante a entrega de títulos são vários os episódios de emoção que presenciamos, uma das pessoas que recebeu, pulou de alegria por ter recebido sua certidão, muitos querendo tirar foto e agradecidos por, enfim, terem recebido o documento de seu imóvel. É comum a presença

de idosos e pessoas que encontram-se passando por diversos tipos de enfermidade, mas que querem estar ali para receberem seu título.

Em um dos relatos⁸⁷ a moradora afirmou: “a sensação de estar recebendo esse título hoje é de muita felicidade por que eu tenho a impressão que agora eu estou na legalidade, agora é um documento que realmente deixa a gente muito seguro de ter a nossa propriedade, agora deu tudo certo” (Valéria Barros, beneficiária, 2023).

Peirano (2014, p. 388) aponta para a produção de documentos como “simples medidas administrativas concebidas para regular a vida cotidiana”. Esse documento para os moradores é um “símbolo urbano” uma forma de integração a sociedade (Peirano, 1986, p.54), no caso da regularização do imóvel, é um símbolo de integração e regularidade urbana, simbolizando a integração formal à cidade e à sociedade, sendo reconhecido de acordo com as normas urbanas do município como pertencente aquele local, de fato e de direito.

Não raro são os relatos sobre a sensação que as pessoas sentem ao serem contemplados com o título do seu imóvel:

Hoje me sinto muito bem, por que a terra é nossa, posso criar lá meus netos e meus bisnetos, espero que a regularização traga educação ambiental e limpeza. Regularizar é uma coisa muito boa por que nos dá segurança da posse, de deixar pra família, que isso é nosso o ruim é que muitas pessoas ainda não receberam” (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023)

Imagem 24 - Moradores da área após receberem seu título



Fonte: A autoria de Talita Santos em 13/10/2023 e divulgada nas redes sociais da CODEM.

⁸⁷ PREFEITURA DE BELÉM (@prefeituradebelem). Relato sobre a entrega de títulos para moradores do Carmelândia. [Carmelândia], 14 out. 2023. Instagram: @prefeituradebelem. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/CyYrQp4u5xi/?igsh=MWhqZHVmcTlmbGt5>. Acesso em: 14 jan. 2024.

Ao final do evento e após a saída de todos, os materiais são completamente recolhidos e guardados, e é feita a limpeza do espaço pela equipe da CODEM. Os empregados são levados em casa em condução do órgão e avisam o horário para fins de registro em banco de horas.

2.5 Perfil socioeconômico dos moradores e domicílios do conjunto Carmelândia em Belém-Pa.

Passaremos neste tópico a apresentar o perfil dos moradores da área, com base em dados quantitativos para isso, utilizaremos dados constantes no chamado Boletim de Informações Socioeconômicas – BIS, que foram sistematizados. Se trata de um formulário contendo diversas perguntas feitas aos moradores dos imóveis, essas informações foram produzidas a partir de uma das etapas da Regularização Fundiária Urbana, que foi a execução do Cadastro Social, que tinha por objetivo a identificação dos proprietários dos imóveis, das famílias residentes na área e a apreensão da situação sociofamiliar dos ali residentes, para fins de enquadramento ou não no perfil da regularização fundiária urbana de interesse social, segundo os parâmetros sociais e conforme a legislação. Essa era uma das principais etapas do processo de Regularização Fundiária, pois é com base nesses dados e documentos dos residentes que o título era posteriormente emitido. As informações constantes nesse documento são, em sua maioria, auto declaratórias, principalmente as que se referem ao grupo familiar.

Os dados que apresentarei neste subitem agregam técnicas, sobretudo quantitativas, com a análise a partir da estatística descritiva, e foram produzidos com base no Boletim de Informações socioeconômicas, com os gráficos gerados pelo Microsoft Excel, os quais serão analisados a partir de um arcabouço teórico de autores que já dissertam sobre a temática. O que me permitirá desvendar as informações reveladas pelos elementos que a pesquisa apresenta. Permitindo, dessa forma, elucidar características dos imóveis e moradores dessa área, apresentando um mapa desse território.

Segundo Jannuzzi⁸⁸ (2005), o diagnóstico socioeconômico consiste em uma tradução da realidade vivida por uma população em determinado espaço geográfico, por meio da utilização de indicadores de boa confiabilidade, validade e desagregabilidade, que permeie diversas dimensões da realidade social. Ainda de acordo com o autor, o diagnóstico é o retrato inicial de uma realidade que servirá de referência para auxiliar a decisão de questões prioritárias

⁸⁸ Paulo de Martino Jannuzzi é Professor e Coordenador Geral da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), possui Doutorado em Demografia pela UNICAMP.

a serem atendidas, a elaboração de estratégias, programas e ações no âmbito das políticas públicas.

É preciso, nesse contexto, reforçar que os documentos são mais que registros, eles podem traduzir relações de subalternidade, e demonstrar autoridade a depender do contexto inserido, conforme Ferreira e Lowenkron (2020, p. 23):

papéis e formulários, assim como retratos, assinaturas, selos, carimbos e outros artefatos gráficos de uso corrente em organizações burocráticas desempenham funções tanto no controle e na coordenação de procedimentos, agentes e ações administrativas, quanto na construção de subjetividades, afetos, pessoas e relações que extrapolam universos organizacionais.

Essa subalternidade pode ser apreendida através da fala da presidente da associação de moradores, a qual expressa, através do trecho abaixo, a sua sensação de que houve tratamento desigual, embora ela já tenha deixado explícito que isso aconteceu por que vários moradores não acreditavam que seriam emitidos os títulos de propriedade, ela expressou que alguns membros da comunidade foram beneficiados em detrimento de outros, o que, de certa forma, demonstra a expectativa de que o benefício seja distribuído a todos os moradores da comunidade, embora os moradores não relacionem que o programa possui critérios para garantir a gratuidade, a fala abaixo demonstra ainda o sentimento de pertencimento ao local.

O (...) liberou só uns, como saiu da própria boca dele, disse que o Carmelândia já ganhou e não precisa mais. Eu não acho essa atitude dele boa. Eu acho sim, se tu deu para um, dá para todos. Falou: ah, o Carmelândia já foi beneficiado, eu vou para o outro lado. Eu acho assim, se você começa aqui, termina onde você começou. Porque tu dá para uns, outros não, fica chato, então, tem que ser o certo (Presidente da associação de moradores, moradora do Carmelândia, 2023).

Para construir o perfil das famílias residentes na área, utilizei os dados contidos neste cadastro, os quais foram realizados pela equipe da CODEM, no imóvel do beneficiário, através de visita domiciliar, e, posteriormente, validados por assistentes sociais. Essa etapa era organizada e executada pela Unidade de Cadastro Social – UCS, onde as Assistentes Sociais da CODEM estavam lotadas, sendo assim, era uma etapa organizada, planejada e supervisionada por assistentes sociais. Na comunidade Carmelândia esse procedimento foi realizado nos anos de 2019 e 2020.

Vale ressaltar que todos os imóveis que estavam na área do projeto foram visitados. Nos imóveis ocupados e que estavam sendo utilizados para fins de moradia e onde o responsável estava presente foram realizados os cadastros, mesmo naqueles que tinham a forma

de uso mista, como, por exemplo, a existência de comércio no local, onde o uso residencial era predominante. Nesse processo, nos imóveis que se encontravam fechados ou com responsáveis ausentes foram realizados posteriormente, desde que com a manifestação do interessado. Ressalto que foi nesse momento que foi identificado o tipo de uso, por isso a importância de realização desse cadastro na moradia do beneficiário. As visitas seguiram uma metodologia específica para que não houvesse duplicidade da visita e de dados.

O BIS apresenta uma série de informações sobre os proprietários dos imóveis e suas famílias, e vinha sendo utilizado com a finalidade de cruzar fronteiras, desfazer-las ou reafirmá-las (Ferreira e Lowenkron, 2020), ao ser utilizado para todo tipo de consulta, dúvidas ou informações sobre determinado grupo familiar a que correspondia. Sendo assim, selecionei, organizei e sistematizei esse material para análise de seu conteúdo (Minayo⁸⁹, 2001), visando refletir e interpretar os dados produzidos.

Esse instrumento foi construído pela equipe de assistentes sociais da CODEM e aprimorado ao longo do tempo, de forma que contivesse as informações necessárias à análise e produção de documentos das diversas áreas que compõem a regularização fundiária. O BIS desempenha um papel de exclusão ou inclusão, mas isso era determinado conforme a entrevista realizada no imóvel, que variou conforme a sensibilidade de quem o conduziu, na tentativa de desvendar a realidade da família, de modo que o parecer final não fosse conduzido ao erro e incluísse famílias que estão fora do critério estabelecido pela legislação.

Segundo a CODEM (2020), o Núcleo Urbano Carmelândia possui 1799 lotes nos quais se tem aproximadamente 1837 unidades habitacionais. Vale ressaltar que das 1837 unidades habitacionais existentes, tem-se aproximadamente 1.160 cadastros realizados, o equivalente a 63% do total de imóveis da área, o material alvo desta pesquisa para elaboração do perfil dessas famílias, será esse quantitativo. Vale lembrar que foram realizados em data posterior a 2021 os cadastros dos moradores que não foram encontrados na data da visita domiciliar, no entanto, por ter sido utilizado um outro instrumento, os mesmos não foram inseridos nesta pesquisa.

Os cadastros só são realizados em lotes onde existem imóveis construídos, lotes onde existem apenas os terrenos não eram feitos cadastros, além disso, imóveis em ruínas ou abandonados, onde não existem moradores ou os mesmos não são utilizados para fins residenciais, os cadastros não foram realizados. Abaixo temos a foto de um terreno que aparentemente está abandonado e no local não havia ninguém morando.

⁸⁹ Maria Cecília de Souza Minayo é uma socióloga brasileira, possui doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz

Imagem 25 - Terreno sem uso, aparentemente abandonado



Fonte: De autoria própria, 2023.

Esses documentos encontram-se na CODEM e para sua utilização foi solicitada autorização da instituição para uso dos documentos como fonte de pesquisa, a qual foi devidamente autorizada. Com a identificação e obtenção dos materiais, foi realizado tratamento dos dados através da organização e sistematização do material para análise das informações, e elaboração e construção da redação do trabalho (Gil, 2002) e, por fim, as conclusões obtidas na pesquisa. Os dados foram sistematizados levando em consideração todos os dados dos proprietários e de seus familiares.

O modelo do formulário que era utilizado encontra-se abaixo. Tal documento não mais é utilizado pela CODEM para cadastro das famílias, atualmente se utiliza um formulário mais simplificado para obtenção das informações que agora se restringem ao proprietário do imóvel, o que impossibilita a apreensão dos dados das famílias da área, sendo assim, este trabalho se restringe aos dados coletados até o ano de 2021, quando foi possível a aplicação de tal formulário. Após essa data vários requerimentos foram realizados por moradores da área que não serão abrangidos por essa pesquisa.

O primeiro documento apresentado abaixo era utilizado pela equipe social durante a visita domiciliar realizada nos imóveis, nesse primeiro formulário eram obtidas informações do grupo

familiar para posterior elaboração de parecer social indicando se essas famílias se enquadravam nos critérios de gratuidade, além disso, em outro momento denominado de coleta documental, era preenchido o requerimento para regularização fundiária urbana, os requerentes assinavam e apresentavam as documentações que eram requeridas.

O preenchimento do formulário, embora não ficasse evidente em algumas entrevistas para o morador, era um documento que conforme as respostas, eram a base para a concessão ou não de um direito. Isso evidencia a hierarquia, onde a decisão sobre a situação está nas mãos do técnico que preenche o documento. O que me chamava a atenção nesses casos era que o técnico possuía autonomia para perceber a situação familiar dos moradores e identificar as famílias que não seriam beneficiadas por estar fora dos critérios e realizar um parecer social justificando a necessidade daquele núcleo familiar, de modo que aqueles mais vulneráveis não fossem excluídos do processo.

Em relação à atual metodologia, os formulários foram reduzidos à um único documento, preenchido durante a visita domiciliar, momento no qual também se coleta a documentação das famílias e que também será objeto de análise para inclusão nos critérios do programa.

Através das minhas observações, posso afirmar que a retirada do boletim de informações socioeconômicas restringe o acesso dessa instituição aos dados dos beneficiários da regularização fundiária no Município de Belém, impossibilitando o mapeamento dessas famílias, mas, ao mesmo tempo, é possível perceber a celeridade no processo que passa a ter um quantitativo menor de informações a serem preenchidas, mas com as informações sendo produzidas de forma superficial. Vale ressaltar que a legislação ressalta que a regularização fundiária para consolidar o direito à moradia prevê medidas jurídicas, urbanísticas e sociais, esta última, para sua intervenção, necessita de dados que possam mapear as necessidades sociais da área, o que só é possível se as informações dos moradores forem acolhidas, compreendidas e elucidadas.

Vale ressaltar que conforme o parágrafo 4º da Lei 8.862, de 7 de junho de 1993, a qual dispõe sobre a profissão de assistente social, em seu inciso XI, é competência do assistente social realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. O art 5º inciso IV da referida lei afirma que a realização de vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de serviço social é competência privativa do assistente social.

Assim, é atribuição privativa do serviço social a elaboração de parecer social, a gratuidade, por sua vez, no âmbito da regularização fundiária urbana de interesse social é

derivada desse parecer social; conclui-se, portanto, que o assistente social tem papel fundamental nesse processo, sendo de sua responsabilidade e atribuição, a identificação das famílias que se enquadram como baixa renda e, para isso, o boletim de informações socioeconômicas é um instrumento que abrange, mesmo que parcialmente, a dinâmica familiar, e fornece informações consistentes para elaboração do parecer, sendo responsabilidade do serviço social a identificação das informações, conforme a declaração dos moradores e apresentação dos documentos comprobatórios. Além disso, esse documento é também um instrumento que possibilita resguardar o técnico na realização de conduta conforme os procedimentos executados pela instituição.


Na REURB-S os documentos da titulação são encaminhados por listagem e é competência do gestor municipal a guarda e veracidade dos dados fornecidos ao registro, conforme a Lei 13.465/2017. Para a titulação se faz necessário a instrução processual, sem a qual pode se tornar nula; as possíveis falhas no processo administrativo são passíveis de responsabilidade pelo gestor.

Nesse sentido, e em se tratando da retirada desse documento pela Gestão da CODEM é importante evidenciar que em caso de nulidade do ato quem responde, nesse caso, é a gestão, não cabendo responsabilização subjetiva do funcionário quando este está seguindo ordem. Além do mais, esse segundo formulário não dispõe de espaço para descrição da situação familiar ou do imóvel, impedindo anotações que possam ser relevantes no momento das análises da situação de cada família.


De todo modo, percebemos que na situação aqui apresentada os formulários funcionam como artefatos documentais que desempenham uma função central (Ferreira e Lowenkron, 2020) em todo o processo.

Figura 28 - Boletim de Informações Socioeconômicas (Cadastro Social)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DE BELÉM - CODEM
BOLETIM DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS- BIS



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
E ADMINISTRAÇÃO DA ÁREA
METROPOLITANA DE BELÉM



Prefeitura
de Belém
Governo da nossa gente

ÁREA DE PROJETO		SELAGEM		Barro	Projeto	Nº QD	Lote	Unidade	Sub Unid	Imóvel Fechado:	SIM	NÃO			
CARMELANDIA										Barro:	NIS:				
Logradouro:				Nº:		Confinante Direito Nº		Confinante Esquerdo Nº		Obs:					
Proprietário da Benefetoria:												Nacionalidade:			
Doc. Nº:		Via:		Org. emissor:		UF:		CPF:		Naturalidade:					
Proprietário da Benefetoria:												Nacionalidade:			
Doc. Nº:		Via:		Org. emissor:		UF:		CPF:		Naturalidade:					
Condição de Ocupação:		<input type="checkbox"/> Própria	<input type="checkbox"/> Alugada	<input type="checkbox"/> Cedida	Contato do proprietário ()						CSO WhatchApp				
Endereço do proprietário não residente:										Nº		Complemento:	Barro:		
Nome do ocupante:												Nº De Famílias			
Tempo de Ocupação () anos() meses		Moradia anterior: () Mesmo Bairro () Outro Bairro () Outra Cidade () Outro Estado		Possui outro imóvel: () SIM () NÃO											
IDENTIFICAÇÃO E DADOS SOCIOECONÔMICOS DOS MORADORES															
Nº	NOME DOS MORADORES*	Dados Pessoais				Escolaridade		Situação de Emprego e Renda				Benefício ou Programa (5)	Uso do Benefício ou Programa	Pessoa com Deficiência (6)	
		Posição na família (3)	Sexo M/F	Idade	Estado civil (2)	Grau de escolaridade (3)	Estudante S/N	Profissão	Ocupação	Situação (4)	Renda R\$				
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
LEGENDA															
1-Posição na família		2-Estado civil		3-Grau de Escolaridade			4-Situação			5-Benefícios ou Programas		6-Pessoa com Deficiência- Pcd			
1-Titular da família (chefe)	1-Solteiro	1-Sem Escolaridade	1-Empregado	1-Nenhum	1-Não										
2-Esposo(a) ou Companheiro(a)	2-Casado	2-Alfabetizado	2-Desempregado	2-Bolsa Família	1- Físico										
3-Filho(a)	3-Viúvo	3- Educação Infantil	3-Autônomo	2-Bolsa Trabalho	2-Mental										
4-Neto(a)	4-Divorçado	4-Fundamental Completo	4-Aposentado	*****	3- Físico-Mental										
5-Pai/Mãe	5-Separado Judicialmente	5-Fundamental Incompleto (ano?)	5-Pensionista	4-Benf. Prest. Cont. BPC											
6-Avo/Avó	6-Outros	6-Achado Completo	6- Outros	5-Pro Jovem											
Nome do declarante:				Parentesco:		Nº RG		Assinatura							
Assumo a inteira responsabilidade pela veracidade das informações desta ficha.															
Tipo de Uso:		<input type="checkbox"/> Residencial	<input type="checkbox"/> Misto	Obs:		Validação/CODEM									
Observação:															
Entrevistador:						Data da entrevista:									

Fonte: CODEM, digitalizado pela própria autora, 2023.

Figura 29 - Requerimento para regularização fundiária Urbana utilizado antes de 2021

REQUERIMENTO PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

_____ brasileiro (a),
(NOME COMPLETO)

_____, portador (a)
ESTADO CIVIL _____ (PROFISSÃO/OCUPAÇÃO)

do RG nº _____ e do CPF nº _____ e

_____ brasileiro (a),
(NOME COMPLETO)

_____, portador (a)
ESTADO CIVIL _____ (PROFISSÃO/OCUPAÇÃO)

do RG nº _____ e do CPF nº _____,

residentes e domiciliados na _____
_____, nº _____,

Bairro: _____, Núcleo Urbano: _____, na Cidade
de Belém, Estado do Pará, solicitam à Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área
Metropolitana de Belém – CODEM, com base no art. 183, §1º da CF/88, Lei Federal 13.465/2017,
que se digne através do instrumento cabível **REGULARIZAR** o imóvel localizado no endereço
acima.

Nestes Termos,
Aguarda(m) deferimento.

Belém (PA), _____ de _____ de _____.





ASSINATURA

ASSINATURA

Telefones para contato: _____

Fonte: CODEM, digitalizado pela própria autora, 2023.

Figura 30 - Requerimento para regularização fundiária Urbana utilizado após 2021

REQUERIMENTO PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

(NOME COMPLETO)

(NACIONALIDADE)

(ESTADO CIVIL)

(PROFISSÃO/OCUPAÇÃO)

Portador (a) do RG nº _____, e do CPF nº _____, e

(NOME COMPLETO)

(NACIONALIDADE)

(ESTADO CIVIL)

(PROFISSÃO/OCUPAÇÃO)

Portador (a) do RG nº _____, e do CPF nº _____,

residentes e domiciliados na _____

nº _____ Bairro: _____, Sequencial nº _____, Confinante Direito

nº _____, Confinante Esquerdo nº _____, Cidade de Belém, Estado do Pará, solicitam à

Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém - CODEM, com base no art. 183,

§1º da CF/88, Lei Federal 13.465/2017, que se digne através do instrumento cabível regularizar o imóvel localizado no

endereço acima. Ademais, declarame informampara todos os fins de direito, sob as penas da Lei SIM ()NÃO () serem

proprietários ou concessionários de outro imóvel urbano, ou rural, nem beneficiários de outro programa de

Regularização Fundiária.Outrossim, declaram que adquiriram a posse do imóvel desde o ano _____,o qual

possui a condição de ocupação: PRÓPRIA (), ALUGADA (), CEDIDA () para _____, tipo de uso:

RESIDENCIAL () MISTO () com predominância_____. Por fim, declaram que sua renda familiar,

estima-se no valor mensal de R\$ _____

(_____), estando cientes de que a omissão de

informações, ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes, resultam em penalidades legais.

Nestes Termos,

Requerem e DeclaramExpressamente.

Belém/PA, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA

ASSINATURA

Telefones para contato: _____

CODEM – Av. Nazaré, nº 708- CEP: 66035-135 – Bairro: Nazaré.
CNPJ: 04977583/0001-66. Belém-Pa. Telefone: 3084-0735/Fax: 3084-0700.

Fonte: CODEM, digitalizado pela própria autora, 2023.

Embora posteriormente este trabalho passe a apresentar os dados qualitativos de alguns moradores, é importante salientar que tais dados foram produzidos a partir da interação entre técnica/o e entrevistada/o para, a partir de um procedimento técnico e administrativo que faz parte da burocracia que envolve a execução do programa, decidir sobre quem estaria apto a ser um/a dos/as beneficiados/as.

Os dados utilizados na análise quantitativa foram àqueles coletados durante o cadastro social dos moradores, através das visitas domiciliares, que eram realizadas geralmente pela manhã e que resultou na obtenção de 1.158 (mil cento e cinquenta e oito) cadastros. No momento da visita os beneficiários cadastrados tinham que atender aos seguintes critérios: consentir em participar do projeto e prestar as informações necessárias, imóvel ocupado e utilizado para fins de moradia ou com uso misto, quando o imóvel é utilizado para fins de residência e para outra finalidade, como, por exemplo comercial, ter pessoa, com idade acima de 18 anos, capaz de prestar as informações dos moradores e do imóvel.

Os cadastros utilizados nesta pesquisa foram preenchidos nos anos de 2019 e 2020, faziam parte da etapa de cadastro social para identificação dos proprietários e moradores dos imóveis da área.

Portanto, a partir dos 1.158 (mil cento e cinquenta e oito) cadastros foi possível identificar um quantitativo total de 1264 (mil duzentos e sessenta e quatro) proprietários, pois um imóvel pode ter mais de um proprietário. Podemos inferir ainda que nesses imóveis existem 3.991 (três mil novecentos e noventa e um) moradores, desse total, 2.124 (dois mil cento e vinte e quatro) são mulheres e 1.867 (mil oitocentos e sessenta e sete) são homens.

Em relação às titulares mulheres, estas somam o total de 858 (oitocentos e cinquenta e oito) o equivalente a 67,8% do total de proprietários desses imóveis. Tal cenário é compatível com a legislação, Artº 10, inciso XI, da Lei 13.465/2017 que ressalta a preferência das mulheres sob a concessão de direitos reais, e um dos objetivos da Reurb a serem observados pelos entes federados, fator também reafirmado pelo município através da Lei 9.733, de 2022, art. 55º inciso VI, parágrafo segundo para a qual “ A listagem com os beneficiários a ser encaminhada ao cartório para emissão dos títulos de propriedade será composta preferencialmente pelas mulheres, como representantes e chefias do lar.” E ainda em seu Art. 88, que diz que: “O título de domínio poderá ser conferido preferencialmente às mulheres, ou ao homem e à mulher, ou aos homens, na ausência de cônjuge ou companheira (...)”.

As políticas públicas existentes têm sido enfáticas no sentido de priorizar a mulher como receptora de tais benefícios, como é o caso do Programa Bolsa Família - PBF⁹⁰, que em seu Art. 8º ressalta que o pagamento dos benefícios financeiros será feito preferencialmente à mulher, o que nos sugere uma tentativa de imprimir mais autonomia às mulheres. Em relação ao PBF, as autoras Bartholo, Passos e Fontoura⁹¹ afirmaram que:

embora não provoque direta e deliberadamente mudanças nas relações de gênero, tem gerado inquietações relativas à autoridade masculina e mesmo provocado a ampliação das redes de relações sociais dessas mulheres, fatores que auxiliam nesse percurso (Bartholo, Passos e Fontoura, 2017, p.29).

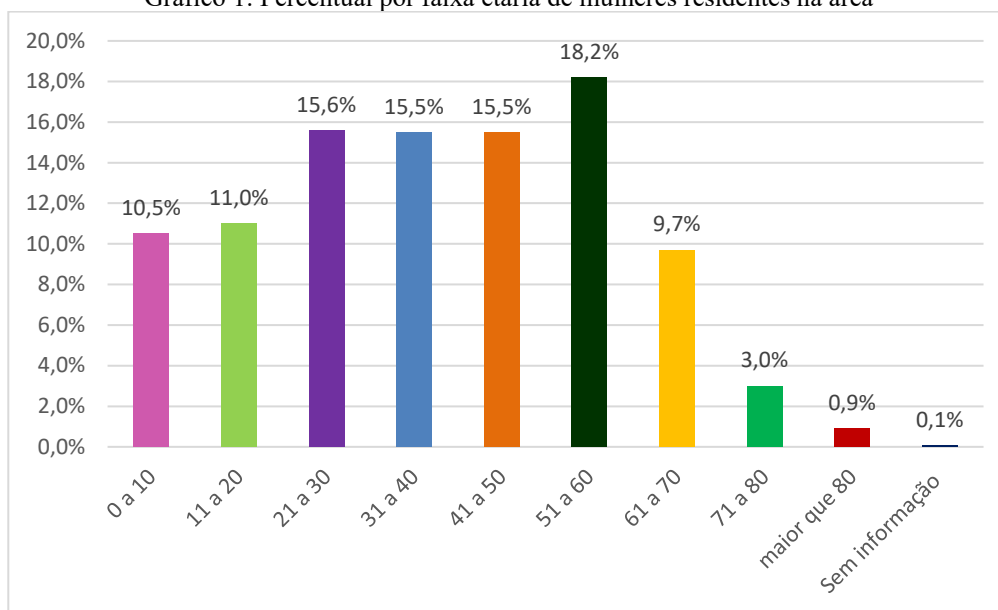
É possível apreender que a Política de Regularização Fundiária no Município de Belém têm sido implementada, em consonância com outras políticas públicas executadas no país, contribuindo, no que lhe compete, para um avanço em direção à autonomia das mulheres no que se refere ao uso e disposição de seus imóveis.

O gráfico abaixo apresenta os dados relativos às mulheres residentes na área, a qual são a maioria no bairro, totalizando 53,2% do número de moradores, o equivalente a 2.124 (duas mil cento e vinte e quatro) pessoas, desse quantitativo podemos apreender que a maioria das mulheres, 18,2% estão na faixa etária de 51 a 60 anos, no entanto, quase metade das mulheres, o equivalente a 46,6% estão na faixa etária compreendida entre 21 a 50 anos, são poucos os números de mulheres com idade acima de 60 anos, totalizando 13,6%, e de crianças com idade até 10 anos com percentual de 10,5%.

⁹⁰ Programa de Transferência de Renda criado pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, substituindo o programa Auxílio Brasil.

⁹¹ Letícia Bartholo, Luana Passos e Natália Fontoura são respectivamente, especialistas em políticas públicas, pesquisadora visitante do IPEA e especialista em políticas públicas.

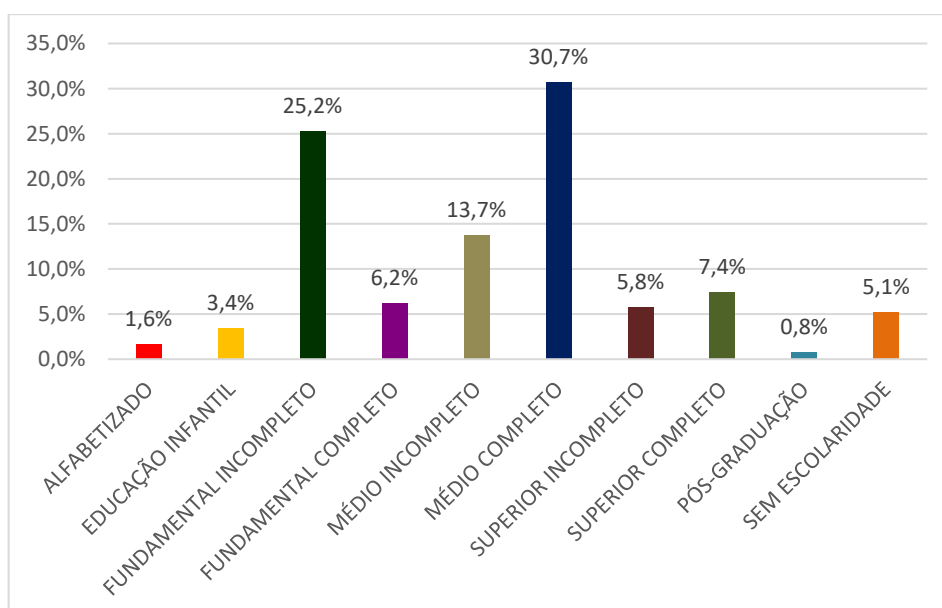
Gráfico 1: Percentual por faixa etária de mulheres residentes na área



Fonte: Boletim de Informações Socioeconômicas sistematizado pela autora.

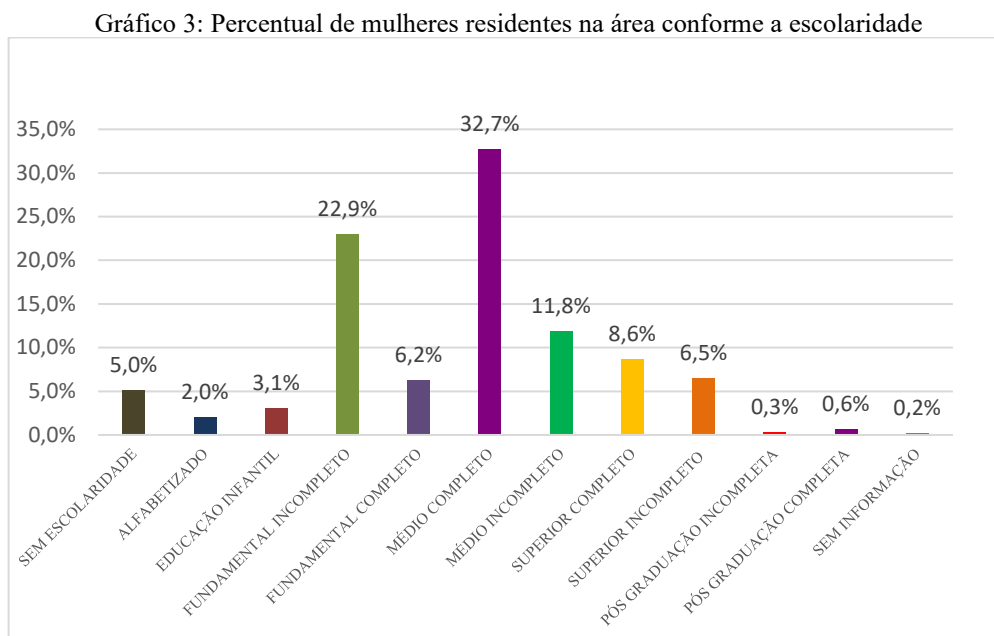
Em se tratando da escolaridade dos moradores da área, a maior concentração está entre aqueles que estão no Ensino Fundamental Incompleto, 25,2% e Ensino Médio Completo 30,7% sendo neste último o maior número de pessoas do total; apenas 7,4% da população possuem Ensino Superior Completo e ainda do total, 5,1% não possuem escolaridade, dado que é significativo, o gráfico 2, abaixo demonstra esse cenário.

Gráfico 2: Percentual por moradores residentes na área, conforme a escolaridade



Fonte: Boletim de Informações Socioeconômicas sistematizado pela autora.

Em se tratando da escolaridade de mulheres, o cenário acompanha o relacionado ao total de moradores, em que os maiores números são de mulheres com Ensino Médio Completo e o Ensino Fundamental Incompleto, não tendo mudanças significativas em relação ao total de moradores da área, é o que se apreende do gráfico 3 abaixo.



Fonte: Boletim de Informações Socioeconômicas sistematizado pela autora.

Ainda em relação à escolaridade, percebemos que há maior concentração na Educação Básica, tanto para homens quanto para mulheres. Essa situação demonstra a necessidade de políticas públicas que incentivem a Educação Superior e a qualificação profissional.

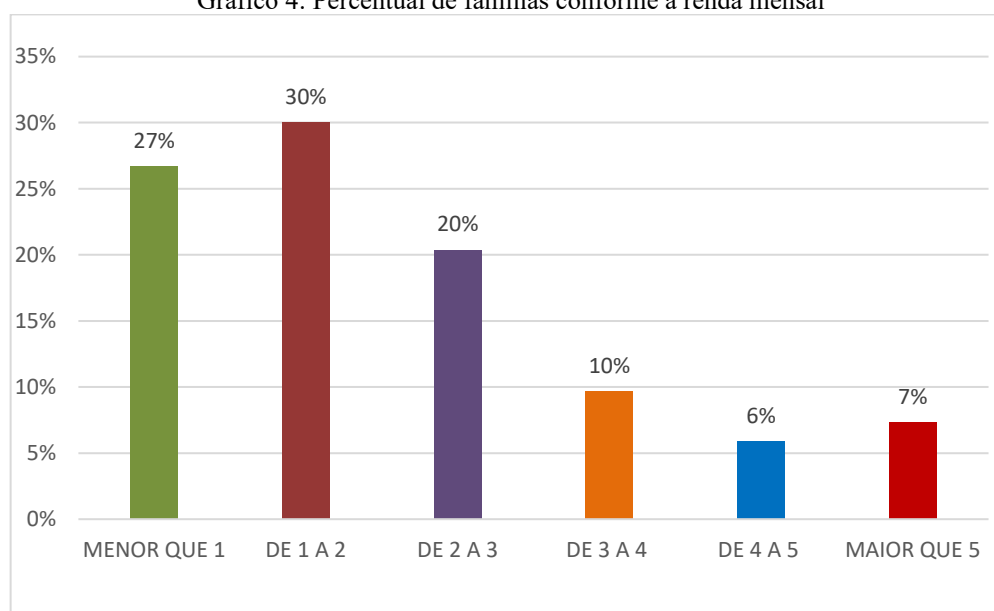
Consideramos, nesse tópico, o salário mínimo praticado à época da realização do referido cadastro, 2019, de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) e em 2020 era R\$ 1.039,00 (mil e trinta e nove reais), o que nos leva a perceber, de acordo com o gráfico 4, que 57% das famílias do Carmelândia viviam com até dois salários mínimos mensais e que apenas 7% das famílias possuem renda maior que cinco salários mínimos, estando estas não enquadradas nos critérios para enquadramento na Reurb-S. Esse dado se torna mais alarmante quando percebemos a renda *per capita* dos moradores, já que a desigualdade de renda afeta a capacidade de acesso à moradia digna.

A Lei 13465/2017, ao facilitar a titulação individual, agrega a esses imóveis valor no mercado imobiliário, já que uma vez titulada essa terra pode ser vendida, hipotecada, financiada, passando a integrar o circuito imobiliário formal; o que pode ocasionar na venda dos imóveis propiciada pela pressão do mercado imobiliário e a impossibilidade de que na pós-

venda os moradores continuem tendo condições de permanecer no bairro ou mesmo comprar outro imóvel. Contudo, no trabalho de Silva⁹² (2019), intitulado “Regularização fundiária de assentamentos urbanos informais: fator de fixação de população de baixa renda ou promoção do mercado imobiliário formal? O caso do assentamento Benguí”⁹³, percebemos que a regularização não contribuiu para a saída dos moradores. Não temos parâmetros para afirmar o que acontecerá no Carmelândia, podendo ser objeto de pesquisa em outro trabalho.

Esse temor também limita a possibilidade de agência e protagonismo dos beneficiários da política, posto que pode subestimar suas capacidades de avaliação em torno do seu imóvel e das suas próprias vidas.

Gráfico 4: Percentual de famílias conforme a renda mensal



Fonte: Boletim de Informações Socioeconômicas sistematizado pela autora.

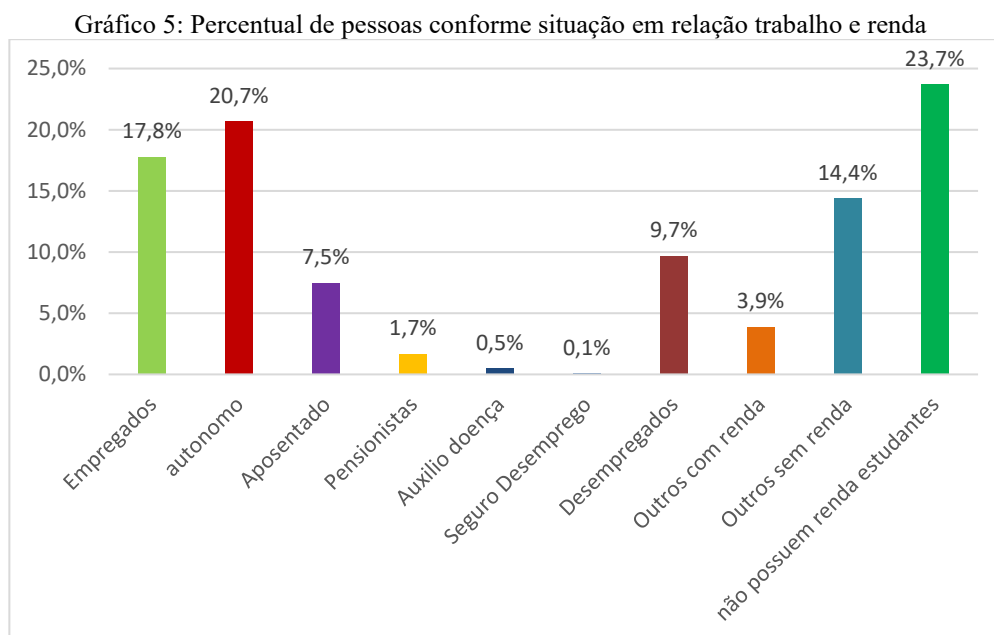
Do total de moradores, 52% possuem algum tipo de renda proveniente de trabalhos formais ou informais, ou pensão alimentícia, ou doações entre outros.

Os maiores números de moradores estão entre aqueles que são autônomos e aqueles que se autodeclararam empregados, o número de pessoas que não possuem nenhum tipo de renda e declararam sua situação como outros somam 14,4%, o equivalente a 574 pessoas nessa

⁹² Maria do Carmo Campos da Silva é graduada em Serviço Social e Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, Mestre em Planejamento e Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA) e Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA).

⁹³ Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, no ano de 2019.

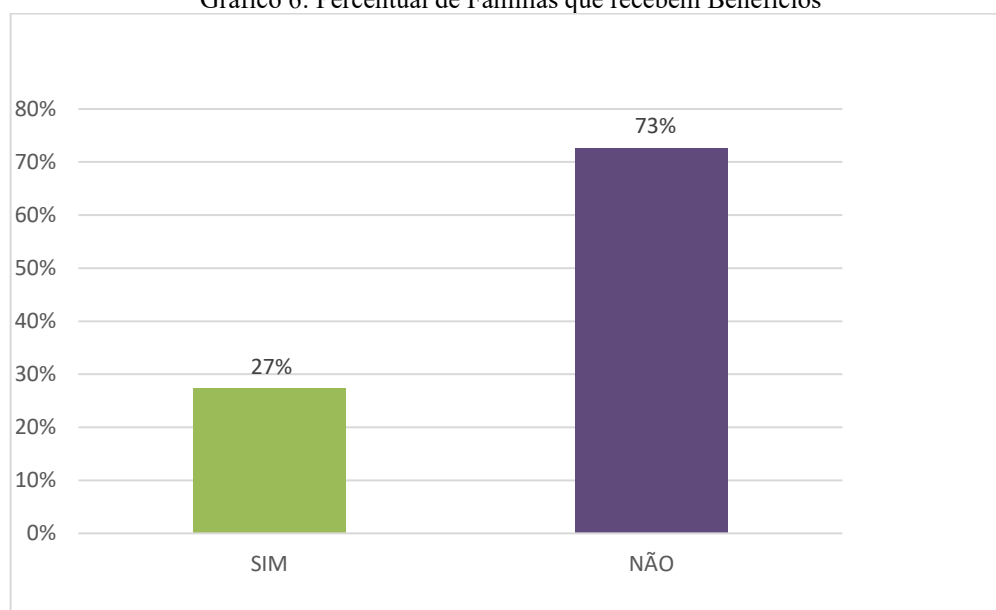
situação, e ainda 23,7% de moradores que estão na faixa etária de 0 a 20 anos, em sua maioria estudantes que não possuem renda.



Fonte: Boletim de Informações Socioeconômicas sistematizado pela autora.

Os beneficiários de programas de transferência de renda somam 27% do total de famílias, percentual aproximado ao das famílias que recebem renda menor que um salário mínimo, o que pode estar relacionado ao fato de que os programas de transferência de renda são voltados para pessoas de baixa renda a depender do número de pessoas na família, o que provavelmente exclui aqueles que recebem de 1 a 2 salários mínimos em diante. De todo modo, na área, as famílias que não recebem nenhum tipo de benefício são consideráveis, sendo a maioria na área, com 73% do total de famílias. Ainda assim, identificamos que a população possui renda baixa, muitas famílias dependem de programas sociais, os quais são indicadores de desigualdade social e vulnerabilidade econômica.

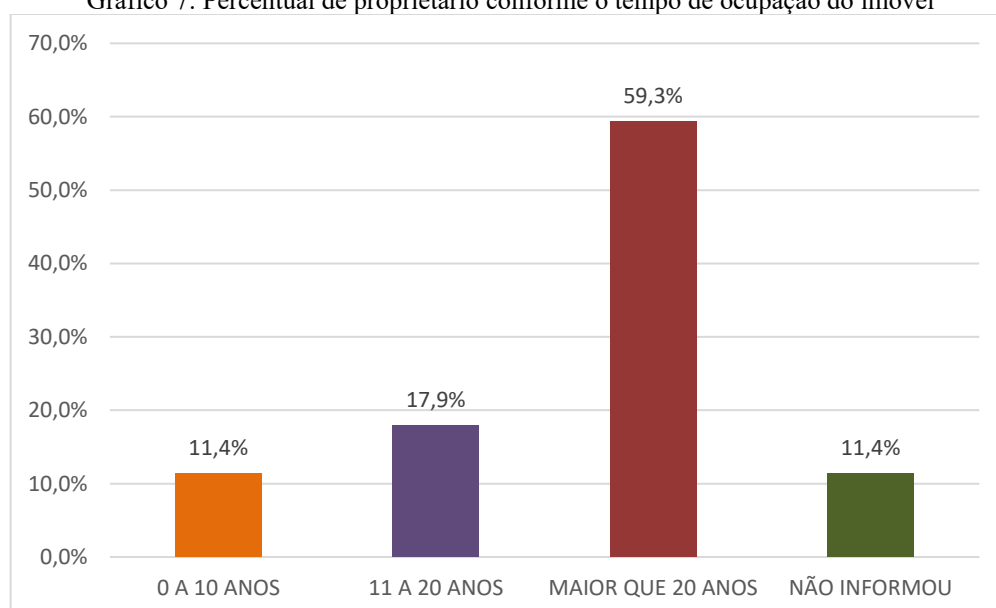
Gráfico 6: Percentual de Famílias que recebem Benefícios



Fonte: Boletim de Informações Socioeconômicas sistematizado pela autora.

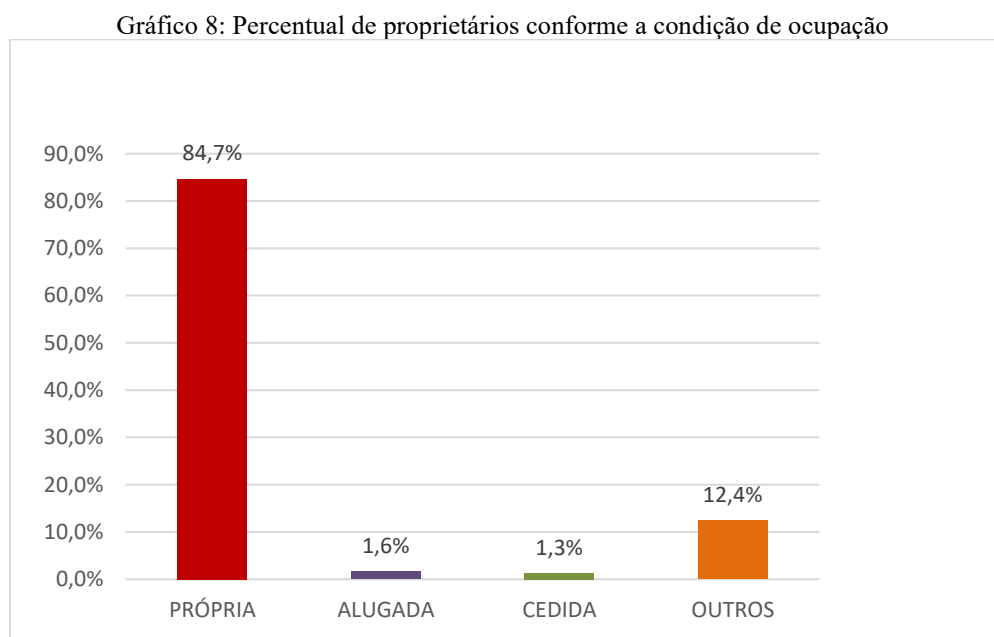
O gráfico 7 inserido a seguir está relacionado ao tempo de ocupação que os proprietários residem em seus imóveis e, por consequência, residem na área. Assim, percebe-se que, aproximadamente 60% das pessoas residem na área há mais de vinte anos; 11,4% residem há até 10 anos, ou seja, as pessoas que residem na área estão morando lá faz bastante tempo. Podemos inferir que muitos deles habitam desde a ocupação.

Gráfico 7: Percentual de proprietário conforme o tempo de ocupação do imóvel



Fonte: Boletim de Informações Socioeconômicas sistematizado pela autora.

O gráfico 8 está relacionado à condição de ocupação para demonstrar se os imóveis da área são de uso próprio ou são cedidos para familiares ou outras pessoas, ou utilizados para outros fins, como aluguel; aproximadamente 85% dos imóveis são ocupados pelos seus proprietários. O preenchimento desse dado na visita domiciliar, ajuda a verificar a situação *in loco*.

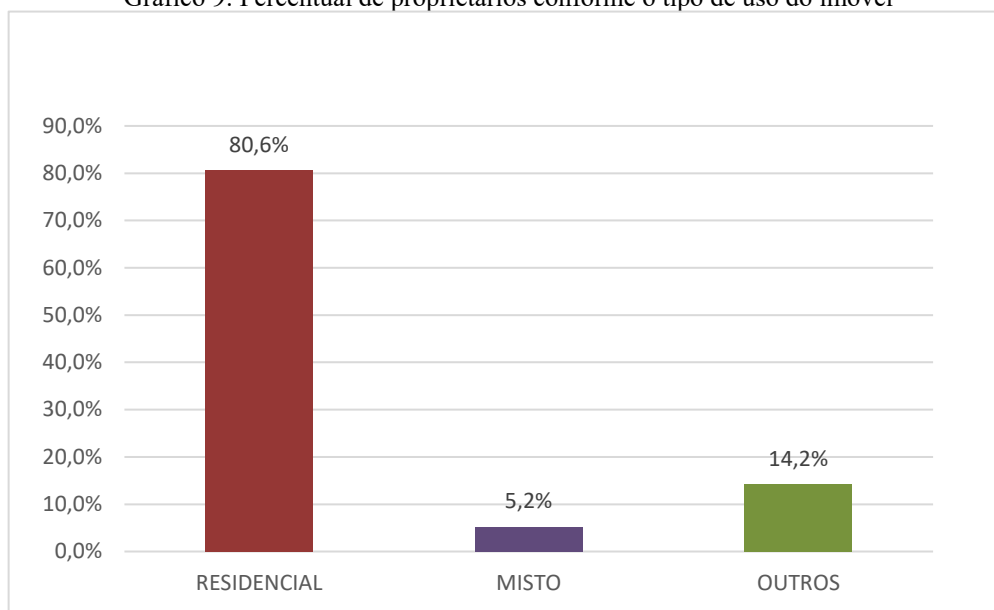


Fonte: Boletim de Informações Socioeconômicas sistematizado pela autora.

Nos gráficos acima podemos perceber através do tempo de ocupação e da condição de ocupação que a maioria dos moradores utiliza a casa para fins de moradia, sua ou de sua família, conferindo a área uma certa estabilidade em relação à moradia, pelo fato de já residirem há bastante tempo em seus imóveis e com a finalidade de residência da família.

Em relação ao tipo de uso, mais de 80% dos imóveis são utilizados para fins de moradia, ou seja, é utilizado com a finalidade residencial, aproximadamente 5% tem seu uso misto, significa dizer que além de residência também é utilizado para outra finalidade que na maioria das vezes está relacionada à alguma atividade econômica, possuindo alguma venda, geralmente localizada na parte da frente do imóvel, e que serve de apoio econômico para as famílias daquela moradia, sugerindo assim que o uso misto do imóvel pode ser uma alternativa que os moradores encontraram para complementar a renda familiar. Além disso 14% dos imóveis tem outra finalidade que não é residencial, é quando o imóvel é utilizado exclusivamente para uma atividade que pode ser econômica, ou sem fins lucrativos, desde que não seja para moradia.

Gráfico 9: Percentual de proprietários conforme o tipo de uso do imóvel



Fonte: Boletim de Informações Socioeconômicas sistematizado pela autora.

Podemos perceber que as mulheres da área se concentram principalmente nas faixas etárias adultas e possuem, em sua maioria, Ensino Médio Completo ou Ensino Fundamental Incompleto. A escolaridade superior, embora presente, ainda é minoritária.

De forma geral, e considerando os rendimentos das famílias do Carmelândia, é possível apreender que a média salarial é relativamente baixa com a maioria das famílias vivendo com até dois salários mínimos de renda mensal. A relevância de programas sociais na contribuição da renda familiar ainda é evidente, indicando uma situação de vulnerabilidade econômica, refletindo na qualificação profissional baixa dos moradores e ainda na limitada oferta de empregos formais. A combinação entre esses diversos fatores aponta para um panorama da área com famílias predominantemente em situação de vulnerabilidade e desigualdade social.

É perceptível ainda, diante desses dados sobre o tempo de residência e a condição de ocupação na área, que existe uma certa estabilidade da população local, onde a maioria dos imóveis é de uso próprio e utilizado exclusivamente para fins de uso residencial, embora existam imóveis com uso misto, o que sugere a existência de atividades econômicas e provavelmente informais nesses imóveis, dados que infelizmente não serão obtidos com o novo formulário de cadastro.

Neste capítulo foi apresentado um panorama do conjunto Carmelândia como campo de pesquisa multifacetado e abrangente, destacando sua relevância e complexidade, apresentei ainda dados quantitativos sobre os moradores da área através de gráficos que expõem de forma

geral o perfil socioeconômico dos moradores, buscando fornecer, uma base para as discussões que se seguirão, servindo como ponto de partida para o desenvolvimento do próximo capítulo, onde exploraremos em maior profundidade os significados da regularização para os personagens que compõem este cenário e sua relação com o lugar de moradia.

CAPÍTULO III - O QUE É MEU NINGUÉM TASCA: TRAJETÓRIAS DE VIDA E O SONHO DE REGULARIZAR SUA CASA

O que é meu ninguém tasca! Foi a expressão que eu ouvi por diversas vezes de uma das interlocutoras dessa pesquisa ao se referir ao seu imóvel, agora regularizado. No dicionário são diversos os significados da palavra *tasca*, mas nenhum relacionado à essa expressão, ao estender a pesquisa à internet sobre a palavra, percebi que se tratava de uma expressão popular que mais se aproxima do significado de *lançar-se* sobre algo ou *pegar* algo, e comumente utilizado para expressar que ninguém irá pegar ou reter aquele objeto, mas no decorrer da pesquisa ficou evidente que o uso da expressão era pra transmitir a informação de que ninguém irá se apoderar, confiscar, subtrair, retirar ou despossuá-la de sua casa, já que ela possui autonomia para *usar, gozar, dispor e reivindicar*, o que fica destacado na fala da interlocutora é que ela sabe o significado de ter seu imóvel regularizado.

Nesse cenário, partiremos nessa análise do pressuposto que a cidade não pode ser compreendida à parte de seus moradores, pois são esses que formam “múltiplas redes de sociabilidade, estilo de vida, deslocamentos, conflitos (...) constituindo elementos que em definitivo dá vida a metrópole” (Magnani, 2002, p.15). Essas redes de sociabilidade “são fortalecidas ou criadas através da união de dois indivíduos” (Velho, 1986. p. 16).

O território é, portanto, local de reprodução social que conecta o passado ao presente, possibilitando a construção de identidades (Zhourí e Oliveira, 2010). Nesse sentido, a regularização fundiária é um processo que desde a sua implantação até a concretização precisa levar em consideração os movimentos que acontecem no interior desse espaço, dessa comunidade e mais do que titular seus moradores, ela carrega a possibilidade de emancipação e autonomia dos ali residentes, até então “invisíveis” ao poder público, que nesse processo precisa consolidar a área, através, inclusive, de equipamentos e serviços públicos locais, ao mesmo tempo que as famílias adquirem a autonomia plena sobre suas casas, seus imóveis, garantindo a segurança da não remoção dos seus espaços e de seus locais de pertencimento. Deolinda, em uma de suas falas ressaltou o seguinte:

quando eu comprei essa casa só tinham dois compartimentos e era em madeira, antes do título a casa não era minha, aí ele veio, mudou tudo, foi uma benção por que me deu direito ao cheque moradia, minha casa tava muito velha e eu pude reformar, olha aí como ela tá (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

Percebi que há mais coisas para as quais eu nunca me atentei, nunca percebi ou estava invisível aos meus olhos, enquanto funcionária pública e que com a pesquisa etnográfica eu tive

a oportunidade de desvendar. Como, por exemplo, o fato de as casas que ficam no setor 04 serem mais simples, e que essa área era considerada mais perigosa, que cada imóvel ali daquela área tem por trás muitas histórias, que apesar da aparência de tranquilidade existe uma série de conflitos e foi a partir das minhas observações, conversas informais e entrevistas que me dei conta da gravidade desses conflitos. Caldeira⁹⁴(2000, p. 79) analisa em seu livro “Cidade de muros”, como as divisões espaciais reproduzem uma sensação de insegurança; “O crime e os criminosos são associados aos espaços que suspostamente lhes dão origem, isto é, as favelas e os cortiços, vistos como principais espaços do crime”, enquanto que outros grupos se isolam em áreas específicas e a população mais vulnerável vive em áreas de maior risco, os quais, “excluídos do universo do que é adequado, eles são simbolicamente constituídos como espaços do crime, espaços de características impróprias, poluidoras e perigosas” (Caldeira, 2000, p. 80).

Na comunidade existem diversas pessoas que se intitulam líderes comunitários, que, na maioria das vezes, estão ligados à política partidária, através de apoio à candidatos ou eles mesmos sendo candidatos em eleições, isso faz com que na área haja uma disputa por poder e espaço, para ver quem trouxe mais melhorias ou conseguiu levar alguma política pública para a comunidade. Mas isso não muda o fato de que são líderes, pois conforme Kuschnir, partiremos do princípio que a política é entendida “como um meio de acesso aos recursos públicos, no qual o político atua como mediador entre comunidades locais e diversos níveis de poder” (Kuschnir, p.164, 2007).

Com a regularização fundiária, esse processo não tem sido diferente, diversos atores se denominam responsáveis por conseguir a regularização dos imóveis da área, sabemos da importância da luta e da mobilização para que as políticas públicas sejam efetivadas e que os processos de conquistas de direitos não são executados sem conflitos, mas é certo também que esse processo possui disputas políticas que vão além dos interesses públicos, em detrimento de interesses particulares, esse processo produz o que Rodrigues (2008) já denominava de rivais e aliados quando se refere aos conflitos existentes nessas localidades.

No Carmelândia os líderes comunitários, aliados à comunidade, tiveram papel muito importante nesse processo, pois são eles que estão vivenciando o dia a dia da comunidade e possuem conhecimento mais aprofundado da história do local, da ocupação do território, das dinâmicas e, principalmente, das principais necessidades dos que ali residem, é provável que a luta pela regularização da casa tenha passado por essa dinâmica no Carmelândia. Além do mais, os líderes possuem reconhecimento da comunidade, o que lhes dá legitimidade para representa-

⁹⁴ Teresa Caldeira possui pós doutorado, é doutora em Antropologia, reside nos Estados Unidos, trabalha como professora titular na Universidade da Califórnia.

los principalmente no contato com o poder público, os quais exercem suas atividades para além do período eleitoral.

Isso daí era uma luta, não só dos líderes comunitários, mas da própria população, porque o que a população queria, devido essas ameaças que a gente sofria aqui, que vai tirar, a gente vai meter a cara, empresários apareciam aí, ainda teve até um rapaz que o nome dele é Ceroto, querendo cobrar da gente, porque nós iríamos... A gente tinha que pagar para esse empresário, pra gente poder ter o nosso chão legal, né? Aqui! Pra gente poder ter nossa terra, aí o que eu fiz, eu reuni a maioria das pessoas e disse que não era pra eles fazerem isso, porque o que eu fiz? Eu levei essa situação até o Prefeito Zenaldo, porque eu não ia me calar, né? Aí ele disse, não é pra pagar nada pra ninguém, isso não existe, vocês vão ter o pedaço de chão de vocês, e foi o que eu fiz, eu convoquei o pessoal e disse que não era pra pagar, ainda teve pessoas teimosas que foram, ainda pagaram aí, mas só fizeram perder seu dinheiro, entendeu? Então, essa parte aí, eu te digo por que eu vivenciei essa parte e, graças a Deus, as pessoas que eu disse não paguem, as pessoas não pagaram e não perderam seu dinheiro. (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

É evidente a relevância desses agentes sociais no cenário urbano, por que são instrumentos de concretização do direito à cidade, conforme Teisserenc (2016, p. 49):

Em meio aos fatores que permitem explicar o engajamento do movimento social, existe sua organização, muito comumente a partir de comunidades de base que servem de referência para o desenvolvimento da sociabilidade e da convivialidade cotidianas das populações e para uma divisão social do trabalho específica. A eficácia de uma tal organização está na qualidade dos líderes comunitários e na autoridade que demonstram possuir.

No entanto, não podemos deixar de considerar, conforme Cardoso⁹⁵ (2008, p. 329), que em “quase todos os processos reivindicativos podemos reconhecer um momento inicial de mobilização que identifica obstáculos e opositores”.

A descrição acima me remete ao sociólogo Foote-Whyte (1996), que ressalta os sujeitos como sendo dinâmicos que interagem entre si e não vivem isoladamente, fazem parte de uma rede e um grupo social, muitas vezes, desconhecida pelos agentes externos.

Neste capítulo abordarei os percursos de quatro moradores que participaram dessa pesquisa e que tiveram suas vidas atravessadas pelo processo de regularização fundiária realizado no Carmelândia, com uma descrição parcial de suas trajetórias sociais, até chegarem ao conjunto. Portanto, a perspectiva que será apresentada neste capítulo, será a partir desses interlocutores e suas vivências, o que não me permite generalizações. Para Velho, (2003, p.16) “os indivíduos, na sua singularidade, também se tornaram matéria da antropologia, à medida

⁹⁵ Ruth Cardoso é antropóloga brasileira e professora universitária que nasceu em 1930 e morreu em 2008, foi esposa do Presidente Fernando Henrique, com gestão de 1995 a 2003.

que eram percebidos como sujeitos de uma ação social constituída a partir de redes de significados”. De todo modo, busquei minhas *trilhas próprias* (Velho, 2003) a partir das oportunidades possíveis.

Os interlocutores dessa pesquisa foram se conformando no decorrer do trabalho, um deles eu já tinha contato presencial ou via *whatsapp*, recurso utilizado em antropologia digital para produções realizadas de forma *online* (Segata⁹⁶, 2015), e três conheci durante o tempo em que passei em campo. Aqui denominados de: Rosa de Saron, Roberto Regateiro, José Monteiro e Deolinda.

Durante as conversas com os interlocutores utilizei um roteiro norteador, abordando o tema da regularização fundiária, além de realizar conversas e observações na comunidade. Irei apresentar trechos das narrativas e observações relativas a cada interlocutor de forma individualizada, pois, conforme Kuschnir (p.42, 2007):

A competição entre os membros do próprio grupo estudado pode levar à tentativa de manipulação do pesquisador para fins alheios ao seu trabalho. Observações ou críticas a respeito da vida pessoal e intrigas são comuns a qualquer grupo social. Por isso, é preciso estar atento para essa manipulação de informações — não para simplesmente rejeitá-la, mas principalmente para utilizá-la como material etnográfico, que nos ajuda a entender os significados e motivações do universo estudado.

Abaixo apresento dados sistematizadas dos 04 (quatro) interlocutores, as informações são autodeclaratórias, assim podemos afirmar que nesse universo temos dois interlocutores do sexo feminino e dois masculinos, com idade variando de 53 a 76 anos, com 75% deles idosos, três deles se autodeclaram pardo e um negro, dois são casados, um é divorciado e uma é solteira, a escolaridade varia de Ensino Fundamental a Superior Completo, sendo dois deles com este último, 75% deles tem tempo médio de moradia de 30 anos na área.

Quadro 1: Informações sistematizadas dos interlocutores

Nome	Sexo	Cor / raça	Idade	Profissão/ Ocupação	Estado civil	Escolaridade	Tempo de moradia
Rosa de Saron	Feminino	Parda	53 anos	Auxiliar Administrativa / Auxiliar Administrativa	Casada	Ensino médio completo	32 anos
Roberto Regateiro	Masculino	Negro	61 anos	Bancário / Bancário	Casado	Superior completo	32 anos

⁹⁶ Jean Segata é professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Possui mestrado e doutorado em Antropologia Social.

José Monteiro	Masculino	Pardo	63 anos	Pedagogo / Vendedor de Lanche	Divorciado	Ensino Superior completo	06 anos
Deolinda	Feminino	Parda	76 anos	Operadora de máquinas / Voluntária	Solteira	Ensino Fundamental	29 anos

Fonte: Informações dos Interlocutores, sistematizado pela autora, 2024.

3.1 “Agora não sofro mais com o risco de sair e nem ameaça” Rosa de Saron

Rosa é uma mulher de 53 anos, que se considera parda, é casada, tem 04 filhos, reside no imóvel há 32 anos, residem com ela seu marido, um neto, o qual ela se refere como filho neto e uma sobrinha, mas seus familiares vão lá todos os dias, possui o Ensino Médio Completo, é funcionária pública, trabalhou como auxiliar administrativa, morou antes no bairro da Terra Firme, passou a residir no Carmelândia por que seu pai tinha uma amiga que conseguiu um terreno pra ela. Seus pais já são falecidos, a sua mãe morreu mais recente de Covid. Dos seus filhos, 2 residem no Carmelândia, de aluguel, uma no Tenoné e outra no Tapanã. A casa dos seus pais fica em frente à sua, na mesma rua, de cor marrom, nela reside um de seus irmãos.

Escolheu o Carmelândia por causa do pai, “meu pai era o amor da minha vida e eu vim morar aqui por ele e pra ficar perto da minha família, por que sou apaixonada pelos meus pais, nós éramos oito irmãos, hoje tem 7 vivos”. Na Terra Firme a família toda morava junto, eram muitas pessoas, então ao surgir a oportunidade de cada um ter seu imóvel, a família resolveu ir para o Carmelândia, embora isso não tenha ocorrido à princípio, pois a interlocutora achava o Carmelândia perigoso, motivo pelo qual ainda retornava para a Terra Firme, onde conheceu seu marido e com quem se casou e passou a residir com ele no Carmelândia. Seu atual terreno só comprou depois. Ao perguntar como ela foi morar ali, ela respondeu:

Foi assim, papai e... Olha, ele convidou a gente, ele falou assim... Nós tínhamos casa própria, morava todo mundo junto, era do papai, aí ele... Bora, que tá tendo uma invasão, assim, assim, eu tenho uma amiga que ela vai conseguir para nós. Aí a gente veio todo mundo para cá, só que eu achei... Assim, era muito esquisito, muito sinistro para cá. E logo quando a gente veio, né, a gente não pegou cada um o terreno, a gente foi tudo para cá, praí, pra essa casa, aí o papai deu esse lado ali pro meu irmão, a gente ficou morando aí, como antigamente, aí o Mangueirão era muito perigoso, aí... Tinha muito desova aí, desovava mulher, tinha muita morte, eu fiquei com medo. Fui embora pra Terra Firme, né? Mas fiquei nesse vai e vem, vai e vem, aí depois a gente veio morar todo mundo pra cá. Aí com esse meu vai e vem, eu acabei conhecendo ele lá na Terra Firme (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Para ela, o importante era estar ao lado de sua família, e como era muito apegada aos pais isso pesou na sua decisão de se mudar, “Graças a Deus eu adquiri o meu imóvel, com muita

luta, aqui era a finada (...) que morava aqui, eu ainda comprei dela, ela chegou a morar lá pra outra casa que eu morava, ela morou pra lá... Terra firme né?" (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Sua irmã falecida morava na mesma casa que sua mãe, seus outros irmãos moram todos no Carmelândia, a casa encontrava-se desocupada no período que permaneci em campo, segundo a interlocutora, o imóvel, que foi regularizado no nome de sua mãe, será alugado, é considerado como herança e, portanto, todos os filhos têm direito ao bem; além desse imóvel, sua genitora possui também outro imóvel onde existem *kitnets* e foi herdado pelos filhos, segundo ela, cada irmão ficou com um kit net e residem lá.

A moradora tinha dúvidas sobre a regularização desses *kitnets*, os quais são passíveis de regularizar, principalmente por estarem em uso, com fins residenciais e serem os proprietários que residem, orientei a verificarem na CODEM para que possam fazer a identificação e o procedimento para regularizar, e o atendimento aos critérios do programa.

Se considera uma das fundadoras do Carmelândia, reside no seu imóvel há 28 anos, mas antes disso já residia com seu pai na casa da frente.

Bom, o que que eu conheço do Carmelândia? Quando nós chegamos para cá, o Carmelândia era um bairro complicadíssimo, perigosíssimo, perigosíssimo, quando nós chegamos aqui, primeira recepção, com uma semana que eu entrei aqui, foi... O cara entrou na minha casa, invadiu por... Pelo lado, arrancou as tabua, levou tudo que tinha meu aí dentro, uma semana seguinte, mas um outro... Aqui nessa aqui, era tudo de madeira (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

A interlocutora afirmou que herdou também uma casa e comprou uma do seu irmão, nesses casos é possível que a regularização não seja realizada no seu nome, mas é importante uma análise minuciosa da situação, pois a lei, gratuitamente, só permite a regularização de um imóvel com fins residenciais.

No relato da moradora é possível apreender que no local não haviam políticas públicas, como a maioria das ocupações que ocorrem dessa forma, o asfalto chegou após algum tempo e ao que a moradora indica atrás do conjunto passava algum igarapé ou córrego, pois era possível pescar ainda no local.

Aí a gente se unimo, né, casamo, aí depois eu vim morar para cá e eu comprei esse pedaço. Quando nós viemos morar para cá, não tinha asfalto, não tinha nada, ainda era tudo... Aí para trás era peixinho, que a gente pescava de colorido. Muita gente que já morou aqui, já foi embora, muita gente já morreu, muita gente já trocou casa, já vendeu, temos moradores novos, bastante moradores novos, covid pegou muita gente, né? Pegou muita gente, acabou com muitos sonhos, mas muita gente é isso aí, vai renovando, né? A gente sobreviveu e está aí para contar a história ainda, né? (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Para além das demonstrações das transformações físicas da área, o relato evidencia que a construção da identidade do indivíduo é feita pelas interações sociais, não sendo algo físico e imutável, mas um processo contínuo de construção e reconstrução que vai ao longo do tempo sendo configurado pelas relações sociais e experiências individuais. Através de Velho (1981) percebo que as relações evidenciadas no trecho e relacionadas com a comunidade e o próprio casamento formam redes sociais que vão dando sentido ao sentimento de pertencimento, essa rede está ligada ao capital social visível através dos recursos que um indivíduo pode ter com as relações com as quais estabelece (Velho, 1981).

O imóvel de Rosa de Saron é regularizado, recebeu o título na primeira entrega que aconteceu no Mangueirinho, para ela:

É importante regularizar, por que ninguém vai me tirar daqui, vai ficar pros meus filhos e netos, agora não sofro mais com o risco de sair e nem ameaça. Só espero que tenha saneamento básico bom, escolas, saúde e serviços, coleta de lixo (...) Meu sentimento é de alegria, sinto alegria, tô confiante em dizer que ninguém mexe comigo, não tenho preocupação por que agora o que é meu ninguém tasca”. (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023)

Outro morador, ao falar do dia dessa entrega que aconteceu no Mangueirinho, ressaltou o seguinte, “aquele ali no Mangueirinho foi um momento histórico. Foi um momento histórico. Da entrega e da luta que a gente vem fazendo. Não tinha aquela fé, sabe? Quando o líder tem aquela fé que vai dar certo. Eu sou um idealizador e... E penso e luto para aqueles direitos” (morador do Carmelândia, 2023).

Rosa relatou que sua mãe ainda recebeu seu título antes de falecer e a sensação com essa situação, “Mais feliz que ter a minha casa regularizada foi ver a casa dos meus pais sendo regularizada, por que antes de falecer a minha mãe ainda regularizou a dela e ela ficou muito feliz, nós recebemos nosso título no mesmo dia, foi uma felicidade só” (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Ela reside há trinta e dois anos, desde a “invasão” e, por isso, se considera uma das fundadoras, afirma que não recebe dinheiro para seus projetos, como outras lideranças, no trecho abaixo percebemos que ela atribui a si mesmo um valor social, conforme Goffman (1967, p.13) o “valor social positivo que uma pessoa reivindica para si mesmo através da linha que outros pressupõem que ela assumiu”.

Eu sou uma das fundadoras, era pra mim tá... Se eu pegasse dinheiro, era pra mim tá... Deus o livre, mas eu faço isso daqui, eu entrego água mineral, não tô entregando agora

por que eu tô doente, mas eu carrego isso daí de boa, meu marido vai trabalhar, eu vou, carrego, vou pra cima, eu vou pra baixo, então eu me acho uma lutadora, uma mulher guerreira que realmente eu tava ali pelo povo, entendeu?

Ao ser questionada sobre o que ela sentiu quando recebeu seu título, ela relatou:

Foi uma sensação que todo mundo quer ter, é uma coisa que todo mundo almeja, é um sonho que é realizado de qualquer pessoa, porque todo mundo quer ter seu título, não tasca que agora esse terreno aqui é meu, então isso é muito importante, é um sonho realizado, tenho certeza que qualquer uma pessoa tem essa vontade de ter o que é seu, é um sonho, um sonho que foi realizado, eu bato na tecla que foi um sonho realizado (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Rosa de Saron se considera líder na comunidade, pois segundo ela, “várias pessoas me procuram pedindo ajuda e eu também tenho alguns projetos na comunidade. Mas hoje me encontro doente, eu tenho um aneurisma e tô precisando de repouso” (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023). No dia da entrevista, ela estava em uma rede para evitar maiores esforços e o cansaço, depois do período que eu estive em campo, tivemos contato por telefone e ela me disse que fez uma cirurgia na cabeça, por conta do aneurisma, mas que se recuperou bem e já estava em seu imóvel.

Sua casa é ao mesmo tempo utilizada como ponto comercial, pois na frente fica um pequeno comércio com venda de diversos produtos de uso doméstico, além de água, cerveja, entre outros, e atrás é sua residência. O imóvel pra CODEM com essas características é considerado de uso misto, pois além da residência, tem uma atividade comercial que ocupa um espaço menor no imóvel e, portanto, não impede a regularização de forma gratuita, o comércio também é parte da composição da renda familiar.

Possui conflito com outro morador que também se intitula líder comunitário, que inclusive já resultou em conflito judiciário; é notório que esses conflitos estão relacionados à disputa por espaço político e poder na região, que refletem no domínio da área. Rosa de Saron já se candidatou ao cargo de vereadora na eleição de 2016, mas disse que não pretende mais se candidatar; segundo ela, foi candidata por conta de um pedido do então prefeito de Belém Zenaldo Coutinho. Conforme Kuschnir (2007), a ampliação do apoio político é realizada através do favorecimento de pessoas que estão em posição de liderança, para além de seus próprios grupos e que são pessoas estratégicas na organização social:

Eu já participei da reunião, a pedido da (...), na marra já, queriam me tirar lá do palco que era o pessoal dele aí (...), foi desde aí que a gente começou a se estranhar, porque se a gente tem um trabalho comunitário, um trabalho social dentro, bora se unir, mas

ele queria entrar como se fosse ele beneficiário, entendeu? (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Em relação ao conflito existente e a relação com a regularização fundiária, ela relatou:

E assim, ele chamou... Pessoas e pediu a documentação, dizendo que ia sair o título novamente. Que aí tá vindo a nova remessa, aí que ele ia entregar e pegou um documento aí do pessoal. Vai sair, só que assim, como... Ele está dizendo que ele foi entregar né? Não é ele, né? É a CODEM e a Prefeitura, né? A Prefeitura de Belém, tem que assinar, vai ter que assinar, né? E o Lélío, que é o responsável, porque que eu saiba ele é o responsável pela CODEM. Então, é o Lélío, não é outra pessoa, é isso mesmo porque o que chega aqui, ó, um monte de promessa aí (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

É comum encontrarmos conflitos quando se envolve cargos que dão visibilidade social e política, esses conflitos envolvem a luta por poder, influencia e notoriedade, pois quem tem influência tem o domínio político da área, o que se torna uma moeda de troca em tempos de eleição e em muitos casos transcendem, as acusações verbais alcançam outras esferas, como é o caso em tela que precisou ser judicializado, pois o conflito existente chegou ao ponto de ser levado a justiça por envolver agressões verbais e acusações entre os envolvidos.

Mas além disso, conforme Velho (1986) uma rede social inclui aliados e adversários, então o que se percebe é que isso se estende ao conjunto, e que o espaço se constitui de amigos, inimigos, o que está intrinsecamente relacionado ao jogo de poder. Nesse caso, um dos espaços é a associação dos moradores da área, a moradora afirmou ter diversos projetos sociais, no período que eu estive na área não houve a execução de tais projetos, até porque a interlocutora encontrava-se doente, mas muitas pessoas a procuravam pedindo algum tipo de ajuda, embora a referida coleta de entulhos, a qual ela se refere, seja um serviço público oferecido pelo município.

Porque, tipo assim, poderia dar oportunidade pra gente, olha, eu trago ações sociais, eu já trouxe pintura de rua para cá, eu já trouxe ação tapa buraco, eu trouxe um projeto muito grande que eu tenho aqui dentro, que é a retirada dos entulhos, que é uma coleta programada, eu tenho provas, e o rapaz que é da retirada, ele me acompanha todo mês (...) Eu não consigo usar a associação, eu tenho que tá pedindo... eu tenho que estar pedindo parcerias para igrejas, escolas, às vezes, eu faço até no meio da rua, eu peço parceria para os vizinhos, é assim que eu faço o meu trabalho social, é pedindo parcerias para a própria comunidade aqui, para eu poder levar o meu projeto pra frente. Complicadíssimo! (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

É visível seu descontentamento com gestões anteriores da associação de moradores, ao se referir a uma das gestões, ela afirmou “e esse senhor veio, retirou o nome dela daí sem

autorização da comunidade. Eu não sei como foi o jeito que ele deu, não sei se ele conseguiu trocar o nome aí do centro”, ao se referir à retirada do nome da Carmem do Centro Comunitário.

Conheci essa interlocutora por acaso, em uma das idas ao conjunto abordei uma moradora e perguntei se ela sabia onde ficava a associação de moradores que eu precisava ir até lá, ela disse que não sabia, mas que ali próximo residia uma pessoa que era líder comunitária e bastante conhecida na área e poderia me informar.

No primeiro contato percebi que Rosa de Saron estava meio desconfiada, mas aos poucos, e durante a conversa foi se sentindo mais à vontade. Para ganhar sua confiança, falei que eu trabalhava na CODEM, mas que no momento não estava na área da regularização fundiária e expliquei um pouco da minha participação nesse processo, foi quando percebi que seu interesse aumentou, tive a impressão que por acreditar que eu poderia, de alguma forma, lhe trazer benefícios, e que eu poderia ajudar perante a comunidade e com aqueles que ainda não haviam regularizado seus imóveis.

Um dos seus questionamentos foi sobre a situação dos imóveis que ainda não haviam sido titulados: “E sobre a situação fundiária, as pessoas também querem saber. Muita gente está aqui sem receber os seus títulos. E a gente quer saber como é que a gente deve fazer para conseguir” (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023), no que informei que poderiam procurar a CODEM diretamente e que não precisavam de intermediários para resolver a situação individual de seus imóveis.

Vale ressaltar que os interlocutores, principalmente os que se consideram líderes comunitários, demonstram em suas falas preocupação com as demais comunidades próximas ao Carmelândia.

(...) E a gente queria muito também que a gente olhasse o Paulo Fonteles, olhasse aí as áreas que está faltando, o Cabanagem, né? Tem partes aí do Benguí que, graças a Deus, também já foram contemplados com esse sonho, e isso daí, é, todo mundo quer o seu espaço pra que diga é meu, ninguém tasca! (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Como muitos moradores da área, Rosa de Saron também afirmou, ao se referir à casa regularizada, “isso é um sonho que está sendo realizado aqui”, é a demonstração do valor simbólico atribuído ao título, valor esse que foi construído coletivamente e, ao que parece, é um símbolo utilizado para a construção de uma identidade coletiva (Velho, 1989).

A moradora lembrou o processo de asfalto da rua, onde a comunidade precisou se organizar pra conseguir coletivamente a melhoria das ruas.

a rua do posto de saúde foi a primeira que foi asfaltada (...) aí, essa primeira rua que foi asfaltada, foi o prefeito Edmilson que asfaltou, aí foi uma polêmica aqui. Aí juntou o Luiz, o finado Grandão, uma galera, foi todo mundo pra ir pras ruas. Fizeram protesto, queimaram o pneu, fizeram... Aí o Luiz daqui conversou com Duciomar, na época que já era o Prefeito, aí ele disse assim, então bora asfaltar todo Carmelândia. Foi o Duciomar, que asfaltou todo Carmelândia (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Rosa de Saron também afirmou que tem terrenos abandonados no local e que queria autorização para ocupar esses espaços, pois ainda existem na área muitas pessoas que estão precisando de moradia, ou que estão pagando aluguel e que não possuem condições de ter sua própria casa.

Outra coisa, tem muitas casas abandonadas aqui, tá? Muitas casas abandonadas, que eu tenho vontade de chegar até o poder, conversar com o Lélcio sobre essa situação, porque precisa, olha, os vizinhos são prejudicados, por exemplo, tem uma aqui na Roberto Regateiro, é 122 o número lá, aí só você vendo eles tudinho, aí tem caracol, carapanã, da dengue, a coisa de rato, um monte de coisas que pode trazer doenças futuras aí, né, o rapaz morando lá. (...) Não, ninguém sabe quem é o dono, aí diz que tem uma senhora ali que toma de conta, mas a gente vai lá, nunca recebe, porque eu já tentei (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

A fala dessa interlocutora revela uma preocupação com a educação, provavelmente vindo de uma demanda coletiva, dos moradores da área, o que, de certa forma, demonstra um sentimento comunitário e de solidariedade com outros moradores do local; em outro trecho ela ressalta as necessidades da comunidade e fica explícito a dificuldade de acesso à moradia por algumas famílias, evidenciando as desigualdades sociais presentes, isso gera insatisfação e impacta a vida de outros moradores, inclusive a qualidade de vida, pois pode implicar na saúde de outros habitantes.

A proposta de ocupação de casas abandonadas expõe uma possível forma encontrada para enfrentar as dificuldades habitacionais que embora não seja o ideal e se configure como irregular, demonstra que os moradores estão dispostos a encontrar soluções para os problemas coletivos, com isso podemos inferir que a comunidade é ativa e é capaz de construir sua própria história, lutando pelos seus direitos, como aconteceu durante o movimento de ocupação do Carmelândia.

O que que a gente precisa? A gente precisa aqui de uma escolinha de reforço pras crianças, a gente precisa do espaço, né, pelo menos, sei lá, trazer um reforço voluntário, porque a gente tem os professores e a gente não consegue falar (...), e não é só lá não, tem várias ruas aqui que tem um bocado de casa abandonada aqui, pessoas que pagam aluguel que precisam morar, se a CODEM autorizar, a pessoa entrar, legal, porque a pessoa, tempo que vai pagar aluguel, tá ali, né, entra naquela casa que tá prejudicando (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

A interlocutora tentou demonstrar, através das suas vivências, a influência que tinha, ao mencionar o prefeito à época e a relação política com ele estabelecida, e as melhorias que trouxe ao local, “Aí, depois, quando veio a gestão do Zenaldo, graças a Deus, Deus abençoou, eu entrei na campanha junto com o Zenaldo, nós trouxemos pintura de rua, nós trouxemos ação tapa buraco, porque ficou tudo deformado, o Carmelândia” (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023). Conforme Becker (1996, p. 186) ao falar sobre o entendimento da escola de Chicago sobre organização social “a unidade básica de estudo era a interação social, pessoas que se reúnem para fazer coisas em comum”, a sociedade era entendida como um processo contínuo de interação entre seus indivíduos e não de forma isolada.

No que tange à saúde e o acesso a esses serviços é possível apreender pela fala da moradora que embora no local haja um posto de saúde, que na verdade é denominada de casa saúde da família, este não atende as demandas da comunidade e ainda tem indícios de que a política não esteja sendo executada conforme preconiza seus preceitos fundamentais.

Tá precária ainda (...) só que tá faltando os reparos nela, tipo, não tem remédio, não tem médico, médico daí... Atende cinco pacientes e vai embora, ele não olha nem no rosto das pessoas quando ele vai atender, aí tem a dona (...) que atende lá, várias reclamações vêm aqui sobre ela, porque ela olha os dela, apontando, tipo, fulano e ciclano, então, isso é a população que fala, não sou eu, entendeu? (...) Eu tentei fazer assim, tipo, abaixo assinado, entendeu? A técnica de enfermagem trata as pessoas hiper mal aí dentro, já teve um rapaz (...), que levou uma facada aqui, veio aqui me pedir ajuda, foi que eu mandei com a (...) é uma funcionária muito, muito exemplar aí dentro, inclusive ela é dessa rua aqui, eu não sei, o dia de amanhã, hoje eu não preciso daí do posto, né, mas eu olho pela população, né? Então, eu tive que ajudar esse rapaz, aí eu pedi pra ela, ela levou o rapaz, ajeitou lá o braço, fizeram o curativo, porque na hora essa (...) lá, ela falou que assim, aqui não tem curativo, tem que ir pra Cabanagem, disse, mas o morador do Carmelândia aqui tem um posto de saúde, tem uma família saudável, aí ela não, ela disse que não tinha, e a (...) foi lá e atendeu, como é que apareceu (...) Né? Então, são muitas coisas aqui dentro que precisam ser vistas. (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023)

Rosa afirmou que uma das vezes que a Carmem esteve em contato com ela foi para oferecer trabalho, pois ela já se encontrava doente, “Quando ela chegou aqui, ela me chamou, ela disse (...), tu vai trabalhar na casa do deputado, do vereador que eu ajudo, porque eu tô com problema de saúde, aí eu não tenho como continuar na casa dele, eu vou entrar num procedimento aí, tu tens como trabalhar lá?” (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

A interlocutora sugeriu a existência de conflitos que se arrastam de gestão para gestão, mudando os atores e as formas. Para Velho (1978, p.41), “Existe o dissenso em vários níveis, a possibilidade do conflito é permanente e a realidade está sempre sendo negociada entre atores que apresentam interesses divergentes”.

Ela, inclusive apontou boatos do qual tomou conhecimento por alguém que ela não quis identificar, sugerindo que ela possui contatos e que a informação estava sendo disseminada, causando um conflito entre comunidade e o poder público, percebemos que a interação entre as pessoas é condicionada pelo estabelecimento de redes de relações, tais boatos acabam por moldar a imagem que as pessoas constroem de determinado fato ou realidade. Esses boatos são as fofocas que Fonseca⁹⁷ (2004, p. 48) aponta com uma “arma de manipulação e proteção”, um “instrumento de ataque”. É o que sugere o relato a seguir: “Aí na época, eu não sei se é verdade, eu não vou citar a nomes, tá? Teve uma moça que me falou que o (...), ele atrapalhou o que ele pôde para que esse título não fosse entregue na mão do Zenaldo, uma moça que trabalhou lá dentro” (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

A interlocutora afirmou em um dos nossos encontros que foi homenageada na prefeitura pelo trabalho que faz na comunidade com mulheres, através de seu projeto social:

olha o que eu ganhei hoje, olha, lá da prefeitura hoje, lá dá, dá, dá, porque eu represento aquele projeto mulheres aqui dentro (...) é mana o babado é forte (...) tenho projeto, o nome do projeto, é as mulheres que brilham. Aí nesse projeto, vai além da ginástica, vai curso de capacitação pra família dessas mulheres. É por exemplo, a... Aquela mulher que faz a máscara, [se referindo a mulheres costureiras que confeccionavam mascarar no período da pandemia] com a gente, ela precisa de uma tomografia, tá precisando de uma ressonância, exames de rotina, então a gente consegue... (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023)

Na comunidade, Rosa é procurada por diversas pessoas e sempre que pode ajuda os moradores, lembrou com saudosismo do antigo prefeito de Belém, pois para ela, ele valorizava o seu trabalho na comunidade “ele via o meu trabalho aqui, Deus o livre. Ele veio foi aqui em casa, filha.”

Olha, tudo que ele pode me atrapalhar, ele faz pra me atrapalhar, eu ajudava, mas... porque eu só procuro pegar aquelas pessoas que realmente têm necessidade, então, eu gosto muito de ajudar cadeirantes, eu tenho pessoas com necessidade especiais na família porque eu sei o quanto é complicado para eles (...) Aí eu ajudava pessoas cadeirantes, eu ajudava uma criança tetraplégica aqui da rua, que tu chegava lá todo tempo que o pai dela era viciado em drogas e tudo mais e ela tava comendo salsicha, sabe aquela comida ali, que ela não tinha nada de nutriente, então eu comprei cesta básica, quando eu chegava, ela vinha aqui, pedia pra mãe levar ela para passear, brinquedo e tudo mais, a FMAE me ajudava, então o que, que eu fazia, eu montava as cestas básicas (...) Aí eu montava as cestas básicas, quando eu não tinha, eu pedia nas casas, não tava nem aí, fazia não, eu ainda faço isso, aí eu juntava a cesta tudo direitinho e ia levar pra essas pessoas que tavam com câncer, pessoas que tão com doença, que precisam, essas pessoas idosas que a família abandona. Consegui cadeira de rodas para essa criança (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

⁹⁷ Professora Doutora do Programa Pós Graduação em Antropologia Social-UFRGS.

De acordo com ela, por conta disso muitas pessoas já lhe prejudicaram ou tentaram prejudicar, inclusive muitas pessoas que ela ajudava através da FMAE – Fundação Municipal de Assistência ao Estudante, ela não mais poderia fazer, pois a FMAE cessou a assistência prestada através dela, tendo em vista que um morador foi lá para realizar algum tipo de denúncia, revelando a existência da “fofoca”, que são, conforme Fonseca (2004, p. 41), “fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio” e que “serve para informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública” (Fonseca, 2004, p. 42). Assim, é perceptível que os serviços prestados na comunidade são motivos de disputas internas, em que aquele que levar o serviço e ainda divulgar, tem o respeito da comunidade, sobre isso ela explicou:

Então, ele foi lá na FMAE me detonou pra FMAE entendeu? Disse que, é... Ele me detonou, ele acabou, a FMAE chegou e disse que não poderia mais me ajudar que só poderia ajudar a escola, né? Que eles não poderiam mais fazer isso, quer dizer, com a situação que ele fez, eu deixei de ajudar, por que eu não posso retirar do meu bolso, né preta? Aí, olha agora, a retirada dos entulhos fez dois anos e oito meses que nós conseguimos pra cá, por que é uma coleta, não é coleta que acontece ligando, é uma coleta que é programada, ela é uma coleta datada (...) e agora o que ele faz? Ele tem carro de divulgação, eu não tenho, tem que está pagando para divulgar (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Para ela seria melhor para o conjunto se não tivesse essas disputas, “Se uníssemos as mãos, a gente fazia um trabalho melhor”. Mas que existem outras pessoas na área que se consideram líderes por que querem “ter o poder nas mãos” e para ela, ao se referir a um morador que se intitula líder na comunidade, esse morador não é uma pessoa que lhe representa, “só que ele bateu no peito e disse: eu sou o líder, eu disse: você não me representa”.

Rosa fez diversas críticas à gestão que atualmente está à frente do centro comunitário da área, pois, segundo ela, uma família está há aproximadamente 18 anos revezando a presidência, com utilização inadequada dos recursos recebidos para o centro que, segundo ela, tem a participação da comunidade limitada. O que se percebe na fala da interlocutora é um descontentamento, um cenário de insatisfação e desconfiança por parte dela, não podemos inferir que esse é o sentimento da comunidade “(...) já era pra ter ar condicionado, merenda de qualidade, tudo de qualidade nessa escola (...) coisas que a comunidade sabe, e a gente está aqui, a gente está visualizando, a gente vê o que tá acontecendo”.

Ela faz sempre comparações com lideranças da área, onde é perceptível o sentimento de disputa, de perceberem quem é melhor e quem faz mais pela comunidade, “se você fizer uma pesquisa e ver, olha, o que é que você pensa do líder comunitário? Aí vai passar, tem gente

que gosta, tem gente que não...”. Para Fonseca (2004, p.104) “os ‘líderes comunitários’ que representam o bairro diante dos poderes municipais e estaduais são alvo constante de fofocas.” E é perceptível que quanto mais líderes comunitários em determinado território existem, maior é o número de conflitos e fofocas.

A moradora relatou que caso fosse eleita vereadora no município de Belém, ia levar pra plenária um projeto que fosse obrigatório nas escolas, nas associações e nas igrejas, aulas de libras, pois, segundo ela, não é justo uma pessoa com deficiência não ser atendida em relação às políticas públicas e não ter espaços de esporte e lazer.

Então é difícil sabe preta? eu fico analisando os fatos, eu já chorei muito, porque, meu sonho, eu queria muito, muito, muito poder trazer as libras para deficientes auditivos praí pra escola, eu queria trazer o braile, eu queria trazer o espaço, porque, olha, tem o centro comunitário, ele não funciona a tarde, perdão, à noite, ele não funciona dia de sábado, isso poderia trazer curso de capacitação para a comunidade ter oportunidade de emprego, poderia trazer os cursos que eu estou te falando, tem gente que, por exemplo, eu já vivenciei uma médica dizendo que não iria atender uma pessoa com deficiência auditiva porque ela não sabia, é... libras. Eu disse, você vai atender ela é agora, ela falou: quem és tu? Eu disse: eu sou uma representante do povo, se você não atender, eu chamo a imprensa agora, rapaz, mas foi rapidinho que eles deram jeito e arrumaram uma pessoa lá e esta pessoa que foi fazer os tramites, então, o que é que eu vi? Quando eu olhei isso, eu vi que é necessário (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Em relação à ter seu imóvel regularizado, ela disse: “É importante por que a gente sabe onde a gente vai sentar a família, por que isso não é só pra mim é pra filhos e netos, ninguém mais tira nem eu nem minha família, ninguém tasca”.

É um sonho que todo mundo quer essa conquista, todo mundo quer essa conquista e hoje eu olho essa conquista não só minha como da minha família inteira, por que, tipo, olha, eu já tenho assim aquela certeza que eu sei de onde eu, a minha família está, ela está num lugar seguro que aqui eu posso dizer aqui ninguém tasca, eu acho que tu vais levar essa frase na tua memória, ninguém tasca, aí já fica pra filhos, os netos né, então é assim, vai ficar pra sempre é um sonho realizado e não só meu mas sim da família inteira (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Perguntei a ela se sentiu alguma mudança após a regularização do seu imóvel e, conforme o relato abaixo, é possível notar um profundo sentimento de insegurança e vulnerabilidade que foi superado com a regularização e o recebimento do registro em cartório, a declaração de Rosa expressou de forma veemente como a falta de um documento que comprovasse legalmente a posse da terra deixava um cenário de constante ameaça.

Mudou, eu tinha muita vontade de ir me embora daqui, porque eu não tinha meu chão legal, nós éramos ameaçados aqui, por pessoas que vinham, diziam que eram donos daqui, outro dali, disseram que iam tirar na marra, que o Carmelândia ia sair, tudo

mais, e graças a Deus, o nosso chão legal, agora, o chão terra da gente, né? Com o documento, não tem quem venha aqui, diga para mim mais, porque se vier eu tenho o respaldo, tá aqui, isso aqui é meu, você não pode mexer (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Além disso, suas falas foram permeadas por um sentimento de pertencimento àquele local, a casa não é simplesmente um local para morar, mas um espaço que carrega memórias, afetos e demonstra a sensação de proteção que o documento proporciona. Para Roberto da Mata⁹⁸ “tempo e espaço são invenções sociais”, mas nesse caso, o “espaço” é demarcado quando alguém estabelece fronteiras, separando um pedaço de chão do outro. (DaMatta, 1997. p.21). Assim podemos entender que esse espaço delimitado é o local de moradia dessas pessoas.

As pessoas ficaram mais seguras, as pessoas elas têm agora... Como dizer, estamos com apoio, nós estamos se sentindo seguros, por que dizer assim, não é só meu, é meu e da minha família, hoje em dia a gente não sofre ameaças como a gente sofremos aqui antes, o ruim que antes como a gente não tinha o chão legal né? (...) né chão legal agora? (...) a gente não tinha a terra da gente. O que que eles faziam? A gente tava ameaçado de despejo daqui do nosso... das nossas terras, e graças a Deus depois do projeto, hoje a gente se sente seguro, manda vir agora, que a gente vai aqui, olha tá aqui, isso aqui é meu ninguém tasca, saia fora (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

A falta de um documento legal gera insegurança jurídica e conseqüentemente faz com que as famílias vivam sob vulnerabilidade, gerando inclusive insegurança no investimento de suas casas, além do mais a ameaça constante de perder ou ter que sair de sua casa pode gerar danos à saúde mental das pessoas que precisam ficar em constante alerta.

Alegria, eu tenho alegria, eu tenho, eu tô confiante, agora eu tenho confiança, aquela confiança que eu tenho dentro de mim, é em dizer assim, eu aqui, agora ninguém, ninguém mexe comigo, aqui é meu, então, é, eu tô confiante, tenho certeza que a alegria veio, ela está maior, é tipo, não tenho mais aquela preocupação, de vir alguém aqui, não olha, isso aqui é meu, isso aqui tu invadiu, isso aqui sabe, então, hoje eu digo, a gente vai estar seguros, meus filhos, minha família, meu esposo meus netos por que é pra filhos e netos né? (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Além do mais, ela destacou que está muito perigoso morar no conjunto e que uma das necessidades da população é por segurança pública, “É assim, é vem muita gente de fora também, como o conjunto cresceu também, o que a gente está precisando aqui, de policiamento, porque, às vezes, como eles olha, ah, por que aqui é um conjunto, acham que a gente tem

⁹⁸ Roberto Damatta é um antropólogo Brasileiro, Professor Titular de Antropologia Social do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Professor Emérito da Universidade de Notre Dame,

dinheiro, às vezes, a gente sofre assalto na porta de casa” (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

Sobre o futuro, Rosa de Saron foi enfática sobre como quer ser lembrada e citou a própria Carmem de Nazaré como uma figura com a qual se identifica, provavelmente espelhada em suas práticas sociais e em prol do coletivo, para isso ela expressou o desejo de ser lembrada e de permanecer na memória coletiva (Halbwachs⁹⁹, 1990) de sua comunidade.

Eu quero deixar meu legado, mas o meu legado quando eu partir, eu quero deixar meu nome... não, aquela ali, ela foi uma guerreira, ela lutou por nós, é isso que eu quero deixar, como a Carmem deixou o legado dela, e ela ia me dar mana a chance, a oportunidade de fazer meu trabalho, infelizmente a gente não chegou a se falar de novo, por que ela passou mal e desse que ela passou mal ela já ficou e... foi muito rápido (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

3.2 “Quem casa, faz casa” Roberto Regateiro

Roberto tem 61 anos, é negro, casado, reside há 32 (trinta e dois) anos no Carmelândia, tem 11 (onze) filhos, dos quais 10 (dez) estão vivos, 17 netos e uma bisneta, residem com ele a esposa, um filho e dois netos, possui o Ensino Superior Completo, trabalha como bancário. Seu imóvel está regularizado, residia no bairro Telégrafo antes de ir para o Carmelândia. No Telégrafo, fez parte de um grupo cristão na Igreja do Perpétuo Socorro, e foi através desse grupo que ele se engajou no movimento social e foi presidente do Centro Comunitário São Francisco de Assis, que ainda existe no naquele bairro até hoje.

Seu Roberto afirmou que reside no conjunto Carmelândia desde a sua ocupação. Não participou do primeiro movimento de ocupação, veio participar do “segundo pro terceiro” (*sic*) e foi na terceira tentativa que ficaram.

Já no segundo para o terceiro que eu participei com a Carmem que... Inclusive, a Carmem foi presa... Ela deu o sangue, ela foi pra penitenciária, a Carmem. Só que ela tinha um bom advogado, que era o doutor Mazulo, que ainda está vivo até hoje, para contar a história. E o doutor Mazulo nos ajudou muito nessa questão também da regulação aqui, prestando serviço como advogado, voluntariamente, voluntariamente (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Perguntei o que tinha lhe levado a fixar moradia no Carmelândia.

Foi o que eu lhe falei lá no princípio, quem casa, faz casa, então, eu conheci a Dona (..), chegamos aqui, andando todo o conjunto Carmelândia. Tinha terreno pra tudo

⁹⁹ Maurice Halbwachs foi um sociólogo francês da escola Durkheimiana.

quanto é lado, perguntei pra minha esposa, minha futura esposa, não tinha casado ainda, aonde você quer morar? Aonde você quiser. Pode ser aqui no começo, pode ser lá no fim. A gente andamos e ficamos aqui. Nós ocupamos aqui (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Seu Roberto passou a residir no Carmelândia após o casamento, as casas nesse período eram, em sua maioria, construídas de madeira e a maioria dos moradores não tinham condições de adquirir um imóvel, no relato abaixo é possível identificar essa situação e ainda a forma de controle dos habitantes, onde para ter seu espaço garantido, era necessário fixar moradia, esse controle era exercido pela própria comunidade.

E, na véspera do meu casamento, a Carmem entrou aqui, quebrou todinha a minha casa e me expulsou daqui. Isso é história. Ela disse (...), se tu ficar aqui, eu vou andar nua no Carmelândia. Eu fiquei e ela não cumpriu a palavra de andar nua no Carmelândia. (...) Porque tinha aquela questão do morador, se o morador não ficasse fixo na sua residência, ela mandava invadir e vendia com a pessoa lá dentro. Só que a minha casa eu vinha aos fins de semana por causa do meu trabalho. E eu ainda não tinha casado com a (...). Mas a casa estava linda, toda de madeira, era aqui atrás, e uma parte estava coberta de plástico, porque a gente usava plástico preto naquela época, não tinha situação financeira boa ainda. Só em 1987, em 1987 que eu fiz o concurso (...), aí eu comecei a ganhar um salário mais razoável e aí eu comecei a construir a minha casa (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).¹⁰⁰

Sobre o processo pra ficar em sua casa após esse episódio, ele informou que os vizinhos se revoltaram com a Carmem por que ela queria tirá-lo de lá, foi então que sua mãe foi falar com o Governador da época, Jader Barbalho, e assim a situação foi equacionada, um exemplo de “que não devemos superestimar a eficácia das relações econômicas no jogo político, pois o dinheiro por si só não é capaz de criar laços e obrigações sociais” (Kuschinir, 2007, p.24-25), ao contrário de favores não remunerados.

A invasão foi em agosto, aí passou setembro, outubro e novembro que eu fiquei direto pra cá. Em novembro que eu fiquei direto, até hoje estou aqui. Aí os vizinhos aqui se revoltaram com ela, né? Fizeram um abaixo-assinado, e pediram que eu ficasse morando aqui. (...) nessa época eu já sentia, assim, um prestígio com os moradores, já daqui da rua (...). Aí a mamãe conheceu o doutor Jader, aí a mamãe foi lá em Icoaraci na inauguração (...) o doutor Jader estava inaugurando. E aí a mamãe chamou: compadre Jader, quero falar com você. Aí o Jader veio com aquele jeito dele: Que foi, minha comadre? Olha, invadiram a casa do meu filho lá, a Carmem (...) Aí o Jader: vem cá, era o presidente da quadra. Vem cá. Vai lá, resolve essa situação do (...) lá. Eu quero que o (...) fique lá onde ele está, onde é a casa dele. E o rapaz que invadiu, ou a moça que invadiu, vê um jeito de colocar o rapaz lá. E aí o rapaz está aqui do lado da minha casa até hoje (...) ele já estava morando na minha casa. Aí isso foi uma onda danada. Fui pra polícia, fui tudinho. Mas graças ao conhecimento da minha mãe

¹⁰⁰ Situação semelhante foi percebida no Residencial 27 de abril (Salvador/BA), Dantas (2016) identificou também essa pressão com beneficiárias de imóveis, que não moram no imóvel e só aparecem em alguns finais de semana. Há ameaça permanente de perda do imóvel por aquelas que estão morando efetivamente.

e a palavra do governador, até hoje eu agradeço muito a Deus por essa missão que a mamãe fez. Essa missão política. (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023)

Ele disse que desde o tempo que morava no Telégrafo começou a se envolver com movimentos sociais e quando chegou no Carmelândia pensou em “ficar quieto” (sic), mas começaram a lhe procurar e, embora para ele, para ser um líder precisa disputar uma eleição e ganhar, nesse caso uma eleição comunitária, foi assim que ele foi se tornando líder na área.

Eu já conseguia ajeitar as ruas na época do doutor Almir Gabriel. Quando eu vim para cá, eu disse assim: vou me acomodar aqui. Quando eu senti, o povo começou a me procurar, queria uma cirurgia, o povo queria uma consulta médica. E, nessa época, eu estava com o doutor (...). O doutor (...) fez muitas as ações médicas aqui. Quando eu vi, eu já estava me tornando um líder comunitário. (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023)

Roberto alegou sentir-se cansado, mas muito feliz por possuir a casa própria, por ter asfalto e diversos serviços na comunidade. Escolheu o Carmelândia porque, para ele, “quem casa quer casa”, e ocupou para poder morar e casar em 1990, fez a casa em agosto daquele ano, mas passou a residir somente em novembro do mesmo ano.

Hoje me sinto muito bem, por que a terra é nossa, posso criar lá meus netos e meus bisnetos, espero que a regularização traga educação ambiental e limpeza. Regularizar é uma coisa muito boa por que nos dá segurança da posse, de deixar pra família, que isso é nosso o ruim é que muitas pessoas ainda não receberam (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Seu Roberto falou com muita emoção de seu filho, que faleceu aos 22 anos de idade e de como sua morte afetou a família, seu filho lhe ajudava muito na comunidade e ressaltou ser uma das piores dores que já sentiu por que para ele um pai não quer ver um filho morrer, a morte aconteceu por conta de um acidente de carro, em uma madrugada, em que, no retorno pra casa, ele cochilou ao volante.

Ele estava trabalhando. O (...) tinha 22 anos, amor? Acho que era 22 anos que o (...) tinha, (esposa interfere e diz que era 25) e ele serviu o exército, terminou o curso depois, me ajudou muito na comunidade, me ajudou mesmo. Nesse período, foi um acidente de carro, ele foi assistir o jogo do Paysandu, amanheceu, e aí ele cochilou no volante, o carro dele capotou. Foi um momento que até hoje a gente não esquece, a figura dele. O pessoal bateram aqui em casa, me acordaram, e falando a verdade, nesse dia eu não queria nem vir para casa (...), eu queria dormir com ela em um motel, e ela disse não. Sabe aquela coisa de mãe? Parece que ela estava percebendo alguma coisa que ia acontecer. Ela disse não, vamos para casa dormir em casa. E eu queria dormir em um motel com ela. Se eu dormisse em um motel, eu não ia estar aqui na hora para receber a notícia. E aí aconteceu isso. Até hoje a gente sente. Foi uma perda muito

grande. Me ajudou muito, até hoje me ajuda, onde ele esteja está me ajudando. É um filho que eu não esqueço. Às vezes a gente quer, a gente pai, quer ir no lugar do filho, não quer ver o filho ir na nossa frente (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Ele discorreu ainda sobre os conflitos que presenciou em relação às comunidades do entorno.

Tem hora que eu fico pensando como é que eu vou fazer isso, fazer aquilo, para ajudar a comunidade, até eu me sinto surpreso, surpreso do jeito que está o nosso conjunto. Porque, aqui, o Panorama, o pessoal do Panorama não gostava do pessoal do Carmelândia. O pessoal do UNA eram muitos, mas também não gostava da gente por causa da nossa invasão aqui. E a primeira comunidade que teve o asfalto, o saneamento... (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

E ainda como a comunidade foi se reunindo pra organizar e estruturar o local.

A gente comprava e era de madrugada, comprava caminhão de seixo, para ajeitar, para fazer a calçada, a coleta. Fazia a coleta com os vizinhos né? (...) a gente se acordava. Quando eu recebia um bom dinheiro (...), eu pegava e mandava fazer, não era amor? Tirava do meu dinheiro mesmo. A nossa rua foi a primeira a ter cimento, cimentado aqui para não pisar no chão (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Ele relatou o processo de conquistas de vários direitos na comunidade e que estes foram rodeados por conflitos, principalmente com gestores municipais, já sabemos com Velho (2000), ao parafrasear Simmel, que “o conflito é inerente à vida Social”.

Depois, a gente passou para o posto de saúde, Família Saudável. E hoje, a gente tem um posto da Família Saudável. Depois, veio o asfalto, saneamento, na gestão do Duciomar (...) na época, a nossa diretoria (...) A gente fomos lá com o Duciomar e chamamos ele de mentiroso, porque ele dizia que estava tudo feito o projeto, foi na gestão do Duciomar, no primeiro mandato, foi no primeiro mandato, porque ele queria ser candidato a reeleição, aí eu chamei ele de mentiroso, disse que não tinha projeto nenhum, aí ele ficou com raiva de mim, mas eu fazia isso, como líder comunitário, e até hoje eu faço, porque eu tenho uma referência. (...) Eu sou funcionário do (...) tenho um bom emprego, tenho uma formação boa, então, eu não dependo, eu não sou aquele líder que se vende, eu nunca me vendi, eu sempre lutei pelo meu ideal. Então, aí, ficou com raiva, fizemos uma reunião e ele disse que depois ia fazer somente quatro ruas. (...) Eu disse, então, quatro ruas, vai votar no senhor, os moradores das quatro ruas, no senhor para a sua reeleição. O restante não vai (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Relatou que na época convidou o referido gestor para ir no conjunto pra falar com a comunidade e conforme o trecho abaixo, o prefeito da época foi ao local e a situação foi resolvida e foi a partir daí, com a resolução de outras políticas públicas, que decidiram que era o momento de lutar pela regularização dos imóveis do conjunto de forma coletiva. O voto se transforma em uma moeda de troca, conforme Kuschinir (2007, p.24) “as redes de obrigações

mútuas vão se conformando nesse processo de luta pelo poder. A população reconhece sua obrigação de votar e, em certos casos, até de prestar serviços gratuitos ao político que lhe faz favores”.

Aí ele veio num final de tarde. Eu até me lembro desse dia, eu estava com... Estava operado de hemorróida, né amor? Não podia andar, coisar, era assim, que ficava aquele negócio da hemorróida, né? Mas, mesmo assim, doente, eu fui lá para essa reunião. Aí, como tu sabe, como é política, tem um grupo do Prefeito, tem um grupo do... nesse dia, quando eu fui falar, tentaram me vaiar, mas, conforme as minhas palavras, eu tomei pulso, o povo entendeu a minha situação. E, falando a verdade, eles estavam com tão medo de mim que eles não quiseram nem fazer a reunião na frente do centro, já que o centro era uma referência para lutar pelas comunidades. Eles fizeram mais lá para trás, na Igreja São José, a reunião. E, dessa reunião, foi decidido asfaltar todas as ruas do Conjunto Carmelândia. Foi o que eu disse para ele, se ele não fizesse as outras, ninguém ia votar nele e a gente ia novamente, até o Augusto Montenegro. Prendemos o carro dele, não foi? Fizemos muita onda com ele. Mas, antes desse fechamento da rua, a gente já tinha feito outros fechamentos. Aí, conseguimos o asfalto, conseguimos a escola, conseguimos o posto de saúde. O que é que a gente vai fazer agora? Vamos lutar pela regulação fundiária (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Em relação ao processo de ocupação, ele argumentou que os terrenos eram muito baratos e serviam também como moeda de troca, em que ocupantes davam o terreno em troca de bebida alcoólica, ou outros objetos, ele falou com muito orgulho sobre a valorização desse espaço.

Uma casa, pode dizer, um terreno aqui que era uma caixa de cerveja, era uma vitrola, era uma... três garrafas de cachaça. Hoje eu não encontro um terreno menos de 100 mil aqui. Eu fico feliz porque quando eu vim para cá era só uma parte do Manguairão. Hoje está todo como Manguairão (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Quando perguntado sobre o sentimento em relação à moradia nesta localidade, o morador respondeu:

Filha, eu me sinto assim feliz. Primeiro, porque Deus me deu esse bom emprego, (...), tudo que eu tenho hoje foi do emprego, do meu trabalho, do meu esforço. Foi da minha esposa também que trabalha, isso aqui não é só meu, é dela também, e dos meus filhos. Ver asfalto, ver posto de saúde, que não está muito funcionando, mas está aí. E a escola que tá mil, nas nossas crianças. Vem a Prefeitura Municipal de Belém, estar dia a dia aqui limpando o conjunto, tá entendendo? Então, eu me sinto assim feliz. Me sinto feliz por ser um simples cidadão, por uns sou reconhecido, por uns eu não sou reconhecido (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Em relação à regularização de seu imóvel, ele sublinhou que hoje ele pode dizer que aquela casa é dele e que não corre o risco de ser retirado de sua casa, “me sinto muito bem.

Seguro, que a terra é nossa, é da Dona (...). Entendendo? Posso criar meus netos, meus bisnetos. Não sei para onde Deus, onde eu vou ser levado, mas aqui a casa é nossa, né amor?” (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Após pegar o seu documento, sentiu um alívio pois a partir daquele momento ninguém poderia chegar dizendo que eles seriam retirados dali “eu fui ameaçado pelos que se diziam o dono, eu e minha família” (Roberto Regateiro, 2023). A segurança jurídica e a garantia que não serão retirados daquela casa e que não sofrerão mais ameaças é a sensação que mais foi expressa por eles, um bem que poderá passar para os filhos e netos. Durante nossas conversas, Seu Roberto estava sempre brincando com sua esposa, dizendo que tudo aquilo ali era dela, e sempre perguntava a ela quando não tinha certeza de algo ou como forma de confirmação daquilo que ele estava falando.

Uma vitória. (...) hoje, eu posso dizer que esse local aqui é da minha família. Que vai ficar para filhos e netos, não sei se a minha neta vai vender né? Mas a gente está deixando aqui. (...) é patrimônio. Eu digo para todo mundo, eu não mando em nada, quem manda aqui é a (...), tá no nome dela, tudinho. Só que ela não pode me expulsar porque eu sou mais velho do que ela, e idoso não pode ser expulso, tem que cuidar do idoso. Mas eu vejo que se tornou uma realidade. Uma realidade que serviu para todo o Estado do Pará e, principalmente, para Belém. Foi a primeira comunidade a receber sua regularização fundiária. E, hoje, a gente pode chegar no banco, a gente pode fazer isso, fazer aquilo. Eu não vou fazer agora porque não estou nesse procedimento, mas... (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Fala de sua esposa sempre com muito carinho, ressaltando que eles passaram por todo esse processo juntos e que foi mediante o casamento com ela que se mudaram para o Carmelândia, que muitas dificuldades foram enfrentadas pelo casal e refletiu: “E sempre do meu lado essa guerreira, a guerreira que foi conselheira tutelar, eleita pelo povo, passou cinco anos como conselheira, foi um momento difícil, tanto para ela como para os meus filhos, ela saía de manhã, eu chegava à noite (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Sobre seu futuro, Roberto afirmou que tem um sonho e que fica imaginando como seria se esse sonho se realizasse, seu sonho é de ser vereador no município de Belém, para ele um vereador tem mais poder e mais peso político, para ele, se eleito, seria mais fácil conseguir serviços e equipamentos para sua comunidade.

Eu já estou sonhando, não sei se o sonho vai dar certo. A eleição é de 2024. Em 2026, se eu for eleito eu vou estar como vereador. Como vereador, vem todas aquelas pessoas do Brasil e do mundo para o encontro aqui. Tu já imaginou? O (...) vereador, tu acha que eu vou aceitar. Eu vou aceitar o Ver-o-Peso daquele jeito, como está? Tem que tá bonito. Eu vou aceitar Augusto Montenegro e gente do outro país passando por aqui cheio de lixo? Não! Os ônibus com ar-condicionado, como é que pode? (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Ao ser questionado se ele seria candidato em 2024, ele afirmou que “o povo está querendo, e desde 2016”. E ressaltou que não será a primeira vez, pois já foi candidato “em 2012 e em 2016. E agora, provavelmente, em 2024”. E explicou, conforme destacado abaixo, o motivo pelo qual quer ser vereador, pois, dessa forma, terá mais poder para cobrar e conseguir implementar políticas públicas.

É porque, olha, vou te dar um exemplo, se eu fosse, hoje, vereador de Belém, o presidente da CODEM ia pensar mil vezes de não ter dado o título já a todos os moradores do Carmelândia. Se eu fosse vereador, se eu fosse para a tribuna, ele não ia querer que eu fosse para a tribuna falar o que eu estou pensando dele. Ele ia dizer: ó, vem cá (...) quantos títulos faltam do Carmelândia? Vamos marcar data, um dia. Pronto, era assim. Mas eu não sou vereador, e tem uma coisa que vou te dizer. Tem muita gente para me atrapalhar, mas tem muita gente para ajudar (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

E, de fato, nas eleições de 2024 ele foi candidato a vereador, não sendo eleito, adiando assim o sonho que almeja alcançar.

Um das coisas que mais incomoda seu Roberto é o fato de que muitas pessoas ainda não receberam seu título, embora muitos já tenham sido contemplados, ainda tem muita gente que participou do processo e das reuniões, mas que por algum motivo ainda não conseguiu.

Na classe política, na CODEM, não tem um presidente da CODEM que eu não briguei, mas briguei pelos direitos da comunidade. Enquanto isso, agora estou nessa última briga para brigar pela regulação desses restantes, porque uns tem e outros não tem. Principalmente nesses que não tem agora, são moradores antigos que participaram da primeira, da segunda, da terceira, da quarta e da quinta reunião entregando documento. E agora não quer sair? Tem que sair. Não sei onde vai estar o recurso, mas a gente vai lutar por esse recurso (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Na regularização fundiária Roberto Regateiro destacou que teve papel fundamental e foram anos lutando para que a comunidade fosse beneficiada e conseguisse a sonhada regularização fundiária dos imóveis. Nesse sentido, ele acredita que os títulos entregues foi uma luta do movimento social, através da pressão social que foi exercida pela comunidade e principalmente pelas lideranças comunitárias, e que estas lideranças não são passageiras, como os mandatos políticos exercidos por gestores. Além do mais, foi, pra ele, uma conquista mais do que coletiva, mas pessoal, pois afirmou que foram 30 anos de luta, mais de 150 reuniões, então foi a realização de um sonho, para que cada um pudesse ter seu título definitivo.

Olha, eu acho assim, na gestão do Edmilson, foi um reconhecimento do movimento social na pessoa do Edmilson e na pessoa do governador que fez um convênio com a prefeitura. Se o governo não faz esse convênio com a prefeitura, hoje os moradores do Carmelândia não têm esse documento porque não tinha recurso. Então, a gente deve muito ao governador Helder e ao prefeito Edmilson Rodrigues, no dia da entrega do documento, foi muito bonita a entrega, tentaram barrar a palavra do (...) na hora da cerimônia, mas o prefeito Edmilson, isso eu nunca vou esquecer, me chamou lá em cima, me chamou e disse, não, se a gente está hoje aqui porque houve luta dos povos e de uma liderança. E ele disse: (...) fala aqui, mas ainda tem um governador, ainda tem muita gente para falar porque o (...) fala muito (...) mas eu tenho uma coisa comigo e isso eu vou levar. Se tem os políticos, deva muito aos movimentos sociais. Porque o povo decide. O Helder vai passar mais quatro agora, depois vem, ele já passou. Mas nós, do povo, movimento, a gente continua. (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023)

No trecho a seguir, ele relatou sua percepção acerca da Gestão Fundiária, onde percebemos uma narrativa baseada numa linearidade temporal, onde o passado é evocado para justificar o presente e assim conceber o futuro. A referência às diferentes gestões e prefeitos cria uma cronologia da luta do local pela regularização fundiária, sugerindo assim uma dicotomia entre a técnica e a política, segundo Kuschnir (2007, p.09) a política é “fruto da ação coletiva, isto é, de uma rede de pessoas que interagem e se influenciam reciprocamente por meio de relações complexas e dinâmicas”, em que cada um tem seu papel traçado nesse contexto, também podemos perceber que a luta pela regularização é palco de disputas, tanto de recursos, quanto de reconhecimento, onde cada um se posiciona conforme seus interesses. A narrativa de que a comunidade foi a primeira área em Belém, de propriedade de um particular, a receber a propriedade de seus imóveis através da legitimação fundiária, serve para fortalecer a identidade da comunidade e legitimar sua luta.

O mais peso nisso foi a gestão da diretoria fundiária. Existe uma gestão lá e o diretor da gestão, estou me esquecendo o nome da pessoa que foi presidente na gestão do primeiro mandato do Zenaldo. Cláudia. A Cláudia foi fundamental para a questão, ela, como diretora de gestão da CODEM, ela levou muito à frente nesse trabalho. Depois veio o Danilo, que assumiu lá, depois da Cláudia, o Danilo veio mais técnico, ele mais técnico, mais assim coisa do Zenaldo. (...), mas a gente se sente muito feliz. Foi na gestão do Edmilson? Foi. Foi na gestão do Helder? Foi. Foi na gestão do (...)? Foi. Foi na gestão do (...)? Foi. Então, a gente reconhece essas lutas. E foi a primeira comunidade na gestão do Edmilson, a receber o documento, e foi no Brasil. Depois de eleito um prefeito, o primeiro prefeito que entregou um documento de terra de posse de área particular foi o Edmilson Rodrigues. (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023)

O discurso expressou gratidão aos funcionários públicos, demonstrando reconhecimento pelo trabalho realizado e pelos esforços desses profissionais em prol do bem comum, ao mesmo tempo que ressaltou a importância de uma liderança para o bom funcionamento do serviço público, bem como o desafio de conciliar as demandas políticas com

as necessidades da administração, o trecho retratou ainda a relação entre política e administração pública e como a política pode influenciar o trabalho dos servidores.

Mas tem uma coisa fundamental nisso, são os funcionários públicos de carreira que são concursados, está entendendo? Que não medem esforços, para poder ajudar as comunidades. Então, a gente deve muito a esses funcionários de carreira. Que entram política, mas eles continuam na cadeira fazendo o seu trabalho. Então, a nós, do Carmelândia, a gente deve muito a esses funcionários e à gestão da Cláudia (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Ele fez questão de retratar que não foi privilegiado nesse processo, muito pelo contrário, foi beneficiado como qualquer outro morador que participou, desde as reuniões até a entrega de documentos, e que desde o início acreditou que ia ser possível. “Mas só que tem um detalhe importante nisso aí, amor. Para a gente adquirir, a gente estava igual a qualquer um morador. Eu não pedi para ninguém da CODEM botar nome” (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

O interlocutor comparou a situação do Carmelândia com outras áreas que ficam nas proximidades do conjunto e que também são ocupações irregulares, sugerindo uma crítica à falta de ação nesses locais das autoridades responsáveis e apontando para uma desigualdade social, ao mesmo tempo que sugeriu priorizar algumas áreas em detrimento de outras; o que se percebe é que a prioridade seria para as suas próprias demandas.

Para a gente, é importante ele estar lá para a Terra Firme, para o Telégrafo tudinho, mas a nossa proposta era essa, daqui do Carmelândia, por que a gente não sai para o Paulo Fonteles que está aqui? Trinta anos e não tem regulação. Aqui, o Panorama está há mais de 40 anos. Quando tem Cabanagem que está há mais de 50 anos...

O interlocutor seguiu imputando ao título o sentimento de segurança da posse e da propriedade, à qual está intrinsecamente ligada à identidade e à segurança das pessoas, onde a casa é vista como refúgio e o lugar de construção da vida e do patrimônio para as gerações futuras. No caso de seu Roberto, que mencionou filhos e netos, ficou evidente a importância da terra como um bem que vai além da vida individual, mas que pode ser transmitido de geração para geração, reconhecendo o dever do Estado em auxiliar aqueles que mais precisam, nesse caso, o acesso à moradia.

É importante por quê? Porque a pessoa se sente proprietário do seu imóvel, e é a garantia dos seus filhos e dos seus netos. Então, cada cidadão e cidadã tem esse direito, é dever do Poder Público ajudar essas pessoas que mais precisam, tá entendendo? Era tão bom se isso ficasse no nosso país. No nosso Brasil. No nosso Pará. A gente vê

muita discriminação, muita briga. Aí tu entra aqui na rua da Estrada da BR, Castanhal, tu já vê várias fazendas, tá certo. Fazenda produtiva, mas quantos não querem um pedaço daquela terra? Estão sem teto.

Tive o primeiro contato com ele quando iniciei os trabalhos na comunidade para fins da regularização fundiária dos imóveis, ele se tornou um colaborador do trabalho e, ao mesmo tempo, tive a impressão que queria se autopromover; era questionador e sempre levantava muitas polêmicas durante as reuniões na comunidade, com questionamentos que nem sempre se referiam ao nosso trabalho. Com a evolução das atividades na área percebi que aquele era o papel dele, assim como eu estava desempenhando o meu e acreditei ser essa uma forma de alcançar o objetivo pelo qual ele estava lutando.

É um sujeito polêmico pois, por um lado se intitula líder comunitário e, de fato, é uma referência na comunidade, mas por outro lado, muitas pessoas da área não o reconhecem como seu representante. Muitas dessas contradições se devem ao fato de que existem conflitos envolvendo a política partidária com candidaturas e apoios e cargos políticos, envolvendo outras pessoas da localidade. Sua esposa, em dado momento, ao retratar seu ponto de vista sobre a entrega de títulos não ter sido realizada antes porque beneficiaria seu Roberto que seria candidato à época, disse:

(...), mas teve esses embates, como ele falou agora, né? Ele contou. Porque o Zenaldo não queria porque ia beneficiar ele. Fez, estava tudo pronto, aí não queria beneficiar ele, porque ele vinha para candidato. Aí não deu. Depois veio o Edmilson, quando o Edmilson sentou, o (...) fez logo o ofício para levar para a gente falar sobre isso. Não foi (...)? Aí já estava tudo pronto (esposa de roberto regateiro, moradora do Carmelândia, 2023).

O território é uma arena de disputa de poder e reconhecimento, o qual também tem significado de dominação na área, é o que espera nosso interlocutor e, ao mesmo tempo, sua fala expressou que o trabalho comunitário exige esforço e dedicação, de todo modo, a conquista da moradia é muito significativa e representa a estabilidade de sua família. A referência à sua casa reflete o sentimento de pertencimento à comunidade e de que seu lar é um espaço de afeto e segurança, através da construção de um futuro melhor para seus filhos.

Olha, eu e minha esposa, a gente se sente um pouco cansado, um pouco cansado de todas as coisas. Porque não é fácil a gente trabalhar com a própria comunidade. A gente não quer o reconhecimento, mas a gente quer respeito. Eu fico muito feliz porque a gente tem a nossa casinha, a nossa casa própria, isso aqui vai ficar para os nossos filhos. Fico muito feliz também de ter saído já mais de mil títulos, ainda falta mais mil para sair. E hoje tem o asfalto (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Roberto demonstrou profundo reconhecimento da figura materna imputando a ela um papel crucial na conquista da casa própria, sua genitora foi uma facilitadora da concretização de seu sonho, um pilar de apoio e, com isso, ele ressaltou a importância da família em sua trajetória. A casa é para ele um refúgio seguro e, ao mesmo tempo, espaço de liberdade e autonomia, é um símbolo da conquista, segurança e até mesmo independência. E, por fim, enfatizou sua fé e confiança em Deus, e apesar do futuro ser imprevisível ele está satisfeito e contente com sua vida atual.

Eu não sei onde a mamãe está, mas se não fosse a minha mãe, a conversa com o Doutor Jader, eu não tinha uma casa hoje. Porque uma casa... Você pode fazer na sua casa o que você bem entender. Você pode tomar banho a hora que você quer, você pode gritar, você pode falar, você pode fazer tudo. E te digo, como eu disse no começo, eu não sei o que Deus tem para mim. Não sei. Mas me sinto muito bem, muito bem.

3.3 “Será que essa terra tem dono?” José Monteiro

Ele tem 63 anos, é pardo, divorciado, reside há 06 (seis) anos no Carmelândia, tem 03 (três) filhos e um neto, que não residem com ele, possui o Ensino Superior Completo, é pedagogo, mas está desempregado e se mantém com a renda proveniente de uma venda de lanche que funciona na parte da frente de sua casa. Seu imóvel já foi regularizado e ele está residindo sozinho no imóvel.

José Monteiro nasceu em São Domingos do Capim, morava num *casebre*, como ele apontou, era de família muito pobre, nasceu de oito meses, sua mãe é falecida há dois anos, ela era de uma família grande, com onze irmãos e possuía sete filhos. José trabalhou na roça até os dezenove anos e veio pra Belém pra estudar, mas precisou trabalhar, são memórias, imagens e histórias sendo resgatadas do passado e de onde viveram (Marques, 2013).

O relato abaixo é uma reprodução da fala de José sobre o seu passado:

Sabe como é aquela vida do interior, trabalhando na roça, trabalhei na roça até os dezenove anos pra vinte, achei que tinha vindo pra cá pra estudar, só vim trabalhar, e estudar que é bom... e naquela época, nos anos 80 e pouco, por aí (...) era muito cobrado, se você não casasse logo, era muito cobrado, isso me enche o saco por que nesse tempo era muito cobrado, se cassasse ou ficasse encalhado era uma cobrança geral. Era uma cobrança, podendo estudar, me formar primeiro, fui casar, aí, tu sabe, casar, pra quem trabalha empregado, ganhando um salário, é lascado, aí fui criar filho, fui criar meus filhos, uma luta danada, mas, graças a Deus, os três estão formados, aí fui fazer uma faculdade já depois dos 50, me formei, mas infelizmente não consegui trabalhar até hoje na área. Aí eu não consegui mais emprego depois dos 50 e poucos, 60, agora vai ficar muito difícil tu conseguir emprego (José Monteiro, morador do Carmelândia, 2023).

O relato acima nos permite realizar uma interpretação do depoimento como uma narrativa rica em símbolos e significados, conforme a noção de "cultura como texto" de Clifford Geertz (1973), onde a ênfase na interpretação nos convida a desvendar os códigos culturais que moldam as experiências e no caso acima as de José. Assim como o "habitus", em Bourdieu (1983), nos fazem perceber que foram as experiências de vida e as expectativas da comunidade que moldaram suas disposições e práticas sociais. A cobrança social para casar revela uma "estrutura social" (Evans-Pritchard¹⁰¹, 1940) que valoriza o casamento e a reprodução e, com isso, percebemos que as relações de poder e as normas sociais da época influenciaram em parte nas decisões da vida de José.

José Monteiro se mantém com as vendas de salgados que funciona na parte da frente de sua própria casa, diariamente, a partir das 16h até à noite.

Afirmou que mantém bom relacionamento com a mãe de seus filhos e que até hoje são amigos, eles tomam café juntos e ela sempre faz seus aniversários, quanto aos seus filhos, afirmou que são seus melhores amigos.

Se considera novato na área, mas conhece o Carmelândia desde o seu surgimento "minha sogra adquiriu dois terrenos lá na morada dos ventos e eu vinha com ela, ela se mudou praí com dois filhos, eles tinham dois barracos e vieram morar aí, então foi assim que conheci o Carmelândia" (José Monteiro, morador do Carmelândia, 2023). E foi assim que soube da Carmem, "A dona Carmem era a liderança, uma luta constante, ela foi presa algumas vezes e me consta que quem apoiava ela era o Jader Barbalho, na época ele dava um apoio pra ela" (José Monteiro, morador do Carmelândia, 2023).

José Monteiro veio ainda novo de São domingos do Capim, com 20 anos de idade, era casado e morava no bairro Entroncamento (sic), em Belém, o Entrocamento é um distrito administrativo composto por vários bairros; com o divórcio passou a residir no Carmelândia. Foi morar no conjunto por que acredita ser muito tranquilo e foi isso que o fez escolher ir morar no local. "Aqui é bom, eu gosto muito daqui por que é um lugar muito tranquilo, graças a Deus, é um lugar que ainda pode dizer é tranquilo, pra morar" (José Monteiro, morador do Carmelândia, 2023). Ao ser questionado sobre como foi morar nesse local e nessa casa ele relatou o que segue:

Eu me divorciei há seis anos atrás, eu tinha uma casa no Entroncamento com minha esposa e com o divórcio eu adquiri essa aqui pra mim (...) por que a minha filha morava aqui já, milha filha já estava casada, morava numa casa alugada, justo na casa

¹⁰¹ Edward Evan Evans-Pritchard foi um antropólogo inglês que tem uma participação fundamental no desenvolvimento da Antropologia Social.

da minha sogra, na morada dos ventos, aí eu comecei a andar aqui e gostei, vim procurando, procurando até que essa deu nas minhas condições e eu comprei, comecei a pesquisar até chegar num lugar bom pra morar (José Monteiro, morador do Carmelândia, 2023).

Para ele não houve mudanças físicas na área com a regularização, mas disse estar insatisfeito com a falta de cuidados dos próprios moradores, que poderia melhorar muito a área, “não mudou com a regularização por que a coleta de lixo é muito regular, coleta de entulho regular, te falei que se as pessoas cuidassem mais da parte que toca pra gente, que eu acho muito mais precária, é os próprios moradores que não ajudam, mas até que é tranquilo” (José Monteiro, morador do Carmelândia, 2023).

Sobre a regularização fundiária, ele afirmou que sempre ficava sabendo das reuniões que tinham, mas que ele nunca podia ir por que era no mesmo horário de seu trabalho, mas em uma das reuniões que aconteceu à tarde ele conseguiu ir e levou todas as documentações.

Eu não tive muito problema por que até hoje tem gente que não conseguiu regularizar e eu não vou negar, eu não participava das reuniões, tinha muitas reuniões, mas eu não participava por conta da minha vendinha aqui, que é à noite, mas teve uma reunião na Santa Edwiges, eu fui, levei todo meu documento, preenchi tudo o que eu tive que preencher, a moça que me atendeu me deu o telefone dela, mas, graças a Deus, não foi preciso por que na primeira levada de documento já recebi o meu (José Monteiro, morador do Carmelândia, 2023).

Quando perguntado sobre como foi receber o título ele respondeu:

Eu achei ótimo por que quando o prefeito veio aqui a gente sempre ficava com o pé atrás, né, aí ele veio e disse, olha gente, agora vocês já têm o título de vocês, agora é de vocês, agora vocês têm título, vocês podem fazer o que vocês quiserem, então eu me senti mais seguro com isso e foi ótimo por que, muitas vezes você está num lugar, você está inseguro, então antes disso eu tinha uma insegurança, será que vai? será que dá? (José Monteiro, morador do Carmelândia, 2023).

Quando ele recebeu o título, falou que a partir daquele momento a responsabilidade pelo imóvel seria dele.

É importante regularizar por que é uma coisa que é seu, você pode dizer que é seu, por que se não tiver regularizado você fica naquela dúvida, será que essa terra tem dono? Será que vai aparecer um dono que era o dono antes? Ou vão fazer uma desocupação? (José Monteiro, morador do Carmelândia, 2023).

Uma das coisas que a regularização lhe trouxe foi a tranquilidade de saber que aquele imóvel é seu. “A regularização me deixou mais tranquilo, eu não tô mais preocupado com o

que virá amanhã.” Em relação às suas expectativas para o futuro, ele retomou o senso coletivo e afirmou querer um espaço limpo e organizado para morar.

Eu espero que não só eu, mas todo mundo tivesse condições de cuidar, primeiro cuidar, a minha luta aqui é pra cuidar, manter o conjunto limpo, manter o conjunto organizado, até que eles fazem um bom serviço, a prefeitura, dão uma limpada de vez em quando, deixa tudo bacana, eu acho que as pessoas deviam se conscientizar, eu acho muito complicada a falta de educação do ser humano que não tem cuidado com o que é seu, com sua própria casa (José Monteiro, morador do Carmelândia, 2023).

3.4 “Quando eu vim para cá não tinha asfalto nenhum, era só lama aqui” Deolinda

Deolinda tem 76 anos, se considera parda, solteira, evangélica, reside há aproximadamente 29 anos no Carmelândia, tem 03 (três) filhos, sendo que 02 (duas) residem com ela, além de, 02 (dois) genros, 03(três) netos e a mulher de um de seus netos; ela registrou uma de suas netas como filha e ressaltou que mesmo sabendo que é neta, a considera como filha. Estudou até o Ensino Fundamental, trabalhou como operadora de máquinas em uma madeireira, mas atualmente está aposentada. Trabalhou desde muito nova, se aposentou com 41 anos e, desde então, se ocupa com os afazeres domésticos e atividades de voluntariado.

Residiu antes no bairro do Telégrafo, no Barreiro, e por 19 anos morou no Conjunto Stélio Maroja, até chegar ao Carmelândia. Nasceu e se criou no município de Anajás, na Ilha do Marajó, quando saiu de lá, foi pra Portel, também no Marajó, onde trabalhou por cinco anos. Chegou em Belém ainda não tinha 30 (trinta) anos de idade. Ao relatar sobre os diversos lugares que residiu, ela afirmou: “Morei no Telégrafo, já morei na Soares Carneiro, na casa da minha tia, cada lugar...”.

Através das nossas conversas e de suas longas narrativas de tempos outros (Marques, 2013), a interlocutora refletiu e me faz notar suas vivências de quando morou e de sua percepção de que “no Barreiro era muito perigoso”; esse foi um dos motivos que a levou a ir morar no Carmelândia, sua irmã já residia, desde o início, no conjunto, e sempre que ela ia visita-la se sentia muito bem, “Porque lá onde eu morava era no Barreiro, antigo Barreiro, mas lá para a banda da rodovia, e eu me senti bem aqui com a minha irmã, era perigoso para lá, sempre foi”. Relatou que o marido de sua irmã participou desde o início do movimento de ocupação, e que ele era da comunidade da Carmem.

Falou com orgulho sobre sua aposentadoria e o tempo de trabalho: “E quando me aposentei, eu tinha 26 anos de carteira assinada, aí adoeci do pé, caiu um estrado no meu pé, de

madeira. Aí eu fui para pegar benefício, porque passei dos 15 dias, não ficava boa. Quando chega lá, não, eles me deram papelada que já estava passando um ano”.

Afirmou que chegou no Carmelândia “no começo”, e que já tinha muitas casas, “isso aqui era uma favela”, e seu terreno, ela afirmou que não invadiu, mas comprou “só o miolinho, não tinha nada”, mas ficou sabendo que a casa, antes dela comprar, tinha sido vendida outras vezes, “quando eu comprei, disque tinha sido vendida mais duas ou três vezes. Vendiam e invadiam”. Ela reside no local há aproximadamente 30 anos, no início, quando foi morar no local, era ela, um filho e uma filha. Seu imóvel já foi regularizado, recebeu a certidão na própria CODEM, pois não conseguiu comparecer no evento de entrega realizada no bairro.

quando eu vim para cá, já tinha casas e casas, eu vim para comprar uma ali. Aí chegaram na minha frente, aí eu vi esse rapaz, que era dono daqui, era um japonês, aí não tinha onde ele botar o carro dele, uma pampa. Ele disse: ah, eu vendo a minha. Aí o meu cunhado é número 20, ali, que morava aqui, mas ele não está aqui agora, ele está lá no interior, aí ele disse, olha, minha cunhada queria comprar uma casa, está com o dinheiro em mãos etc.... aí ele disse: olha, eu vendo a minha, aí eu vim olhar e comprei, eram dois compartimentos, uma cozininha só, mas aí eu vim e comprei, por 40 mil cruzeiros ainda (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

A casa de dona Deolinda está em construção, pois ela quer fazer uma laje para a casa ter dois andares. Quando chegou no Carmelândia, a casa era de madeira, e construiu tudo sozinha. Ao se referir aos pais de seus filhos, ela afirmou que nunca lhe ajudaram e que todos já morreram, “sempre fui solteira, tinha meus filhos lá onde eu morava, mas eu... sou pai e mãe, é eu. Até no registro deles todo é pai e mãe (...) sempre criei, assim, lutadora mesmo”. Disse que teve um companheiro que a ajudou, mas que morreu por problemas de saúde; ela não teve outros maridos, “Vivi com um homem, aqui nesta casa, mas aí ele faleceu. Não é o pai de nenhum, mas ajudou a criar a caçula, ajudou a construir a casa (...) faleceu de anemia profunda, ele era mais velho do que eu, cinco anos, morreu tem mais de vinte anos”.

Sobre o trabalho, ao ser perguntada sobre os locais onde trabalhou, dona Deolinda respondeu o seguinte:

Trabalhei no... Eu trabalhava, meu pai tinha de tudo no Marajó, mas, quando eu fiquei de maior, que eu fui para Portel, trabalhei cinco anos na fábrica lá, vim, trabalhei cinco anos em pesca, aí trabalhei oito anos em outra pesca. E trabalhei quatorze anos onde me aposentei (...). Vinte e cinco anos de tempo de serviço, e até hoje não trabalho porque não tenho precisão, eu preciso, que todo mundo precisa, mas não tenho precisão, já moro com minhas duas filhas, meu filho tem a casa dele, mora lá no Benguí (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

É comum percebermos na comunidade o sentimento de que “moram bem” para se referirem a um lugar que não é de difícil acesso, que tem estrutura básica, asfalto, água, energia elétrica e outras políticas públicas, além disso, não se encontram afastados das vias principais do município, “Eu me sinto muito bem. Muito bem mesmo, tranquilo, e moro bem aqui também, pertinho da pista. E eu sempre... Graças a Deus. Agora eu sou isenta de água. Porque eu tenho 76 anos. E além disso, pela minha idade, pago o IPTU, tudo legalizado”.

Para ela é muito tranquilo morar no Carmelândia, ela se sente muito bem, e refletiu sobre sua experiência em relação à segurança no bairro, “era perigoso pra lá (Barreiro), agora que está bem, porque agora até aqui está bem, porque quando eu vim para cá não tinha asfalto nenhum, era só lama aqui”.

Dona Deolinda discorreu sobre viagens que já fez através da igreja e de sua participação no coral, percebemos que a religião tem papel importante na construção de sua identidade e sua trajetória, e com as relações sociais que ela estabeleceu, conforme Geertz (1973), a religião é um sistema cultural de símbolos, que influencia na formação da identidade e na vida social, impactando sua visão de mundo.

Eu sou do Coral de Senhoras do Tempo Central, da Assembléia de Deus, desde nova, cantando no coral, e eu viajei muito, só nunca fui para os Estados Unidos (...) mas Santa Catarina, lá para onde tem o Beto Carreiro, Rio de Janeiro eu fui umas cinco vezes, Recife, Natal, tudo isso eu conheço, o Rio de Janeiro eu conheço de lá tudo, mesmo que seja o Recife, Recife, Olinda, tudo eu conheço (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

Ela relembrou de como era antes o Carmelândia e disse não pretender sair de sua casa, apesar dos diversos convites que recebe. Seu depoimento desvelou as transformações que essa comunidade já passou, ao descrever suas experiências, percebemos que a comunidade antes possuía características relacionadas ao ambiente rural, que foi transformada e, posteriormente, urbanizada. Provavelmente esses habitantes passaram por um processo de reconstrução de suas identidades, diante da mudança de local de moradia e meio social que passou a os envolver (Marques, 2013).

Era de madeira, e as pouquinhas que eram assim feitas, que não dava para fazer de alvenaria, não era muito perigoso não, as ruas também não eram asfaltadas, alguns tinham poço, era só poço. Depois entrou água, luz (...), porque a luz sempre teve, mas não era assim, era aqueles posteinhos bem baixos, então é assim, mas eu me sinto bem até hoje, graças a Deus. E daqui, para ti ver que eu gosto tanto, que eu estou com essa idade, pode me convidarem. Já viajei muito. (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

Além disso, depois do asfalto, as mudanças também foram percebidas no cotidiano dos moradores, como a criminalidade: “ficou bom, porque foi asfaltado, depois que as ruas foram asfaltadas, acabou muita coisa que acontecia, porque aqui era muito, Deus o livre, aqui não podia entrar qualquer hora, não, muito perigoso, agora não” (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

Deolinda trabalha como voluntária em uma creche, a idade não é impedimento para participar da vida social e comunitária, é notório que o trabalho e o serviço voluntário têm relevância em sua vida, para ela é uma forma de contribuir para o bem estar da sociedade, refletindo valores, como: solidariedade, cooperação e a amizade, componentes importantes de sua rede social (Velho, 1986).

Nesta creche que eu trabalhei, até hoje eu vou para lá, Cordeirinho de Deus, trabalhava como voluntária porque eu era cozinheira, quando eu saí desta firma, que eu me aposentei, sempre eu trabalhei com essa senhora do coral, trabalhei seis anos ali na Tavares Bastos (rua), eu era cozinheira, eu era costureira, aí fomos de lá, fomos para Castelo Branco (rua), aquela creche da Castelo Branco, Cordeirinho de Deus, eu trabalho lá todos esses anos, vinte e três anos, nós trabalhamos lá, eu e ela, todo sábado ela manda me buscar, ela tem 71 anos, fez agora dia 23 de fevereiro, 71, e eu tenho 76, mas ela não me abandona e nem eu, e eu trabalho como voluntária com ela todos esses anos. Viajava com ela, do coral de senhora, mas era ali (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

Dona Deolinda teve um câncer há aproximadamente quatro anos e relatou como descobriu e o tratamento que precisou realizar por conta da doença.

Eu trabalhava lá na Castelo, no restaurante, quando foi o fim na creche. Quando foi o fim de ano, a gente foi fazer “checkmate”, fomos fazer exame, eu e as meninas de lá, que para lá, né? Aí constou que eu estava com câncer no colo do útero, fiz preventivo, era assim, um nozinho do lado do colo do útero, aí eu fiz tratamento cinco anos, fiz trinta e cinco rádio, é, tomei seis química amarela e seis vermelha, meu cabelo não caiu, graças a Deus está aqui, sabe por que não caiu meu cabelo? Porque eu tomei muito remédio no tempo do Covid, deu fraquinho porque eu tomei muito remédio, tá aí eles. Deu na minha família quase todas, assim, não muito forte (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

Falou emocionada sobre a sua cura, após três anos de tratamento e a superação do câncer, e afirmou que se curou por um milagre, para ela isso é um testemunho, atribuindo à religião e à sua crença:

Então, pronto, e quando eu fui fazer exame, aí Jesus tinha me curado. Jesus me curou dentro de uma van, isso é um testemunho. Me curou dentro da van, aí ele... todo dia ele vinha me deixar aqui, ele mora na outra rua, ele é motorista e sobrinho da dona de lá da castelo, da... Cordeirinho, ele vinha me deixar todo dia e ir me buscar, eu ia para o Ophir Loyola (hospital) fazer os exames quando era dia, ficava lá numa suíte,

quando era de tarde, às cinco horas, ele me trazia e me deixava aqui, quando foi um dia, foram cantar no Coral de Senhoras lá no Benguí, aí todo mundo queria que eu ficasse lá, aí a... a minha... amiga disse, não, ela não pode ficar muito tempo em pé, aí eu vim embora com ele quando cheguei na van e eu senti que tinha estourado uma coisa dentro de mim, aí quando eu chego aqui, toda vez ele descia e abria a van para eu sair, aí nesse dia eu descii sozinha, aí ele disse: olha como ela tá... não foi nem preciso pegar, tá bom, aí quando eu cheguei aqui, a minha filha, a outra, me convidou para ir numa igreja que tinha um aniversário, olha aí o que eu estou contando, quando eu cheguei lá... quando eu cheguei lá e toda aquela igreja cheia de gente, aí me colocaram para ir atrás do coral, mas eu não era do coral daí, eu era do templo central, aí quando foi na hora da tudo, aí, o pastor, ele disse assim para mim, lá: olha, eu quero falar com a minha irmã que Jesus curou ela hoje à tarde, aí levantaram a mão, levantaram a mão, aí eu senti que eu sabia que era eu, porque eu fui andando daqui para ali, para a última vila da última rua, aí eu fui andando, aí eu sabia que, aí eu levantei, aí ele disse para mim: Deus manda te dizer, ages como tu está agindo, porque grande é tua vitória, ele disse para mim, grande é tua vitória, aí ele te curou, mas o que ele me disse até hoje, eu gravei aqui, aí eu fui e vim de pés, eles queriam chamar um táxi, naquele tempo uber... Chamaram um táxi para mim e eu disse, eu vou andando, então está aqui eu, fiz o tratamento, quando eu passei três anos de tratamento, ele me curou com três anos, quando eu fui com três anos, marcaram, passei três horas na pedra e não acharam mais o tumor. E eu dizia assim, nem vocês vão achar, porque Jesus me curou. E está aí, até hoje, está aqui eu, ando. Não vou todo dia, porque eles não deixam, mas todo sábado ela manda me buscar e me deixar, me buscar e me deixar. Ela me ajuda como nunca, mas também eu ajudo ela, eu sempre trabalhei, sempre trabalhei, nunca cobre nada. Paz do senhor aqui (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

A moradora afirmou que o com a certidão de registro de imóveis teve direito ao cheque moradia, atualmente denominado de “sua casa”, o qual é um programa social em nível Estadual que garante auxílio com material de construção e pagamento de pedreiro para construção, ampliação e reforma de imóveis, segundo critérios estabelecidos em sua legislação, e, com isso, a moradora está conseguindo reformar e ampliar sua casa.

Ah, para mim foi uma bênção, ter direito no cheque moradia. Na minha casa ainda estava, na minha casa ainda estava meia toda velha, aí teve direito em reforma. Como eu tive direito em reforma? O terreno é meu, casa legalizada, tudo. E teve direito de fazer a laje aqui, olha, os dois quartos em cima, é dois quartos, mas tem até material ainda, tem tudinho. Por causa do inverno agora, parou um pouco, quando a gente vai, em nome de Jesus (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

A casa regularizada tem um significado simbólico para ela, “muda tudo porque daqui, onde está legalizado, eu posso apresentar os documentos, daqui ninguém me tira mais, daqui ninguém me tira mais daqui”, e que pode deixar para os filhos.

Ah, para mim é uma bênção. Porque o dia que Jesus me levar, fica para os meus filhos. E daqui eu já disse, ixee pode convidarem para onde quiser, que eu não vou. E teve gente que não queria comprar, não. E está aí, olha (...) Só mesmo quando Jesus me levar mesmo, que eu vou me embora, mas não vou me mudar. E quando Jesus me levar, é dos meus filhos, e pronto (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

Sobre a participação no processo de regularização, ela afirmou: “eu não sou de reunião, mas sempre a minha filha ia, às vezes eu ia.” Embora não tivesse participado, fez questão de apresentar os documentos para “poder sair o título”, apesar da descrença que poderia mais uma vez não dar certo.

Falou com orgulho sobre a herança que vai ficar pra seus filhos, destacando a importância da família e das relações de parentesco, para ela, a casa é um espaço de cuidado, de transmissão de valores para as próximas gerações de sua família; se apresentou como figura materna central na casa, evidenciando seu papel de cuidadora e educadora.

Meus filhos ficavam aqui na minha casa. A minha filha tinha esse marido dela. Não é essa, a Rosa. Mas eu viajava. Depois que eu morei para cá, essa uma veio com 12. Fez 12 anos já aqui nesta casa, e aí pronto, e até hoje. E eu digo mesmo, quando eu morrer, fica para eles. É das minhas filhas, é três herdeiros, e meu filho, porque ele é filho mesmo, é ele que é mais velho, depois é a Rosa e a caçula que desde pequena, quem criou fui eu (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

Demonstrou conexão entre ela e o lugar que mora, expressou sentimento de posse sobre o imóvel e a relação que tem com a casa como um símbolo de sua identidade e de pertencimento, o sentimento em ter a sua casa regularizada, onde ela se sente protegida e acolhida.

Pra mim, eu me sinto muito bem, feliz mesmo, muito alegre. Por que antes, ah, aí não era meu. Não sentia nada, porque não era meu. Quando falava, assim, de tirar, eu pensava, bom, se tirar daqui eu vou ter que comprar uma casa, alugar um kitnet, um lugar, mas, graças a Deus, nunca alcançou isso e nem vai alcançar (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

Ao falar do processo de ocupação: “Um vendia pra outro, outro tirava pra outro, outro guardava pra outro. Aí comprava madeira e ia fazendo. E esses que estão mais adiantados, assim, grandes, é porque tem mais condições, os que não tem, estão até hoje pequeninhos”.

Ela se sente alegre e segura, pois agora tem seu título nas mãos e, além disso, paga suas contas em dia, como: água, luz e é isenta de IPTU.

Sobre o que gostaria que melhorasse, a interlocutora tem uma percepção sobre melhorias em infraestrutura e educação e, ao mesmo tempo que ela revela que está bom, também foi perceptível seu desejo por melhorias: “Olha, tem esse posto aí, a gente chama posto (...) mas é muito pequenininho, se melhorasse, maior... colégio, também tem colégio por aqui, particular, tem da prefeitura, também está tudo bom” (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

Na área existem muitas pessoas que ainda não receberam seu título, alguns não deram entrada ainda no processo e outras, mesmo tendo participado das etapas, não tiveram o título emitido por motivos que a interlocutora desconhece. Sobre as pessoas que não conseguiram a certidão ela ressaltou: “É porque uns já compraram de terceira, outros não estavam, eram outras pessoas que moravam, é por isso”. Ela afirmou que “Tem muita gente que quer vender, mas não tem nenhum título, como é que vai vender? Pode ter gastado até milhões e milhões, e eu não, posso ter gastado pouco, mas é meu (Deolinda, moradora do Carmelândia, 2023).

3.5 Legado simbólico

Para Silva (2019), a regularização fundiária é carregada de simbolismo, por tudo que ela vem representar para estes moradores, para ela,

(...) o simbolismo conferido à regularização fundiária pelos moradores entrevistados, como instrumento de segurança e proteção contra ameaças de expulsão por meio de despejos, que paira sobre segmentos cujas moradias estão assentadas em ocupações irregulares, do ponto de vista fundiário, como era o caso do assentamento estudado. (Silva, p.175)

Tal cenário se reflete no conjunto Carmelândia, pelo simbolismo e pelos resultados concretos que essa ação reflete no cotidiano de seus moradores, uma das interlocutoras dessa pesquisa, ao ser perguntada sobre o que ela achava da regularização fundiária respondeu:

com a regularização as pessoas ficaram mais seguras, sem ameaça de despejo, nada tá ruim, é tudo de bom. Antes da regularização eu tinha vontade de ir embora porque diziam que iam tirar a gente daqui à força e hoje não, hoje eu tenho respaldo, hoje o que é meu ninguém tasca (Rosa de Saron, moradora do Carmelândia, 2023).

E essas falas se repetem demonstrando esse valor simbólico que os moradores atribuem ao registro do imóvel, percebo que é algo muito significativo que, para eles, tem valor incalculável, pela subjetividade e mais ainda pelos efeitos que isso tem gerado no cotidiano que representa garantindo-lhes a não retirada e por entenderem que seria algo que eles não poderiam pagar. Um dos interlocutores ressaltou: “Ter o imóvel regularizado é uma vitória, um reconhecimento que esse local é das famílias, é um patrimônio, se tornou realidade. Regularizar é importante por que a pessoa se sente proprietário, garante o bem pros filhos e netos” (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

Silva (2019) faz referência a estudo de sua própria autoria¹⁰², no município de Bragança, Estado do Pará, onde “a regularização fundiária foi percebida pelos moradores como um instrumento de luta em busca de melhorias para o assentamento regularizado, legitimados pela condição de legalidade quanto à ocupação, decorrente da regularização fundiária.”

A professora Carmem Rodrigues (2008), ao dissertar sobre o bairro do Jurunas, em Belém, já apontava para as memórias que o lugar representa para essas comunidades, tal fala conforme destaque abaixo, se estende aos moradores do conjunto Carmelândia, que projetam o local para viverem até o fim da vida.

A conquista do lugar não só de moradia, mas para *viver até morrer* é legitimada através das memórias dos moradores mais antigos acerca das condições de vida através das décadas passadas e vividas no bairro. Nesse tempo longo da memória, as condições insalubres e primitivas do lugar são referidas em oposição à situação atual, através da gradativa ocupação das ruas e vizinhança, da construção inicial e dos melhoramentos dos espaços da casa, assim como dos melhoramentos introduzidos pelo poder público, como o asfaltamento das vias principais, a iluminação das casas e das ruas de maior circulação, o fornecimento (nem sempre contínuo) de água encanada e os meios de transporte coletivo (RODRIGUES, 2008. p.94).

Em Belém existem pesquisas realizadas no sentido de identificar os impactos da regularização dos imóveis e a permanência das famílias nos locais. É o caso do Benguí, em Belém, Pará em que para Silva (2019):

(...) é possível afirmar, que no assentamento Benguí – Etapa 2, mesmo com a alta valorização dos imóveis após a regularização atribuída pelos moradores entrevistados e, ainda que se trate de segmento populacional de baixa renda, a regularização fundiária não representou um indutor de saída das famílias da área regularizada, possivelmente contido pelo fator locacional associado aos vínculos de apoio locais, construídos ao longo do tempo de moradia dessas famílias no assentamento, conforme transpareceu durante as entrevistas, inclusive com a citação de fatos que exemplificam essa perspectiva. (SILVA, 2019. p.175)

Por outro lado, se especula que a consolidação do direito de propriedade pode levar os moradores das áreas regularizadas a migrarem para outras áreas. Em relação ao Carmelândia, e tendo em vista a recente regularização da localidade, não temos dados que corroborem tal

¹⁰² O referente estudo é citado em sua dissertação e segundo ela, foi realizado em um “assentamento localizado no bairro Cerejo no município de Bragança que foi regularizado (...) a perspectiva do estudo foi confirmar e compreender o conteúdo simbólico atribuído ao documento de regularização fundiária buscando identificar, do ponto de vista dos moradores que tiveram seus lotes regularizados, quais as representações sociais elaboradas, tanto em torno do documento como em relação à experiência de portadores desse documento (SILVA, 2012). A pesquisa revelou uma forte associação entre a situação de “ilegalidade” dos moradores, decorrente da informalidade na ocupação dos lotes e os riscos quanto à permanência no local, creditando ao documento recebido o condão de promover a “pacificação” desse clima de incertezas, eliminando rapidamente, o sentimento de insegurança que deu lugar à tranquilidade, como a confirmar o fetiche de que se revestiria o documento, a partir de sua expressão de “legalidade.” (SILVA, 2019, p. 23)

afirmação e que possam inferir que seus moradores, após receberem o título tenham saído dessas áreas para ocupar outras “periferias” (Frúgoli, 2005), mas o motivo pela qual isso é possível de acontecer se deve à valorização do imóvel e à crescente especulação imobiliária, pagamento de impostos, e o encarecimento de contas de consumo. Frúgoli trouxe essa análise que evidencia tal situação:

Tal quadro mais heterogêneo seria resultante, em vários casos, da própria luta de moradores organizados pela melhoria do bairro ou dos atendimentos diferenciados de tais demandas por parte do Estado, embora o efeito perverso, em várias situações, venha sendo a expulsão de parcelas de moradores mais pobres dessas áreas, em face dos efeitos e custos decorrentes da própria consolidação (Frúgoli, 2005, p. 144).

Ao contrário, um dos beneficiários relatou que os moradores não estão vendendo, mas teme a construção de prédios e que acredita que isso uma hora vai acontecer na área.

Eu pensava que quando desse o título, isso aqui, os caras, os empresários, iam chegar e comprar tudo isso aqui e fazer aquele arranha céu, que é o que eles chamam, não é? Arranha-céu. Aí, tu constrói essa casa aqui com o maior sacrifício. Aí, como é que tu vais sentir o vento? Ainda bem que esses moradores ainda estão segurando essa onda aí, sabe? Porque vai chegar o tempo que vai acontecer isso. Aí, o que acontece? Eu acho que, como a gente mora perto do aeroporto, eu acho que ainda não pode. (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023).

O que nos leva a apreender que a Regularização Fundiária no Carmelândia, embora favoreça a especulação imobiliária, não contribuiu (ainda) para a saída dessas famílias para outras áreas e foi um fator que, ao invés de contribuir para a mobilidade, fez com que seus moradores permanecessem com a segurança de que não serão retirados desse território. No Carmelândia é possível ver alguns imóveis à venda ou para aluguel, mas não encontrei indícios de que a Regularização Fundiária tenha relação direta com isso, ao questionar alguns moradores sobre esses anúncios, muitos foram justificados por morte de parentes durante a pandemia, mudança de Estado e até imóveis objetos de herança e que faziam parte de divisão de bens e, por isso, seriam vendidos.

Imagem 26 - Imóvel com placa de *kit nets* para alugar

Fonte: De autoria própria, 2023.

Ao mesmo tempo, é perceptível que os moradores entendem que para regularizar têm que ter dinheiro, e esse valor não é acessível a todos e, talvez, esse seja um dos principais motivos pelos quais receber o título é motivo de grande satisfação. Além do mais, o papel carrega um valor simbólico e faz com que as pessoas não se sintam mais como “invasoras” como se sentiam antes, é o que percebemos na fala de uma moradora da área que recebeu seu título.

Eu vejo como uma vitória, porque não é fácil para adquirir um documento da sua casa, hoje não é fácil, tem que ter dinheiro, tem que ter bala na agulha. E você adquiriu uma coisa, graças a Deus, sem um centavo, isso é uma vitória, pra mim, eu considero uma vitória. O fato de a gente morar aqui, que a gente já foi invasor, que antigamente éramos um invasor, que agora, hoje, não é mais, é um conjunto, isso para mim eu considero uma vitória. A gente, eu sempre digo: a gente agradece a Deus em primeiro lugar, e como o Zenaldo deixou já engatinhado, o Edmilson veio para terminar. Sempre tem essa tarefa, não é? Então, a gente só tem que agradecer a Deus. Porque quem vai ter dezesseis mil quinhentos e vinte reais para poder pagar? Ou tu compra uma casa, ou você vai ter que mexer com o documento. Então a gente não teve nada, não gastou nada (moradora do Carmelândia, 2023).

Neste capítulo apresentei as narrativas dos principais interlocutores (quase) fundadores, do Carmelândia, discorrendo sobre suas trajetórias através de dados etnográficos que também revelam a relação de pertencimento com o local de moradia, e o significado pragmático e simbólico que a regularização de um imóvel representa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A antropologia também é um meio de análise de políticas públicas e, nesse caso, dos caminhos percorridos por moradores do conjunto Carmelândia e do impacto da regularização fundiária em suas vidas, permeados por conflitos, que culminaram com o recebimento de seus títulos, que para os beneficiários, interlocutores desta pesquisa, tem um valor pragmático, mas também simbólico inestimável, tendo em vista o processo de ocupação de seus imóveis, o qual para o poder público é considerado ilegal, e que os traz à insegurança da posse. E, nesse sentido, a antropologia pode ser também uma importante ferramenta para a construção de política públicas.

A regularização do Conjunto Carmelândia foi um marco na Regularização Fundiária no Município de Belém, sendo a primeira área de dominialidade de um particular a ser legitimada, através do instrumento de legitimação fundiária, para seus ocupantes nesta cidade, deixando como herança a possibilidade de áreas como essa serem objeto de regularidade fundiária e servindo como modelo para outras ocupações.

Concluo que o processo de regularização fundiária está intrinsecamente ligado à como os atores envolvidos percebem o seu território e, mais ainda, com a conjuntura política, pois há um cenário de disputa de interesses, e a execução da regularização fundiária, principalmente de interesse social, depende diretamente da disposição e interesse político, levando em consideração a sua execução por políticos que tenham o objetivo de concretizar políticas sociais nesse âmbito, mesmo que ela seja considerada um instrumento para conquista de votos em períodos eleitorais. Esse processo é conflituoso, tendo em vista que os territórios sofrem influências de fatores endógenos e exógenos e que a cidade tem um papel determinante na busca pela consolidação do lugar que ocupam. O cenário é propício para buscar objetivos que são coletivos.

É importante destacar as diversas nomenclaturas para conceituar o espaço urbano, inclusive nas normas que o contemplam: núcleos urbanos informais (Brasil, 2017) e aglomerados subnormais (IBGE, 2010) são geralmente utilizados para se relacionar à informalidade e precariedade de áreas dentro do espaço urbano que, entre outras características, tem a ausência de políticas públicas, e não titulação dos imóveis; assim como, assentamentos precários que são porções do território urbano com dimensões e tipologias variadas (Brasil, 2010). Território, por sua vez, é entendido a partir da dualidade heterogênea e homogênea e sob uma perspectiva histórico-crítica, através da compreensão dos arranjos sociais, territoriais, individuais, familiares, e que englobam instâncias políticas, culturais e econômicas (Saquet,

2009) e, ainda, como manifestação das interações relacionais humanas no espaço (Koga e Diniz, 2018). Leeds (2015), em se tratando de localidades, se refere a áreas irregulares, com agregado de pessoas ou de casas, que se distinguem na cidade. Da Mata (1997) traz à tona uma interpretação distinta onde o espaço é uma invenção social, mas de forma objetiva é uma forma de demarcação, de estabelecer fronteiras, de separar um pedaço de chão do outro.

É significativo indicar que a ideia de espaço, território e local, pode abranger múltiplas dimensões e englobar diversas categorias que nos subsidiam a compreender os espaços, nos levando a conceituar, compreender e planejar conforme a abordagem teórica, as políticas públicas pra esses locais, sem desconsiderar as relações de poder, as dinâmicas sociais, as organizações e as redes que se estabelecem no interior desses espaços e externamente a eles, sem deixar de lado a integração entre as experiências e os conhecimentos dos moradores.

A regularização das casas, no conjunto Carmelândia, é muito importante para as famílias beneficiárias, pois constrói um sentimento de segurança, pertencimento e dignidade ao garantir o direito pela propriedade, permitindo que as pessoas vivam com mais tranquilidade e possam construir um futuro melhor para si e para suas famílias.

No entanto, a regularização fundiária não pode ser entendida isoladamente, pois ela está inserida em um contexto que é social, político, econômico e cultural, com relações de poder e forças conflituosas nos territórios, com dinâmicas individuais e coletivas, com influência relacional entre seus habitantes. O coletivo, com sua representatividade, encontra resultados atraentes quando o objetivo é comum, vislumbrando a concretização daquele lugar como um espaço que por direito é seu, pois, somente a previsão legal não é o suficiente para consolidar a posse dos territórios ocupados ao longo de décadas.

Isto porque a mobilização coletiva, quando se trata da regularização fundiária, é um dos principais instrumentos para alcançar esse direito, ainda mais em comunidades que precisam garantir a permanência em um território através da titulação. Nesse âmbito ter representatividade, através de associações e movimentos sociais, por um direito comum, garante força e legitimidade as reivindicações facilitando o processo de reconhecimento da posse, através da execução das normas que garantem o direito à moradia.

A regularização deve ser uma política pública a ser garantida pelo poder público, com mecanismos que incluam a reprodução da classe trabalhadora dentro desses territórios, promovendo uma “integração socioespacial” (Rolnik¹⁰³, 2002) que supere o patrimonialismo aos quais os imóveis estão subordinados, pois, ao mesmo tempo em que garante direitos aos

¹⁰³ Raquel Rolnik é arquiteta e urbanista brasileira, doutora pela Graduate School Of Arts And Science History Department da New York University.

moradores, pode gerar um paradoxo: a valorização dos imóveis e o aumento dos custos associados à propriedade.

Essa política pública tem a potencialidade de valorizar imóveis e impulsionar a especulação imobiliária, podendo levar à saída de moradores mais pobres; no entanto, não há evidências de que isso tenha ocorrido em larga escala no Carmelândia, após a recente regularização. Frúgoli (2005) argumenta que a luta por melhorias e a valorização dos imóveis podem, contraditoriamente, expulsar os moradores mais vulneráveis devido aos custos associados à propriedade. Tal situação não ocorreu no assentamento Benguí, também localizado no Município de Belém. Conforme Silva (2019) a regularização não contribuiu para saída das famílias da área após a regularização, mesmo que os imóveis tenham sido apontados pelos próprios moradores como mais valorizados após a execução dessa política. Não sabemos o que acontecerá nos próximos anos no Carmelândia, poderá ser acompanhado, podendo ser objeto de futuras pesquisas que possam identificar se os imóveis foram vendidos, alugados ou continuam sendo imóveis residenciais, e se, de alguma forma, a regularização contribuiu para a permanência ou não de seus moradores.

Esses locais estão inseridos no cenário da cidade, seus atores os modificam e são por eles modificados, se organizam e organizam formas de conquistar seu espaço nessas localidades, buscam por integração, se sentem parte da terra e da cidade. Nesse sentido, é evidente que para essa análise a antropologia e a etnografia desempenharam um papel fundamental no sentido de interpretação das dinâmicas e transformações que essa comunidade vem passando ao longo do tempo, me permitindo explorar as trajetórias de quatro habitantes até então desconhecidos, conforme as recordações e memórias que eles detêm, pois “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (Halbwach, 2006, p.69), os descrevendo de forma particular e conforme o sentimento que nutrem por aquele lugar, de forma que suas narrativas e memórias estão registradas e associadas à cidade e ao espaço urbano e, portanto, na memória da cidade, sem deixar de considerar a dinâmica social e cultural dessa população e a qualidade da vida urbana que esse título é capaz de proporcionar aos moradores.

Um dos interlocutores dessa pesquisa, afirmou que a área mais nobre de Belém é a Rodovia Augusto Montenegro e no Carmelândia as pessoas não venderam seus imóveis e que estão residindo na área até hoje.

Hoje, eu tenho quase a certeza, né amor? Que a área mais nobre de Belém se chama Augusto Montenegro. Não acho que o Batista Campos está com toda essa bola, não, acho que é Augusto Montenegro. Por que Augusto Montenegro? Temos vários supermercados, shopping, temos a Havan aqui do lado, está entendendo? Tem uma área agora que vai ser construída, o Pronto Socorro Municipal de Belém, temos o

CRAS. E a gente tem uma rede de supermercados de todos os nomes, todas as lojas. Então, a área que mais cresce em Belém se chama Augusto Montenegro. Aí, passa uma luz, égua você está dentro desse período. Você anda para cá, tem um condomínio fechado, você anda para o outro lado, tem outro condomínio fechado. E aí, você vai dizer, você se sente bem, mora bem. (Roberto Regateiro, morador do Carmelândia, 2023),

Portanto, é provável que os moradores ali residentes, em sua maioria, não tenham saído pra ocupar outras áreas, ou vendido seus imóveis, ao que parece, pela idade da maioria das pessoas, estas estejam interessadas em ter a tranquilidade da posse de imóveis para deixar para filhos e netos.

Em minha análise percebi que os moradores do Carmelândia possuem experiências que estão associadas ao ambiente em que vivem e ao tempo que residem nesse espaço e são expressões de suas trajetórias de vida, a partir da sua posição, crenças e convicções, através do vínculo desses atores com o lugar de moradia e justificando, portanto, a importância de sua regularização.

A regularização dos imóveis lhes trouxe segurança jurídica, a segurança que eles não serão removidos ou retirados de suas casas, isso pode ser traduzido pelo acesso à terra, e é um dos elementos de garantia do direito à moradia.

Em relação aos moradores e domicílios do conjunto Carmelândia, com os dados que obtivemos foi possível traçar um perfil socioeconômico das famílias, onde percebemos que a população dessa área apresenta baixos níveis de escolaridade, com renda familiar baixa e muitos ainda dependendo de programas sociais, indicando uma situação de vulnerabilidade social e econômica. Percebi uma certa estabilidade habitacional onde, a maioria dos moradores reside há muitos anos no local, demonstrando um forte vínculo com a área. Há ainda uma parcela considerável de imóveis com uso misto, sugerindo a presença de uma economia informal, como forma de complementação da renda.

Há uma forte desigualdade perceptível através das disparidades no que se refere à escolaridade, renda e acesso a serviços básicos, evidenciando a necessidade de políticas públicas que visem a redução das desigualdades sociais.

Com isso, é perceptível que a área apresenta um potencial de desenvolvimento, mas enfrenta diversos desafios que são significativos e embora seja notório os avanços, percebo que neste local ainda é fundamental a implementação de políticas públicas que visem à melhoria da qualidade de vida da população, como programas de geração de emprego e renda, qualificação profissional, acesso à educação superior e fortalecimento de programas sociais, assim como investimentos em infraestrutura, saneamento básico, equipamentos urbanos, de forma que possa

melhorar as condições de vida da população. Assim como o incentivo à geração de renda local, através do apoio a pequenas empresas, podendo contribuir para a redução da desigualdade e o aumento da qualidade de vida. As políticas públicas, no caso do Carmelândia, devem contar com a participação comunitária em sua definição e implementação, garantindo que as ações atendam às necessidades reais da comunidade.

O trabalho comunitário, através de suas lideranças, desempenha papel fundamental na transformação da realidade local, promovendo diversas melhorias e, com isso, qualidade de vida, embora evidente que a motivação esteja relacionada tanto a aspectos pessoais, quanto coletivos. De todo modo, apesar dos desafios, é explícito a contribuição de lideranças comunitárias para o desenvolvimento da comunidade e da participação cidadã, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Os interlocutores continuaram residindo no Carmelândia após a pesquisa, e pelo contato que mantivemos não pretendem sair desse local.

A pesquisa que desenvolvi no Carmelândia, em Belém, contribui para a reflexão sobre a regularização fundiária urbana em Belém e, sobretudo, a partir da percepção de seus destinatários, os quais possuem experiências concretas que foram atravessadas pelo projeto de regularização de suas casas, que enriquecida com os dados quantitativos dos moradores da área, traz um cenário inexistente em outras fontes, como o IBGE, evidenciando a importância de pesquisas locais e específicas para entender a dinâmica urbana.

Nesse cenário, é possível apreender que a pesquisa reforça e valoriza a experiência dos moradores, demonstrando como a regularização de seus imóveis impactou suas vidas de forma objetiva e subjetiva, desse modo, é importante destacar como a política de regularização de casas no município de Belém é uma política pública que tem impacto concreto na vida dos seus moradores, pesquisas nessa área podem ser utilizadas para orientação e formulação de políticas públicas que sejam mais eficazes e adequadas às necessidades dos moradores, percebemos ainda a importância do envolvimento de moradores nos processos de decisão e implantação da regularização das casas.

É fato que a pesquisa se limita a uma determinada área, impedindo generalizações dos resultados, mas demonstra e pode ser usada como parâmetro para o entendimento de como a regularização fundiária vem sendo executada no município, suas características e, mais além, o significado simbólico de seu resultado, principalmente para famílias que vivem em assentamentos precários e que conquistaram a moradia pelo viés da ocupação que muitas das vezes é considerada irregular.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Jolinda de Moraes; ARAÚJO JÚNIOR, Miguel Etinger de; CORDEIRO, Sandra Maria Almeida. Remanejamentos forçados: a contradição entre a propriedade do solo urbano e o direito à moradia. In: ARREGUI, Carola Carbajal; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. (orgs.). **Trabalho social, territórios e moradia: a construção do direito à cidade**. São Paulo: Veras, 2018, p. 63-80.
- ANDRADE, Fabiano Homobono Paes de. **De São Braz ao Jardim Público - 1887 - 1931: um ramal da Estrada de Ferro de Bragança em Belém do Pará**. Tese (Programa Pós-graduação em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13221>. Acesso em: 29 set.2023.
- Araújo, Alexandra Fuchs d. Lima, Paulo de Araújo Mendes. A lei nº 13.465/2017 e o Direito à Moradia: novos caminhos para a tutela de Antigos Direitos. In: PIRES, Felipe Chiarello, Lilian Regina Gabriel Moreira (Coord.). **Novos paradigmas da regularização fundiária urbana: estudos sobre a Lei n. 13.465/2017**. São Paulo: Editora YK, 2019. Disponível em: <https://pt.everand.com/read/711497924/Novos-Paradigmas-da-Regularizacao-Fundiaria-Urbana-Estudos-sobre-a-Lei-n-13-465-2017#>. Acesso em: 04.set. 2025.
- BARROS, Ana Paula Borba Gonçalves; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de; MORAIS, Maria da Piedade. **A configuração espacial para o diagnóstico dos assentamentos precários no Brasil**, 2016, p. 94-125. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9628/1/A%20Configura%0c3%a7%0c3%a3o%20Espacial.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2021.
- BARTHOLLO, Letícia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017. (Textos para Discussão, n. 2331). Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8051/1/td_2331.PDF. Acesso em: 07 nov. 2024.
- BECKER, Howard S. A Escola de Chicago. **Mana – Estudos de Antropologia Social**. v.2, n.2, 1996, p. 177-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/6FvBPkkRffvcrkjb77SZBv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 set. 2023.
- BELÉM, Programa Terra da Gente. **Lei municipal Nº 9733/2022. Dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana - REURB no município de Belém - PA, e dá outras providências**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/2022/974/9733/lei-ordinaria-n-9733-2022-dispoe-sobre-a-regularizacao-fundiaria-urbana-reurb-no-municipio-de-belem-pa-e-das-outras-providencias>. Acesso em: 24 out. 2023.
- BELÉM. **Coleção Mapas de Belém: formas de apropriação e uso do território**. Belém: SEGEP, v.1, 2000.

BENATTI, José Heder. **Direito de Propriedade e Proteção Ambiental no Brasil:** apropriação e o uso dos recursos naturais no imóvel rural: NAEA/UFPA, Tese de Doutorado, 2003.

BITTAR, Eduardo. C. B. Democracia e políticas públicas de direitos humanos: a situação atual do Brasil. **Revista USP**, n.119, 2018, p.11-28. Disponível em: < >. Acesso em: 03 nov. 2023

BLANCO, Thais. **Políticas Públicas Habitacionais**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana**, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal e dá outras providências. Brasília (DF), Diário Oficial da União, 12 jul. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13465.htm. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. p.7.613. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. **Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários**. Brasília: MCidades, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

CALDEIRA, Teresa p. do Rio. **Cidade de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém 1870-1920)**. Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; VENTURA NETO, Raul da Silva. **A evolução urbana de Belém: trajetória de ambiguidades e conflitos socioambientais**. Cadernos Metropolitano, v. 15, n. 29, 2013, p. 55-75. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4028/402837816003.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. Terra e Propriedade como Fundamentos da Análise das Questões Agrária, Urbana e Ambiental. In SANTANA, Joana Valente (org). **Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas**. Campinas: Papel Social, 2018, p. 43-69.

CARDOSO, Ruth Correa Leite. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-09.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O medo dos outros. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 54, n. 2, 2012. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2011.39650. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/39650>. Acesso em: 5 jun. 2024.

CODEM, COMPANHIA de desenvolvimento e administração da área metropolitana de Belém (CODEM). **Evolução Urbana de Belém**: 1972, 1977,1998. Belém: CODEM, 2000. CDROM.

CONVÊNIO SUDAM/UFPa/CETUR. **Estudo de sistema viário da área metropolitana de Belém**. Belém, 1976.

COUTO, Aiala Colares. **A periferia de Belém sob vigilância e controle**: o narcotráfico por uma perspectiva miliciana. *Geografares*, Vitória, Brasil, n. 27, p. 85–102, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/21542>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Coleção Amazônica. Série José Veríssimo, v.2, Belém: UFPA, 1973.

CRUZ, Ernesto. Belém: **Aspectos Geo-sociais do Município**. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 1945.

DANTAS, Luísa Maria Silva. As domésticas vão acabar? Narrativas biográficas e o trabalho como duração e intersecção por meio de uma etnografia multi-situada – Belém/PA, Porto Alegre/RS e Salvador/BA. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania mulher e morte no Brasil**. 5^a ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DENALDI, Rosana. Identificação e caracterização da precariedade habitacional: desafios conceituais e metodológicos. In: DENALDI, Rosana; KRAUDE, Cleandro (Orgs). **Núcleos urbanos informais**: abordagens territoriais da irregularidade fundiária e da precariedade habitacional. Brasília: IPEA, 2022, p.29-55.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **A arte de narrar as (nas) cidades: etnografia de (na) rua, alteridades em deslocamento**. *Hawò*, Goiânia, v. 1, 2020, p. 1–52. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/63521/34822>. Acesso em: 26 set. 2023.

_____. **Narrativas Berlinenses, Percursos Etnográficos**. 2024. Filme.

ECKERT, Cornelia. A cidade “com qualidade”. Estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto Alegre. **Sociedade e Cultura**, 1(10): 61-79, 2007.

ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000,

EVANS-PRITCHARD, Edward. 2002. **Os Nuer**. São Paulo: Editora Perspectiva.

FAVERO, Eunice. T. O Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na Área Judiciária. In CFESS (org.). **O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos**. Debates atuais no Judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Cortez, 11. ed. (revista/ampliada), 2014.

FERNANDES, Edésio. **Tudo deve ser regularizado?** In: INSTITUTO Pólis. Regularização da terra e da moradia. O que é e como implementar. São Paulo: Gráfica Peres, 2002.

FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura. Perspectivas antropológicas sobre documentos: diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. In Ferreira, Leticia e Lowenkron, Laura (org.). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: E-papers. 2020. pp. 17-52.

FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura. **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

FERREIRA, Maria Paula; MARQUES, Eduardo César Leão. FUSARO, Edgar Rodrigues. Assentamentos precários no Brasil: uma metodologia para estimação e análise. In: MORAIS, M. P.; KRAUSE, C.; NETO, V. C. L. (Ed.) **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. Brasília: Ipea, 2016. p.53-74. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9400/1/Assentamentos%20prec%*c3*%*a1*rios%20no%20Brasil.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9400/1/Assentamentos%20prec%c3%a1rios%20no%20Brasil.pdf). Acesso em: 26 set. 2023.

FERREIRA, Fábio; SANTOS, Samuel. O direito à moradia urbana e a expropriação social no código civil de 2002. **Revista de Direito da Cidade**, v. 7, n. 2, p. 437-467, 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/16971/12751> acesso em 09 nov. 2023.

FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. **Ordenamento territorial e planejamento municipal: estudo de caso das limitações supralocais à aplicação do art. 30, VIII da Constituição de 1988, pelo município de Parauapebas, Pará**. 2014. 259 f. Tese (Doutorado em Direito) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará. *Universidade Paris 13 centre de recherche sur l'action locale (tese en co-tutela/thèse en co-tutelle)*, Belém, 2014.

FRÚGOLI JR, Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, v.1, n.48, São Paulo, 2005, p.133-65.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 245p.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação. Ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011 [1967], pp. 13-50.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Disponível em:

https://www.academia.edu/36730153/A_Memoria_Coletiva_Maurice_Halbwachs. Acesso em: 20 fev. 2024

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 8 abr. 2025.

IBGE. **Censo demográfico 2010: aglomerados subnormais**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf. Acesso em 07/09/2021.

_____. Censo demográfico 2022, domicílios e população residente em favelas e comunidades urbanas, por espécie de domicílio, segundo as favelas e comunidades urbanas. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2022]. tab. 9887. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9887#resultado>. Acesso em: set. 2025.

_____. Censo demográfico 2022, população residente em favelas e comunidades urbanas, por cor ou raça, sexo e grupos de idade, segundo as favelas e comunidades urbanas. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2022]. tab. 9884. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9884#resultado>. Acesso em: set. 2025.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.56, n.2, abr-jun, 2005, p137- 160. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/issue/view/39/50>. Acesso em: 19 mai. 2021.

KOGA, Dirce; DINIZ, Rodrigo. Passagens e abordagens pela cidade: entre territórios e territorialidades. In: ARREGUI, Carola Carbajal; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. (orgs.). **Trabalho social, territórios e moradia: a construção do direito à cidade**. São Paulo: Editora Veras, 2018, p. 81-98.

KUSCHINIR, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

_____, Karina. **Antropologia e política**. São Paulo: ANPCS, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200014>. Acesso em: 06 nov. 2024.

LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 439-462.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A Sociologia do Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2001.

LIMA, José Júlio; SILVA, Raul Ventura; CRUZ, Camilla Cristina da Costa Santos. Modificações recentes na configuração da periferia de Belém do Pará e suas consequências para mobilidade urbana. In: **Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**, 2014. Disponível em: https://anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-HDC-034_LIMA_SILVA_CRUZ.pdf. Acesso em 16 out. 2022.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, n.49, junho de 2002, p.11-29.

MAIOR, Nivea Maria S.S.; CLEMENTINO, Milca O.; COSTA, Rosiane Oliveira Da; Leal, SARA Duarte. C. Direitos Humanos e Serviço Social: Demandas e Desafios Contemporâneos. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 127-138, jul./dez. 2018.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão (Coord.). **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: CEM-CEBRAP, Secretaria Nacional de Habitação/Ministério das Cidades, 2007.

MARQUES, Olavo Ramalho. Beco, rua, avenida: sociabilidades e redes de vizinhança em um lugar de acolhimento. In: ROCHA, Ana Luiza Carvalho da e ECKERT, Cornelia. (Org.). **Etnografia de rua: estudos de antropologia urbana**. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, v. 1, p. 123-143.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva, in: **O capital**, livro I. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 785-833.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**, v. 2. São Paulo, EPU, 1974.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Eidorfe. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira**. v.1, Belém: Edições CEJUP/ Conselho Estadual de Cultura (PA), 1989.

MUNIZ, João de Palma. **Patrimônios dos Conselhos Municipais do Estado do Pará**. Paris/Lisboa: Aillaud & Cia., 1904. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/livros/patrimoniosconselhosmunicipaispara1904/2/#zoom=z>. Acesso em: 14 fev. 2025.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

ONTO, Gustavo. Documentando relações e relacionando documentos: sobre a materialidade das práticas de conhecimento na regulação econômica. In: Ferreira, Leticia e Lowenkron, Laura (org.). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: E-papers. 2020. p. 53-76.

PARREIRAS, Carolina; PAVESI, Patrícia. **Antropologia digital e imaginários etnográficos: Experimentações, dilemas e possibilidades**. Novos Debates, v. 10, n. 1, 2024.

p. 1-9. Disponível em:

<https://novosdebates.abant.org.br/revista/index.php/novosdebates/article/view/423>. Acesso em: 27 fev. 2025.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1967, p. 26-67.

_____. A cidade como laboratório social. In: VALLADARES, Lícia do P. (Org.). **A Sociologia Urbana de Robert E. Park**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2018, p. 93-108.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, dez. 2014, p. 377-391. Disponível em: scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?format=pdf. Acesso em: 26 set. 2023.

_____. “Sem Lenço, sem Documento”: Reflexões sobre cidadania no Brasil. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 1, n. 01, p. 49–63, 1986. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/39351>. Acesso em: 11 mar. 2025.

PEREIRA, P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I *et al.* (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. P.87-108

PIMENTA, Artemisa; VASCONCELOS, Andressa; FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. Consolidação do Direito de Propriedade por meio da Regularização Fundiária Urbana, instituída pela lei Nº 13.465/17 e os impactos sociais no direito à moradia. In: NASCIMENTO, Durbens Martins; SANTOS, Myrian C. Ataíde dos; NEVES, Renato Martins das (orgs). **Regularização fundiária urbana na Amazônia Legal: morar, conviver, preservar**. Rede Amazônia. Belém: NAEA, 2022, p.27-50.

PINHEIRO, Andréa *et al.* A questão habitacional na Região Metropolitana de Belém. In: CARDOSO, Adauto Lúcio. (org.). **Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras: Uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX**. Coleção Habitare, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001, p.150-93. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/livro_completo.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

PINTO, Marina Barbosa.. Captura do direito de morar pelo capital e as exigências ao Serviço Social. In: Joana Valente Santana. (Org.). **Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas**. 1ed.Campinas: Papel Social, 2018, p. 89-105.

RÊGO, Ximene e FERNANDES, Luís. **As falas do medo. Convergências entre as cidades do Porto e Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2012, p. 51-65. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/pjrg68fpzvbnD7K6YKh6gPw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. **Antropologia da e na cidade: interpretações sobre as formas da vida urbana**. Porto Alegre: Marcavisual, 2013. 296 p.

Disponível em: <https://www.ufrgs.br/memoriasdotrabalho/wp-content/uploads/2018/08/ECKERT-e-ROCHA-Antropologia-da-e-na-Cidade.pdf>. Acesso em 16 fev. 2025

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Vem do bairro do Jurunas – sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano**. Belém: Editora do NAEA, 2008.

RODRIGUES, Roberta Menezes *et al.* Urbanização das baixadas de Belém - PA: transformações do habitat ribeirinho no meio urbano. **Anais do XV ANPUR**, v.15, n. 1, 2013. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/261>. Acesso em: 10 out. 2023.

ROLNIK, R. A dimensão política da irregularidade e da regularização. In: INSTITUTO Pólis. **Regularização da terra e da moradia**. O que é e como implementar. São Paulo: Gráfica Peres, 2002, p. 19.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos**, São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72

SEGATA, Jean. A etnografia, o ciberespaço e algumas caixas pretas. Revista Z Cultural. **Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea**, ano X, 1, 2015. Disponível em: <https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/a-etnografia-o-ciberespaco-e-algumas-caixas-pretas/> Acesso em: 27 fev. 2025.

SILVA, Maria do Carmo Campos da Silva. **Regularização fundiária de assentamentos urbanos informais: fator de fixação de população de baixa renda ou promoção do mercado imobiliário formal? O caso do assentamento Benguí**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11943>. Acesso em: 30 out. 2023.

SILVA, Rosário Lima da; FERNANDES, Paulo Chaves. **Belém da saudade: a memória da Belém do início do século em cartões-postais**. 4 ed. Belém: Secult, 2014. Disponível em: fauufpa.files.wordpress.com/2015/03/belc3a9m-da-saudade.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito, in **Mana**, v. 11, n. 2, Rio de Janeiro, 2005, p. 577-91.

SOARES, P. P. M. A. **Memória ambiental na Bacia do Una. Estudo antropológico sobre transformações urbanas e políticas públicas de saneamento em Belém (PA)**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

SOTTO, Débora. Fontes de custeio da REURB: O papel dos municípios. In: CAPPELLI, Silvia *et al.* **REURB: Regularização Fundiária Urbana: aspectos teóricos e práticos**, Rio de Janeiro, RJ: MPRJ, IERBB, ABRAMPA, MPSC, 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO,

Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades. Teorias, processos e conflitos**, São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SUPERINTENDÊNCIA da Amazônia (SUDAM). **Monografia das baixadas de Belém: subsídios para um projeto de recuperação**. 2. ed. rev. Belém: SUDAM, 1976.

TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino e TEISSERENC, Pierre. Dinâmicas territoriais e socioeconômicas na Amazônia Brasileira. In: TEISSERENC, Maria José da Silva Aquino, SANT'ANA JR., Horácio Antunes (de) e ESTERCI, Neide (Org.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: Edufma, 2018.

Topalov, Christian. *Le Logement en France: histoire d'une marchandise impossible*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1987.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds, 2003.

_____. **Um antropólogo na cidade. Ensaios de Antropologia Urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 1994.

_____. **Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eds., 1986.

_____. **Individualismo e cultura. Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. **A utopia urbana, um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

_____. **Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais**. RBCS, 68 (23): 145-148, 2008.

_____. **O desafio da violência**. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 39, p. 56-60, 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/qv3Pwk5NTkNt8rjhfpwS6j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 nov. 2024.

_____. **Individualismo, anonimato e violência na metrópole**. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 15-29, jun. 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ha/a/PDQbgwGmqB7qZsgHcvCVphN/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

_____. **Observando o familiar**. In: NUNES, Edson de O. (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36-46

_____. **O desafio da proximidade**. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 11- 19.

VENTURA NETO, Raul da Silva. **Circuito Imobiliário e a cidade:** O espaço intra-urbano de Belém entre alianças de classes e dinâmicas de acumulação. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8616>. Acesso em: 25 set. 2023.

WHYTE, Willian Foote. **Sociedade de esquina:** a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. Treinando a observação participante. In: ZALUAR, A. (Org.) **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

ZHOURI, Andrea; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, v. 1, 2010, p. 439-462.

ANEXO I QUESTIONÁRIO ORIENTADOR DAS ENTREVISTAS

QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO

Nome: _____

Idade: _____ Cor/Raça: _____ Estado Civil: _____

Gênero: _____ Tempo de moradia: _____

Filhos: _____

Escolaridade: _____ Profissão: _____

1. Seu imóvel foi regularizado? Se não por que?
2. Quem mora na casa com você?
3. Era de onde? Cidade? Bairro?
4. Descreva como é morar no conjunto.
5. Como foi morar no Carmelândia?
6. O que o levou a escolher o Carmelândia como local de moradia?
7. O que acha sobre a regularização Fundiária (Receber o Título do imóvel)?
8. O que significa ter seu imóvel regularizado?
9. É importante regularizar? Por que?
10. Conhece a história do Carmelândia?
11. O que espera com a regularização?
12. Qual o sentimento em ter seu imóvel regularizado?
13. Participou do movimento para regularização? Se acompanhou a luta para regularização dos imóveis da área?
14. O Bairro mudou com a regularização dos imóveis? Descreva coisas boas e ruins.
15. A regularização mudou sua Vida? Descreva coisas boas e ruins.